

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
276ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL))

Em 15 de Dezembro de 2023

(Sexta-Feira)

Às 9 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A lista de presença registra o comparecimento de 429 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos os nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nos termos do parágrafo único do art. 5º do Ato da Mesa nº 123, de 2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A lista de presença registra o comparecimento de 430 Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Comunico às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que chegou à Câmara dos Deputados o Ofício nº 313, de 2023, do Congresso Nacional:

Ofício nº 313/23-CN

Brasília, em 14 de dezembro de 2023.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 1.185, de 2023, que "Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico".

À Medida foram oferecidas 98 (noventa e oito) emendas, dentre as quais foi retirada, a requerimento do respectivo autor, a de número: 56.

A Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2023 (CM MPV nº 1.185, de 2023), que conclui pelo PLV nº 20, de 2023.

A matéria está disponível no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que a compõem, no seguinte link: "<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/159641>".

Atenciosamente,

Senador Rodrigo Pacheco

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.185, DE 2023
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico; tendo parecer da Comissão Mista do Congresso Nacional, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e das emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade orçamentária e; quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas das Emendas nºs 1, 2, 7, 18, 28 a 30, 61, 65 e 66, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação financeira e orçamentária; pela inadequação e incompatibilidade orçamentária e financeira das Emendas nºs 22, 31 e 63; pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira das Emendas nºs 3 a 6, 8 a 17, 19 a 21, 23 a 27, 32 a 55, 57 a 60, 62, 64 e 67 a 98; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, e das Emendas nºs 8, 11, 13, 15, 16, 20, 27, 32, 35, 38, 39, 41, 44 a 47, 49, 50, 52, 53, 62, 68, 73 a 75, 81, 85, 90 a 92, acolhidas parcialmente ou integralmente, com o Projeto de Lei de Conversão nº 20; e pela rejeição das demais Emendas (Relator: Dep. Luiz Fernando Faria).

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/10/2023

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 29/10/2023

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 07/02/2024

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

Há requerimento de retirada de pauta.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Ordem do Dia da MPV 1.185/2023, que "Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico."

Sala das Sessões

Adriana Ventura - (Deputada)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

A nossa questão de ordem tem base no art. 46, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Eu vou ler aqui:

Art. 46. As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito que se realizarem fora de Brasília.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

Ocorre, Presidente, que nós tivemos sessão do Congresso Nacional na quinta-feira o dia inteiro, e essa medida provisória foi votada numa Comissão enquanto estava acontecendo a sessão do Congresso Nacional.

Então, só quero falar que essa medida provisória não pode ser votada hoje por essa razão. Há vício formal. Pelo fato de ter vício formal, essa votação, inclusive, tem que ser anulada, porque durante a votação estava acontecendo uma sessão do Congresso Nacional.

Então, essa é a minha questão de ordem. É uma questão muito cara para a Oposição.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que o PL entrou com uma ação no Supremo. A Oposição toda está contra essa medida provisória. Nós realmente fomos pegos de surpresa, até porque há aquele rito, há aqueles prazos. Por conta desse vício formal, essa medida provisória não pode ser votada hoje de maneira nenhuma, até porque estava acontecendo a sessão do Congresso Nacional aqui.

Eu vou economizar 1 minuto para V.Exa., Presidente. Vou devolver a V.Exa. a palavra em 1 minuto, para V.Exa. deferir a minha questão de ordem, Presidente.

Muito obrigada. Agradeço prontamente.

É essa a questão de ordem.

Não podemos votar essa medida provisória, porque ela foi votada na Comissão enquanto estava acontecendo uma sessão do Congresso Nacional.

Eu devolvo para V.Exa. 45 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana, eu não sei se foi V.Exa. ou outro Parlamentar que fez essa mesma questão de ordem na sessão do Congresso ontem, e foi respondida pelo Presidente Pacheco.

Os ritos das medidas provisórias, como Comissão Mista, nada interferem, como a CMO, no funcionamento dos dois Plenários.

Então, espero que essa questão de ordem indeferida de V.Exa. não se repita, porque não vamos permitir o uso de...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, não, nós não estamos discutindo, não. Eu estou respondendo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu quero falar da resposta dada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, Deputada Adriana, eu estou respondendo e indeferindo a questão de ordem de V.Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vou recorrer.

Mas só quero deixar claro que a resposta do Presidente Pacheco...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana Ventura, tem a palavra V.Exa. para encaminhar a favor do requerimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu não vou fazer chicana. Eu não vou fazer chicana, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É orientação de bancada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, não, não, é o requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada para o requerimento da Deputada Adriana. A orientação de S.Exa. a favor do requerimento de retirada. Será ela? Será o Deputado Marcel van Hattem? Será o Capitão Alberto Neto? Quem vai orientar? (*Pausa.*)

É a Deputada Adriana que orientará a favor do requerimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Olá!

Presidente, eu vou só acabar minha frase, a que eu estava concluindo antes de o meu microfone ter sido cortado.

Informo que a resposta do Presidente Rodrigo Pacheco a essa questão de ordem foi equivocada, porque lá não havia previsão para a sessão de Congresso Nacional — art. 107. Ao contrário da minha questão de ordem aqui, a que eu fiz hoje, há previsão real do Congresso Nacional para a sessão. Então, eu gostaria de informar que vou recorrer à CCJC e gostaria de uma resposta correta sobre essa sessão.

Vou falar sobre o requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.185. Essa medida provisória não deveria estar na pauta, por muitas e muitas razões, mas principalmente porque ela não cumpriu o seu rito. Ela não cumpriu o seu rito. Ela é uma medida provisória nociva. Por que ela é nociva? Ela é nociva para aquelas pessoas... Ela fere a autonomia dos Estados. A partir do momento em que um Estado dá subvenção, dá algum benefício para as empresas irem para lá...

O Governo quer fazer o quê? Arrecadar. O que o Governo quer fazer aqui? Pegar mais bilhões, e bilhões, e bilhões, para o Presidente Lula poder fazer as benesses para os ditadores amigos e também para viajar pelo mundo. É para isso que serve essa medida provisória. O que ela faz? Ela tributa o que tinha isenção, e de uma maneira muito peculiar. Ela coloca na base de cálculo algo que havia sido dado para as empresas irem para os Estados. Então, além de ferir a autonomia dos Estados, ela só tem um único objetivo: arrecadar, arrecadar, arrecadar.

Se a desculpa ainda fosse: *Olha, vamos fazer isso para melhorar as políticas sociais*, mas não é. É para gastar, gastar, gastar. A única chave deste Governo é gastar, gastar, gastar e gastar, senão não vai ser reeleito em 2026. Eu espero que ele não seja reeleito em 2206. O que estamos vendo aqui é um desrespeito, uma falta de responsabilidade fiscal atroz. Falo isso sem contar que esses 30 bilhões, ou os inúmeros bilhões que querem arrecadar aqui, vão fazer com que muitas empresas que acreditaram nos seus Governadores e que acreditaram que estavam fazendo um bom negócio indo ao Estado tal fiquem completamente a ver navios.

É mudança de regra do jogo depois que o jogo começou. É uma perfeita vergonha, é um escárnio essa medida provisória. Além de tudo, votar numa sexta-feira, com o plenário esvaziado? Ficamos sabendo da votação dessa MP ontem. Por isso, precisamos, sim, retirá-la de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT? *(Pausa.)*

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - No caso de V.Exa., é o bloco PSD, não é?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Quero reiterar que, no dia de hoje, há efeitos administrativos para todos. A sessão é virtual.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PL orienta "obstrução".

Nós somos totalmente contrários à votação de uma matéria tão impactante de forma tão açodada, numa sexta-feira, com o plenário vazio, com pessoas votando a distância, com grande prejuízo para a discussão da matéria.

Então, nós vamos orientar pela obstrução.

Queremos pedir aos colegas que estão nos assistindo que votem pela obstrução ou que não votem, para que nós consigamos, de alguma forma, ao menos retardar a votação, porque não é possível que nós sejamos aqui surpreendidos com uma matéria desta importância, com tantas críticas que têm sido feitas pelas entidades que cuidam dos investidores, por aqueles que recebem subvenções.

Os pagadores de impostos estão realmente assustados com esta medida provisória. Ela...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este é um tema que foi exaustivamente debatido no Colégio de Líderes, na Comissão Mista. Está aqui o Deputado Luiz Fernando Faria, que fez um brilhante trabalho, debatendo com os setores da sociedade, com as duas Casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, na perspectiva de construirmos o melhor texto. Está pronto para ser votado, amadurecido. Portanto, não há sentido algum para esta retirada de pauta.

Nós encaminhamos contrariamente: votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu espero acrescentar o tempo da Oposição, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu subi a esta tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O tempo da Oposição para encaminhamento, é isso?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso, os 2 minutos. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O.k.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Peço só para que resetem o relógio.

Sr. Presidente, eu subi a esta tribuna para poder enxergar melhor o Plenário, porque, lá de baixo, eu via só a assessora à minha volta, eu praticamente não via um Deputado. Mas olhando daqui de cima, eu vejo que há um, dois, três, quatro — vejo o Deputado Darcísio Perondi, grande amigo, mas não está em exercício —, cinco, seis, sete, oito, nove, dez comigo e, com V.Exa., onze Deputados.

Sr. Presidente, há 11 Deputados em plenário. Há mais assessores aqui do que Deputados. A representação do PSOL, por exemplo, foi chamada, e nem a Liderança estava aqui. Vários partidos não estão representados pelos seus Líderes. E, neste momento, nós vamos votar uma medida provisória que vai tugar do pagador de impostos brasileiro bilhões de reais?

Não é possível votar nesta circunstância, Sr. Presidente. Não podemos aceitar que, por uma votação remota, este tema, tão sério, seja votado por este Parlamento, com 11 Deputados em Plenário! Mais de 400 deram presença, mas estão quase todos, a maioria deles, nos seus Estados, porque não estava previsto votação deste porte para que os Deputados a fizessem numa sexta-feira, votação remota. E se alguém pensou que pudesse fazer isso, pensou mal, pensou errado! Este é um tema sério, assim como a reforma tributária.

Por isso, nós da Oposição estamos em obstrução, para que esta sessão não se realize e nós possamos realizar a sessão com o plenário cheio na semana que vem, Sr. Presidente.

O NOVO e a Oposição orientam pela obstrução.

O SR. PRESIDENTE(Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós seguimos o mesmo pensamento da Oposição. Trata-se de uma matéria muito importante, que mexe com a vida do povo brasileiro, especialmente os empresários, aqueles que trabalham e geram riquezas para esta Nação.

Essa matéria, a nosso ver, deveria ser discutida com o plenário cheio, com mais calma, com prudência e responsabilidade. Então, nós também indicamos "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria e o Governo encaminham o voto "não". Após a votação da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, nós vamos votar a PEC da reforma tributária, que é importante.

V.Exa. anunciou com antecedência que as sessões de segunda-feira e sexta-feira seriam híbridas. Portanto, não há nada de anormal, muito pelo contrário. Trata-se de uma matéria que tramitou na Comissão Mista, que foi muito bem relatada pelo Deputado Luiz Fernando, de Minas Gerais. Portanto, a nossa solicitação é que todos votem imediatamente para que apressemos a votação da PEC da reforma tributária, Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do PP, Sr. Presidente, orienta "não".

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC) - Sr. Presidente, a Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Maioria orienta "não", Sr. Presidente. Esse assunto foi debatido no Colégio de Líderes. Por isso, o Plenário está apto a votar essa medida provisória. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Bloco do UNIÃO orientou "não".

Eu quero lembrar às Lideranças e aos representantes das Lideranças que estão no plenário e nos seus respectivos ambientes que informem aos Parlamentares que nós estamos sob regime de efeito administrativo, para depois não haver reclamações.

Há 340 votantes no plenário, número mais que suficiente para encerrar o requerimento. Já começam as sanções dos efeitos, a não ser os votos de obstrução, que serão computados em seguida.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 32;

NÃO: 307;

ABSTENÇÃO: 2;

OBSTRUÇÃO: 70.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

Passa-se à discussão...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pois não, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Questão de ordem, com base no art. 95 do Regimento:

Com fulcro no art. 95, formulo a presente questão de ordem para que essa Presidência alinhe entendimento e faça cumprir o § 3º do art. 4º do Decreto Legislativo nº 7, de 1995, que prescreve:

Art. 4º.

§ 3º. Quando houver votação nominal, a frequência será apurada através do registro da votação, exceto para Deputados ou Senadores em legítimo exercício do direito de obstrução parlamentar, para os quais prevalecerá a lista de presença.

Esse parágrafo apresenta, de forma inequívoca, a exata compreensão do § 6º do art. 82 do Regimento Interno. Nesse sentido, solicito que a presença dos Deputados cujo Líder tenha orientado obstrução, nos termos do § 6º do art. 82, seja aferida pela lista de presença, em cumprimento ao deferido no § 3º do art. 4º do Decreto Legislativo nº 7, de 1995.

Pois bem, Sr. Presidente. Ontem, durante a sessão, houve aqui um entendimento diferente por parte do Presidente em exercício, que disse que os Deputados de partido cuja orientação seja obstrução são obrigados a votar "obstrução". Nós não concordamos com esse entendimento porque ele é desconforme com os preceitos do Decreto Legislativo nº 7 e do Regimento Interno.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, para que tenha esse cuidado, o que é a prática em inúmeras votações. Quando a Liderança orienta "obstrução", já encaminha no sentido exatamente de mostrar que aquela bancada não quer votar naquela proposição.

Passa a ser questão de livre arbítrio se o Deputado quiser registrar "obstrução" ou não. Isso é o de menor relevância. A importância que existe é que, de fato, o partido proclamou a obstrução. A decisão é partidária, através do seu Líder, porque senão não existiria a menor importância ter a Liderança orientando ou não. A importância da obstrução é partidária. É um encaminhamento emblemático, e, de fato, todos daquela agremiação vão se sentir representados por aquela obstrução.

Quem obstrui não vota. Quem obstrui não precisa participar. Não é isso o que está escrito no decreto legislativo votado nesta Casa e no Senado Federal.

Solicito o deferimento da presente questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Bia, para lhe dar uma resposta mais embasada sobre a questão de ordem, vou fazê-la por escrito, ainda no andamento da sessão. Não vou indeferi-la de plano, porque vou mostrar a V.Exa. que não é assim que funciona. A obstrução é um direito regimental que não isenta o Parlamentar de participação de voto. O partido obstrui coletivamente, mas o Parlamentar não pode se eximir da sua responsabilidade de votar. Mas eu vou lhe dar a resposta por escrito, lida ainda no plenário desta Casa. Portanto, recolho-a.

Passa-se à discussão.

Lista de discussão.

Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, encaminho "sim".

Acho que essa matéria é extremamente importante para a trajetória da dívida pública do País e dá credibilidade e previsibilidade para atrair novos investimentos para a economia brasileira.

É fundamental fazermos justiça tributária. Nós estamos para votar a reforma tributária para eliminar esses incentivos, e, de fato, isso não ser base da arrecadação do Imposto de Renda sobre pessoas jurídicas é um grave erro.

Portanto, defendo a aprovação desse PL.

Quero parabenizar o Relator Luiz Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contra a matéria, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, parabéns pela importante decisão de colocar a reforma tributária na pauta do dia de hoje. Tem o meu aplauso, o meu reconhecimento. O Brasil vai reconhecer este momento por muitos anos.

Quanto à medida provisória que nós estamos discutindo, acredito que houve um aodamento do Governo em querer tributar o benefício fiscal concedido pelos Estados. O ICMS é um tributo estadual, e os Estados praticaram incentivos fiscais ao longo dos últimos 50 anos.

E não é correto, embora o Governo queira legalizar essa cobrança, em um incentivo dado para atrair uma indústria, uma empresa para o seu Estado, que o valor do benefício seja tributado em 43%: Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e PIS/COFINS.

Eu encaminho contra essa medida provisória. Na minha opinião, ela não vai resultar em nenhuma arrecadação. Não vejo como os empresários, que receberam esse benefício, que já encerraram os seus balanços... E, à época, em 2017, a Lei Complementar nº 160 foi muito clara, convalidou a guerra fiscal entre os Estados, todos protocolados em todo o País, e também disse, no artigo seguinte, que não cabe tributação federal, nenhum tipo de tributo sobre o benefício fiscal, principalmente com a questão do crédito presumido.

Então, se o crédito presumido tivesse saído da base tributária, seria palatável aceitar, mas não houve isso. O entendimento que o próprio Supremo já tem do crédito presumido é que não é tributável.

Por isso, nós deixamos aqui a nossa posição contrária à medida provisória, alertando o Governo de que ele não vai ter a arrecadação que está imaginando ter com essa medida provisória.

Encaminho o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas elogiar o trabalho do nosso mineiro, o Deputado Luiz Fernando Faria, que fez um belo relatório, e a expectativa é que possamos, sim, cumprir as metas orçamentárias com a arrecadação de aproximadamente 35 bilhões de reais.

Então, parabéns, Deputado Luiz Fernando Faria!

Vamos votar "sim" ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contrariamente à matéria, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só fazer um alerta antes de a Deputada Adriana Ventura falar.

Sr. Presidente, estamos com um problema técnico grave. O canal da *TV Câmara* no Youtube, que transmite a sessão, está sem áudio, e isso prejudica o acompanhamento e o andamento dos trabalhos aqui, inclusive porque falta transparência quando não há o áudio funcionando.

Vou só esperar a atenção do Presidente para continuar. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, antes de a Deputada Adriana Ventura falar, há um aspecto grave...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Marcel van Hattem, eu estava aqui a conversar.

O tempo está destinado à Deputada Adriana Ventura para discussão. Depois eu falo com V.Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas é algo grave, Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O Deputado falou que o canal da *TV Câmara* no Youtube está sem áudio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Mas, nesse caso, não precisa falar do microfone. Basta vir até a mesa que faremos a reclamação.

Deputada Adriana Ventura, V.Exa. está com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Meus caros colegas, subo aqui para falar contra essa medida provisória. É uma medida provisória encomendada, que desrespeita as regras do jogo. É um desrespeito a tudo que há de bom e é de boa prática.

Imagine virarem para você e falarem: "Olha, venha aqui para o meu Estado colocar a sua empresa, gerar empregos e, em troca de você gerar "x" empregos, você vai ter alguns benefícios".

O que o Governo Federal está fazendo? Está fazendo uma intervenção no que o Governador, no que Estado deu, e fazendo quem acreditou no Governador fazer papel de otário, porque ele quer isto. O Governo Federal está metendo a mão em mais dinheiro e tributando mais. Além de aumento de carga tributária, com a sanha arrecadatória, ele está cobrando imposto sobre o benefício fiscal dado pelo Estado.

A regra do jogo foi feita. O jogo já começou. A empresa já se mudou, já gerou 2 mil empregos, 5 mil empregos. O que o Governo está fazendo? "Não! O dinheirinho aqui, meu bem, vai para a base de cálculo para eu tributar o imposto federal, o Imposto de Renda."

Que vergonha! Não dá para confiar neste Governo, não! Ele não respeita ninguém! Ele não respeita nada! Ele não respeita combinado anterior! Passa por cima de Governadores! Onde já se viu isso? E a coisa é tão absurda que acha que fez uma promessa que não podia cumprir: déficit zero. E agora, em vez de fazer a lição de casa, a responsabilidade fiscal, tudo que nós já sabemos, ele quer continuar gastando e passando por cima de acordo dos Governadores, passando por cima de empresários, de pessoas que geram riqueza para o País, que dão empregos. Ele está passando por cima! É um total desrespeito em nome de aumentar a arrecadação.

Se há uma coisa que se chama vergonha alheia, é o que eu sinto em relação a este Governo. Se há uma coisa que eu chamo de não respeitar o trabalho dos outros, não respeitar a iniciativa privada, não respeitar quem gera emprego, quem gera renda neste País, é este Governo. Este Governo só quer chupinhar — chupinhar! —, tirar dinheiro de quem trabalha, tirar ânimo e disposição dos heróis deste País, que são aqueles que geram riqueza, que geram emprego. E não só querem sugar, sugar, mas também viajar pelo mundo, em viagens bilionárias — bilionárias! —, levando a trupe toda para passear.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor da matéria, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - A subvenção tem que estar vinculada a um investimento, ou seja, a subvenção é devida quando se vai ampliar o parque industrial, quando se vai gerar emprego. Era assim até 2017. Agora está se retomando a subvenção associada à geração de emprego e ao crescimento econômico. Para além disso, a subvenção que o Estado provoca não pode suprimir a participação ou o que é devido à própria União. Aliás, o imposto que é devido à União, ao ser resgatado, também vai voltar para o Estado e para o Município por meio do FPE e do FPM.

Portanto, o projeto é meritório. Ele vai gerar emprego e vai possibilitar políticas públicas de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contra a matéria, tem a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tenho aqui em mãos um artigo feito por auditores e consultores que diz o seguinte: "MP 1.185, a fria vingança contra o jabuti da subvenção".

Primeiramente, refere-se aqui ao fato até de ser indevido tratar essa matéria por medida provisória, tendo em vista que altera uma lei complementar, mas vou tratar disso posteriormente.

Quero dizer o seguinte: essa medida provisória tem a ver com o discurso do Governo de acabar com os jabutis e subvenções, e, com efeito, estima-se aí uma arrecadação de 80 bilhões de reais, que não haverá, porque, na verdade, no momento em que se tiram os créditos, vão-se diminuir investimentos, e é óbvio que a arrecadação irá cair. Então, é um sonho achar que haverá uma arrecadação de 80 bilhões de reais. Isso simplesmente não vai acontecer, porque as pessoas deixarão de investir, porque estão perdendo créditos.

Essa MP trouxe uma novidade negativa para os contribuintes: impactará significativamente a tributação das sociedades, que se valem da sistemática até então vigente. O valor dos benefícios não será mais utilizado para dedução da base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A partir de 1º de janeiro de 2024, quando entrar em vigor, o montante passará a gerar um crédito fiscal de subvenção exclusivamente para o IRPJ e ainda dependerá que o Estado onde o pagador de impostos faz o seu investimento trace regras de contrapartida. Se o Estado não fizer uma regra de contrapartida, o que vai acontecer? Nem ao menos o pagador de impostos, o investidor poderá utilizar o crédito.

Então, de acordo com essa medida provisória, o crédito a ser gerado em favor do contribuinte será calculado com base no produto das receitas de subvenção e da alíquota do IRPJ, e apenas poderá ser compensado ou restituído a partir do ano-calendário seguinte. Ele vai deixar de ser agora um valor a ser debatido e vai passar a ter que ser pago 100% do imposto para, quem sabe, no ano seguinte, poder usar esse crédito, caso o Estado faça a legislação que vai prever a contrapartida.

É óbvio que haverá fuga de investimento. É óbvio que isso é um prejuízo enorme para o pagador de impostos, mais uma vez onerado. É a cara desse Governo punir quem investe neste País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contra a matéria, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Para discutir contra a matéria, tem a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria começar a minha participação na manhã de hoje debatendo e discutindo a Medida Provisória nº 1.185, lembrando uma frase de um dos maiores Ministros da Fazenda que o Brasil já teve, o Ministro Pedro Malan. Ele disse certa vez, Deputado Renildo, que no Brasil até o passado é incerto. A Medida Provisória nº 1.185 traduz justamente isso. Aplica-se a frase do Ministro Malan, porque todo o pacto, tudo aquilo que foi oferecido às empresas espalhadas pelo Brasil como um todo, do ponto de vista de investimentos, dentro de uma regra do jogo reconhecida pelo Judiciário e pelos Estados, está sendo simplesmente rasgado a partir de um ato do Governo Federal via medida provisória, que, infelizmente, o Congresso Nacional caminha para homologar, para referendar.

Aqui se quebra o princípio do contrato juridicamente perfeito. O critério de investimento não é mais o critério do investimento do passado. O investimento, no passado, Deputada Bia Kicis, era o investimento do prédio físico, das máquinas. Hoje, no contexto de investimento no mundo, muitas empresas alugam, fazem BTS, *built to suit*, para viabilizar um determinado empreendimento industrial.

Infelizmente, a sanha arrecadatória dos Governos do PT, e neste Governo, mais uma vez se mostra presente; atacam-se incentivos regionais. Quem vai pagar a conta são as empresas mais distantes em Estados do Norte do País e em Estados como Piauí, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, porque estarão sendo tributados. Está-se inventando uma coisa, para mim, extraordinária e absurda: tributar tributos. O Estado abre mão de um tributo estadual, e o Governo Federal, que não se conforma, vai lá e quer taxar essa isenção que foi dada pelos Estados. É uma aberração.

Sinceramente, não dava de forma alguma e não dá para se calar diante disso. Minha posição é contra a MP 1.185. Vou votar contrária e conscientemente, porque ela vai na contramão daquilo que é lógico, que é incentivar o investimento e a geração de emprego, que deveria estar sendo preservada, e não está nesse instante.

(Durante o discurso do Sr. Mendonça Filho, o Sr. Arthur Lira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rafael Prudente, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Para discutir contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Silvio Antonio.

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente e prezados Parlamentares.

Bom dia, Brasil.

Eu queria explicar, em palavras simples, para que o povo brasileiro entenda essa Medida Provisória nº 1.185, de 2023.

Primeiro, subvenção é um auxílio financeiro concedido pelos Estados e usado para atrair investimentos para os seus Estados.

Eu queria falar aqui em nome dos Parlamentares de todos os Estados do Nordeste e da Região Norte também, porque nós precisamos estar atentos. No meu caso, o Maranhão, o Estado mais pobre do Brasil, precisa de empresas e indústrias para o seu desenvolvimento, para gerar emprego para o povo. E essa medida provisória vai no sentido contrário a isso, porque nenhuma empresa vai querer ir para o Maranhão pagando alíquotas de 43% — 25% de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica; 9% para o CSLL, que é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; 1,65% para o PIS; mais 7,6% de COFINS. Isso totaliza 43,25%, sendo que 25% do Imposto de Renda depois podem voltar de crédito, mas ainda ficam 18,25%. Então, no momento em que a indústria ou a empresa vai receber a subvenção, o auxílio financeiro, paga 43,25%.

Qual é o incentivo para o desenvolvimento de um Estado? As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste já estão bastante desenvolvidas em relação aos Estados do Nordeste e levam vantagem sempre. E o nosso Estado do Maranhão fica sofrendo, precisando de empresa, de indústria para gerar emprego, crescimento e progresso. E agora nós vamos sofrer mais ainda.

Eu quero chamar atenção do povo brasileiro e dos Parlamentares que são nordestinos. V.Exas. devem votar contra essa medida provisória.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Muito obrigado, Deputado Silvio Antonio.

Para discutir contra, concedo a palavra ao Deputado Giovani Cherini. *(Pausa.)*

Ausente.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, quero aqui elogiar a fala do nosso colega, o Deputado Silvio Antonio, que muito pertinentemente demonstrou, Deputado Padovani, por que esta nova legislação proposta pelo Governo Federal é tão nociva. Aliás, o Deputado Mendonça Filho foi extremamente direto ao ponto ao dizer que o que estamos fazendo é tributar a tributação ou tributar a subvenção.

Isso é um absurdo! Só poderia sair da cabeça de assessores e Ministros do PT. De nenhum outro lugar poderia sair um absurdo desse. E nós vemos, Deputada Bia Kicis, isso ser aprovado aqui na Câmara dos Deputados, ter passado em uma Comissão Especial, é sinal de que este Parlamento está, de fato, de joelhos diante de um Governo perdulário, corrupto, que não respeita o povo brasileiro, não respeita quem produz, não respeita a segurança jurídica, não respeita Estados e Municípios, porque, quando eles dão subvenção — aliás, eu posso discordar delas e tenho muitas críticas a incentivos fiscais e a subvenções —, cria-se uma regra, e a regra do jogo tem que ser respeitada. E ela não está sendo respeitada, Deputado Darcísio Perondi.

O que está acontecendo aqui, Deputado Darcísio Perondi, é que o Governo está propondo uma tributação depois de as subvenções já terem sido contratadas, vamos colocar dessa forma, entre empresas e Estados. Não tenho dúvida de que isso vai quebrar muita gente! Estão esperando uma arrecadação de 30 bilhões, 35 bilhões para o ano que vem, se todo mundo se mantiver no jogo, porque, quando as regras do jogo são mudadas durante a partida, muitos perdem o jogo por completo e saem fora, uns porque não terão condições de pagar e outros porque encontrarão outros lugares, inclusive outros países para fazerem seus investimentos, em virtude de que, mais uma vez, comprova-se que no Brasil até o nosso passado é incerto.

Não podemos aprovar esta medida provisória, mas lamentavelmente ela vem na esteira da liberação de mais de 10 bilhões de recursos do Orçamento da União para pagarem emendas parlamentares. Isso está claro. Esse aqui é um compromisso dos Deputados que recebem emendas para as suas bases que estão fora das emendas individuais obrigatórias. Recebendo esse dinheiro, fizeram um compromisso para cobrar mais do cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Está encerrada a discussão.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Pois não, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero levantar uma questão em relação à medida provisória em discussão, que traz muita preocupação à fragilidade significativa no aspecto legal da medida provisória, especialmente considerando a sua conversão em lei.

É evidente que, se levado a sério o processo de conversão em lei, a MP não deverá ser aprovada da forma como está, Sr. Presidente, visto que viola algumas regras fundamentais do direito tributário.

Um ponto crucial a ser considerado é que a mudança proposta não poderia ser efetuada por medida provisória. Isso se justifica pelo fato de que a equiparação das subvenções de custeio a subvenções para investimento foi estabelecida através da Lei Complementar nº 160, de 2017, e não por meio de uma lei ordinária.

Então, diante dessa fragilidade jurídica e para assegurar um processo legislativo com observância de princípios legais e constitucionais, proponho o adiamento da apreciação dessa MP 1.185, para que, dessa forma, tenhamos o tempo necessário para analisar detalhadamente a adequação da proposta aos dispositivos vigentes, garantindo-se, assim, a segurança jurídica e a coerência do processo legislativo, porque, em se tratando de lei complementar, temos que ter um quórum qualificado, e isso não será possível por meio de uma medida provisória.

Sr. Presidente, queria também dizer que essa matéria fere a segurança jurídica. Como disse o Deputado Mendonça Filho, estamos a legislar para o passado, porque, a partir de agora, aquelas pessoas que investiram em equipamentos, em indústrias, ou que, muitas vezes, mudaram o local da indústria para obter um benefício, terão que pagar. Elas não poderão usar o crédito que adquiriram no exercício corrente, somente no ano seguinte, e, mesmo assim, ficarão dependendo de uma legislação estadual que preveja uma contrapartida local.

Há, além disso, uma bitributação, no caso, e uma tributação sobre o imposto. Isso é algo que nunca se viu. Como foi dito aqui, somente um Governo que ignora totalmente as pessoas que investem e só pensa em arrecadar, arrecadar, arrecadar,

poderia ter a ideia de uma medida provisória como essa. O Congresso não pode ser conivente com isso, meus amigos — não pode! E aí falo também aos Deputados do Nordeste: "*Vocês serão os maiores prejudicados*".

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputada Bia Kicis, informo que questão de ordem é um instrumento para sanar dúvida, e V.Exa. traz aqui ponderações de mérito, afetas ao momento da discussão que acabou de ser encerrada. Vou pedir a V.Exa. que use os instrumentos de obstrução nos termos regimentais.

Está encerrada a discussão.

Requerimento de adiamento por 1 sessão de votação da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, constante da pauta da presente sessão.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, questão de ordem. Diz o art. 62, § 1º: "*É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria (...) reservada à lei complementar*".

Sr. Presidente, a matéria que está sendo alterada aqui trata de lei complementar. Não pode haver medida provisória sobre essa matéria, Presidente. Então, não adianta atropelar, querer retirar, porque agora essa medida provisória é baseada na Constituição Federal, art. 62, § 1º, inciso III. O Congresso Nacional, em uma sexta-feira, com o plenário esvaziado, vai mesmo violar a Constituição Federal? É isso o que nós viemos fazer aqui, Sr. Presidente? Certamente não foi para isso.

Tenho assistido, recentemente, a colegas tomando posse. Todos juramos o quê? Obedecer, fazer cumprir a Constituição Federal. E nós estamos aqui, em uma sexta-feira, repito, com o plenário esvaziado. Os Deputados estão votando a distância, seguindo a orientação dos Líderes, e não têm noção do que se está passando aqui. É grave. Trata-se da violação direta a um artigo constitucional, Sr. Presidente.

Nesse caso, nós precisamos suspender esta votação para que se analise minha questão de ordem. Não é possível deixar para respondê-la depois, porque trata da essência da votação que estamos fazendo aqui, Sr. Presidente.

É por isso que eu peço que esta questão seja admitida, seja acolhida, e que suspendamos a votação. Com calma, poderemos analisar essa questão e, quiçá, alguém faça um projeto de lei complementar, para que possamos, com um quórum qualificado, derrubar. Não é possível que os Deputados concordem em dar um prejuízo tão grande para as pessoas que investem no País e que estão sofrendo prejuízo atrás de prejuízo.

É um Governo que desvia, que é corrupto, que fala claramente: "*Nós temos que arrecadar, arrecadar, arrecadar*". Inclusive, chuta o balde do teto de gastos, do arcabouço fiscal, tirando do arcabouço fiscal para pagar. Ele faz medidas que até parecem boas. Nós votamos aqui um projeto de lei para que os estudantes possam permanecer nas escolas e recebam bolsa. No dia seguinte, vem o quê? Um projeto de lei complementar — aí sim — para tirar quase 7 bilhões de reais do arcabouço fiscal. São 7 bilhões de reais para lá, 7 bilhões de reais para cá. Aqui se fala em 80 bilhões de reais. Obviamente que não se arrecadará 80 bilhões de reais coisa nenhuma, porque as pessoas vão deixar de investir, especialmente em Estados mais distantes, mais longínquos. O Norte e o Nordeste serão prejudicados mais do que qualquer outra Região.

Deputados, especialmente aqueles que são de Estados do Norte e do Nordeste, representem com dignidade seus Estados, votem contra e, no momento, apoiem esta questão de ordem.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputada Bia Kicis, V.Exa. sabe o respeito que tenho por V.Exa., até por sermos da mesma bancada do nosso Distrito Federal, mas V.Exa., na verdade, trouxe uma questão de ordem igual à anterior.

Da mesma forma que não foi recebida a questão de ordem anterior, nós não vamos receber esta questão de ordem, informando novamente que a questão de mérito que V.Exa. traz poderá ser encaminhada na votação dos pressupostos constitucionais ou ainda no momento da votação dos destaques.

Só informo que a questão de ordem não foi recebida, Deputada Bia Kicis.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Presidente, vamos adiante!

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Não se trata de instrumento para sanar dúvida, Deputada Bia.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - O argumento foi diferente, Sr. Presidente. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - V.Exa. está fazendo questionamento de mérito da matéria.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Não, Presidente, eu apenas aproveitei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Nós ainda vamos discutir e votar o requerimento de adiamento de votação, Deputada. Há um processo longo de votação pela frente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, eu sei disso.

Nós vamos estar aqui o dia inteiro votando, Sr. Presidente. Mas eu fiz uma questão de ordem com base no Regimento e a outra, com base na Constituição.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - São fundamentos diversos, Sr. Presidente. Pelo menos, receba as duas. De qualquer forma, nós iremos recorrer à CCJ, mas, pelo menos, a questão tem que ser acolhida, recolhida, e não deixada de ser recebida, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, toda vez que o Presidente Arthur Lira sai da Presidência da sessão, os Deputados e as Deputadas que estão em obstrução, que não querem votar a matéria, como também não querem votar a PEC da Reforma Tributária, começam a repetir discurso político para sustentar determinadas questões de ordem.

V.Exa. anunciou o requerimento de retirada de pauta.

Portanto, solicito a V.Exa. que siga a ordem já estabelecida, porque há requerimento de retirada de pauta, e encaminhe as votações imediatamente.

É claro que é direito da Oposição obstruir, mas não pode atropelar os procedimentos adotados por V.Exa., porque seria antirregimental. O que a Deputada Bia Kicis colocou já foi respondido. O Deputado Arthur Lira já respondeu no início da retirada de pauta, enfim.

Portanto, a solicitação é a de que V.Exa. prossiga com o requerimento da Oposição, que é a retirada de pauta da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O.k.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, quero fazer uma questão de ordem, art. 95, § 4º.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu tenho aqui que me insurgir, principalmente, defendendo a Deputada Bia Kicis.

O art. 95, § 4º, diz expressamente:

Art. 95

§ 4º A questão de ordem deve ser objetiva, claramente formulada — que foi o que a Deputada Bia Kicis fez —, com a indicação precisa das disposições regimentais ou constitucionais cuja observância se pretenda elucidar, e referir-se à matéria tratada na ocasião.

O que não dá, Presidente, é para aceitarmos qualquer resposta de qualquer coisa e a qualquer tempo. Questão de ordem é importante, porque evita que percamos tempo com absurdos regimentais, que passem em cima de Regimento, em cima de regras. A única coisa que preserva a democracia são regras, Constituição e Regimento. Se Regimento não serve para nada, se Constituição não serve para nada, é melhor fechar tudo mesmo, como já disse o Deputado Gilson.

A Deputada Bia Kicis, que é embasada, conhece o direito, foi muito explícita. Estamos falando de lei complementar, que não se pode alterar por medida provisória. Ponto. Isso é fato. Do contrário, eu pego um pedaço de papel de padaria, escrevo qualquer coisa e vou mandar alterar a lei. Eu acho que essa vai ser a regra.

A minha questão de ordem, baseada no art. 95, § 4º, diz que cabe tanto regimental quanto constitucionalmente. Isso é regimental, é um direito que todo Parlamentar tem. Os Parlamentares daqui representam milhões de votos, milhões de brasileiros. Então, não dá para fazer qualquer coisa. Temos um papel constitucional. Somos eleitos, e isso é um privilégio, Presidente.

Acho, inclusive, que a Deputada Bia Kicis se sentiu ofendida com uma resposta que não era ali que se tinha que fazer. Chamaram-nos aqui. Realmente nos dão qualquer resposta. Somos Parlamentares que estão lutando por uma democracia correta, que siga regras, que siga leis, que siga a Constituição. Não dá para responder qualquer coisa ou ficar recolhendo questão de ordem e responder tudo junto, em um mesmo dia, quem sabe, por escrito. Questão de ordem tem que ser respondida no momento. Questão de ordem tem que ser tratada no momento.

Em respeito a V.Exa., meu querido amigo Deputado, que está presidindo a sessão, enquanto o Presidente Arthur Lira não está, eu vou devolver 30 segundos para V.Exa.

Muito obrigada.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputada Bia Kicis, V.Exa. já fez questão de ordem por três vezes.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Mas é outra questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Já foi respondida.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Não, é outro tema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - A respeito da questão de ordem da Deputada Adriana Ventura, a Presidência recebe a intervenção de S.Exa. como reclamação, nos termos do art. 96. (*Pausa.*)

Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu recorro à CCJC.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, art. 114... Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Há sobre a mesa o seguinte requerimento de adiamento de votação:

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 193, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da votação da MPV 1.185/2023, pelo prazo de 1 sessão.

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Para encaminhar o requerimento a favor, tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes. (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Não, eu vou falar. Eu estou inscrita para falar também.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, para encaminhar o requerimento. (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Antes de a Deputada falar, quero fazer uma questão de ordem, baseada no art. 114, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, V.Exa. tem que permitir a questão de ordem se for dito o artigo. Não pode não dar.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Diz o art. 114 que serão verbais ou escritos, e imediatamente despachados...

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - É para encaminhamento da votação, senhores.

As questões de ordem já foram sanadas.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - ...pelo Presidente, os requerimentos que solicitem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. tem que respeitar a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ela está fazendo uma questão de ordem, Presidente. É regimental...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - A Deputada Bia já apresentou, por três vezes, a mesma questão de ordem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas, Sr. Presidente, ela pode fazer quantas quiser, desde que esteja pautada no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Mas são no mesmo sentido.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Não são.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - V.Exa. não pode fazer isso, Sr. Presidente, com todo o respeito que lhe tenho.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Como V.Exa. pode saber a questão que eu vou fazer? Como V.Exa. sabe que é igual às outras? Não é. Esta é baseada em outro artigo, o art. 114, que diz que serão verbais ou escritos, e imediatamente despachados pelo Presidente, os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputada Bia, o microfone da tribuna está liberado. Por favor, vamos garantir a fala da Deputada Adriana Ventura.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Mas a Deputada Adriana Ventura...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, o senhor não pode fazer isso com a Deputada Bia...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputada Adriana Ventura, V.Exa. está com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu queria lhe pedir que, por favor, não corte o microfone dos Deputados que estão protestando.

Estou aqui para encaminhar o adiamento de votação. Agora, o microfone da Deputada Bia foi cortado, também o do Deputado Marcel, que fazem questões de ordem importante. Então, em respeito a eles, para o bom andamento dos trabalhos, eu vou ficar muda até que seja aberto o microfone dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Quando o microfone da tribuna é liberado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Pode "desliberar" o microfone. A Deputada estava falando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - ... os microfones naturalmente são cortados.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, por favor, abra os microfones.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Eu vou passar a palavra a V.Exa. Depois, eu passo a palavra para a Deputada Bia novamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k. Se temos esse combinado, prossigo, mas V.Exa. pode restituir o meu tempo, por favor? São 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Pois não. O seu tempo está restabelecido, Sra. Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente, pela gentileza.

Caros colegas, o que nós estamos vendo aqui é um *show* de horrores, porque não dá para votar uma coisa de qualquer jeito e de qualquer forma. Nós temos ritos — ritos.

Fico realmente muito admirada com o fato de que o Governo e o Partido dos Trabalhadores, que sempre foram os campeões em se rebelarem contra questões regimentais e constitucionais, não estejam respeitando os colegas que estão fazendo a mesma coisa.

Então, a Deputada Bia tem que ter direito à palavra, assim como o Deputado Marcel.

Mas, voltando à pauta, nós temos que adiar esta discussão, primeiro, porque ela está indo de encontro a combinados anteriores de Governadores, está metendo a mão e levando para a base de cálculo algo que não está no planejamento das empresas, sem combinar — e olhem que essa medida provisória, inclusive, veio com um dispositivo para cobrar de forma retroativa!

Isso é uma aberração! Isso é um desrespeito para com as empresas que foram para os Estados. Este Governo está abalando a confiança: a confiança constitucional, a confiança de acordos, a confiança de princípios. Eu sei que este é o Governo da lambança e da gastança, só que vamos ser práticos aqui. Quem tem uma empresa, quem abre qualquer negócio — pode ser o pequeno empreendedor —, sabe que deve haver planejamento: *"Este ano eu vou fazer isso, vou gastar isso e estou planejada. O ano seguinte, eu vou fazer isso, vou gastar."* Eles simplesmente estão passando por cima do planejamento das empresas. Muitas empresas vão quebrar!

Meus Deputados amigos do Nordeste — o Deputado Silvio já foi claro —, vocês vão perder um monte de empresas e um monte de empregos! O Governo está destruindo emprego, está picando emprego, está picando renda nos Estados de vocês, e vocês estão votando a favor, estão pondo uma digital em algo como isso? É muita coragem ir contra o trabalhador, ir contra a população, ir contra a confiança. Que vergonha! Que absurdo!

Precisamos adiar essa discussão, sim.

Essa medida provisória é vergonhosa. Isso deveria ser feito por lei complementar. Essa não é a maneira certa de fazê-lo. Mas parece que querem transformar isso aqui em casa de qualquer coisa, em que se pode fazer qualquer coisa e pode ser de qualquer jeito. Eu já falei que vou para uma padaria escrever uma alteração de lei e jogá-la para o ar para mudar a lei. Não! Vamos adiar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Para discutir contra, tem a palavra o Deputado Odair Cunha. (Pausa.)

Antes, vou conceder a palavra, conforme eu havia dito, à Deputada Bia Kicis. Em seguida, para discutir contra, terá a palavra o Deputado Odair Cunha.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, com base no art. 114, inciso IV, do Regimento:

Art. 114. Serão verbais ou escritos, e imediatamente despachados pelo Presidente, os requerimentos que solicitem:

.....

IV - observância de disposição regimental;

Eu pedi a palavra, que foi cortada. Fui censurada sob o argumento de que já fiz outras questões de ordem.

Sr. Presidente, eu presidi a CCJ e vivi o verdadeiro inferno com a Oposição do PT, que fazia 500 questões de ordem para tentar barrar uma votação, uma pauta que não fosse do interesse deles, mas que fosse do interesse do povo brasileiro, pautas que fossem a favor da liberdade econômica, quaisquer pautas que fossem a favor da defesa, da democracia, das leis e da Constituição. O PT tinha, na frente, uma bancada — uma bancada feminina, inclusive — que fazia questão de ordem atrás de questão de ordem, e eu tinha que respeitá-la. Questão de ordem é questão de ordem.

Então, não é possível, Sr. Presidente, que, pelo argumento de que eu já fiz questões de ordem, pautadas em artigos diferentes do que estou utilizando agora, a voz de uma Parlamentar seja calada, ainda mais em se tratando de um Presidente que é o coordenador da bancada à qual pertenco com muita honra: a bancada do Distrito Federal. Espero sempre de V.Exa. um tratamento digno, um tratamento justo, um tratamento correto com sua colega de bancada, que está aqui exercendo sua função de obstrução.

Obstruir não é pecado! Obstrução é um direito e até um dever do Parlamentar, ao se opor a uma matéria tão horrível como essa que estamos votando hoje. É mais uma matéria, mais um projeto para destruir o Brasil, para acabar com o investimento, para onerar o investidor.

Então, se eu estou aqui trazida pelos cidadãos, pelos eleitores do Distrito Federal para defender a liberdade econômica, tenho a obrigação de estar aqui numa sexta-feira, lutando contra esse projeto, e a obstrução é uma ferramenta para isso. Não podemos ser acusados de estar obstruindo, como ouvi aqui um Deputado dizer, como se fosse errado, antirregimental, ilegal, inconstitucional ou até mesmo um pecado.

Com todas as vênias, nós aprendemos, Sr. Presidente. Hoje somos Oposição, o que quer dizer que tivemos uma aula na legislatura passada, e eu sou boa aluna. Há muitos aqui, como o Deputado Marcel e a Deputada Adriana, bons alunos. Somos bons alunos e tivemos excelentes professores.

Eu tenho que cumprimentar a minha colega de bancada, a Deputada Erika Kokay, que é uma excelente professora em obstrução.

Eu aprendi, Deputada Erika Kokay. Parabéns pelas suas lições na CCJ. Estou aqui como uma aluna exemplar.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputada Bia Kicis, conforme eu disse, eu concedi a palavra, mais uma vez, a V.Exa. E observo que, nesta Presidência, em respeito ao legítimo exercício da obstrução, a palavra foi concedida aos Parlamentares para que formulassem as respectivas questões de ordem. Mas, no ofício desta Presidência, tenho o compromisso de garantir o devido manejo dos instrumentos regimentais.

Tem a palavra o Deputado Odair Cunha, para encaminhar contrariamente.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Encaminho "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O.k.

Orientação de bancada.

Como encaminha o Bloco do MDB? (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O UNIÃO encaminha "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O Bloco do UNIÃO e PP orienta "não".

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O MDB orienta "não".

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco orienta "não".

Para os Parlamentares entenderem, eu fui Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos. A partir do momento em que retiramos recursos da União, estamos tirando a parte que é dos Municípios também.

Eu quero alertar aos Deputados que são contrários a esse projeto que a maioria dos Municípios brasileiros estão tendo dificuldade para pagar o 13º dos seus funcionários. Então, esse é um projeto de responsabilidade fiscal, para que o Governo Federal recomponha a arrecadação em virtude de muitas irresponsabilidades que foram feitas e também para que os Municípios possam ter o seu repasse, que é de direito dos Municípios, para cumprirem com seus deveres na saúde e na educação, e também com sua população.

O encaminhamento é "não" ao adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Esta Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Está iniciada a votação.

Como encaminha o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PL está em obstrução, orienta a obstrução.

Quero dizer que não vai acontecer essa mágica que o colega que me antecedeu mencionou. Não vai haver dinheiro para Município com essa medida provisória, porque aquelas pessoas que investem e investiam até agora, contando com o crédito que teriam, vão deixar de ter esse crédito. E, quando você não tem um crédito, é muito mais fácil você deixar de investir naquele local do que produzir mais e mais, gastar mais e mais, pagar mais e mais imposto e dar dinheiro para o Estado.

Existe a curva de Laffer, existe um limite no que se pode pagar. Além desse limite, que o Governo está ultrapassando com força, o que acontece é fuga de capital, é fuga de investimento.

Eu nunca vi tantos empresários, tantos brasileiros saindo do País, buscando um local onde possam produzir e investir de forma mais próxima e com menos arrocho.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo e a Maioria, os dois juntos, aproveitam para encaminhar o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O Governo e a Maioria encaminham "não".

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Lá na frente, gostaria de falar pela Liderança do Governo, quando concluir a votação do texto principal.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Liderança, como orientam PT, PCdoB e PV?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é importante termos clareza de que estamos falando de um processo de tributação sobre o lucro, um sistema nacional, que vai compreender e organizar um tema que já foi decidido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Com isso, Presidente, nós estamos regularizando, nós estamos garantindo mais transparência na arrecadação dos tributos, nós estamos recompondo a base fiscal do Estado brasileiro. Não se trata apenas de arrecadação para a União, mas também de recursos que serão distribuídos para os outros entes subnacionais.

Por isso, é muito importante termos clareza aqui de que nós estamos tributando o lucro e para um grupo seleto de empresas. São apenas 400 empresas Brasil afora. Nós estamos garantindo a capacidade de investimento do Estado brasileiro.

Por isso, nós entendemos que nós podemos votar já esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - A Federação do PT, PCdoB e PV orienta "não".

Como orienta a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, obviamente nós temos que adiar essa discussão, quer dizer, essa votação, porque a discussão já passou. Nós temos que adiar essa votação, porque o que estamos vendo aqui é um ataque frontal ao pacto federativo. É disso que se trata aqui. Na verdade, é o Governo tentando jogar na base de cálculo do Imposto de Renda algo que ele não pode fazer.

Então, o que nós vemos? Se o ICMS, esse benefício, o crédito presumido, é concedido pelos Estados, o Governo quer pegar, arrancar isso e jogar na base de cálculo do IR, da contribuição social do PIS e da COFINS. Isso é uma vergonha! Vai inviabilizar empresas, passando por cima de pacto federativo.

Esse Governo não respeita mais nada. Essa votação precisa ser adiada.

Por isso, o NOVO orienta "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria?

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Sr. Presidente, na verdade é grande, é valente.

Deputadas Bia Kicis e Adriana Ventura, V.Exas. nos inspiram e inspiram o Brasil. V.Exas. são duas leões que estão aqui lutando pelo povo brasileiro. V.Exas. são incríveis! Eu me sinto muito honrado em estar aqui ao lado de V.Exas. com os demais Parlamentares dessa Minoria.

Reconhecemos também que deveria ser não uma medida provisória, mas uma lei complementar.

Por isso, a Minoria orienta "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta a Oposição?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inclusive quero aqui reconhecer V.Exa. por ter concedido a palavra à Deputada Bia Kicis, sua colega de bancada, também do Distrito Federal. Acho isso importante até para não assistirmos a nenhuma acusação falsa de espetáculo de misoginia como, por exemplo, a Esquerda gosta de fazer. V.Exa. é uma pessoa muito correta. Creio que apenas acabou naquele momento não concedendo a palavra porque a Deputada Adriana Ventura estava na tribuna. Mas, obviamente, as questões de ordem precedem. Acho importante que nós tenhamos sempre essa visão de que, quando estamos aqui, apesar de, obviamente, também estarmos em obstrução, com as nossas questões de ordem, também estamos buscando esclarecer temas importantes para o Plenário.

O NOVO requer o adiamento de votação, inclusive fomos, junto com o PL, os proponentes desse requerimento. Entendemos que esta votação não deveria nem sequer estar acontecendo neste momento, com tão poucos Deputados em plenário, Sr. Presidente.

Obstrução!

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, quero só fazer uma sugestão aqui para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Só um minuto, Deputada.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 42;

NÃO: 331;

ABSTENÇÃO: 1.

ESTÁ REJEITADO O REQUERIMENTO.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Se me permite, Presidente, faço uma sugestão a V.Exa.: antes de encerrar a votação, pergunte se todos do plenário já votaram. Eu votei, mas, às vezes, acontece de estarmos orientando e tal e nos esquecermos de votar. É só uma sugestão. Se puder fazer isso, agradeço.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Está o.k., Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, com licença, eu tenho uma questão de ordem, porque eu tive um requerimento rejeitado. Então, a minha questão de ordem se baseia no art. 117, que dispõe:

Art. 117. Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento e os que solicitem: (...)

São elencados ali inúmeros requerimentos.

Eu fui informada pela Assessoria que a Mesa rejeitou o meu requerimento que simplesmente pedia para votar as emendas de um jeito, uma a uma, e tal. Falaram que não havia previsão. Esse artigo é justamente para os requerimentos que não têm previsão.

Então, Presidente, eu peço, por favor, ajuda a V.Exa., porque na votação de uma medida provisória tão importante como essa, eu fico indignada que façamos um requerimento e não tenhamos, pelo menos, a explicação. Simplesmente, rejeitam pelo sistema, falam que não há previsão, mas o art. 117 me dá essa liberdade de entrar com requerimento escrito.

Inclusive, vou ler aqui. Está escrito assim na justificativa da Mesa: "*Não há previsão regimental para votação de emendas uma a uma*".

Eu fico me perguntando assim: como não há? Há emendas que são jabutis. Há emendas que estão ali a pedido de alguém. Há emendas que foram feitas especificamente para tirar dinheiro de uma pessoa e mandar para outra pessoa ou de um segmento para um segmento. Então, é muito relevante que avaliemos e justifiquemos emenda por emenda.

Além do mais, a criatividade aqui é tanta que às vezes nos deparamos com uma emenda e perguntamos: "*De onde tiraram essa ideia?*". É tanta criatividade! É tanto jabuti e criatividade!

Essa medida provisória já começa sendo uma aberração, ferindo o pacto federativo, sendo uma medida provisória, quando não deveria ser medida provisória, deveria lei complementar, com todas as outras aberrações que já foram faladas aqui. Sem contar que é um desrespeito. Eu fico pensando nessas empresas, nessas grandes indústrias que foram para os Estados que precisam ser mais desenvolvidos e ter geração de emprego, esses, inclusive, que falam que são os mais pobres do País, ou aqueles que têm muito desempregado, ou aqueles, inclusive, que têm mais Bolsa Família do que gente trabalhando, mais gente recebendo Bolsa Família. A incompetência não é de quem não tem trabalho. A incompetência é de quem governa essas pessoas. A incompetência é de quem faz atrocidades e vota favorável a uma medida provisória dessas, que não permite que essa pessoa tenha um emprego. E os poucos que têm emprego vão perdê-lo com essa medida provisória.

Sendo assim, Presidente, eu agradeço imensamente a sua atenção.

Essa é a minha questão de ordem.

Eu gostaria de entender por que ela foi negada pela Mesa.

Muito obrigada.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Presidente, peço a palavra para contraditar, art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Pois não, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós estamos em processo de votação. Conforme o § 3º do art. 95, não cabe neste momento mais questão de ordem. Nós iniciamos o processo de votação.

Ela poderá fazer questões de ordem quando nós concluirmos esse processo.

Obrigado, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Inciso XII...

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O Deputado Odair Cunha tem total razão, mas eu vou responder aqui à Deputada Adriana Ventura informando que o inciso XIII do art. 117 do Regimento Interno desta Casa foi revogado. Diz o inciso XIII: "*Revogado pela Resolução nº 21, de 2021*".

Então, respondida a questão de ordem de V.Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Olhe o inciso XII, por favor, que é o anterior e fala de votação por determinado processo.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Por essa razão, não foi admitido o requerimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu recorro. Estou falando do inciso XII, e não do XIII. A justificativa do XIII está correta, uma vez que V.Exa. diz que foi eliminado, mas me refiro ao XII.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, isso não é possível. É um desrespeito a V.Exa., ao Relator da matéria. Nós não podemos...

Deputada Adriana, isso é um desrespeito a nós todos. A obstrução é um direito, mas não pode atropelar o Presidente que está presidindo a sessão e nós não votarmos nada. O discurso político se faz na hora do debate de mérito.

Isso não pode, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu respeito o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O.k., Deputado.

Passa-se à votação.

Lista de encaminhamento.

Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes. Em seguida, está escrita a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, não, Presidente. V.Exa. não me respondeu sobre o art. 95, § 3º.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Encaminhamos "sim", pela votação.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, para encaminhar contra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu concordo que estamos em um processo democrático e que a obstrução é a única ferramenta, talvez, contra os excessos e abusos de poder. O que estamos vendo aqui é o não respeitar a Constituição, é o não respeitar o Regimento, porque querem votar, votar, votar, votar, votar.

Então, só sendo clara, Presidente, com relação às respostas, eu realmente vou querer uma elaboração por escrito das respostas, porque eu vou recorrer de todas à CCJ. Digo isso porque a justificativa dada foi em relação ao inciso XIII, e a minha questão de ordem é sobre o inciso XII, que diz: "*Votação por determinado processo*".

E quero dizer aos colegas que falaram de votação que nós não estamos em votação. O artigo no qual V.Exas. se basearam fala de momento da votação, de quando estamos votando, o que não é o caso agora. Por isso, eu realmente quero respostas consistentes às questões de ordem.

Voltando aqui, farei um encaminhamento breve.

Caros colegas, não dá para colocar a digital nesta medida provisória. Ela é errada no trâmite, na forma, no instrumento. A matéria sobre a qual ela versa teria que ser objeto de uma lei complementar, mas estão fazendo por medida provisória. Ela vai contra populações, Estados, Governadores, pessoas que geram emprego e renda. Por quê? Porque o Governo quer arrecadar. O Governo quer gastar, quer viajar pelo mundo, ficar em hotel de luxo, comprar lençol mil fios egípcio. Essa sanha arrecadatória deste governo irresponsável e da lambança faz com que agora queira meter a mão em mais dinheiro de empresas que confiaram em Estados, que confirmaram em Governadores e foram lá montar suas empresas, gerar empregos para a população que mais precisa e tirar as pessoas da pobreza.

E o que nós vemos o Governo fazer, gente? *"Não. Sabe a subvenção que o Estado deu? Nós vamos pegar uma parte dela e jogar numa base de cálculo para poder arrecadar mais Imposto de Renda, contribuição social, PIS, COFINS".* Que vergonha! Que falta de palavra! Isso fere o pacto federativo. Isso fere a confiança de um país. Isso gera insegurança jurídica em todos os níveis. Qual empresário, qual empreendedor vai ter a coragem de investir alguma coisa em algum lugar com um Governo que não respeita nada, que não respeita as regras?

É vergonhoso! E a cara de pau é tanta que criaram o Ministério *fake* do Empreendedorismo ontem. É a coisa mais ridícula que eu já ouvi na minha vida. Olhe como a coisa é *fake*!

Por isso, é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Somos a favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Para encaminhar contra, tem a palavra ao Deputado Mendonça Filho. *(Pausa.)*

Passa-se à votação...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Não, Sr. Presidente. Eu também estou inscrita para falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Pois não, Deputada.

O Deputado Mendonça Filho foi chamado. S.Exa. vai fazer a orientação.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu renovo aqui minha afirmação de que essa medida provisória é imprópria, inadequada, agride o contrato juridicamente perfeito, invade a competência dos Estados da Federação, quebra o pacto federativo, porque a concessão dos incentivos é de ordem local, regional, e não faz sentido o Governo Federal querer tributar incentivos, subvenções e estímulo ao desenvolvimento regional.

Além disso, nós criamos uma proposta de transição que será votada no âmbito da reforma tributária, em instantes, que estabelece um gradualismo para a redução dos incentivos regionais até 2032. Há um acordo celebrado no âmbito da reforma tributária para diminuir e zerar os incentivos regionais até 2032.

E vem o Governo Federal, a gestão atual do Presidente Lula, querendo cobrar até o passado dentro de uma realidade que inexistia, que não estava presente. O que isso vai significar em termos práticos? Vai aumentar o contencioso. Ledo engano do Ministro Haddad imaginar que ele vai botar a mão nesses bilhões todos do passado. Isso é pacífico. Quem vai ganhar muito dinheiro nessa história são os escritórios de direito tributário, porque nenhuma empresa vai pagar sobre um fato que está sendo estabelecido daqui para frente.

Um dos princípios do direito é que a lei não retroage para prejudicar. Eu não sou formado em direito, mas aprendi isso há muito tempo. Então, na prática, essa é mais uma tentativa de buscar recursos a todo custo. O rombo fiscal está cada vez maior, a previsão de déficit zero em 2024 não vai, infelizmente, acontecer, e nós vamos ter como consequência a estagnação, porque o Governo Federal, o Executivo quer mais capacidade de investimento.

No entanto, não é possível que se conceba aumentar a capacidade de investimento do Estado brasileiro sufocando a capacidade de investimento do setor privado. O setor privado é que tem a dinâmica necessária para levar o Brasil adiante, gerar empregos, riqueza, renda. E é isso que, infelizmente, a Esquerda e o PT não compreendem.

Por isso, a minha posição reiterada contra essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Em votação parecer da Comissão Mista na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Para encaminhar a favor do parecer, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Somos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fizemos o fim da guerra fiscal na Lei Complementar nº 160, de 2017. O que essa lei estipulou? Convalidou todos os contratos de benefícios fiscais até 2017 e também colocou um fim nas disputas que estavam na Justiça e no CARF sobre a cobrança de Imposto de Renda, CSLL, PIS e COFINS. Com isso, encerrou-se uma etapa desse contencioso, que faz parte do maior contencioso do mundo. O Brasil tem hoje 7,5 trilhões de reais em contencioso, segundo o Insper, ou seja, 75% do PIB.

Eu entendi isso na época, como legislador — ajudei a aprovar a lei complementar —, e o Relator da reforma tributária, Deputado Aguinaldo Ribeiro, incluiu a lei complementar no texto da PEC 45, porque a guerra fiscal encerra-se em 2032, assim como estava previsto na Lei Complementar nº 160. Em 5 anos, encerram-se os incentivos fiscais de ICMS na área de serviço; em 8 anos, nas áreas intermediárias; e, em 15 anos, na área industrial.

Esta cobrança do imposto, para mim, é estranha. Eu entendo, conversando com todos os setores produtivos do Brasil, que isso só vai aumentar o contencioso. Acho que, se o Brasil quer diminuir o déficit público, o Governo Federal tem que buscar outra fonte de tributação. Eu não tenho dúvida de que esse contencioso não vai acabar e vai aumentar.

Por isso, eu continuo encaminhando contra, como fiz ontem lá na votação da medida provisória. E eu quero votar a matéria o quanto antes, porque mais importante do que essa matéria é a reforma tributária, que é a solução definitiva para a guerra fiscal, para reestruturar a economia, fazer o Brasil voltar a crescer e prosperar com a criação do IVA 5.0.

Obrigado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Vamos embora, Presidente!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Orientação de bancada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu estou inscrito, Presidente. Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Foi um contra, outro a favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, não, mas não é requerimento. Requerimento é um contra, um a favor.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Agora, é orientação de bancada, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Espere aí, Presidente. Requerimento é um contra, um a favor.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - É encaminhamento de pressuposto, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sim, mas não é requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - É encaminhamento de pressuposto. Foi um contra, um a favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente.

O art. 192, § 8º, diz que os requerimentos são um e um. Não é um requerimento. Os pressupostos não são requerimentos. Os requerimentos são dois para cada lado, assim como ocorre no encaminhamento. Estamos encaminhando a votação de pressupostos constitucionais, são dois a favor e dois contra. Não é um requerimento. Nesse ponto, o Regimento é inequívoco, Presidente. Não é requerimento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputado, eu vou pedir aos senhores que orientem.

Eu já garanti aqui à Deputada Bia Kicis, depois da orientação, no processo de votação, a palavra. E ela faz a...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, Presidente. Eu faço a questão de ordem, então.

Eu vou utilizar os 3 minutos para fazer a questão de ordem...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não cabe questão de ordem no processo de votação, art. 95, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É claro que cabe. Poxa vida! Nós estamos em votação, mas nós temos requerimentos de questão de ordem, Deputado, de acordo com o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Nós estamos em orientação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É o art. 192, § 8º. Ele diz o seguinte...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Presidente, de acordo com o art. 95, § 3º, não cabe questão de ordem dada a Parlamentar no momento do processo de votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Como não, Deputado Odair?

Deputado Odair, aprendemos com vocês isso aí.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Eu peço a V.Exa. que leia o § 3º do art. 95.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Aprendemos com vocês do PT. Pois é, reconhecemos...

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deputado Marcel, essa questão de ordem já foi respondida no dia de ontem.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Sr. Presidente, abra o encaminhamento para votação e mantenha a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Essa questão de ordem de V.Exa. já foi resolvida na sessão de ontem e já foram feitos inclusive os encaminhamentos.

Como orienta o PP?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Bloco do UNIÃO, PP, "sim".

Como orienta o MDB? (*Pausa.*)

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Pode abrir a votação se o senhor quiser, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E pode não abrir se não quiser.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Está iniciada a votação.

Como vota o MDB?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - MDB, "sim".

Como orienta o PL? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação do PT, PCdoB?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO? (*Pausa.*)

Como orienta o PL? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Está em votação, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL está obstrução, Sr. Presidente, mas eu acho que essa questão é fundamental e este é o momento certo para tratar dela, tanto que eu levantei questão de ordem. E eu fui orientada a usá-la neste momento em que estamos tratando exatamente dos pressupostos constitucionais. É há uma grande fragilidade aqui que precisamos debater exatamente agora. Por quê? Porque essa medida provisória trata de uma matéria que está alterando a Lei Complementar nº 160, de 2017. Essa matéria, Sr. Presidente, jamais poderia ser tratada por medida provisória, que será convertida em lei ordinária. Essa matéria, pela Constituição Federal, está reservada à lei complementar por se tratar de matéria tributária.

Então, nesse caso, Sr. Presidente, é evidente que os pressupostos constitucionais não foram atendidos. Estamos aqui votando uma matéria que ensinará, evidentemente, ações judiciais. Nós a levaremos ao Judiciário. Se nós não a levarmos, os investidores, os pagadores de impostos levarão. Nós vamos encher o Judiciário do País com uma matéria que poderia ser simplesmente resolvida aqui, se votássemos dentro dos pressupostos constitucionais, por meio de lei complementar...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Obstrução.

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orientarei o NOVO e a Oposição, os dois juntos, a menos que outro Parlamentar queira orientar a Oposição.

Eu quero lembrar — e, para começar, já digo que estamos em obstrução, digo para que fique marcado o nosso voto — que o que nós estamos fazendo aqui é, de fato, não apenas nosso direito como Oposição, mas também nosso dever. Está absolutamente respaldado no Regimento Interno. O Deputado Odair Cunha se equivoca quando diz que durante o processo de votação não pode haver questão de ordem. Como eu disse, nós aprendemos muito de obstrução com o que o PT fez ao longo dos últimos 4 anos, no Governo Bolsonaro, e durante toda a sua trajetória e com o que faz nas Comissões o tempo todo, antes de iniciar a votação, durante a votação e depois que termina. Quando o PT está em casa, está fazendo questão de ordem. Então, é algo que nos compete. Pelo Regimento Interno, estamos fazendo, obviamente, aquilo que pode ser feito, Sr. Presidente, como obstrução. Nós não estamos pegando artigos ao léu, que não têm a ver com o período da Ordem do Dia. Nós sabemos que há algumas questões de ordem que não podem ser feitas durante o período da Ordem do Dia e da votação, mas há outras que são completamente pertinentes.

Eu quero reforçar, Sr. Presidente, que, no nosso entendimento, mais uma vez a Mesa se equivoca, mais uma vez a Mesa não respeita o que diz o Regimento Interno. Não me refiro a V.Exa. V.Exa. se lembrou de uma decisão proferida ontem, que é equivocada, é plenamente equivocada, porque o Regimento é totalmente transparente, cristalino, diz que, quanto a requerimentos, é apenas um de cada lado. Isto não é requerimento, não é requerimento, é o parecer da Comissão Mista, pelo atendimento de pressupostos constitucionais.

Ou nós falamos português neste plenário ou há outra língua sendo utilizada pela Mesa dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Oposição e NOVO estão em obstrução.

Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - A Maioria vota "sim".

Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo, pelos Municípios e pelo Brasil, vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - A Maioria é "sim".

Como orienta a Minoria?

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fico analisando como é difícil ser empresário neste País, empresário que gera riqueza, emprego, renda. Como é difícil. Parece que, na verdade, os empresários, para este Governo, são inimigos, que os empresários são inimigos do Governo. Essa é uma visão totalmente socialista, comunista, e eles são penalizados. Vemos aqui uma questão clara de tributação. Paga-se imposto para o Estado e, agora, tributação para a União, em 43,25%.

Empresários, estamos aqui lutando por vocês e pelos trabalhadores que vocês também empregam.

A Minoria está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Todos votaram? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 327;

NÃO: 43;

ABSTENÇÃO: 1.

APROVADO O PARECER.

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Para encaminhar a favor do parecer, tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Para encaminhar contra, tem a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é muito importante que rebatamos esta matéria e reafirmemos que agora nós estamos falando do não atendimento, do parecer pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais.

Nada melhor do que este livrinho, a Constituição Federal, para checarmos isso, para lermos e podermos dizer se pressupostos constitucionais estão ou não atendidos.

(Exibe a Constituição Federal.) O art. 62 da Constituição Federal diz o seguinte:

Art. 62.....

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

.....

III - reservada a lei complementar; (...).

No artigo da Constituição que fala das matérias reservadas a lei complementar, nós temos o quê? A matéria tributária. Sem dúvida alguma, a lei que instituiu, que parou as subvenções de custeio e as subvenções para investimento, é uma lei complementar, votada com quórum qualificado, é a Lei Complementar nº 160, de 2017. Como vamos imaginar, portanto, ser constitucional a alteração de uma lei complementar, que foi votada com quórum qualificado, observando-se a Constituição, por meio de uma lei ordinária, que está sendo votada numa sexta-feira como esta, esvaziada, com pouquíssimos Deputados no plenário?

Os Deputados que viajaram e estão votando a distância não sabem do debate que está sendo travado aqui. Normalmente, o que acontece é o seguinte: o Deputado abre o aplicativo no seu celular, olha lá a orientação do seu partido e vota. Eu tenho certeza de que muitos Deputados que estão votando a favor deste projeto, se estivessem aqui, acompanhando esta discussão, primeiro, se fossem pessoas legalistas, iriam acatar esse pressuposto, esse pré-requisito que se está levantando aqui, de ausência da observância dos pressupostos constitucionais; segundo, se fossem Deputados de Estados do Nordeste, como há tantos aqui, ficariam de cabelo em pé de pensar que os seus Estados poderão ser altamente prejudicados.

Haverá, sim, fuga de investimentos quando aqueles que lá estão, que montaram suas empresas, que montaram suas indústrias contando com um crédito, perderem esse benefício. Certamente irão sair, como a história mostra. É a história que mostra o que acontece — não sou eu que estou dizendo isto — todas as vezes em que inventam ideias mirabolantes, como, por exemplo, a taxação de super-ricos. O que acontece? Os super-ricos se mandam. Quem paga é sempre o pobre. O pobre é penalizado. Quando esses industriais, esses investidores, saírem dos seus Estados, o desemprego vai aumentar, e esses Deputados irão se arrepender de ter votado a favor dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Orientação de bancadas.

Como orienta o PT?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos "sim" ao parecer do Relator, compreendemos que temos todas as condições de aprovar uma matéria importante para o Brasil nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Esta Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco do União, PP?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso bloco orienta "sim" também. O projeto é importante. Ele não tira nenhuma prerrogativa dos Estados que concederam incentivos. Agora, não se pode também fazer cortesia com o chapéu alheio. Aqui ninguém é contra empresário, como foi falado. Nós sabemos que o povo que luta, que trabalha, paga seus impostos, e grandes empresas — e nós estamos falando de grandes empresas — também precisam pagar.

O relatório do nobre Deputado Luiz Fernando Faria dá um desconto de 80% no passivo, e os 20% que terão que ser pagos serão divididos, parcelados. Então, é algo justo. O trabalho do Relator foi bem-feito.

Nós votamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta o MDB?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - O PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tenho aqui o artigo — até citei ele da tribuna —, cujo título é *MP 1185: a fria vingança contra o "jaboti da subvenção"*.

Essa questão da subvenção vem sendo discutida há muito tempo. Nós gostaríamos que ela nem precisasse existir, se não houvesse oneração da folha, se houvesse tratamento mais justo para aqueles que investem neste País, mas o fato é que a medida provisória acaba com a equiparação das subvenções de custeio às subvenções para investimentos, que foram realizadas pela Lei Complementar nº 160, de 2017, trazendo grande prejuízo para os investidores.

Sr. Presidente, o PL está em obstrução e pede aos colegas que estão assistindo à sessão que façam obstrução. Nós temos que de alguma forma tentar impedir mais ganância por parte deste Governo, que só arrecada, arrecada, arrecada e avança no bolso...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Sr. Presidente, está em obstrução.

Mais uma vez o PT quer arrecadar, tirar dinheiro do bolso do cidadão brasileiro, tirar dinheiro de quem já tem contratos firmados com os seus respectivos Estados para subvenções ou benefícios fiscais e agora está sendo tributado de forma completamente injusta e, eu diria, inclusive inconstitucional. Por isso, nós vamos votar contrariamente ao parecer, Sr. Presidente.

O NOVO permanece em obstrução e alerta todos os brasileiros que nos acompanham de que neste dia de sessão esvaziada, com pouquíssimos Deputados no plenário, não podemos admitir que seja votada a reforma tributária.

O NOVO está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta a Minoria?

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu falo pela Minoria e, mais uma vez, pelo Nordeste, pelo Maranhão.

Parece que este Governo nos sentencia cada vez mais à pobreza, à miséria. Este tipo de medida provisória não ajuda a desenvolver o Estado, a região, não incentiva os empresários a instalar empresas, indústrias. Parece que estamos sentenciados. A vergonha é a de ver Parlamentares nordestinos e maranhenses apoiarem esse tipo de medida provisória.

A Minoria está aqui para lutar e resistir. Nós orientamos obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta medida busca equilíbrio fiscal, busca saúde financeira.

Como nordestino e pela Maioria, oriento o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta a Oposição?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição orienta obstrução, naturalmente, pelo que estamos falando já há muito tempo.

É vergonhoso aqui não termos nada que favoreça o Brasil, nada que favoreça o ambiente de negócios. Estamos vendo o rompimento do pacto federativo, o desrespeito a quem gera emprego e riqueza neste País, o desrespeito aos Governadores de Estado.

Gente, estão sem limites para fazer qualquer coisa em nome de arrecadação! É triste ver o País ladeira abaixo, tudo para arrecadar mais. Fechar a torneira não quer, ter responsabilidade fiscal não quer. O tom agora é este: *"Vamos para cima, meter a mão e arrecadar o que pudermos, continuar a lambança da ganância, só para garantir reeleição"*.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "sim", Sr. Presidente, porque esta medida provisória ajuda os Municípios brasileiros. Alterando a base de cálculo, o FPM e o FPE vão aumentar. Então, são os Municípios que ganham.

Vamos votar isso rapidamente. Teremos depois a votação dos destaques. É muito importante todos acompanharem esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Vou encerrar a votação.

Alguém ainda não votou? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 338;

NÃO: 47;

ABSTENÇÃO: 2.

APROVADO O PARECER.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2023, ressalvados os destaques.

Orientação de bancadas.

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 162.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Deixe só o Governo orientar, Deputada. *(Pausa.)*

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não há lista de encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O Bloco do UNIÃO e PP orienta "sim".

O PT orienta "sim".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Espere um minutinho, Sr. Presidente. Há lista de encaminhamento?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Pois não, Deputada. *(Pausa.)*

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, abra o painel enquanto há orientação. Depois V.Exa. pode responder às questões de ordem. Por gentileza, abra o painel de votação.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Espere só um minuto.

Esta Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Não, Sr. Presidente! Antes de abrir a votação quero fazer a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Está iniciada a votação.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, era importante ser feita antes de abrir a votação.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - O Governo, "sim".

Como vota o PL? *(Pausa.)*

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim", Sr. Presidente. A Federação PT/PCdoB/PV vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rafael Prudente. Bloco/MDB - DF) - Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "não", por razões óbvias. Na verdade, o NOVO orienta obstrução. Somos tão contrários, que dá vontade de falar um "não" enorme, mas orientamos a obstrução.

O que o Governo está fazendo? Está cobrando tributos sobre impostos que não são cobrados pelo Estado. Inclusive, falando de cortesia com o chapéu alheio, vemos que o Governo não teria tributação se os Estados não estivessem lá, se não houvesse incentivo, se não houvesse empreendimento. Ainda que houvesse empreendimentos sem os incentivos do Estado, com o pagamento de impostos estaduais a tributação federal seria menor. Então, esses argumentos são frágeis, são fracos.

Esta medida provisória é uma aberração na forma, no trâmite e pelo que estão fazendo com o Brasil, que empurram ladeira abaixo.

(Durante o discurso da Sra. Adriana Ventura, o Sr. Rafael Prudente, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco do MDB, PSD, Republicanos?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODEMOS orienta o voto "sim", na certeza de que esta medida provisória trará para o nosso País grandes avanços, do ponto de vista de deixar claro o regramento fiscal, de ajudar na arrecadação, para que, com isso, tenhamos mais políticas públicas, o País tenha condições de investir, corrijamos aquilo que no passado deveria ter sido feito. Até 2016 esse era o modelo. Infelizmente, depois de 2017, abriu-se esse precedente, e hoje o Governo tem um custo altíssimo para manter as consequências do veto derrubado em 2017.

Por tudo isso, pelo nosso compromisso com o País, o nosso bloco orienta o voto "sim", para que esta matéria seja aprovada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não sei até quando o povo vai aguentar, até quando os empresários vão aguentar, porque são aumentos de impostos constantes. Não vemos uma proposta deste Governo para diminuir impostos, para facilitar a vida do povo, para incentivar os empresários a investir nesta Nação. As pessoas querem ir embora do Brasil, querem ir para Portugal, para a Europa, para os Estados Unidos. As empresas vão querer ir embora, investir em outro lugar. Quem aguenta tantos impostos?

Por esse motivo e por outros que já foram apresentados aqui, o PL orienta obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria entende que esta medida busca estabelecer equilíbrio fiscal, fortalece os Municípios de todo o País, fortalece os Estados brasileiros e fortalece as políticas públicas.

Por isso, a Maioria vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero que os Parlamentares deem um recado para a população brasileira: de que nós não aguentamos mais a sanha arrecadatória deste Governo.

O que nós estamos fazendo aqui é, principalmente, atacar os Estados mais pobres do Brasil, que precisam da subvenção, porque sem esse incentivo fiscal não vão conseguir competir com outros países ou dentro do mercado nacional. Nós podemos perder indústrias na Região Nordeste e na Região Norte. Estamos votando aqui a piora do ambiente de negócios do nosso País e, talvez, o fechamento de indústrias, tanto no Norte quanto no Nordeste. É isto o que nós estamos votando: o desemprego nos Estados mais pobres deste...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Oposição como orienta? *(Pausa.)*

A Oposição orienta obstrução.

Como vota a Minoria, Deputada Bia Kicis?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria também orienta a obstrução.

Hoje é um dia bastante difícil, porque estamos vendo a sanha arrecadatória, os investidores e empresários serem cada vez mais aviltados, o Estado colocar a mão no bolso, na conta corrente da empresa, da indústria e das pessoas e gerar desemprego, porque é isso o que vai acontecer. Como disse aqui o Deputado Capitão Alberto Neto, que é da Região Norte e sabe dos problemas que o seu Estado irá enfrentar, vai haver, sim, fuga de investimentos. Isso não faz o menor sentido! Empresas, empresários que foram do Sul e do Sudeste para o Norte e para o Nordeste em busca dos benefícios fiscais e levaram desenvolvimento, emprego, sairão de lá. E não vai haver 80 bilhões de arrecadação coisa nenhuma! Vai haver é perda de arrecadação.

Isso é um absurdo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Estará encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 335;

NÃO: 56;

ABSTENÇÃO: 1.

APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

Destaque nº 5, da bancada do PL:

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para Emenda de Plenário nº 26 apresentada à MPV 1185/2023, que "Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico".

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do destaque, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, que vai fazer o encaminhamento a favor do destaque.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o destaque se refere a emenda de minha autoria.

O Governo quer cobrar da guerra fiscal o benefício fiscal do ICMS dado a todas as empresas que foram para os Estados. Existe um item que é o crédito presumido, que é a presunção do cálculo feito em relação ao produtor rural, que é não

contribuinte. Então, a soja, o milho, o trigo, a carne, todos esses itens, quando o produtor compra os insumos, ele tem esse crédito.

Na reforma tributária, esses créditos serão financeiros e devolvidos ao agricultor. No regime de hoje, esses créditos têm que ir para a indústria, para o comércio e para o consumidor final. Ao incluir o crédito presumido, o que acaba acontecendo é uma sobretributação dos alimentos, principalmente na área de alimentos processados, industrializados, que aproveita esse crédito presumido.

Há também o crédito presumido para a implantação de indústrias e outras atividades. O que a emenda quer é excetuar o crédito presumido da base de tributação do PIS, da COFINS, do Imposto de Renda e da CSLL.

Quem não quer alteração no preço final da comida, do arroz, do feijão, do milho, do trigo, do açúcar, do pão, da *pizza*, do pãozinho francês, que é brasileiro, vote com o nosso destaque, para se fazer a retirada. Eu acho que o voto é "não". É "sim" pelo destaque? É essa a votação?

É "sim" pelo destaque, para manter o atual preço desses produtos. Eu acho que é o mínimo de correção que podemos fazer nessa matéria. Dessa forma, ficará muito mais ameno, mais palatável votarmos esta matéria.

Peço o voto "sim", pela emenda.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para orientar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro eu preciso dizer claramente que estamos votando matéria que está praticamente decidida pelo Superior Tribunal de Justiça. Nós estamos garantindo transparência fiscal. Estamos simplificando o sistema.

Segundo, nós estamos resolvendo um passivo que os empresários já perderam no Supremo Tribunal Federal. Terão que pagar. O Relator incluiu na sua proposta um desconto de 80% da dívida consolidada. Nós estamos, sim, apoiando os empresários brasileiros que quiserem se regularizar daqui para frente.

No caso de quem se regularizar, de quem pagar em dia os seus tributos, de quem pagar efetivamente os tributos sobre o seu lucro advindo de subvenções concedidas por Estados e Municípios, a União, este Plenário, da Câmara dos Deputados, e o Plenário do Senado Federal, com a sanção do Presidente da República, poderão conceder um incentivo de até 25%!

Então, não é verdade que estamos fazendo algo contra os empresários brasileiros. Primeiro, nós estamos organizando o sistema tributário para apenas 400 empresas deste País! Nós precisamos dizer isso em alto e bom som! A maioria dos empresários do Brasil, a maioria das pessoas jurídicas não paga esses tributos, não é beneficiada por subvenções de Estados e Municípios.

Portanto, não é verdade que estamos aqui atentando contra as pessoas jurídicas do Brasil afora. Ao contrário, nós estamos ajudando esses 400 empresários, 400 pessoas jurídicas que precisam pagar um passivo tributário, e dando a eles um incentivo. Quem fizer o pagamento em dia daqui para frente poderá pagar aquele passivo que o Superior Tribunal de Justiça já determinou que tem de ser pago. Quem honrar o compromisso daqui para frente terá o desconto de 80% desse passivo.

É preciso dizer isto. Nós estamos garantindo transparência tributária.

Por isso, somos contra este destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação das bancadas.

Como orienta o Bloco do UNIÃO, PP, PDT, PSB?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o bloco orienta "não", porque acredita que o Relator fez um bom trabalho, acolhendo aquilo que era possível. O texto está bem harmonizado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, eu estava inscrita para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Encaminhar destaque, Deputada Bia? Só fala um de cada lado. Já falou o Deputado Haully e o Deputado Odair Cunha. Depois ocorre a votação.

Pode fazer a orientação, Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE orienta "não", mantendo o texto.

Eu quero aproveitar esta oportunidade e parabenizar pelo grande trabalho o Relator desta matéria, o Deputado Luiz Fernando. A Comissão Mista apreciou a medida provisória e a transformou em um PLV. Ele ouviu todas as Lideranças, os Deputados, os Senadores, ouviu o Governo, todos aqueles da sociedade e os representantes de entidades envolvidas diretamente.

A aprovação deste projeto significa uma correção histórica, preservando os incentivos de subvenções e também a arrecadação do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a sanha arrecadatória deste Governo precisa de um freio. E é o Congresso que tem que frear este Governo.

O economista Ricardo Amorim fez uma analogia sobre o que é empreender no nosso País. É como se estivéssemos numa partida de futebol, e, durante a partida, mudassem a regra de modo a fazer com que o jogo passasse a ser de basquete. Não é mais de futebol, não. Agora é preciso fazer cesta de 3 pontos. E assim vai. É assim que o empreendedor brasileiro se sente neste País!

Existe um pacto. A cobrança de ICMS já foi até discutida no STJ. Nós estamos ferindo aqui pacto federativo. Vai haver contencioso tributário neste País, e nós vamos desempregar a população do Norte e a do Nordeste, que vão migrar, vão sair do Norte e do Nordeste e vão para o Sul e o Sudeste.

Então, quem votar a favor desta medida...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta? É só a orientação.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Nós vamos orientar "obstrução", contra esta medida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Obstrução.

Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Não".

Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O NOVO orienta "obstrução", Presidente.

Eu fico realmente preocupada com o que vai acontecer com a confiança neste País. Os poucos guerreiros que têm coragem de abrir uma empresa e empregar pessoas vão perder essa coragem, porque não há mais palavra, não há mais contrato, não há mais planejamento, não há mais organização, não há mais organização tributária, não há mais planejamento de médio e de longo prazo. É algo vergonhoso!

Quem monta uma empresa em outro Estado porque dispõe de subvenção tem um planejamento, tem conta, emprega pessoas e espera ter um retorno disso, espera ter condições. E agora estão passando por cima do que se combinou. Como fica a confiança no nosso País? Que vergonha! É uma vergonha o que está acontecendo aqui. Vai contra quem gera emprego e contra quem ajuda o trabalhador.

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - A Maioria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo, Presidente, orienta "não". É importante destacar que esta vitória que o Parlamento brasileiro está dando hoje ao Brasil é o resultado de todo o trabalho, em primeiro lugar, do Relator, o Deputado Luiz Fernando, que tão bem construiu o diálogo com V.Exa., o Presidente da Câmara, com nós Líderes, com o Ministro Haddad, para que chegássemos a este ponto hoje, em plena sexta-feira. Aliás, Presidente, as sextas-feiras, para mim, são abençoadas, porque, no primeiro semestre, foi numa sexta-feira que votamos a matéria sobre o CARF e várias outras. Hoje estamos votando — imaginem, brasileiros e brasileiras — uma medida moralizadora do sistema tributário, porque preserva o investimento e, com isso, garante que não haja corte de subvenção nenhuma, muito pelo contrário. Ela vai trazer garantia, porque se arrecada mais e a mudança da base tributária vai ajudar os Municípios brasileiros.

Portanto, Presidente, o nosso voto é "não".

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - A Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria, Deputada Bia Kicis?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu queria que colocassem logo no painel o registro "obstrução". Deputados ficam aguardando a indicação para que possam votar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Coloquem "obstrução" para a Minoria.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, é inacreditável! Ontem, como foi dito aqui, votamos a criação do Ministério do Empreendedorismo, do microempreendedor, do pequeno, do médio, do grande, de tudo. É do empreendedor. E hoje votamos uma medida provisória para ferrar o empreendedor, para ferrar com força o empreendedor, Presidente! É um absurdo o que vemos aqui. Há incoerência.

Estamos, portanto, em obstrução. Não gostaríamos que esta matéria estivesse sendo votada, porque ela é de arrocho. É matéria do Governo que tem sanha arrecadatória, não tem dó nem piedade, descumpre o pacto federativo e acaba com a segurança jurídica. Tudo que foi tratado lá atrás está sendo desconsiderado. Agora o negócio é arrecadar para poder gastar com a D. Janja...

(Desligamento do microfone.)

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - A Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação...

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - A Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Já tinha orientado. Eu já tinha chamado.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - A orientação foi feita pelo PL.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Já tinha chamado.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - A Minoria faz a orientação, e, depois, ocorre a orientação da Oposição. Eu estava esperando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição, Deputado Capitão Alberto Neto?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta matéria, infelizmente, vai ser novamente judicializada. O STJ já definiu, desde 2017, que não cabe inclusão de valores de crédito presumido de ICMS concedidos de maneira legal, legítima pelos Estados em relação à base de cálculo do Imposto de Renda, da CSLL, do PIS e da COFINS.

O Congresso precisa colocar um freio, como fez ontem de maneira histórica ao derrotar maciçamente este Governo na questão sobre a desoneração da folha de pagamento para 17 setores. Agora, de forma contraditória, o Congresso vai

conceder a este Governo um aumento de arrecadação com um chicote em cima dos empreendedores, mudando a regra, que foi judicializada e já foi consolidada. Isso é um absurdo.

A Oposição está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 56;

NÃO: 336.

MANTIDO O TEXTO.

Destaque nº 3, da bancada do PL, relativo à Emenda de Comissão nº 40:

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para Emenda de Plenário nº 40 apresentada à MPV 1185/2023

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. O que a emenda quer é excetuar o crédito presumido da base de tributação do PIS, da COFINS, do Imposto de Renda e da CSLL

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Caros colegas Parlamentares, é preciso deixar muito claro o que estamos votando aqui. É mudança da regra do jogo, uma regra que já foi discutida até na Justiça. O STJ já decidiu a respeito disso. Não cabe, na base de cálculo, cobrança do Imposto de Renda na CSLL, na base do PIS e da COFINS, nos créditos presumidos.

Vou fazer um resumo, para que a população entenda o que está acontecendo. Um Estado concede o benefício do ICMS, a empresa se desloca para lá, o empreendedor faz um investimento de bilhões, por exemplo, em um Estado que tem infraestrutura precária, senão ele estaria no Sul, no Sudeste, e desse investimento ele vai ter retorno daqui a 20 anos, 30 anos. E, durante o jogo, vem este Governo com sanha arrecadatória e muda a regra. Acho que faz isso para gastar apenas com viagens. Não param as viagens do Presidente. Acho que o Presidente está governando de maneira remota este País. Ele muda a regra do jogo, e o empreendedor, que fez um investimento milionário, às vezes até bilionário, como no caso da Zona Franca de Manaus, fica perdido.

Ele vai ter que tomar uma decisão, vai fazer um cálculo: *"Agora minhas despesas vão aumentar em torno de 38%. É melhor eu sair aqui da Zona Franca de Manaus. É melhor eu sair lá do Nordeste. Vou investir no Sul e no Sudeste, vou estar mais próximo do mercado consumidor. O incentivo não é mais tão atraente assim. E vou desempregar a população do Norte e do Nordeste".*

Logo, os Deputados do Norte e do Nordeste que votarem a favor desta medida provisória terão votado a favor do desemprego da população dos nossos Estados!

Não podemos mudar a regra do jogo sem segurança jurídica para quem quer empreender neste País. Isso é um absurdo. Isso já foi discutido na Justiça, o STJ já decidiu! Por que vamos mudar essa regra? Ninguém vai querer mais investir neste País! É isso que querem? Tornar inseguro o País? Quem gera emprego é o empreendedor. Eu sei que temos um Presidente que aclama o comunismo, que acha que o Estado é soberano e vai criar todos os empregos. Isso não deu certo em lugar nenhum do mundo e não vai dar certo no nosso País.

Por isso, eu peço que derrubemos esta medida provisória. Este destaque pode fazer isso. Vamos derrubar esta medida provisória e levar segurança jurídica para os empreendedores, para quem quer investir na região do Norte e do Nordeste, que é precária. Estamos vivendo lá no meu Estado a maior seca da história, e não temos nem estrada para nos ligar ao Brasil. O cidadão do Norte é tratado como cidadão de segunda categoria neste País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

Se for de maneira sucinta, melhor ainda. *(Risos.)*

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, pela presteza de V.Exa.

Nós já nos manifestamos. Matéria dessa natureza está sendo debatida no Superior Tribunal de Justiça. Não há decisão de repercussão geral. Exatamente por isso, precisamos garantir essa segurança.

Portanto, somos contra o destaque.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco do UNIÃO, Progressistas, PDT, PSB?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "não". É favorável ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? *(Pausa.)*

Como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta "obstrução".

Como disse aqui o meu colega Deputado Capitão Alberto Neto, vai haver fuga de investimentos especialmente no Nordeste, para onde tantas indústrias foram levadas, e com dificuldades por conta da distância. Pessoas se deslocaram do Sul, do Sudeste para o Nordeste. Este destaque visa pelo menos minimizar um pouco o estrago que esta medida provisória, convertida em lei, fará.

O PL orienta "obstrução".

Esperamos que haja sensibilidade do Plenário para que este destaque seja aprovado por aqueles que estão votando, que não estão em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

O PSOL feriou ontem e hoje? *(Risos.)*

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "obstrução". Nós estamos contra esta medida provisória e, neste caso, a favor deste destaque, apesar de termos que, lamentavelmente, está muito difícil conseguir fazer nesta medida provisória qualquer tipo de contenção de danos.

A intenção do PT, como se vê inclusive em matérias no seu *site*, é retirar do bolso do cidadão brasileiro mais de 130 bilhões de reais nos próximos 4 anos, apenas com esta medida provisória.

Aqui tentamos, pelo menos, minimizar os danos para que os créditos tributários de ICMS possam continuar sendo utilizados da maneira como foram contratados no momento das subvenções feitas. Eu falo em contrato porque um contrato foi assinado entre a pessoa jurídica e o Estado, no momento em que ela recebeu uma subvenção, um subsídio, um benefício. Nós precisamos garantir segurança jurídica no País.

O NOVO está em "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Com orienta a Maioria? *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vou falar pela Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria, Deputada Adriana Ventura?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria está em obstrução.

Este destaque é muito bom porque restabelece o combinado, restabelece a honra. O que estamos dizendo é que, quando há um enorme investimento para que alguém vá para outro Estado, onde há uma palavra empenhada, onde há confiança, não pode haver burla. Nós não podemos trocar os pneus do carro depois que ele entra em movimento.

Precisamos, pelo menos, respeitar o combinado, os prazos, os contratos. É lamentável que queiram passar por cima disso com uma canetada, com sanha arrecadatória. Este destaque simplesmente diz "não", diz que aquilo não faz parte da base de cálculo, que não vamos colocar na base de cálculo os créditos que já foram combinados que podem ser apropriados.

Vergonhosamente, estamos indo contra os combinados e a confiança.

O NOVO está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na verdade, este destaque derrotaria tudo o que aprovamos até agora. Por isso, ele não pode ser aprovado.

A Maioria encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo encaminha o voto "não", pelo Nordeste e pelos Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Hugo Motta, antes que eu encerre a votação, diga como orienta o Bloco do MDB.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso bloco orienta "não".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ainda falta a Oposição orientar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu já fiz a chamada, e ele não falou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quis dar a preferência para o outro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, Deputado Marcel van Hattem, vamos, faça a orientação. *(Risos.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ele foi mais rápido e mereceu. *(Risos.)*

Sr. Presidente, a Oposição orienta "obstrução". Mais uma vez faz aqui o alerta de que, apesar de sermos favoráveis a esta matéria, estamos em obstrução, porque entendemos que não deveríamos estar discutindo com o Plenário esvaziado este tema. Isso vale ainda mais para o tema a seguir pautado, que é o da reforma tributária.

Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 49;

NÃO: 304;

TOTAL: 353.

OBSTRUÇÃO: 70.

MANTIDO O TEXTO.

Destaque nº 4, da bancada do PL, relativo à Emenda de Comissão nº 52

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para Emenda de Plenário nº 52 apresentada à MPV 1185/2023, que "Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico".

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Este destaque, Sr. Presidente, procura fazer com que se volte ao *status* anterior no que diz respeito ao IRPJ e à CSLL das empresas que têm subvenções.

Nós estamos, mais uma vez, fazendo a lei retroagir no Brasil. Os acordos celebrados por empresas nos Estados estão, agora, sendo solapados por uma legislação federal. Além da insegurança jurídica, da arrecadação de bilhões e bilhões de reais para os gastos perdulários de Janja, de Lula e da trupe toda do Governo, o que nós vemos é um severo ataque e um desrespeito aos entes federativos — aos Estados, aos Municípios. Trata-se de um desrespeito àqueles que, anteriormente, fizeram acordos, contratos com empresas, para instalarem-se nos Estados, mas, repentinamente, por meio de uma medida provisória breve, a ser convertida em lei, veem que aqueles acordos feitos já não valem mais daquela forma.

Eu repito: esta previsão de arrecadação extra não vai se cumprir! Digo isso porque, primeiro, muitas empresas vão ter de pagar a mais, vão colocar da sua receita recursos a mais para satisfazer a sanha arrecadatória — como sabemos, o Governo é muito bom em cobrar! — e vão quebrar. Muitas empresas vão quebrar! Portanto, essa arrecadação não vai se cumprir como o Governo espera.

Em segundo lugar, muitas empresas vão deixar de continuar investindo no Brasil. Por que essas empresas, muitas multinacionais, vão continuar a investir no nosso País se aqui não há segurança jurídica e, da noite para o dia, seus custos ficam ainda mais altos?

O que está sendo cometido aqui é um crime contra a segurança jurídica, contra o Estado de Direito, contra a Federação brasileira e, em última análise, contra o cidadão brasileiro. É muito triste o que nós estamos vendo acontecer neste dia nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra o destaque, tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o assunto já está suficientemente atendido, parte deste destaque já foi atendida pelo relatório do Deputado Luiz Fernando Faria.

Por isso, somos contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, PDT, PSB, PP?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos "não". Somos favoráveis ao texto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A orientação é "não"? São favoráveis ao texto?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP) - A orientação é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - "Não" à emenda.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputadas que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco do MDB, PSD, Republicanos?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nosso bloco orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL mantém "obstrução".

Esta emenda está reduzindo os danos, ampliando o escopo do crédito fiscal também para a CSL, para o Imposto de Renda, para PIS/COFINS. É o mínimo que podemos fazer para reduzir o dano desta medida provisória.

Eu queria fazer uma correção na minha fala. Eu disse que as empresas vão fechar na Zona Franca de Manaus ou no Nordeste. Não vão para o Sul e o Sudeste, não! Muitas vão para fora do País. Vão para outros lugares, lugares em que tenham segurança jurídica para investirem.

É um absurdo quebrar um contrato com um empreendedor do nosso País que gera emprego! Com essa sanha arrecadatória, ao invés de arrecadar menos, não se vai arrecadar nada, porque a empresa multinacional que está na Zona Franca vai dizer: *"Não dá para investir neste País. Eu vou para o México, vou para o Uruguai, vou para o Paraguai, onde existem outras zonas francas"*. É isso que vai acontecer.

É uma verdadeira...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? (Pausa.)

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Sr. Presidente, está em obstrução.

Nós continuamos muito tristes com a perspectiva de ver tantos empregos se perderem no Brasil. Esta medida provisória contra o emprego, obviamente, tinha que vir de um Governo que é contra o trabalhador, que é contra o mais pobre, que é contra quem produz; um Governo que gosta de gastar, de esbanjar, de ver suas maiores lideranças se utilizarem de privilégios e regalias o tempo todo; um Governo que gosta de ver dezenas de pessoas sem necessidade viajarem, fazerem turismo no exterior.

Nós estamos vendo isso acontecer, recentemente, durante a COP. Para quê? Para manter um *status*, Deputada Bia Kicis, que não existe, porque não produzem a riqueza necessária para chegar lá e retiram do mais pobre, retiram do trabalhador, para se manterem no poder.

O NOVO está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, primeiramente, eu queria dizer que, na votação anterior, eu fui tomar uma água e perdi. Esta votação está muito rápida! Mas, para constar, digo que estamos em obstrução, peço que considere meu voto como obstrução.

Neste caso específico, nós continuamos em obstrução. Temos a convicção de que esta medida provisória é muito ruim. Os destaques tentam minimizar um pouco os danos, mas os danos são tão catastróficos, tão grandes, que nem isso vai acontecer, Sr. Presidente! Então, nós estamos em obstrução.

Eu queria dizer que é realmente impressionante a ganância, seja na COP, seja nos lençóis de não sei quantos fios egípcios. Tudo isso que o povo brasileiro vai pagar é para sustentar a mordomia, a criação de mais um Ministério, um Ministério *fake*, que fala de empreendedor, quando hoje estamos ferrando os empreendedores, mas não com meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelos Municípios brasileiros, a Maioria vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição? (Pausa.)

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - A Maioria vota "não", Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição está em obstrução.

É incrível a capacidade de destruição de um ambiente sadio de negócios no nosso País. É incrível a capacidade deste Governo de destruir qualquer boa iniciativa, qualquer inovação e qualquer vontade de empreender. Eu sou empreendedora, sou dona de um empreendimento, mas nunca tinha visto tanta aberração na minha vida.

Estão destruindo a confiança e fazendo com que todos digam: *"Deus me livre do Brasil! Eles mudam de ideia a cada segundo. Eles combinam, e depois voltam atrás. Eles não têm palavra. Eles querem enfiar a mão no nosso dinheiro. Não adianta planejar. Não adianta organizar. Eles querem realmente destruir"*.

Nós estamos em obstrução, e muito revoltados. Hoje o ambiente de negócios no Brasil perde. Que vergonha!

Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Com orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje a Oposição me cansou. Por conta de uma cirurgia, eu estou orientando a votação sentado.

É importante dizer que nós estamos vencendo esta dura obstrução, que, segundo a Oposição, ela aprendeu com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A turma está aprendendo, Deputado Guimarães!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Está engatinhando ainda, Presidente.

É importante dizer algo sobre esta matéria. Se nós iniciarmos a votação da reforma tributária, como está previsto, já, já, esta sexta-feira marcará a história do Brasil. Trata-se de duas matérias essenciais. Estabiliza-se o ambiente jurídico e político, sinaliza-se para o futuro.

Neste penúltimo destaque, quero fazer mais um elogio ao nosso Relator Luiz Fernando Faria, que está ao lado de V.Exa., Presidente. Ele desmarcou a agenda para estar aqui, um gesto que merece nosso reconhecimento.

Nosso voto, evidentemente, é "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vou encerrar a votação. Para 450 Deputados, é tempo suficiente. Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 49;

NÃO: 325.

REJEITADO O DESTAQUE; MANTIDO O TEXTO.

Destaque de Bancada nº 6, com relação à Emenda de Comissão nº 72, do Partido Liberal.

Este é o último destaque desta matéria.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para a Emenda de Plenário nº 72, apresentada à MPV 1.185/2023, que "Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico".

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exa. vai manter o destaque, Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço só um minutinho.

Vou manter o quê?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Vai manter o destaque?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Vou. Estamos aqui trabalhando.

Eu estava dizendo, Presidente, que, na obstrução, nós aprendemos muito com o PT. Hoje eles dizem que o que eles faziam no passado não vale, mas valia e continua valendo, assim como aquilo que eles fazem nas Comissões. Então, nós reconhecemos, realmente, nisso o PT é professor, assim como o PCdoB e a Oposição!

Hoje não há ninguém do PSOL no plenário. O PSOL também sempre foi muito bom na Oposição, Deputado Renildo Calheiros. Aliás, parte da assessoria de V.Exa., depois de convertida, está trabalhando conosco também.

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - São excelentes regimentalistas!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não é verdade?

Portanto, estamos aqui trabalhando com base naquilo que a Oposição, no passado, sempre fez e hoje é Governo.

Sr. Presidente, comentários à parte, nós estamos tentando, pelo menos, transformar uma parte desses recursos de subvenções, que são remetidos às reservas de lucro, em uma parcela que pode se converter também em créditos. Nós precisamos garantir que as empresas que tiveram, no passado, uma expectativa tenham, pelo menos, parte dela cumprida. Os outros destaques que nós tentamos manter como aprovados aqui foram rejeitados, infelizmente.

Não podemos admitir tanta insegurança jurídica no Brasil, e o que esta Casa está fazendo é aumentá-la. Nós estamos aumentando, repito, as probabilidades de demissões, de fechamento de empresas e de fim de atração de investimentos para Estados, que poderiam vir de outros países, mas que acabarão não vindo mais para o nosso Brasil. Este é o resultado.

Eu quero estar, daqui a um ano, na tribuna, depois de aprovada, lamentavelmente, esta medida provisória, para trazer os dados, primeiro, da arrecadação, que não vai ser, Líder do Governo, Deputado José Guimarães, que aqui me perguntou

se eu ia manter o destaque, aquela que o Governo está esperando, não, nem no que vem, muito menos daqui a 4 anos. Digo isso porque, em vez de subir — estão prevendo que a arrecadação subirá ao longo dos 4 anos —, ela cairá, cairá já no primeiro ano, no segundo cairá mais ainda, no terceiro cairá mais ainda e assim no quarto. Por quê? Porque há um desincentivo às políticas de subvenção, ainda mais agora, em que a reforma tributária vem aí pela frente.

Esta previsão que está sendo feita hoje, previsão de 130 e tantos bilhões de reais para reforçar o caixa, não vai ser cumprida. O pior é que, além de não ajudar o Governo, que nem deveria ser ajudado, vai prejudicar as empresas, que vão demitir, vão fechar e vão deixar de investir.

O NOVO está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil e PSB?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero resgatar e registrar a feliz coincidência de estarmos votando esta matéria e a reforma tributária, o final dela, no mesmo dia. Por quê? Porque nós não vamos mais fazer creditação de imposto para alguns poucos. Nós vamos ter uma nova maneira tributária no Brasil em que as pessoas vão poder se creditar, as empresas vão poder se creditar; em que a cesta básica terá alíquota zero; em que aqueles produtos de necessidade da população terão uma alíquota menor.

Eu acho que há uma simbologia em votarmos esta matéria, que acaba com esta condição de créditos especiais muitas vezes milionários e tira da arrecadação, arrecadação esta que é distribuída a Estados e a Municípios.

Por isso, o bloco orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? *(Pausa.)*

Como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PL está em obstrução. Eu queria que já constasse no painel, por gentileza, "obstrução".

Esta MP traz uma novidade negativa para os contribuintes: ela impactará significativamente a tributação das sociedades que se valem da sistemática vigente. Trata-se de uma mudança na regra do jogo, uma mudança para pior, que pega todo mundo de surpresa, vai fazer com que os investimentos caiam.

Está se propagando aí uma arrecadação de 81 bilhões. Como é que eles podem projetar 80 bilhões, quando, na verdade, vai haver fuga de investimentos? Trata-se da famosa curva de Laffer, que as pessoas insistem em ignorar nos governos socialistas. Eu estive na Argentina e vi o caos e a miséria provocados pelos governos socialistas. É isso que vão querer fazer com o Brasil.

O PL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós apresentamos este destaque, cuja assinatura e apoio agradecemos ao PL, e somos favoráveis ao respeito aos contratos e favoráveis a que as empresas que têm boa gestão possam continuar se beneficiando daquilo que tinha sido combinado.

Portanto, o NOVO está em obstrução e vai continuar orientando "obstrução".

Neste caso, se não estivéssemos em obstrução, orientaríamos "sim" à emenda e teríamos os votos da Oposição, uma vez que o PL também está em obstrução e nós temos nos apoiado reciprocamente.

Neste momento, porém, o NOVO está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - A Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria, Deputado Capitão Alberto Neto?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este é mais um destaque para reduzir os danos desta medida provisória horrorosa, que quer estuprar os empreendedores, principalmente os do Norte e do Nordeste. Ela é a quebra de contrato pelo Governo, o que traz uma insegurança jurídica gigantesca para nosso País. Trata-se de algo que já foi discutido, foi amplamente debatido e judicializado. O STJ já decidiu! Isso já foi definido.

Este Governo, no entanto, que não sabe fazer gestão reduzindo seus gastos, quer fazer gestão aumentando a arrecadação. Porém, existe uma teoria na economia chamada Curva de Laffer, algo que esse Governo parece desconhecer.

A Curva de Laffer é uma parábola com concavidade para baixo: se você aumenta o tributo, você aumenta a arrecadação, mas, se você aumentar demais o tributo, vai acontecer um efeito contrário, e vai haver sonegação, as empresas vão fechar, o que vai reduzir a arrecadação.

O Governo vai reduzir a arrecadação com esta medida!

Nós orientamos "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Minoria, "obstrução".

Como orienta o Bloco do MDB e Republicanos?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Maioria, "não".

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição, Deputada Adriana?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos em obstrução.

Estamos fazendo todos estes destaques a estas emendas para reduzir os danos, danos que são muito grandes perto do que nós estamos tentando reduzir. Nós estamos falando de confiança, estamos falando de credibilidade, estamos falando de um ambiente de negócios destruído, destruído por uma sanha arrecadatória.

Se querem discutir o pacto federativo, por que não é justo, por que acham que os Estados não devem ter autonomia ou uma coisa não tem nada a ver com a outra, tudo bem, mas que o façam do jeito certo. Trocar o pneu do carro enquanto ele está andando?! Que vergonha! Uma vergonha e uma falta de credibilidade!

Eu estou começando, de novo, a ter vergonha de dizer, quando estou perto de empresários, que faço parte deste Parlamento, que vai aprovar um lixo desses.

Obstrução!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "não", Sr. Presidente.

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - Presidente, a reforma tributária vem logo na sequência?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 50;

NÃO: 320.

REJEITADA A EMENDA; MANTIDO O TEXTO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluído o processado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Presidente, eu havia solicitado a palavra para falar pelo tempo da Liderança do Governo, se não for atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu acho melhor V.Exa. poupar este tempo, para a reforma tributária, Deputado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É o que penso, mas V.Exa., regimentalmente, pode usar o tempo na hora em que lhe aprouver. Porém, a partir do momento em que o usa, num destaque mais à frente... Poucos Líderes estão presentes no plenário.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Seria apenas um minuto, neste fim de votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - V.Exa. está ajudando bem o Governo, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Estou só avisando, Deputado.

A reforma não é do Governo, Deputado Marcel van Hattem. Estou falando da reforma tributária do Brasil.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Peço somente um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu terei que dar um minuto a todo mundo, mas será até bom. Vamos fazer o seguinte. São 13h25min...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Faça um intervalo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Calma, Deputada Bia!

São 13h25min. Para fazer estas coisas todas, ler o relatório, eu preciso que... Apesar de todas as reuniões que houve no Colégio de Líderes — a última foi a de ontem, que durou mais de 4 horas, ponto por ponto, com a Oposição, com o Governo, com a Minoria, com a Maioria —, é importante que o Deputado Aguinaldo leia tudo.

O texto sobre o qual estamos nos debruçando é o texto do Senado. Portanto, não se pode reclamar de texto. O relatório traz alterações ao texto do Senado que precisam ser conhecidas, até mesmo supressões ao texto que foi aprovado no Senado, com algumas correções.

Deste modo, é razoável darmos um tempo ao Relator e, depois, mais ou menos daqui a uns 20 minutos, meia hora, iniciamos a votação, para que as assessorias, em cima da leitura do relatório, possam se pronunciar.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Presidente, peço a palavra, para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Só um momento, Deputado Giovanni Cherini.

O Deputado Luiz Fernando, como autor...

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Eu quero apenas uma informação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pois não, Deputado Giovanni Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Foi combinado com os Líderes que seria votada a reforma tributária hoje, sexta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Foi, Deputado Cherini. Aliás, seu Líder, o Deputado Altineu Côrtes, estava na reunião, assim como o Líder da Minoria e o da Oposição.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Foi combinado quando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Foi combinado ontem, foi combinado na semana passada. Ontem nós ajustamos o texto. Ontem houve uma reunião de 4 horas, Deputado Giovanni Cherini. Nunca duvide dessas informações.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Não, Presidente, é que nós estranhamos esta votação em uma sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Ligue para o Líder Altineu Côrtes, Deputado Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Nós estranhamos isso. É muito estranho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) (Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estou com uma dúvida. Ontem, realmente nós fizemos uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana Ventura, o texto é o do Senado. As alterações são naqueles assuntos de que nós tratamos, e o Relator vai ler o texto. As alterações são de supressão. Não temos alterações de texto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Será que ele pode subir o texto para, pelo menos, já irmos avaliando? Não há texto no sistema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O texto vai ser lido totalmente, Deputada Adriana Ventura, com todas as alterações. Será publicado, com um tempo para análise.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Para a assessoria trabalhar, não adianta ficar lendo. Nós queremos o texto no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É claro. Nós podemos ficar aqui até domingo. Não há problema, não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu fico até segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está bem, Deputada. Eu não vou polemizar. Nós sabíamos que esta matéria ia ser votada hoje e nós vamos dar todo o espaço para o conhecimento das assessorias.

Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não vou usar o tempo da Liderança. Vou apenas agradecer aos Líderes que nos ajudaram e a V.Exa.; aos nossos Ministros, que se envolveram nesta discussão e nesta articulação: ao Ministro Padilha, ao Ministro Haddad, ao Ministro Rui Costa; além de todos os Líderes da base. Nós demos uma demonstração de muito compromisso com o País. Esta vitória da votação da MP 1.185 consolida, cada vez mais, o novo regime fiscal sustentável que nós aprovamos.

Portanto, eu quero agradecer à Comissão Mista e a todos os Líderes da base, que foram fiéis e votaram. Aprovamos uma matéria que, embora não exigisse quórum constitucional, em média, houve entre 335 e 340 votos.

Eu quero agradecer a V.Exa., Presidente, e aos Líderes esta construção coletiva que fizemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Luiz Fernando Faria, V.Exa. tem a palavra, por 2 minutos, para falar sobre a relatoria.

O SR. LUIZ FERNANDO FARIA (Bloco/PSD - MG) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu pedi esses 2 minutos para fazer um agradecimento pela confiança de me designar Relator dessa importante matéria.

Aproveito para dizer que, ao contrário do que ouvi muito aqui durante o transcorrer dos debates, essa medida provisória vai fazer muito bem ao Brasil. Eu tive a oportunidade de discutir amplamente com o setor financeiro, o setor bancário e o setor industrial. Pudemos construir esse texto, que foi melhorado muito ao longo das discussões com os empresários, com a CNT, enfim, com todo o segmento envolvido nessa medida provisória.

Então, era apenas para agradecer. Quero agradecer aos Deputados a compreensão, a confiança por terem aprovado esse texto de forma muito célere. Quero agradecer à Comissão Mista, que acompanhou e da mesma forma aprovou o nosso relatório. Agradeço também à assessora Hadassah, do nosso partido, e aos consultores Antonio Marcos e Marco Antônio, que foram fundamentais na construção dessa medida provisória, para que ela fosse votada da forma como foi, sem muita contestação.

Quando apresentei esse relatório, eu tinha a segurança absoluta de que estávamos fazendo um bem para o País. Tenho certeza de que nós vamos viver um novo momento com relação às questões aqui tratadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos que tiveram a confiança de aprovar e votar esse relatório.

Contem sempre comigo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. pode fazer. Eu vou dar um intervalo de 30 minutos para almoço. Na sequência, o Deputado Aguinaldo vai colocar o texto no sistema. V.Exas. terão mais uns 30 minutos para discutir com as assessorias. Lembrem-se de que é o texto do Senado com algumas emendas supressivas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana, é só para ficar claro e não ficarmos com dúvida o tempo todo.

Nós vamos ficar aqui. São 13h30min. Às 14 horas, o Líder Aguinaldo virá à tribuna para fazer a leitura do texto. Quando da leitura do texto, as assessorias podem ter mais uns 30 minutos, porque entraremos na fase das discussões. Haverá 17 oradores inscritos. Então, às 14 horas, haverá a leitura. Serão 30 minutos para almoço, para que possamos iniciar com a leitura do texto. Ainda há o tempo das assessorias e o tempo das discussões.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, que horas vai subir no sistema o texto correto com as supressões?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Acho que daqui a uns 5 ou 10 minutos, com a leitura em meia hora, Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vamos começar às 14 horas. Eu gostaria muito que V.Exa. estivesse na Mesa, para fazer a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu estarei, Deputada Adriana.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero fazer a justificativa de um voto...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nos termos do art. 70, está suspensa a sessão por 30 minutos.

(Suspende-se a sessão às 13 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está reaberta a sessão.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 293-B, DE 2004 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 293-B, de 2004, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º, serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º); tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade quando da apreciação da PEC 228/2004, com emendas (Relator: Dep. Osmar Serraglio), e pela admissibilidade das de nºs 140/12 e 283/13, apensadas (Relator: Dep. Ricardo Berzoini); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas de nºs 1, 7, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 22, 25, 27, 33, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 48, 49, 50, 52, 53, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 100 de 2004 e das Emenda de nºs 1 a 7/18; e, no mérito, pela aprovação desta, das de nºs 140/12, 283/13 e das Emendas de nºs 2 a 7/18, com substitutivo; e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 7, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 22, 25, 27, 33, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 48, 49, 50, 52, 53, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 100 de 2004 e da Emenda de nº 1/18 (Relator: Dep. Luiz Carlos Hauly).

Tendo apensadas (3) as PECs 140/12; 283/13 e 45/19.

Requerimento de retirada de pauta do PL com o NOVO.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, II, “c” combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Ordem do Dia da PEC 293/2004, que “Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º, serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º).”.

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu quero fazer uma questão de ordem que precede, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Se for sobre o apensamento de PECs, já temos inclusive uma questão de ordem publicada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Mas eu vou fazer, porque, além do apensamento, há outra questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. dispõe de 3 minutos, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

A minha questão de ordem se baseia no art. 105. O que ocorre é sobre apensamento de PEC, mas é muito pior do que apensamento de PEC. Esta PEC que foi apensada é da 52ª Legislatura. Ela é de 2004. Depois da 52ª, passaram-se 4 anos da 53ª, 4 anos da 54ª, 4 anos da 55ª, 4 anos da 56ª. E eis que, 18 anos depois, estamos na 57ª Legislatura, e a apensaram. E o art. 105 é muito explícito quando diz:

Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, salvo:

.....

VI - as destinadas à elaboração das espécies normativas referidas no art. 59 da Constituição Federal que não tenham tramitado por 3 (três) legislaturas completas; (...)

Presidente, ressuscitaram esta PEC aqui. Eu estou começando a me preocupar e estou começando a querer olhar todas as PECs arquivadas desde mil novecentos e bolinha, quando minha avó era criança. Por quê? Estão desenterrando PEC! Nós temos, no mínimo, quatro legislaturas completas, fora a 52ª Legislatura e fora este ano que transcorreu.

Eu acho que aqui estamos cruzando uma fronteira muito complicada de voltar. Estamos falando de 18 anos, em um pensamento completamente irregular. Eu faço aqui um pedido encarecidamente, até porque eu sou uma reformista, Presidente. Sou uma reformista. Lutei e luto muito pela reforma tributária. Mas há algumas coisas nesta PEC e na sua tramitação que eu realmente não aceito.

Outra coisa que eu não aceito é que somos incapazes de ver um texto como um todo, nem no momento da votação. Ainda não subiu no sistema. A minha assessoria quer inclusive fazer conta, ver realmente o que saiu, ver o que está na dúvida. É muito injusto termos que votar contra uma reforma que sempre defendemos porque não há elemento nem certeza.

Eu não vou votar PEC no escuro! Não dá para votar. Ainda mais uma arquivada. Então, eu peço atenção, porque pegar barriga de aluguel e carona, eu lamento muito, Presidente. Eu solicito que vá a Comissão.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para contraditar, Sr. Presidente.

Eu tive a honra, Sr. Presidente, de ser Relator da PEC 293, aprovada por unanimidade na Comissão Especial da Reforma Tributária, em dezembro de 2018.

Esta PEC foi informalmente para o Senado e se transformou na PEC 110, no Senado, com o mesmo teor. Informo à Casa que fiquei muito honrado com a escolha que a Mesa fez da PEC 293. Estou muito honrado porque eu fui o Relator. E é o mesmo teor. Vamos dizer que não é 100%, mas a matéria é 90% igual.

Então, é uma matéria conhecida, é uma matéria que está pronta. E eu parablenizo V.Exa. pela coragem, pela determinação de colocar a mais importante reforma da história do Brasil. Não há nenhuma proposta mais importante, liberal e capitalista do que esta reforma. O Brasil vai reconhecer para sempre esta mudança do sistema tributário brasileiro.

Então, eu estou aqui contraditando. Eu sou independente e posso dizer que, assim como qualquer Parlamentar, é legítima essa opção pela PEC 293.

Parabéns mesmo à toda a Mesa, à Casa e aos Líderes por essa escolha.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana, a assessoria está aqui providenciando uma resposta à questão de ordem de V.Exa.

Mas estou muito satisfeito com a contradita do Deputado Hauly, que merece toda a atenção e deferência de V.Exa.

O Deputado Haully explicitou não só a origem, mas todo o processado da PEC. Não há nenhum ineditismo no que está acontecendo. Nós já apensamos outras PECs. Essa questão é vencida.

A PEC 293 tem muita similaridade. O Relator fará a leitura do texto e seguiremos o caminho, porque ela guarda muita reciprocidade com o tema. Não há nenhuma forçação de barra. E nós não vamos entrar no debate.

Eu acolho a questão de ordem de V.Exa., com posterior resposta por escrito que a Mesa está a providenciar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem, de acordo com o art. 142, que é importante inclusive em virtude do que V.Exa. acaba de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pois não, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - No dia 10 de maio de 2019, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados indeferiu o Requerimento nº 1.406, de 2019, e o despacho trazia o seguinte teor:

"Indefiro o pedido contido no Requerimento nº 1.406, de 2019, nos termos do art. 142 — ao qual fiz referência ao suscitar a questão de ordem —, parágrafo único do Regimento Interno, tendo em vista que não há correlação suficiente para superar o óbice que representa estarem as PECs nºs 45, de 2019, e 293-A, de 2004, em diferentes estágios de tramitação. Publique-se. Oficie-se".

Portanto, Sr. Presidente, no dia 10 de maio de 2019, agora, há mais de 4 anos, a Mesa Diretora da Casa indeferiu o pedido de apensação justamente da PEC 293 com a PEC 45. Eu queria entender, Sr. Presidente, por que, naquela época, a Mesa Diretora indeferiu, disse que não havia correlação suficiente para superar o óbice que representa estarem as duas PECs em diferentes estágios de tramitação. E, neste momento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Se me permite, Deputado, só para que V.Exa. não fique sendo repetitivo. Depois, se V.Exa. quiser, eu retorno 1min35seg do seu tempo.

Sobre os aspectos da correlação, no Senado e na Câmara — essa PEC 293 não fui eu quem deu o parecer, nem a Mesa da qual faço parte —, naquela época, os estágios das PECs eram diferentes, coisa que agora não são. Todas as duas estão prontas para o plenário e as duas guardam correlação. Essas são as diferenças básicas, Deputado Marcel. A PEC que está sendo apensada guarda muita — não é pouca, não — correlação de texto com a outra PEC. O Relator Luiz Carlos Haully inclusive pode testemunhar isso aqui em plenário.

Se V.Exa. quiser, dou 1min35seg restante para que continue com a sua questão de ordem, já indeferida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Por favor, tem a palavra, por 1min35seg, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu gostaria de ter a fundamentação da Mesa, por escrito, Sr. Presidente, antes de um indeferimento de plano dessa forma, até porque nós temos interpretação diversa. Nós entendemos que os estágios de tramitação não são os mesmos. Nós estamos tratando de uma PEC, que já foi ao Senado, que retorna à Câmara dos Deputados e que está sendo apensada a uma PEC que, formalmente, está arquivada.

Eu queria que V.Exa., inclusive, Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, me informasse em qual anexo ou ala desta Câmara está o arquivo em que essa PEC foi buscada, porque eu não quero me surpreender uma próxima vez com mais temas que se supõem arquivados voltando ao plenário. Eu faço questão de fazer essa visita. Levo uma máscara para me proteger eventualmente do pó, que deve haver nesse arquivo e nesse setor, para que saiba tudo o que está arquivado. A PEC 239 está formalmente arquivada, conforme foi dito na manifestação da Deputada Adriana Ventura. Não obstante estar arquivada, ainda havia um despacho, do ano de 2019, indeferindo a sua apensação à PEC 45. E agora reaparece essa PEC, ela ressuscita dentre os mortos do arquivo da Câmara dos Deputados para pousar aqui no plenário de matéria apensada a uma PEC mais recentemente apresentada.

Nós não concordamos, portanto, com o indeferimento de planos e esperamos a resposta por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana, dou aqui só uma opinião para a assessoria do partido. Esta Presidência respeita o exercício regular da obstrução, mas observa que os instrumentos devem ser exercidos nos termos regimentais. Existe norma expressa e literal que nega o pedido de V.Exa. Nesse sentido, apela que maneja o Regimento de maneira a não levar a situações.

Eu posso ler inclusive aqui o artigo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu peço que leia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu estou respondendo e não debatendo.

Diz o art. 3º da norma de transição do arquivamento:

Art. 3º Finda a 56ª legislatura, arquivar-se-ão definitivamente as proposições que se encontrem em tramitação por 5 (cinco) legislaturas completas, observada a regra do § 2º do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989.

Portanto, se V.Exa. contesta até o que está escrito, eu não tenho como convencê-la.

Eu estou negando e dando por escrito os motivos razoáveis e peço à assessoria do NOVO que use o Regimento de forma adequada e responsável.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu sou muito responsável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não estou falando de V.Exa. V.Exa. está seguindo a orientação da assessoria do partido.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A questão é que isso vale desde fevereiro de 2023, as destinadas à elaboração das espécies por três legislaturas. Eu estou lendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A PEC está atendendo aos critérios de prazo de tempo e de correlação de texto. Eu não vou discutir sobre o tema. As questões de ordem estão indeferidas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A alteração que V.Exa. leu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Estão indeferidas, Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu sei. Mas um esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura para encaminhar a favor, por favor. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A alteração que V.Exa. leu, Presidente, foi de fevereiro de 2023. Ela não retroage. Esse é o ponto. E eu falo aqui em defesa da nossa assessoria, que não merece os comentários de que não está nos assessorando bem. Ela se antecipou ao que V.Exa. leu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu não disse que elas não estão. Eu só pedi que se use o Regimento de forma adequada e responsável.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas estão usando. Eles se anteciparam a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Marcel Van Hattem, não resguarda a V.Exa. o direito a esse prazo no microfone.

Deputada Adriana, por favor, para encaminhar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu só quero informar que eu vou fazer aqui a retirada de pauta, mas que eu vou recorrer à CCJ, que também é um direito que temos, e, depois, eu vou realmente questionar essa resposta, porque o Regimento é explícito quando fala das três legislaturas. Mas eu vou me informar, vou pegar a resposta de V.Exa. e, depois, faremos o devido recurso ou questionamento.

Caros senhores, esse pedido de retirada de pauta é por uma razão muito simples: não temos o texto final. Não temos o texto final. E a proposta de ler no plenário uma coisa da magnitude de uma reforma tributária...

Aliás, o NOVO é o partido que mais defende reforma, mais defende simplificação, mais defende desburocratização e mais defende redução de carga tributária. Somos um partido que, ao longo dos últimos 5 anos, bateu muito duro nisso, e vemos o nosso sonho de aprovar uma reforma tributária ideal para o Brasil escorregar pelo ralo — escorregar pelo ralo!. Eu não estou falando aqui em detrimento do excelente trabalho que muitos colegas desta Casa fizeram. Vejo aqui vários Parlamentares que trabalharam bastante para que isso acontecesse. Cito aqui o Deputado Federal Alexis Fonteyne, que não está mais aqui, mas que trabalhou muito por isso; o Deputado Lippi; o Deputado Reginaldo e tantos Deputados que trabalharam muito para essa reforma sair. Mas, infelizmente, no final, o objetivo de reduzir a carga tributária não vai acontecer, porque há privilégio para um, puxadinho para outro, exceção para outro.

E é lamentável que façamos uma reforma que, com certeza, terá coisas que talvez avancem, em termos de reduzir a complexidade, mas ela continua complexa, continua cheia de puxadinho, com alguns agravantes. O que veio do Senado para cá traz muito mais exceção, e a alegria de alguns é a tristeza de outros, que têm que pagar a conta.

O primeiro motivo é que o texto não está disponível. Temos o texto do Senado, como foi dito pelo Presidente da Casa. Ocorre que o que foi suprimido e como vai ser a análise, até para ver como que ficou o balanço geral, nós não temos.

Por isso estamos pedindo essa retirada de pauta. É inadmissível votarmos algo sem conhecermos a fundo o texto final sem uma clara análise.

O segundo ponto é que o rito está errado, está apensado a uma PEC de 20 anos atrás.

Não dá para aceitarmos isso!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para orientar contrariamente, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, as PECs são correlatas, estão no mesmo estágio.

É um debate que dura quase 60 anos. A última foi na ditadura de 1965. A sociedade brasileira, desde a redemocratização, espera por um novo sistema tributário, mais moderno, conectado com o modelo mundial, que vai permitir ao Brasil criar um ecossistema para a atração de novos empreendimentos e disputar também o mercado interno contra os importados, voltar a ter uma presença no mundo com produtos de valor agregado.

Vamos diminuir custo. Hoje, 80% do Custo Brasil corresponde ao custo tributário. É muito caro se produzir no Brasil, quando a cadeia do processo de produção é mais longa. Vamos gerar milhões de empregos, Deputada Erika Kokay, com bilhões de reais de arrecadação e trilhões de PIB, que será transferido para as famílias de menor poder econômico. Pelos estudos, serão 6 mil reais de aumento de renda *per capita*. A perspectiva é de 12 milhões de novos empregos em 10 anos. A perspectiva é enfrentar as desigualdades federativas, distribuir mais para aqueles Municípios que têm uma renda *per capita* menor, ou seja, a reforma avança.

Nessa perspectiva, esse é um debate que a sociedade conhece. Este Parlamento, tanto a Câmara quanto o Senado, em todas as legislaturas, constituiu Comissões Especiais, debateu em grupos de trabalho. Essa matéria foi aprovada aqui no primeiro semestre. Estamos encerrando o segundo, e ela volta para a Câmara dos Deputados. Portanto, a matéria é de conhecimento de todos os Parlamentares desta Casa.

Nós encaminhamos contrariamente à retirada de pauta. O Brasil tem pressa. Precisamos reativar os setores econômicos. E esta reforma constitucional é, com certeza, a maior e mais ousada reforma estruturante para o setor econômico brasileiro. Então, somos contrários à retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT? (*Pausa.*)

Como orienta o Bloco do MDB, PSD, Republicanos? (*Pausa.*)

Como orienta o PL?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós do PL sempre achamos que, nesta Casa, deveríamos estar votando reforma administrativa para diminuir impostos, mas o que estamos vendo aqui é uma votação açodada. V.Exa. está muito preocupado com essa votação. Por isso a colocou na sexta-feira. Não votamos nada nesta semana de importante; mas, na sexta-feira, pelo Infoleg, V.Exa. coloca essa votação.

Nós não temos como fazer mais do que pedir o adiamento de votação, até porque há um emaranhado de questões aí dentro que depois será resolvido como? Aumentando impostos do agricultor, aumentando impostos do empresário, aumentando tudo o que se possa imaginar, até porque o PT adora aumentar impostos. Esta é a prática deles: gastar bastante e aumentar impostos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "não", contra a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Como orienta o PSOL? (*Pausa.*)

Deputado Marcel van Hattem, como orienta o NOVO? (*Pausa.*)

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL entra em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PL muda para "obstrução".

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acrescento o tempo da Oposição aos 2 minutos.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que o desconforto da Mesa foi visível quando trouxemos as questões de ordem, que até agora não têm as respostas devidas.

V.Exa. bem percebeu — e se percebe pela forma como houve a reação da Mesa — que a Mesa não tem resposta, porque essa questão de ordem está correta. A assessoria me trouxe aqui, agora, também o inciso VI do art. 105, em que a explicação concedida por aqueles que escrevem o Regimento Interno da Câmara é que o inciso que foi acrescido pela Resolução nº 33, de 2022, lida por V.Exa., vale a partir do dia 1º de fevereiro de 2023. Portanto, a PEC a qual a PEC 45 está apensada está arquivada formalmente.

V.Exa. está colocando aqui, de uma forma irregular, uma proposta de emenda à Constituição que não passou por Comissão Especial e cuja manifestação do Relator está inscrita no sistema da Câmara, o que também é completamente irregular, porque é uma PEC que não tem Relator de Plenário. Nós conhecemos como se faz a tramitação, mas, lamentavelmente, os mesmos erros que têm sido cometidos desde o início do primeiro ano de V.Exa. como Presidente seguem sendo cometidos. Lembro bem quando nós barramos aqui a PEC da Impunidade, que se pretendeu aprovar sem Comissão Especial, sem CCJ, sem nada; e agora, da mesma forma, se está tentando isso com um tema tão importante como a reforma tributária, que defendemos tanto que acontecesse neste País.

Agora, sob a égide de um Governo populista e gastador, que vai aumentar a arrecadação depois dessa PEC, vota-se, numa sexta-feira, pelo Infoleg, de forma irregular, causando lamentável desconforto à Mesa, que deveria ter feito a tramitação pela forma regimental de Comissão Especial, CCJ, como se faz em qualquer PEC. Considero lamentável isso.

O NOVO está em obstrução, assim como também a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não vou nem comentar a fala de V.Exa., porque foi na orientação. Se fosse pela ordem, comentaria.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT?

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta o voto "não", Sr. Presidente, por julgar muito importante a votação da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota o Bloco do MDB, PSD, Republicanos?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa é uma matéria que nós, diante de todo o esforço capitaneado por V.Exa., pelo Relator Aguinaldo e pelos Líderes, já conseguimos, poucos meses atrás, votar aqui na Casa, depois de muitos anos. A reforma tributária foi ao Senado, que cumpriu a sua etapa. Agora, ela está de volta, nos dando a oportunidade de nos debruçar sobre essa demanda tão antiga do nosso País. Conseguiremos, com a votação de hoje, colocar o nome desta legislatura na história como uma legislatura que construiu, com muito diálogo, um novo formato para o nosso sistema tributário, trazendo eficiência, trazendo para o Brasil a condição de, com um sistema mais moderno, poder crescer, se desenvolver e engrandecer.

Por isso, nós votamos "não".

Queremos votar hoje a reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, às vezes tenho a impressão de que o Brasil não tem o menor perigo de dar certo.

Veja só: nós estamos diante de tamanha sanha arrecadatória deste Governo, que dá uma visão de funil, de forma que ele não enxerga mais nada. Não é só arrecadar. Há um limite.

Agora, nós vamos assistir, daqui para frente, a empresas indo embora do País, como muitas já foram para o Paraguai.

A nossa preocupação é que estamos fazendo uma reforma sobre a qual havia a expectativa de que diminuíssem impostos e descomplicasse o ambiente negocial. E não é nenhuma das duas coisas. Na verdade, está se aumentando e se complicando ainda mais. É lamentável que percamos esta grande oportunidade que se apresenta neste momento de darmos uma reforma boa ao País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria, Presidente, orienta o voto "não".

Seguramente, Presidente, é a reforma tributária a matéria mais antiga em debate nesta Casa. Depois de muito esforço, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de reforma tributária. A matéria foi ao Senado, que a analisou e fez algumas modificações. O que hoje aqui vamos fazer é analisar as modificações feitas pelo Senado Federal.

Portanto, a retirada de pauta desta matéria não faz nenhum sentido. O Brasil carece da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto "não", Sr. Presidente.

Vamos votar, porque o Brasil está esperando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos no plenário já votaram? (*Pausa.*)

Como é um requerimento, vou encerrar com esse quórum.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 46;

NÃO: 311;

TOTAL: 360.

OBSTRUÇÃO: 72.

A fim de que apresente ao Plenário a proposta consolidada entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal da reforma tributária, vou conceder a palavra ao Deputado Aguinaldo Ribeiro.

Para que faça a leitura da proposta de texto de reforma tributária consolidada sobre as alterações feitas pelo Senado Federal ao texto aprovado em dois turnos por esta Casa, o Deputado Aguinaldo Ribeiro está com a palavra.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputado Renildo, eu venho a esta tribuna com muita tranquilidade. Nós estamos, hoje, fechando e, se Deus quiser, encerrando um ciclo no nosso País, um debate que ser perpetuou durante 35 anos, se nós olharmos para a emenda constitucional de 1988. Se olharmos antes disso, faz ainda mais tempo que este debate persiste neste Parlamento. Nunca se conseguiu avançar tanto numa reforma da tributação sobre o consumo para corrigir as distorções do sistema tributário que foram se criando na ausência de coragem para se enfrentarem os problemas estruturais, e não tão somente problemas circunstanciais.

Por isso, Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu fico muito tranquilo. Embora haja um conflito acerca do que estamos votando neste momento, nunca se discutiu tanto, nunca se teve tanta transparência em uma discussão com toda a sociedade brasileira. As enormes divergências de pontos de vista foram consideradas, e fez-se um debate franco, com participação social. Nós visitamos praticamente todos os Estados, ou fomos visitados, porque aqui tivemos enes audiências públicas com diversos setores, de Estados de todo o País, para que estivéssemos vivendo este momento.

E este momento que nós estamos vivendo no dia de hoje é histórico, mas nós temos que mencionar que também o tivemos em passado muito recente, aqui neste mesmo plenário. No dia 5, no dia 6 e no dia 7 de julho, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados fizeram uma ampla discussão, um amplo debate sobre este tema, e nós aprovamos, em primeiro e segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023, que foi ao Senado. Lá, passou também por um processo de discussão amplo e profundo, conduzido pelo eminente Senador Eduardo Braga, o Relator, que está aqui neste plenário. Como ele, eu tive oportunidade de estar no plenário do Senado também acompanhando a reforma tributária.

Portanto, eu tenho plena convicção de que estamos fazendo um debate que talvez seja o debate mais longo, o debate mais extenso, o debate mais profundo e o debate mais difícil que nós já tivemos nesta Casa. O debate, por exemplo, da reforma da Previdência, que é um tema importante, é pontual; o debate de uma reforma trabalhista como a que nós

fizemos também é pontual. Mas o sistema tributário que nós temos hoje é complexo, e seu debate é feito de diversas formas, envolve setores diversos, envolve entes federados e envolve a complexidade do País que nós temos. Apesar disso, eu tenho absoluta tranquilidade quanto ao fato de que nós vamos concluir essa análise sobre a qual se debruçou o Senado Federal para concluirmos esta reforma.

E quis o destino que hoje nós tivéssemos parte desta sessão presidida pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, que está aqui. Eu queria aproveitar a oportunidade para render a minha homenagem a este companheiro, que lutou tanto pela mudança no sistema tributário. (*Palmas.*)

Deus faz dessas coisas, Deputado Hauly, faz isso conosco, e nós temos que ser gratos a Ele.

Eu passo agora a um momento importante, que é o da leitura do voto. Antes, vou fazer só uma menção, já que está ali o autor da propositura, o nosso Deputado Baleia Rossi, da PEC 45. O Deputado Hauly foi quem nos fez votar, inclusive na Comissão, a PEC 293, que é esta que nós estamos apensando à PEC 45 no dia de hoje. E o Senador Eduardo Braga teve uma missão muito difícil, que foi tratar de um tema em praticamente 4 meses e aprová-lo no Senado.

Então, eu queria dizer que o que está aqui hoje foi resultado de um consenso. Eu diria que foi feita uma construção de maioria nesta Casa, porque é difícil haver consenso numa Casa tão plural. Mas é preciso desmistificar algumas coisas. Mais uma vez, não vamos permitir, primeiro, que se traga para cá politização acerca desta reforma. Esta é uma reforma que o Parlamento propôs ao longo de todo esse tempo e não conseguiu fazer.

Esta reforma vai, de fato, impactar o nosso País sobremaneira, porque nós vamos ter nela a simplificação tributária. É um equívoco e é falso dizer que esta reforma não combate as principais mazelas do sistema tributário do consumo no nosso País. Nós estamos trazendo não só a simplificação, mas também a eliminação da cumulatividade. Nós estamos combatendo a cumulatividade e trazendo transparência para o nosso País. Hoje o nosso cidadão não sabe quanto paga de impostos no Brasil, porque o nosso sistema não é claro. E ele pesa, sobretudo, sobre os que mais precisam no nosso País, sobre os mais desprotegidos, porque ele é regressivo, ou seja, quem precisa mais é justamente quem paga mais.

Por isso, Presidente, eu faço este preâmbulo antes de ler o nosso parecer. E vou explicar aqui a nossa manifestação, mas com muita tranquilidade, ciente do esforço que foi feito aqui por todos. Todos participaram; esta reforma não foi construída por uma só pessoa.

Eu vou iniciar a leitura deste relatório com a certeza de que estamos concluindo este trabalho com muita responsabilidade. É lógico que há coisas eu preferiria fazer de forma diferente. Eu defendi aqui um IVA único, porque achava que era mais simples. Mas a nossa complexidade federativa nos impõe também a lógica da política, em que você não impõe a sua vontade; você tem que ceder, para que se construa, na verdade, a vontade de todos, que é o símbolo desta Casa.

Se V.Exas. me permitirem, passarei direto ao voto.

"II - Voto do Relator

Coube a este Relator a honrosa missão, após designação do Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, de emitir parecer sobre o mérito" da PEC da reforma tributária, bem como sobre o mérito das emendas que lhe foram apresentadas, "nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados — RICD, observados os mesmos pressupostos de admissibilidade que condicionam as proposições principal e apensada.

Por oportuno, destaque-se não ser necessária nova análise da admissibilidade das proposições em apreciação. A Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, teve sua admissibilidade apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC, em 4 de fevereiro de 2004, a partir de parecer exarado pelo Deputado Osmar Serraglio para a PEC 228/04, da qual foi desmembrada. As emendas a ela apresentadas tiveram sua admissibilidade apreciada, ou na CCJC ou pela Comissão Especial da PEC 293/04, sob relatoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, cujo parecer foi aprovado em 11 de dezembro de 2018. Já a PEC 45/19 passou, na Câmara dos Deputados, pelo crivo da admissibilidade pela CCJC em 22 de maio de 2019, a partir de parecer de lavra do Deputado João Roma, e, no Senado Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ daquela Casa, em 7 de novembro de 2023, nos termos do parecer de autoria do Senador Eduardo Braga.

II.1 Análise do mérito da PEC 293/19 e de suas emendas

O desfecho do longo processo da reforma tributária se dá a partir da PEC 293/04. É a oportunidade para homenagear" — e eu já fiz isto aqui — "o Deputado Luiz Carlos Hauly, Relator dessa proposta outrora, na respectiva Comissão Especial. Incansável defensor da reforma tributária, é justo reconhecer e afirmar que seu trabalho árduo muito contribuiu para concluirmos o alinhamento de nosso sistema tributário de consumo ao modelo adotado no restante no mundo.

Em relação ao mérito da proposta, como se sabe, o texto do substitutivo à PEC 293/04, aprovado em 11 de dezembro de 2018, foi apresentado pelo Senador Davi Alcolumbre na forma da PEC 110/19. Esta PEC, juntamente à PEC 45/19, tornaram-se a base da discussão da atual reforma tributária.

As 49 emendas apresentadas originalmente à PEC 228/04, da qual deriva a PEC 293/14, referem-se a um contexto diverso daquele em que se passa a discussão atual. Na época, ainda não se podia antever que as duas Casas Legislativas cerrariam fileiras em favor de um IVA dual, alinhado às melhores práticas internacionais, e acordariam pela extinção do ICMS, ISS, PIS, COFINS (...). Assim, não há como alinhar as propostas ao estágio em que se encontra a discussão da tributação do consumo no País. Por essa razão, optamos por não acatá-las.

Já em relação às sete emendas apresentadas à Comissão Especial da PEC 293/19, todas foram parcialmente acatadas no substitutivo aprovado naquela Comissão e não trazem inovações que possam ser incluídas no texto. Desse modo, optamos por rejeitar essas emendas.

II.2 Análise do mérito da PEC 45/19

O retorno da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 3 de abril de 2019, para apreciação das modificações do Senado Federal ao texto aprovado por esta Casa em julho de 2023, marca a conclusão de um longo processo de diálogo institucional iniciado em 2019 com a apresentação da PEC 45/19 na Câmara dos Deputados pelo Deputado Baleia Rossi e da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 9 julho de 2019, no Senado Federal pelo Senador Davi Alcolumbre.

Devemos muito a estes dois Parlamentares, o Deputado Baleia Rossi e o Senador Davi Alcolumbre, pela coragem na iniciativa de trazer à pauta matéria tão importante para o País, mas da qual, por sua dificuldade de consenso, muitos já haviam desistido. Destaque-se que ambos não foram apenas autores das propostas, mas ferrenhos defensores da ideia durante toda a discussão da matéria.

O diálogo continuou com a criação da Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária, em 19 de fevereiro de 2020, com o objetivo de produzir uma proposta que unificasse os dois textos. Tendo sido designado Relator da matéria, após amplo processo de estudo e discussão, apresentei ao colegiado, em 12 de maio de 2021, um substitutivo às duas PECs, que não chegou a ser apreciado pela extinção, por esgotamento do prazo regimental, da Comissão Especial da PEC 45/19.

Esse substitutivo, apesar de não votado, continuou a ser discutido na análise, pela CCJ do Senado, da PEC 110/19. Em 16 de março de 2022, seu Relator, o Senador Roberto Rocha, apresentou novo substitutivo, que também não foi apreciado por aquele órgão colegiado."

Aliás, eu também gostaria de ressaltar o empenho e o trabalho do Senador Roberto Rocha como Presidente da Comissão Mista e Relator da PEC 110/19. Ele sempre acompanhou este tema e acompanha até hoje.

"Em 2023, tendo a reforma tributária sido elencada como uma das prioridades nacionais, a Câmara dos Deputados instituiu, em 9 de fevereiro de 2023, grupo de trabalho para analisar e debater a PEC 45/19", sob a impecável Presidência do Deputado Reginaldo Lopes, que está aqui neste Plenário. E eu quero aqui abraçar o Deputado Reginaldo Lopes e dizer da honra de ter sido e ainda ser colega dele, que, com tanta fidalguia e com tanta dedicação, conduziu os trabalhos do grupo de trabalho, grupo esse que também teve na sua composição os seguintes Parlamentares, aos quais rendo homenagem: Deputada Tabata Amaral e Deputados Adail Filho, Glaustin da Fokus, Ivan Valente, Jonas Donizette, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Mauro Benevides Filho, Newton Cardoso Jr, Saullo Vianna, Sidney Leite e Vitor Lippi. Por meio deles, eu cumprimento todos os Parlamentares desta Casa que têm acompanhado e se dedicado a este tema e que, de forma relevante, contribuíram para o aprimoramento do texto apresentado.

"Tomando por base todo o cabedal de conhecimento acumulado, o GT aprovou, em 6 de junho de 2023, relatório com diretrizes para a reforma tributária a ser levada à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

E foi com base nessas diretrizes que esta Casa aprovou, em 7 de julho de 2023, o substitutivo à PEC 45/19, oferecendo ao País uma reforma tributária abrangente e coesa, representando o consenso possível de nossa sociedade, que propôs um sistema tributário alinhado às melhores práticas internacionais, capaz de impactar positivamente o crescimento da economia brasileira, reduzindo custos, eliminando litígios e corrigindo distorções alocativas.

Enviado ao Senado Federal, aquela Casa passou 4 meses dedicada ao debate e estudo desse modelo tributário e, em 8 de novembro de 2023, aprovou novo substitutivo à PEC 45/19."

Fazemos questão, mais uma vez, de ressaltar o trabalho feito pelo eminente Senador Eduardo Braga, trabalho esse que resultou neste sistema, que trata de diversas questões. Nós vamos detalhar, aqui, agora, para os senhores cada ponto.

Eu queria fazer um adendo, antes de voltar ao texto, para destacar um ponto que é importante: a construção feita, no dia de hoje, no debate com as Lideranças da Casa e com o Senado. O próprio Relator no Senado, o Senador Eduardo Braga, está presente aqui no plenário. E quero falar da importância da determinação dos dois Presidentes: do Senador Rodrigo

Pacheco, que, desde então, acompanhou este processo na Comissão Mista, composta por Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras; e do nosso Presidente Arthur Lira, que trouxe este debate e marcou data para a votação desta matéria.

É muito difícil votar um tema como este. Toda vez que nós vamos votar, há uma solução que aparentemente poderia ser melhorada. Este debate sempre segue, e nós não conseguimos finalizá-lo. Durante esta semana, isso se intensificou, e houve um debate não só interno à Casa, como externo. Esse debate foi feito com as Lideranças da Câmara e do Senado. Eu, o Senador Eduardo Braga, o Presidente Pacheco e o Presidente Arthur, baseados naquilo que foi fruto do debate com os Líderes partidários, tivemos ontem uma reunião de mais de 4 horas, na qual nós passamos o texto e o avaliamos para que nós pudéssemos concluir este trabalho hoje. E esse trabalho, na minha opinião, e sei que na opinião de muitos... Nós passamos a definir exatamente cada ponto desses.

Peço a atenção das senhoras e senhores a esta explicação sobre essa construção conjunta, até porque nós queremos não só votar uma reforma tributária, uma emenda constitucional, mas também promulgá-la e entregá-la ao Brasil ainda este ano, porque, meus amigos, este processo está só começando. Nós temos um grande debate da legislação complementar para fazer no ano que vem. Nós estamos constitucionalizando um calendário para que o nosso sistema tributário seja modificado, e isso não se faz do dia para a noite.

Então, houve discussões com as Lideranças da Casa, com o Governo Federal. E aqui eu também queria destacar o empenho do Ministro Haddad e da sua equipe. Está aqui o Bernard Appy. Estivemos ontem madrugada adentro discutindo estes temas para chegarmos tecnicamente à melhor solução. Também destaco o empenho do próprio Presidente da República. Não vamos politizar a discussão, mas foi preciso, sim, o Presidente resolver aportar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, senão não haveria reforma. No passado, nós não tivemos a reforma porque esse tema federativo não conseguia andar. Precisávamos da decisão de quem compreende a Federação como um todo para aportar 40 bilhões de reais aqui na Câmara e ampliar o valor no Senado em mais 20 bilhões de reais, totalizando 60 bilhões de reais.

Então, é preciso destacar, sim, essa vontade de se fazer aqui a reforma tributária e o envolvimento também do Presidente Lula, como representante de uma instituição importante, o Executivo, para colaborar para a emenda constitucional proposta pelas duas Casas. Esse trabalho de cooperação entre todos nós é importante. Foi a partir dessa discussão com as duas Casas e com o Governo Federal que nós chegamos a este momento. Contudo, não foi possível manter algumas das inovações incorporadas no Senado.

"Destaque-se que a promulgação de parte de PEC, eliminando dela a matéria que não é consensual entre as duas Casas Legislativas, é prática assentada no processo legislativo brasileiro, já chancelada pelo Supremo Tribunal Federal. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade — ADI 2128, de 2002, decidiu-se ser possível suprimir parcela do texto de PEC, sem retorno para a outra Casa, desde que a parte tenha autonomia e não prejudique o sentido ou compreensão do remanescente.

Diante do exposto, proporemos, a seguir, algumas exclusões do texto em análise, correspondentes a emendas supressivas. Cuidou-se de eliminar tópicos que correspondem a acréscimos de Senado que gozam de autonomia com relação ao restante do texto. Suas exclusões representam apenas a não concordância da Câmara dos Deputados com essas inovações, não prejudicando a estrutura da reforma tributária aprovada. A parte remanescente, constante do substitutivo por nós apresentado, compõe um texto coeso, sem lacunas e totalmente aplicável, sendo passível de promulgação imediata.

Um dos tópicos para os quais são necessários ajustes diz respeito aos regimes diferenciados com direito a alíquotas reduzidas de IBS e de CBS.

Não podemos perder de vista que a redução da alíquota para um bem ou serviço adquirido pelo consumidor final implicará o aumento da alíquota para o restante da economia, já que a manutenção da carga tributária é pressuposto da reforma. Tendo isso em mente, é recomendável que exceções à regra geral de tributação em razão da concessão de benefícios fiscais privilegiem produtos e serviços de consumo relevante por famílias de baixa renda. A eleição de produtos consumidos por pessoas com melhores condições econômicas, por mais relevantes que sejam, implicará o financiamento do benefício pelo restante da sociedade, em especial, de sua parcela mais humilde.

Por outro lado, caso o bem ou serviço beneficiado com alíquota reduzida seja consumido por pessoa jurídica, consistindo em insumo de alguma cadeia produtiva, será aproveitado pelo adquirente quando do pagamento do IBS/CBS devidos. Nesses casos, a inclusão do bem ou serviço na lista de reduções de alíquotas somente traz complexidades e ineficiências econômicas, sem nenhuma redução de carga tributária, já que o valor pago a menor será recolhido na etapa seguinte.

Seguindo esses parâmetros, optamos por realizar as seguintes exclusões.

Eliminamos a possibilidade de redução em 100% da alíquota na aquisição de medicamentos e dispositivos médicos por entidades de assistência social sem fins lucrativos" (...).

Há já uma duplicidade, porque o nosso texto anterior já previa inclusive a redução de até 100% desses dispositivos.

"A cesta básica estendida (art. 8º, § 2º, da PEC) seria aquela que contém produtos com alíquota reduzida em 60% e com *cashback* obrigatório. Contudo, a PEC já garante o mesmo tratamento para alimentos e produtos de higiene elencados na lei complementar, com possibilidade de *cashback*" e redução de alíquota, "não havendo sentido em obrigar o legislador complementar a decisões que seriam mais bem ponderadas de acordo com os recursos e limitações de cada época."

É importante dizer que nós já destacamos nessa redução alimentos destinados a consumo humano. Portanto, nós já temos essa previsibilidade aprovada no texto nas duas Casas, Câmara e Senado.

"Quanto ao *cashback*, destaque-se que a PEC em análise já garante a possibilidade da evolução do IBS e da CBS a pessoas físicas, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda."

Nesse texto, nós estamos apenas mantendo aquilo que a Câmara já aprovou e que o Senado manteve.

"Foram necessários ajustes em alguns dos setores incluídos no âmbito dos regimes específicos."

(...)

Eu quero realçar que quando nós falamos em regime específico, a pessoa confunde com regime especial, como se isso fosse sinônimo de algum tipo de benefício. O regime específico é aquele em que você não vai aplicar o IVA diretamente de um regime de débito e crédito; você vai definir em lei complementar como será exatamente essa tributação e com que alíquota. Quem vai fazer isso? Esta Casa, juntamente com o Senado Federal.

"A inclusão de setores que, por sua natureza, podem se sujeitar ao regime normal de apuração" — aquele a que eu me referi — "causará complexidades e ineficiências, podendo causar novos litígios, justamente o que se pretende evitar com o novo sistema. Pode ainda resultar em tratamento mais gravoso que as regras normais, caso seja mal calibrado.

Nesse contexto, propomos a exclusão dos seguintes setores incluídos na PEC do Senado:"

Eu quero também realçar que essas decisões foram tratadas com os Líderes desta Casa. Essas decisões não foram só deste Relator. Nós as propusemos, fizemos um debate, e houve o consenso majoritário dos Líderes desta Casa, que propuseram essas alterações:

(i) serviços de saneamento e de concessão de rodovias (art. 156-A, §6º, inciso VI, da CF);

(ii) serviços de transporte aéreo (art. 156-A, §6º, inciso VII, da CF);

(iii) operações que envolvam a disponibilização da estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações (art. 156-A, §6º, inciso VIII, da CF);

(iv) bens e serviços que promovam a economia circular (art. 156-A, §6º, inciso IX, da CF);

(v) operações com microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica (art. 156-A, §6º, inciso X, da CF).

Outra exclusão que fizemos diz respeito ao regime específico de combustíveis e de lubrificantes, com relação ao dispositivo que atribuiu à resolução do Senado a fixação das alíquotas uniformes, o que anteriormente era da competência da lei complementar (art. 156-A, §6º, inciso I, alínea "a", da CF). Entendemos que, em razão da importância do produto tratado, essa discussão deve ser mais ampla, com a participação dos entes federativos e de todo o Parlamento, por intermédio da apresentação, tramitação e aprovação de projeto de lei sobre o tema.

Quanto ao regime favorecido de IBS/CBS da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio, realizamos duas exclusões."

Aqui, mais uma vez, eu queria realçar todo o trabalho e, nesse contexto, esse consenso — aí, sim, foi consenso —, que resulta, inclusive, na eliminação de alguns destaques.

"Diante da forte rejeição à ideia de tributar as demais unidades da Federação com uma CIDE, com o objetivo de aumentar a competitividade da Região Amazônica e ainda direcionar os recursos desse tributo para a mesma região, chegou-se ao consenso" — inclusive no Senado. Refiro-me à reunião que tivemos ontem o Presidente Pacheco, o Presidente Arthur, este Relator e o Relator Senador Eduardo Braga — "de se alterar o modelo de benefício da ZFM, mantendo a vantagem competitiva da região com o uso do IPI, e não da CIDE.

Nesse sentido, eliminamos a menção à CIDE do § 1º do art. 92-B do ADCT e excluímos o § 5º do mesmo artigo, que tratava de sua destinação. Como decorrência dessa mudança, excluímos a alínea "b" do inciso II do art. 126 do ADCT, que extinguiu o IPI quando a CIDE fosse instituída, e mudamos a redação do parágrafo único do mesmo artigo, determinando que o IPI terá, em 2027, suas alíquotas zeradas em relação aos produtos não que tenham industrialização incentivada na ZFM."

Na prática, nós teremos o IPI Zona Franca de Manaus.

"A segunda foi excluir o § 7º do art. 92-B, do ADCT, que listava os setores que não poderiam se beneficiar dos incentivos do regime favorecido, mas nele não listando petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo, que atualmente constam das vedações do art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Destaque-se que essa vedação foi incluída no projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, para eliminar vantagem tributária indevida de empresas que, por meio de medidas liminares, importavam combustíveis na ZFM sem o pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. Não podemos admitir que se busque recriar tal vantagem, agora em sede constitucional.

Quanto ao Comitê Gestor do IBS (antigo Conselho Federativo), não houve consenso quanto, em relação ao seu Presidente, à possibilidade de sabatina e aprovação pelo Senado Federal. Essa alteração equipara o Presidente do Comitê Gestor", no entendimentos de alguns e desta Casa, "a autoridades federais diretamente subordinadas à Presidência da República, muitas inclusive com foro privilegiado para julgamento de crimes de responsabilidade (art. 156-B, § 5º, da CF). Tendo em vista que o Comitê Gestor não é um órgão federal e seu controle externo é realizado pelos entes subnacionais, não possuindo qualquer vínculo com a União, procedemos à retirada do dispositivo."

Também encaminhamos no sentido de excluir a "competência do controle externo do Comitê das Assembleias e Câmaras Legislativas, que o fariam com auxílio dos Tribunais de Contas, para os próprios Tribunais de Contas, que o farão por meio de órgão colegiado, pelo que propomos a exclusão da parte final do inciso IV do § 2º do art. 156-B da CF.

Quanto à transição federativa, realizamos a exclusão do mecanismo que premia os entes que forem mais eficientes em seus sistemas de arrecadação (art. 131 §§ 2º e 3º, e art. 132, inciso II, do ADCT), a partir de um fator de transição, por julgarmos que o mecanismo previsto traz insegurança em relação aos seus reflexos na participação na arrecadação, durante 50 anos" de transição, "de todos os entes federativos subnacionais.

Não houve concordância também com algumas alterações trazidas em relação em" relação "a outros tributos.

A última supressão proposta é a do § 18 do art. 37 da CF, que aplica o limite remuneratório dos servidores federais aos servidores das administrações tributárias dos Estados, do DF e dos Municípios. Diversos entes federados solicitaram a exclusão, por temerem uma forte pressão dos salários dos Fiscos Estaduais e Municipais, cujos funcionários poderiam receber mais que os próprios Governadores e Prefeitos.

Alguns acréscimos trazidos no texto do Senado se mostraram importantes, mas a redação proposta trouxe preocupações que recomendaram aprimoramentos.

Por sua vez, houve alterações nos princípios tributários que (i) vedam que a União, os Estados, o DF e os Municípios editem normas infralegais sobre matéria tributária sem dar ampla publicidade aos estudos e pareceres que as embasaram, que deverão conter avaliação do seu impacto sobre o grau de complexidade e a capacidade arrecadatória do Sistema Tributário Nacional; e (ii) determinam que projeto de lei que exija ou aumento de tributo contenha avaliação e demonstração do seu impacto econômico-financeiro.

O inciso VII e os §§ 8º e 9º do art. 150 da CF tornam demasiadamente rígido e burocrático o processo de alteração das normas infralegais tributárias. Além de dificultarem sobremaneira as iniciativas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, já que nem toda alteração é precedida de estudo ou parecer, esses dispositivos praticamente eliminam a possibilidade de os Parlamentos apresentarem projetos de lei em matéria tributária, pela dificuldade de obterem dados e, muitas vezes, de possuírem corpo técnico especializado para a elaboração desses pareceres e estudos.

Para os serviços financeiros, alteramos a redação do inciso II do § 1º e do § 2º do art. 10 da PEC, para deixar mais claro o seu texto, sem modificação de conteúdo.

Por fim, efetuamos correções de redação, de erros materiais e de referências de alguns poucos dispositivos, sem qualquer repercussão no mérito.

Voto

Pelas razões expostas, submeto aos ilustres pares o resultado de um amplo trabalho de conciliação entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, consequentemente, pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, e das duas propostas apensadas, a Proposta de Emenda à Constituição nº 140, de 2012, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 283, de 2013, bem como das emendas apresentadas, nos termos consignados a seguir."

Embora reconheçamos o mérito das emendas propostas, nós nos manifestamos pela sua rejeição, com base no substitutivo que estamos apresentando neste momento, que ora encaminho e passo à Mesa — ele já está no sistema e à disposição de todos.

Eu agradeço, Presidente, a sua paciência e a de todos os meus colegas de Plenário e fico à disposição para esclarecer qualquer questão aqui colocada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Aguinaldo Ribeiro, o Sr. Arthur Lira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Carlos Hauly, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem baseada no art. 128.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos Hauly, cujo esforço constante pelo tema da reforma tributária eu reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Antes de continuar, quero registrar mais uma vez que eu lamento o que ocorreu com a nossa assessoria, tão competente, que pode, às vezes, nos passar informações que tenham interpretação diversa daquela da Mesa, e, inclusive, muitas vezes, apontar problemas não vistos pela Mesa. E a Mesa também pode fazê-lo, mas não pode desrespeitar a nossa assessoria.

Nós entendemos que a Mesa deveria fazer esse reconhecimento e um pedido de desculpas à assessoria do NOVO, em razão da afirmação do Presidente Arthur Lira de que ela estava manejando o Regimento de forma inadequada e irresponsável — foram essas as palavras usadas pelo Deputado Arthur Lira, Presidente da Casa.

Se V.Exa. não o fizer pela Mesa — até entendo, porque não é ele que está aqui —, nós faremos novamente o pedido, mas, se V.Exa. entender que é pertinente, gostaríamos de ouvir um pedido de desculpas formal à assessoria do NOVO, porque ela não merece ouvir da Mesa Diretora, orientada ou não pelos demais assessores, que age de forma inadequada e irresponsável. Isso jamais aconteceu e nunca acontecerá.

Agora, Sr. Presidente, eu quero passar para a nossa questão de ordem.

Com base no art. 128, combinado com o art. 202, do Regimento Interno da Câmara, eu quero lembrar que não cabe parecer de Plenário em PEC. Inclusive, V.Exa., que foi Relator da PEC 293, bem sabe que a PEC 293 encabeça, na apensação, a PEC 45. Logo, o parecer que deve ser lido em plenário é aquele aprovado na Comissão Especial.

É isso que diz o Regimento. É isso que diz o art. 202, que eu poderia também aqui fazer questão de ler, pois ele diz toda a tramitação de uma PEC: como acontecerá pela CCJ; depois, na Comissão Especial; que tipos de emendas podem ser feitas ou não.

O sistema está com a solução marota, como se diz no popular, de colocar que é uma manifestação do Relator, mas não pode haver um parecer de Plenário desta forma — o parecer é o aprovado na Comissão —, nem é possível o emendamento em plenário. Nós sabemos que esta é a prática de sempre nas propostas de emenda à Constituição.

Aqui ficam, portanto, a nossa questão de ordem e também a nossa pergunta à Mesa. Como é possível que nós desrespeitemos o Regimento nesses pontos tão fundamentais do rito legislativo como a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Meu caro Deputado Marcel van Hattem, a reclamação de V.Exa. será levada a quem de direito, para que tome conhecimento: o nosso Presidente da Casa, que, aliás, tem conduzido muito bem os trabalhos. Será ele que vai apreciá-la e, oportunamente, se desejar, ele fará o que V.Exa. pede.

Sobre o questionamento de V.Exa., a manifestação do Relator está devidamente identificada. V.Exa. pode perceber a etiqueta "MAN" no corpo da manifestação.

Esta Presidência informa que assiste razão a V.Exa. na questão relativa ao emendamento, que é parcialmente conhecida e deferida.

Quanto ao texto, ele é o do Senado; o Relator apresentou a sua sugestão; e o Plenário é soberano. Eu não tenho dúvida de que sempre o Plenário é soberano: "sim" ou "não".

A parte comum das duas Casas, esta não se vota mais. Como a Câmara votou um texto, e o Senado, o mesmo texto, com algumas modificações, a parte não emendada já está...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Plenário é soberano, desde que não se afete o rito legislativo nem aquilo que pode ser feito. Por exemplo, a forma federativa do Estado não pode ser incluída numa PEC — só para dar um exemplo. Mesmo que o Plenário decidisse, por maioria de 90%, ou até por unanimidade, que o Estado não é mais federativo, não seria a soberania do Plenário que seria respeitada na tramitação. Eu estou usando um argumento *ad absurdum*, que é uma forma de tentar fazer com que se esclareça a questão. O rito legislativo previsto não está sujeito à soberania do Plenário. Ele precisa ser seguido tal e qual está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - O.k. A Presidência não vai dialogar mais sobre esse assunto porque a questão de ordem foi parcialmente conhecida. Nós temos, daqui para frente, a discussão e, em seguida, a votação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só para esclarecer, Presidente. V.Exa. disse que assistia razão parcialmente a minha questão de ordem e disse que o emendamento não era possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Porque não cabe emendamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas o próprio Relator colocou: "*bem como das emendas apresentadas, nos termos consignados no relatório*". Ele diz no relatório que apresentou emendas. Eu queria entender como assiste razão à minha questão de ordem sobre emendamento...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - O Relator está à disposição de V.Exa. para sanar as suas dúvidas. Eu não tenho como sanar essa dúvida, mas o Relator, sim. Por gentileza, em seguida, V.Exa. volta à tribuna, se necessário.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas, Presidente, a responsabilidade é da Mesa — não é do Relator — de admitir ou não emendamento de PEC, com todo respeito que devo a V.Exa., que é uma pessoa querida por nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - V.Exa. há de convir que a Mesa recebeu a manifestação que o Relator apresentou. Agora, quem decide é o Plenário. Eu não sei qual é esse diálogo, mas é o Plenário que vai decidir, por meio do voto. Não há como aprovar uma emenda constitucional ou um PL sem ser por meio do voto.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - V.Exa. tem razão. Vamos iniciar a discussão, Presidente!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não entendi mais nada, Presidente. Nós temos razão, mas não temos razão? Temos um Presidente que não pode presidir porque o Relator decide?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Requerimento de adiamento de discussão...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu preciso de resposta à questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Já foi dada a resposta a V.Exa., e V.Exa. pode recorrer.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E V.Exa. pode até chamar o Relator a se explicar, conforme o § 4º do art. 192.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Peço a V.Exa. que, no momento da discussão, solicite a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas o Relator pode ser chamado por V.Exa. Nós estamos pedindo um esclarecimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - V.Exa. quer dialogar com o Relator e com a Mesa? Eu não estou entendendo...

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Vamos iniciar a discussão, Presidente!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quero que o senhor faça cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Eu já dei satisfação a V.Exa. Está ali o Relator. V.Exa. converse com ele. Não satisfazendo suas dúvidas, V.Exa. volta à tribuna, sem nenhum problema maior!

Requerimento de adiamento de discussão.

Requer o adiamento, por 5 sessões, da discussão da PEC 293/2004, constante da pauta da presente sessão.

É um requerimento do PL.

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - O segundo. O Deputado Altineu Côrtes não está presente, ou está no restaurante tomando café.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Eu posso ir no lugar do Líder?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Não. O segundo é o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Eu não estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Não. Trata-se apenas de requerimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vivemos um sistema esquisito no Brasil, aliás, esquisitíssimo.

A democracia é relativa, diz o Presidente da República a respeito da Venezuela, mas, na verdade, aqui está tudo relativo: o Judiciário também é relativo, e hoje o Legislativo é relativo. O Legislativo não precisa seguir as regras que impõe a si mesmo, ou seja, regras previstas no Regimento Interno. Como queremos nós, como Parlamentares, aprovar uma lei e pedir, Deputado Silvio, que ela seja seguida pela população? Com que moral? Que moral nós temos, se o Regimento não é respeitado aqui, se o rito legislativo não é seguido?

Há algo pior. Eu reforço que esperamos um pedido de desculpas da Mesa à nossa assessoria. Quando a assessoria, de forma legítima, faz suas ponderações e nos encaminha, ela não está trabalhando de forma inadequada e irresponsável, muito pelo contrário. Quando a Mesa usa de subterfúgios tais, covardes, diria, contra quem trabalha aqui conosco para desqualificar o seu trabalho, a Mesa, na verdade, está se diminuindo, está utilizando-se de autodepreciação, deixando o véu da dúvida sobre a sua atividade, e não sobre a nossa, porque nós estamos trabalhando aqui de forma séria.

Estamos discutindo aqui uma reforma tributária com pouquíssimos Deputados em plenário, com alguns lobistas que, provavelmente, poucos votos conseguirão daqueles que aqui estão. Nós estamos trabalhando aqui, Sr. Presidente Luiz Carlos Hauly, que tantos anos trabalha por uma reforma tributária, de uma forma indecente, de uma forma vergonhosa!

Este Legislativo, lamentavelmente — Deputado Lippi, eu sei que V.Exa. defende a reforma e tem toda a legitimidade para isso —, está se autodestruindo. Nós não estamos apenas ajoelhados diante do Poder Judiciário; comprados, na maioria dos casos dos Parlamentares, pelo Poder Executivo. Não! Nós estamos nos autoimplodindo! Votar uma reforma tributária que aumentará impostos, porque aqui está a tal da trava prevista... Vou falar mais sobre ela.

A trava é sobre os anos em vermelho. Os anos em amarelo, em que se pagou menos imposto no Brasil, não estão no cálculo da trava. A trava proposta na reforma tributária é aquela que prevê o aumento de arrecadação e de imposto. Nós vamos votar esta reforma tributária deste jeito aqui, com poucos gatos-pingados? Muito Deputados Federais já voltaram para suas bases! Vamos votar esta reforma tributária desse jeito, sem discussão?! Que vergonha!

Eu, muitas vezes, tenho orgulho de ser Deputado, mas, neste dia, eu me envergonho desta função.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

Quanto a mim, no que me toca, vou responder a V.Exa., Deputado, quando eu for à tribuna. Como Presidente em exercício, não vou entrar na sua provocação.

Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, o Brasil sonha com esta reforma tributária. Esta matéria é de conhecimento de todos os Parlamentares desta Casa. A PEC apensada é correlata, está no mesmo estágio. O resto é manobra de obstrução.

O povo brasileiro reconhece nesta reforma a possibilidade de voltar a sonhar com um Brasil mais eficiente, mais dinâmico, com um país que vai tirar custo de produção. Depois da redemocratização, esta é a reforma mais estruturante da história do Brasil. É a primeira reforma no processo democrático.

Nós estamos criando uma legislação nacional perante um sistema atual que judicializou o PIB. O povo pobre pagou imposto escondido, embutido, sem saber que estava pagando, e esse imposto não chegou aos cofres públicos. Quando

poucos pagam, os que pagam pagam muita carga tributária. O mundo que tem o IVA, imposto simplificado, tem 1% na justiça ou nos CARFs, vamos dizer.

Portanto, nós precisamos votar esta reforma, precisamos concluir este processo e iniciar, no ano que vem, a legislação complementar infraconstitucional, porque esta reforma vai reduzir para 90% a carga tributária que recai sobre a população brasileira. Quem ganha mais vai pagar mais; quem ganha menos vai pagar menos. É correto ter suprimido a questão da cesta básica estendida, que vai permitir, em 1.380 produtos da atual legislação da cesta básica, a aplicação do *cashback*, que consiste em devolver para a mãe negra, a mãe-solo, com 3 filhos, aquele imposto pago. A alíquota reduzida permite criar um *cashback* de 24 bilhões de reais, Deputado Sidney Leite. É melhor, é mais progressivo, é mais justiça tributária. Desta forma, ainda que esta reforma seja sobre consumo, o Brasil vai aplicar na reforma sobre consumo progressividade. Além de tudo, a reforma vai distribuir a carga tributária, e, por isso, teremos a redução.

Vamos à votação, Presidente!

"Não" à retirada!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Vamos à orientação de bancadas, por gentileza.

Como orienta o Bloco do UNIÃO? (*Pausa.*)

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? (*Pausa.*)

Como orienta o PL?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu continuo sempre na mesma tese. Não há nenhuma possibilidade de diminuir impostos no Brasil com o Governo gastando o que gasta; com o Judiciário gastando o que gasta; da mesma forma, o Executivo e, aqui mesmo, o Legislativo. Nós temos que diminuir gastos! Diminuindo-se gastos, pode-se diminuir impostos.

É claro que o Presidente Bolsonaro foi o único Presidente do Brasil que diminuiu impostos e aumentou a arrecadação. Qual é o histórico do Brasil? O aumento de impostos aumenta a sonegação, diminui a arrecadação e sacrifica os bons, os bons pagadores.

Então, infelizmente, essa reforma tributária, da forma como está, nós temos que derrubar aqui nesta Casa.

Por isso, nós votamos "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Como vota a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

Como vota o NOVO? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Oposição? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registem seus votos.

Está iniciada a votação.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE recomenda o voto "não" à retirada de pauta.

Entendemos, Sr. Presidente, que é passada a hora de o Brasil ter uma nova política tributária e, com isso, garantir a simplificação, a transparência, a melhoria do ambiente de negócios, como também a diminuição do Custo Brasil.

Os Parlamentares que têm compromisso com este País, que têm compromisso com o livre mercado, com a geração de emprego e renda, com o crescimento do PIB e com a retomada da indústria, votam a favor da reforma tributária.

V.Exa. é o exemplo da história dessa luta.

Por isso, o bloco orienta "não" ao adiamento de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - O bloco orienta "não".

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação do PT, PCdoB e PV orienta "não", Presidente.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Governo orienta "não" ao adiamento da discussão.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do UNIÃO e PSB orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - O bloco orienta "não".

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - A Maioria orienta o voto "não".

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Quero orientar pela Minoria, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço a palavra para orientar o NOVO, Presidente. Estamos esperando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Como orienta a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria orienta "obstrução". Estamos em obstrução. Entendemos que essa matéria não poderia ser votada assim de forma açodada. É uma matéria importantíssima, importantíssima. Seria preciso que o Plenário estivesse cheio, que houvesse debates. Nós entendemos que a matéria não está madura.

Por mais que se alegue que se está há muito tempo esperando uma mudança tributária, uma reforma; sim, há muito tempo, mas na discussão aqui não há tanto tempo assim e houve as questões de ordem que foram levantadas de estar apensa a uma PEC já arquivada.

Então, por uma série de questões, entendemos que é muito importante o adiamento dessa votação.

Por isso a Minoria orienta "obstrução".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O NOVO quer orientar, Presidente.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Vamos encerrar a votação, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, não, espere. Calma! Que é isso?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Já não tinha orientado todo mundo?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O NOVO nem orientou ainda. Espere aí!

Posso orientar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Pode orientar, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Presidente Arthur Lira, inclusive, disse que podemos ficar até domingo votando.

Então, vamos com calma!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Estamos sem pressa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O NOVO está em obstrução. Inclusive, entendemos que nós precisamos dar mais tempo para essa discussão, não deveríamos estar fazendo em plena sexta-feira votação remota de uma votação tão relevante para o Brasil, que é a reforma tributária.

Por isso, Sr. Presidente, nós mantemos a nossa posição de obstruir esta votação no dia de hoje, nesta sexta-feira, e não precisamos ir até o domingo, não, porque vencendo esse requerimento de adiamento de discussão, nós adiamos a discussão para depois, no domingo, para a semana que vem, para outra hora, e não continuamos com a sessão no dia de hoje.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Peço a palavra pela Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - O NOVO fala duas vezes?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, vou falar pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Peço desculpas a V.Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Tudo bem, sem problema.

Deputado Hauly, V.Exa. foi sempre também um grande defensor da reforma tributária e trabalhou muito por ela. V.Exa. tem o meu respeito, a minha admiração.

Infelizmente, a Oposição está em obstrução pelas razões já elencadas. Aachamos que nós temos problemas de forma e de conteúdo. Quanto à forma, infelizmente, os problemas têm sido frequentes aqui. Quanto ao conteúdo, infelizmente, não temos nem como saber o que estamos votando. Eu acho que essa é a grande questão. Eu sei que há avanços por alguns lados, mas há outros lados muito preocupantes. Por isso, queremos ter o direito de poder votar no que conhecemos.

Por essa razão, a Oposição se mantém firme, dentro do objetivo de não aumentar a carga tributária, com a responsabilidade que temos, sim, com o Brasil de fazer uma reforma, mas uma reforma consciente, não uma reforma no escuro, com puxadinhos.

Por isso, a Oposição está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - O.k.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 44;

NÃO: 318;

ABSTENÇÃO: 3.

ESTÁ REJEITADO O REQUERIMENTO.

Passa-se à discussão em primeiro turno.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Reginaldo Lopes, que madrugou. Quando cheguei, às 7 horas da manhã, já estava o Deputado Reginaldo Lopes inscrito, o grande Presidente do Grupo de Trabalho da reforma tributária, que fez um grandioso trabalho. Parabéns, Deputado Reginaldo Lopes!

Estamos no final do ano, às vésperas do Natal. Temos que manter o clima de trabalho em pensamento e em sintonia pelo Brasil.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly. Também quero homenagear V.Exa. Estou aqui no sexto mandato. Desde que entrei, V.Exa. é o nosso grande Líder, que sempre acreditou na possibilidade de reformar o nosso sistema tributário. Parabéns!

Quero dizer que eu estou muito convicto. Acho que nós temos aqui uma oportunidade ímpar, uma oportunidade histórica. Pela primeira vez, nós construímos as condições políticas, depois de 40 anos, para votar essa reforma tributária.

Quero reconhecer o papel do Ministro Fernando Haddad e de toda a sua equipe, Bernard Appy. Juntos construíram, dentro do Governo, com o Presidente Lula, o apoio necessário para todas as negociações. Não é simples. Tanto que, nesses últimos 40 anos, ninguém havia conseguido reformar o sistema tributário. Então, manifesto o meu reconhecimento ao Ministro Fernando Haddad, a Bernard Appy e ao Presidente Lula.

Também é importante reconhecer que todos os setores produtivos apoiaram esta reforma — do agro ao setor de serviço, ao comércio, à indústria —, porque compreenderam que todos perdem com o atual sistema. Todos perdem. Ninguém ganha com o atual sistema. Mesmo a empresa que recebe incentivo aumenta o custo de produção. Ela não se aloca no lugar da matéria-prima. Fica longe do mercado de consumo. Portanto, todos perdem. Perdem os Estados, que concedem o benefício. Os entes federados não ganham porque há no Brasil um contraste regional, fruto da desoneração, dos incentivos fiscais não equilibrados, o que faz com que os Estados tenham, Deputado Renildo Calheiros, 50% da sua receita em renúncia fiscal.

O cidadão também perde, porque isso gera custo. Ao invés de o produto chegar mais barato para o cidadão, chaga mais caro. Fica longe do mercado consumidor, longe da matéria-prima, e ninguém ganha. Não ganha o cidadão, que não tem acesso a um produto mais barato. Não ganha o setor produtivo, que paga mais caro para produzir. E não ganham os cofres públicos, porque perdem receita com esse sistema tributário.

Essa é a razão desse alinhamento político de todos os setores produtivos em favor da reforma tributária. E todos os entes federados compreenderam que é importante acabar com a guerra fiscal, que construiu distorções enormes.

É justo o cidadão do Piauí pagar imposto para a cidade de São Paulo? E não é justo um sistema tributário em que, antes de começar a produzir, o empresário que investe já paga tributo no investimento e na construção da empresa. Investimento não pode ser tributado, e esta reforma resolve essa distorção. Também a exportação não pode ser tributada, porque isso tira a competitividade.

O sistema tributário atual cobra imposto sobre imposto; cobra imposto sobre o valor acumulado. Dos 193 países que a ONU reconhece, 174 não cobram imposto sobre o valor acumulado, cobram sobre o valor agregado, sobre o valor adicionado. E o que aconteceu com o Brasil, Deputada Ana Paula? O Brasil se tornou uma República exportadora primária. Qualquer cadeia longa, qualquer valor agregado tirava a competitividade do setor produtivo. Em consequência, perdemos empregos, perdemos bilhões em arrecadação e perdemos trilhões no PIB.

O resultado dessa reforma, corrigindo todas as distorções, cobrando imposto por fora e não por dentro, dando transparência e cidadania ao povo brasileiro, cobrando no destino e não na origem, não cobrando mais na exportação, não cobrando mais sobre investimentos, creditando todos os insumos, com débito e crédito, vai produzir, Deputado Carlos Veras, um País que, em 10 anos, vai gerar 12 milhões de novos empregos para o povo brasileiro.

A produção de riqueza vai gerar um aumento de renda *per capita* de 6 mil reais para o povo brasileiro. Isso vai permitir que Municípios pequenos, que hoje têm 60 reais de receita *per capita*, passem a ter renda de 360 reais.

A economia crescerá 1,2% a 2%, num cenário mais conservador ou num cenário mais otimista, respectivamente, e o PIB crescerá para além do crescimento potencial.

Portanto, com esta reforma, Deputado Luiz Carlos Hauly, o Brasil cresce, e todos ganham.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Deputado Reginaldo Lopes, por gentileza, transmita o meu abraço ao Secretário Extraordinário Bernard Appy e, conseqüentemente, a toda a equipe dele pelo excepcional que fizeram em favor do Brasil, na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

Parabéns também a toda a equipe do CCiF — Centro de Cidadania Fiscal, o embrião dessa discussão da PEC 45, que é prima-irmã, quase gêmea, das PECs 110 e 155 e agora da PEC 293. Daqui a pouco teremos que fazer contas.

Tem a palavra novamente, agora para discussão da matéria, o jovem Deputado Marcel van Hattem, do NOVO do Rio Grande do Sul, para falar contra a reforma tributária.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é até triste ouvir V.Exa. dizer que eu vou falar contra a reforma tributária, porque, na verdade, eu sempre fui favorável à reforma tributária. Aqui eu estou contra o aumento de impostos, contra os benefícios setoriais, contra a utilização de um argumento positivo, o da descomplicação do sistema tributário manicomial brasileiro, para esconder todos os outros dispositivos desta PEC, que não é de reforma tributária verdadeiramente, é uma PEC do Lula e do PT para ampliar o tamanho do Estado e reduzir a capacidade dos entes federativos de gerirem suas próprias receitas.

Esta é uma PEC que, infelizmente, vem para beneficiar, mais uma vez, certos setores, inclusive o setor automobilístico de determinada região, em detrimento das empresas de várias outras regiões. Aqui eu menciono apenas um de tantos setores que estão a ser privilegiados, e, muitas vezes, não integralmente, já que apenas para alguns dos seus membros esses benefícios e privilégios específicos são concedidos.

Isso é uma pena! Esta é uma oportunidade perdida. Isso é lamentável! E o pior de tudo é que mentem para nós quando dizem que não haverá aumento de carga tributária e mentem para o povo brasileiro quando dizem que haverá uma trava para impedir que a receita avance.

Deputado Padovani, há um estudo feito pela Liderança do Partido Novo com a trava proposta na PEC. Eu vou mostrar este gráfico para ficar bem fácil de entender. Os anos de 2012 a 2021, no gráfico, estão em vermelho, e os anos de 2022 e 2023 — há um asterisco ali porque o ano de 2023 ainda não acabou — estão em amarelo. A carga destes impostos: IPI, PIS, COFINS, ICMS, ISS, em percentual em relação ao PIB, está na parte superior e varia de 13,13% — por que será 13,13? —, no ponto mais alto, até 12,04%, no ponto mais baixo, na parte vermelha, a parte do PT — digo que é do PT porque ele gosta de altos impostos. Na parte amarela, varia de 11,79% a 10,88%.

Sabe por que eu estou trazendo este gráfico aqui, Deputada Bia? Porque, na PEC que nós estamos agora discutindo, a trava vai ser calculada com base na média dos anos em vermelho, ou seja, os 2 anos de menor carga tributária percentual no País, considerados estes impostos em 2022 e 2023, não estão considerados na tal trava.

Colegas, V.Exas. já viram isso? Deputado Mendonça Filho, é uma trava que está elevando a carga tributária potencial e possível no Brasil; não é uma trava que está proibindo que se aumentem impostos, considerados os anos mais recentes, 2022 e 2023. Fatalmente, com esta trava, nós teremos aumento de impostos. Nós nem precisávamos dizer isso. Bastava acompanhar, nesta manhã, a votação da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, que já é um roubo, porque está mudando as regras do jogo durante a partida.

As empresas que têm subvenções estaduais, que têm subsídios, que têm algum tipo de benefício fiscal passarão, agora, a pagar um percentual desse benefício em impostos para o Lula e para o PT, para a Janja poder viajar o mundo todo, para o Lula ter, Deputada Bia Kicis, lençóis em algodão egípcio — um absurdo!

Quando dizem que querem botar o pobre no orçamento, é para pagar a conta — é só para isso!

Somos contra este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Para falar a favor, tem a palavra a Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós temos uma perspectiva de redução do imposto para 90% da sociedade, porque você vai acabar com a cumulatividade plena; você vai ter a devolução — isso é tributação progressiva — do imposto sobre consumo para as pessoas de baixa renda, o *cashback*; e você ainda vai ter redução de alíquotas ou isenção para a cesta básica, por exemplo. Aliás, é preciso que nós fiquemos muito atentos, porque os produtos da cesta básica que estarão isentos de tributação serão definidos posteriormente. É preciso que nós asseguremos que não entrem na cesta básica produtos que atentem contra a saúde, como ultraprocessados e outros produtos que seguramente são nocivos à saúde.

Nós teremos um crescimento adicional da economia de 1,2% a 2%. Nós prevemos a criação de 12 milhões de empregos em 10 anos. O Brasil tem potencial para gerar 1,5 trilhão de reais a mais de riqueza e 400 bilhões de reais, nos próximos anos, de complementação e arrecadação, com a melhoria da economia, com um aumento de receita *per capita* para Estados e Municípios. Essa é a reforma tributária que uma parte deste Parlamento não quer aprovar porque não quer que seja beneficiada a parcela da população de baixa renda, por exemplo.

Nessa reforma, nós também temos o imposto seletivo para produtos nocivos à saúde, para produtos nocivos ao meio ambiente, porque tem razão a luta para que nós tenhamos a Reforma Tributária 3S — saudável, sustentável e solidária.

Por fim, ainda vamos ter a avaliação da política de redução ou isenção de tributos de 5 em 5 anos.

Um dos critérios introduzidos para esta avaliação pelo Senado é que se verifique se essa redução teve impacto no enfrentamento às desigualdades entre homens e mulheres. Portanto, também é uma reforma que está atenta à necessidade de que tenhamos uma sociedade igualitária, uma sociedade em que a política tributária reconheça que nós temos uma desigualdade entre homens e mulheres e contribua para diminuir essa própria desigualdade.

Além dos impostos seletivos para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, também se introduziu o imposto para as armas e munições que não sejam compradas pelo próprio Estado.

Portanto, temos, sim, que votar essa reforma tributária. É absolutamente contra o povo brasileiro querer impedir essa votação, como a Oposição está fazendo.

Vamos olhar para o Brasil! Vamos olhar para a população deste País! Vamos olhar para as nossas potencialidades! Vamos dizer "sim" à reforma tributária!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Com a palavra a combatente e guerreira Deputada Adriana Ventura, do NOVO de São Paulo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente Luiz Carlos Hauly. Eu acho muito justo que o senhor esteja na Presidência hoje, já que o senhor está aqui, há tantas legislaturas, batalhando por esse Brasil que todos queremos, com um sistema tributário mais simplificado e melhor. O Brasil tem muito a agradecer ao senhor pela luta constante por um sistema e um ambiente de negócio melhores. Então, eu lhe agradeço também.

Caros colegas, eu subo a esta tribuna para fazer justiça às pessoas que tanto trabalharam por esta PEC. Eu falei do Deputado Hauly, mas acho importante frisar o trabalho que foi feito durante muitos anos para que esta reforma saísse.

O nosso sistema tributário é insano. Não há quem o aguente. Isso faz com que o Custo Brasil seja altíssimo e as nossas empresas não sejam competitivas. Todo o mundo sabe disso.

Eu quero fazer justiça também ao Bernard Appy. Eu lembro que estava recém-eleita quando foi protocolada a PEC 45. Eu fui ao Centro de Cidadania Fiscal — CCiF com o Deputado Alexis Fonteyne quando estavam discutindo o IVA, o IBS. Nós começamos a discutir isso naquele momento. Eu estava recém-eleita, em 2019. Nós éramos grandes defensores da PEC 45. Ao longo desse período, nós vimos muita coisa.

Eu quero me lembrar com deferência de todos os Deputados que trabalharam e trabalham bastante para ver isso acontecer. Essa busca por simplificação, por clareza e por transparência traz um ganho, sim. Nós temos que admitir que, em alguns quesitos, andamos, sim.

No entanto, existe uma questão que me deixa preocupada — por isso, eu subo a esta tribuna. A partir do momento em que você atropela um rito, a partir do momento em que não temos clareza exata do que estamos votando, nós ficamos no escuro e nos sentimos muito desconfortáveis. Isso tem acontecido frequentemente aqui. Nós já falamos bastante disso. O que está me dando conforto, até porque somos de um partido reformista, que defende reformas estruturais... É pena que essa reforma tão estruturante, tão importante, tão necessária — nós vemos aqui Deputados como o Deputado Haully, que está não sei se há décadas, mas há muitas legislaturas batalhando por isso —, não seja um momento de glória para todos! Pena que o rito estrague o todo! Pena que a forma estrague o conteúdo!

E a forma é a que vemos aqui. Nós vemos numa PEC os interesses comendo solto, exceções, puxadinhos. Esta PEC deveria ser para o Brasil. Esta PEC deveria ser justa para todo cidadão brasileiro. A reforma tributária deveria trazer justiça para todos os segmentos, para todos os setores. Mas vai no grito. O setor tal grita mais, leva isenção aqui, ou entra na isenção tal. A única coisa que justifica um ser diferente do outro é o interesse público. Então, tudo que saia de saúde, de educação e de algo muito explícito que atenda o interesse público não tem que ter exceção!

Nós vimos que, quando a matéria foi para o Senado... E está aqui uma Deputada que votou a favor desta PEC no primeiro turno, quero deixar isto bem claro. Sei como é importante avançarmos. Agora, quando se vê que as coisas se perdem no meio do caminho, com puxadinho daqui, um Estado brigando por isto, outro Estado brigando por aquilo, quando a coisa deixa de ser pensada para o Brasil, tudo perde o sentido. Quando se começa a achar que um cidadão é melhor que o outro e por isso ele pode pagar menos imposto, ou que um segmento é menor que o outro, nós nos perdemos no meio do caminho. Por isso eu vou, sim, apoiar que nós votemos aqui a PEC 45 original, e não esse bando de puxadinhos que faz com que alguns paguem pelos privilégios, benefícios e isenções do outro. Essa é a questão. Somos a favor de uma reforma tributária, mas não desse relatório, que nem relatório é.

Eu subo aqui clamando para que nós votemos a PEC 45 original, em homenagem a todos que tanto trabalharam.

Obrigada, Presidente, pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Haully. Bloco/PODE - PR) - Deputada Adriana Ventura, transmita um abraço ao grande batalhador da reforma tributária que é o Deputado Alexis Fonteyne, companheiro de luta, de ideal, claro, nítido. Ele deu uma grande contribuição ao processo da reforma tributária, para que se chegasse a este momento. Mande um grande abraço e minhas homenagens a ele.

Com a palavra, para falar a favor da reforma tributária, o Deputado Weliton Prado, do Solidariedade de Minas Gerais, grande guerreiro.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Sem revisão do orador.) - Eu queria agradecer, comemorar, dizer da minha alegria com a importante vitória que obtivemos já no início da tramitação da reforma aqui na Casa com a inclusão de previsão de imposto zero para medicamentos para pacientes com câncer, para a acessibilidade dos deficientes e para a reabilitação, que é tão importante. O paciente com câncer precisa fazer, depois do tratamento, reabilitação física, auditiva e visual. Não temos centros para isso no País. Será preciso equipá-los. Com a votação da lei complementar, tanto os medicamentos quanto os equipamentos para acessibilidade dos deficientes têm imposto zero. Isso é muito importante.

Como Presidente da Comissão sobre o Combate ao Câncer no Brasil, eu queria agradecer de forma muito especial ao Relator Aguinaldo Ribeiro, a todos os Deputados e Deputadas, a todos os Senadores e Senadoras. Com certeza esta é uma importante vitória.

O câncer já é uma das doenças que mais matam em nosso País. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a previsão é que daqui a 6 anos o câncer vai ser a causa número 1 de mortes no País. Em muitas cidades, ele já é a causa número 1 de mortes. E, infelizmente, nós não temos uma política de prevenção e não temos o ciclo completo para esses pacientes.

Depois de muita luta durante 2 anos, nós aprovamos uma política nacional na Comissão sobre o Combate ao Câncer, no Plenário da Câmara e no Plenário do Senado. A matéria já está na mão do Presidente da República, para a sanção de uma política que define um ciclo completo para os pacientes com câncer, desde a prevenção e diagnóstico, passando pelo tratamento com cirurgias, quimioterapia, radioterapia, acompanhamento psicológico, até a reabilitação e os cuidados paliativos para dar qualidade de vida ao paciente e familiares.

Para tudo isso é preciso recurso, é preciso acesso às novas tecnologias, que o paciente não tem, e é preciso acesso aos novos medicamentos. Tudo isso é caro, depende de dinheiro. Por isso é importantíssima a reforma tributária, é importantíssimo fazer essa justiça, garantir imposto zero, alíquota zero para os medicamentos dos pacientes com câncer e alíquota zero para os equipamentos para os deficientes, para acessibilidade. Depois temos que garantir a aprovação da lei complementar e, assim que for feita a isenção, exigir da indústria que baixe o preço dos medicamentos e dos equipamentos,

para que seja garantido o acesso. Hoje é um grande problema a incorporação de novas tecnologias, que salvam vidas. Muitos medicamentos são vitais. A falta desses medicamentos significa a morte de milhares e milhares de pessoas. Esses medicamentos são caros. Infelizmente, 75% das pessoas dependem do SUS, e muitas vezes esses medicamentos e os equipamentos adequados não estão disponíveis na rede pública, só na rede privada. Uma vida não tem preço, por isso é tão importante essa isenção, esse imposto zero para os medicamentos para pacientes com câncer e para a acessibilidade dos deficientes.

Esta é uma grande vitória. Só temos a agradecer a comemorar. E estaremos atentos para que, depois de aprovada a lei complementar, sejam criados dispositivos para que a indústria farmacêutica e os setores que fabricam equipamentos para a área de saúde, para a acessibilidade, reduzam os preços na ponta. É realmente muito importante ficarmos de olho.

Esta reforma tributária não é a reforma dos sonhos, mas é a reforma possível. Hoje, a carga tributária é muito injusta. Quem mais paga impostos são os pobres, são aquelas pessoas que dependem dos serviços essenciais: energia elétrica, gasolina, combustível, telefonia, água. O pobre é quem paga imposto maior neste País sobre os serviços. Isso, realmente, é muito injusto, mas, pelo menos, a reforma vai desburocratizar, deixar mais transparente, o que é uma forma de realmente acompanhar e fiscalizar. Enfim, como Presidente da Comissão do Câncer, quero comemorar e agradecer a todos essa inclusão de previsão de imposto zero para os medicamentos para o câncer.

Não poderia deixar aqui de parabenizar o Deputado Luiz Carlos Hauly. Parabéns! Sou testemunha de todo o seu empenho e sua dedicação em favor do povo e da reforma tributária. V.Exa., com certeza, é um dos Deputados que mais trabalhou nesta reforma. Aproveito e parabenizo também o autor do projeto que se iniciou aqui na Câmara, juntamente com V.Exa., o Deputado Baleia Rossi.

Parabéns! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Muito obrigado. Parabéns, Deputado Weliton Prado.

Agora vamos ouvir, do lado contrário, do PL do Distrito Federal, a Deputada Bia Kicis.

Tem a palavra V.Exa.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu sou uma pessoa que venho da área jurídica. Fui Procuradora do Distrito Federal por 24 anos, fui Coordenadora da Execução Fiscal do Distrito Federal, fui Coordenadora-Chefe da Procuradoria Fiscal. Acho que não podem dizer que sou alguém que não conheça o sistema tributário e, especialmente, o manicômio judiciário que nós vivemos, que realmente é absurdo.

Eu acho que todo brasileiro sonha muito com uma reforma tributária. Eu não tenho a menor dúvida disso. E quero dizer aqui, como disse minha colega, a Deputada Adriana Ventura, que quando entrei neste Parlamento — fui eleita em 2018 —, em 2019, comecei a participar dos grupos de trabalho da PEC 45, do Deputado Baleia Rossi, que era, na verdade, a PEC do Bernard Appy, que hoje inclusive faz parte do Governo.

Eu estava bastante empolgada com a possibilidade de votarmos uma reforma tributária. Mas, aos poucos, à medida que eu fui conhecendo essa reforma, eu fui me desencantando, porque eu vi que, na verdade, ela não simplifica; ela faz com que convivamos com dois sistemas, uma coexistência de sistemas que pode trazer muita confusão. Ela aposta num sistema no qual eu realmente não acredito.

Eu fui Relatora da PEC 7, do Deputado Luiz Philippe, que acredita no *sales techs*, e por aí vai. Há uma série de problemas nessa proposta, mas eu enalteço o trabalho de muitos Parlamentares, como o Deputado Vitor Lippi, o Deputado Hauly, que hoje preside aqui a nossa sessão, e tantos outros que se empenharam, se dedicaram, foram atrás, buscaram melhorar a proposta.

Mas, não obstante todo esse trabalho hercúleo que foi feito, caminha contra o sucesso do nosso trabalho aqui a votação. Eu acho que a pressa com que esse projeto tão importante está sendo votado aqui hoje, o fato de estarmos com o plenário vazio, numa sexta-feira, para um assunto que é tão relevante... Eu gostaria que este plenário estivesse cheio e que nós tivéssemos realmente um debate. Aliás, gostaria que estivéssemos votando uma PEC que tivesse um parecer da Comissão Especial, tudo correto, não com um grupo de trabalho, não com as coisas feitas de forma tão açodada como foi, o que faz com que tenhamos muitas críticas a esse sistema que está sendo proposto.

É uma desfiguração do sistema federativo, em primeiro lugar, o que mais chama a minha atenção, quando se retira a competência plena do Estado sobre o ICMS — 90% em média de sua arrecadação — e dos Municípios sobre o ISS. Se nós pudéssemos, nessa reforma, votar apenas o ICS, como foi uma proposta anterior de unificação dos impostos federais, e deixar o IBS para um outro momento, essa reforma teria bem menos problemas. Essa é a verdade.

Agora, além de se unificar impostos federais, quando na verdade dois já eram unificados, junta-se o IPI aos outros dois e ainda se cria o tal imposto do pecado, um imposto seletivo, o tal imposto do pecado, e está-se onerando o contribuinte, fazendo uma seletividade que, na verdade, vai ser muito ruim para o sistema e para o contribuinte.

Eu creio também que esse comitê gestor vai ser muito negativo, porque nós acreditamos na democracia, no sistema de representação do povo. Como é feita hoje a escolha dos impostos no sistema tributário nos Estados e Municípios? Eles são votados pelas Assembleias Legislativas, pelas Câmaras Municipais, votados por pessoas eleitas, que se não fizerem um bom trabalho, não voltam na próxima eleição. Estamos todos sujeitos aqui à escolha do povo, à aprovação ou à reprovação do nosso trabalho.

Agora está se retirando — isso é uma ofensa ao pacto federativo — essa competência dos Vereadores, dos Deputados Estaduais e trazendo para quem? Para um comitê gestor, que será formado por burocratas, eleitos por ninguém, e que irão decidir como será o sistema tributário. Além de ser uma panaceia, eu acredito que isso é muito negativo e caminha contra aquilo que é um sistema democrático de representação.

Então, com essas palavras, Sr. Presidente, eu quero dizer que me coloco contra mais uma vez, alinho-me àqueles que são contrários a essa proposta, que tem uma série de problemas. Isso não invalida todo o trabalho feito pelos colegas que acreditam no sistema, que estão vibrando com a possibilidade da sua aprovação hoje, mas eu realmente temo pelo futuro do nosso País e sei que as consequências só serão vistas daqui a muito tempo. Eu espero não ter que dizer: eu avisei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Dando continuidade, concedo agora a palavra a um orador a favor da reforma tributária, o Deputado Rogério Correia, do PT de Minas Gerais, do Bloco Federação Brasil da Esperança — Fe Brasil. Com a palavra S.Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, venho aqui fazer a defesa da aprovação da reforma tributária, mas, primeiro, quero parabenizar tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado e o Governo do Presidente Lula por escolher esta reforma como a principal a ser feita no Brasil nesses tempos.

No Governo Temer, escolheu-se a reforma trabalhista. No Governo Bolsonaro, escolheu-se a reforma da previdência. Certamente, se nós estivéssemos no Governo Bolsonaro — graças a Deus, essa desgraça não aconteceu no Brasil —, estaríamos discutindo a reforma administrativa. Sempre se discutem as reformas que vão retirar dos pobres. Quando se começa a discutir algo que envolve os ricos, e a reforma tributária envolve, é um quiproquó. Em nada se pode mexer nos direitos dos que possuem muito no Brasil.

Esse é o debate que está sendo feito. Por isso, a reforma tributária era e é a reforma que precisa ser feita.

O Presidente Lula escolheu bem a reforma e acho que Câmara e Senado estão corretos nisso.

Essa reforma tem algumas qualidades que é preciso destacar. Primeiro, a simplificação. Os tributos serão só sobre o consumo. Não se fala que é um rolo danado a tributação no Brasil? Pois teremos simplificação.

Transparência, porque tudo será por fora. Não há mais aquela cobrança por dentro. O povo vai saber o que está pagando. Ela é feita agora no destino. Então, acaba a guerra fiscal, que também só protege aqueles setores grandes do capital que acabam encolhendo o seu imposto através da guerra fiscal entre Estados e Municípios. Também liquida isso.

Há também algo importante que é a devolução para os mais pobres de parte do imposto. Isto é fundamental: devolver o que é imposto a mais para alguns é devolver aos mais pobres. Além disso, há a compensação de créditos, o que vai diminuir a judicialização, que é importante para todo mundo.

Por fim, a isenção da cesta básica real. Com isso também nós vamos diminuir os preços dos produtos de primeira necessidade.

Com a reforma tributária ganha o povo brasileiro. Alguns setores que ganham muito sempre reclamam. Aliás, eles não reclamam, eles agem: às vezes, dentro do Congresso, da Câmara, no Governo. Eles têm uma capacidade de ingerência em alguns assuntos que às vezes o povo brasileiro não tem. É preciso fazer às claras a discussão da reforma que fazemos.

Acho que a reforma tributária é essa. Não é a reforma dos sonhos mesmo. Aqui faltam questões para dividir mais renda. Nós vamos ter que aprofundar também nesse quesito de uma reforma tributária que atinja os super-ricos.

Conseguimos fazer a taxação de *offshores*, foi muito importante, já é lei e o Presidente Lula sancionou, mas será necessário agir também em cima de uma distribuição maior de renda e ver a tributação e a taxação de grandes fortunas. Essa é uma nova etapa.

Não tenho dúvida nenhuma de que essa reforma tributária há muito tempo era esperada e ela vai ajudar no próprio desenvolvimento e crescimento do País, gerando emprego e renda, inclusive o capital produtivo.

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Rogério Correia, o Sr. Luiz Carlos Hauly, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contrário à matéria, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Antes de começar a falar sobre a reforma tributária, eu gostaria de parabenizar o Relator Deputado Aguinaldo Ribeiro, o Relator no Senado, o Senador Eduardo Braga, porque, mesmo eu sendo contra a reforma, conseguiram proteger a Zona Franca de Manaus.

Mas essa reforma não é só sobre Zona Franca, é sobre o País. E o conceito dela não atinge o que nós precisamos: primeiro, uma carga tributária menor. Nós sabemos que nós vivemos num manicômio tributário e isso precisa ser corrigido, mas não dá para corrigir o manicômio tributário criando o maior imposto do planeta Terra.

A reforma consegue atingir alguns pontos positivos. Ela acaba com a cumulatividade. Isso afeta diretamente o setor industrial, que começa a respirar um ar melhor. Acredito que nós vamos conseguir uma recuperação no setor da indústria com essa reforma, mas quem vai pagar pelo que está errado no texto é o setor de serviço. Esse setor, que é o que mais emprega no nosso País — 70% dos empregos correspondem ao setor de serviço — vai pagar o pato nessa reforma. Isso não é justo.

Por isso, nós precisamos discutir mais a reforma tributária e encontrar um meio de proteger o setor de serviço, que é o setor que mais emprega. Não faz sentido, para salvar o corpo, cortar a cabeça. Vai ser criado um efeito cascata, pois se vai proteger a indústria, mas vai atacar o setor que mais emprega. Vejam o resultado disso: demissões, desemprego no setor de serviços, pois vai perder a competitividade. Aliás, ele está tentando sobreviver, com essa carga tributária elevadíssima, e nós vamos enterrar o setor! E, quando enterramos o setor de serviço, causamos desemprego. Com o desemprego, nobres Parlamentares, não há ninguém para comprar o produto da indústria. Logo, a indústria também vai ser prejudicada.

É isso que precisamos compreender. Nós precisamos dialogar mais. O Partido Liberal não é contra a reforma tributária, nós somos a favor dela. Acho que é senso comum, pois vivemos nesse manicômio tributário, que precisa ser corrigido, mas não podemos prejudicar o setor que mais emprega no nosso País, com a elevação dessa carga tributária.

Tudo bem, a reforma avançou para a indústria, acabou com a cumulatividade, com as tabelas malucas de PIS/COFINS, que realmente levam a um contencioso tributário gigantesco, avança, o texto protege a Zona Franca de Manaus. Isso me deixa contemplado. Porém, o conceito dela está equivocado. Eu levanto a tese: vamos fazer uma reforma por partes. Primeiro, no que se refere aos impostos federais. É preciso simplificar essa tributação maluca de PIS/COFINS; se o sapato é de borracha, se é de couro; se é biscoito, se é *waffle*; se o calçado crocs é sandália ou sapato.

Vamos acabar com essa maluquice nos impostos federais. Assim, simplificá-los. Não deixaria o imposto de serviço no Município, pois é o principal imposto para que a Prefeitura possa se desenvolver na ponta.

As pessoas moram nos Municípios, não moram na União, não moram nos Estados. Elas moram nas Prefeituras, nos Municípios. E aí nós estamos quebrando o pacto federativo. Nós estamos tirando essa autonomia dos Municípios. Isso é muito ruim também.

Então trazemos a tese: vamos reformar primeiro o federal, os impostos estaduais e municipais, simplificando.

Agora, do jeito que ela está desenhada, ela avança na indústria, mas quem paga o pato é o setor de serviço, e é o setor que mais emprega. E vai haver desemprego, não haverá gente para comprar os produtos da indústria. Resultado: a economia do Brasil vai reduzir, vai cair, infelizmente, com essa reforma tributária. Anote aí: daqui a alguns anos, nós vamos ter que fazer uma nova reforma, porque nós atacamos o setor que mais emprega neste País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares e todos que estão nos ouvindo pela *TV Câmara* e pelos meios de comunicação, hoje é um dia da maior importância na história da economia brasileira. Sem dúvida, este é o mais importante projeto econômico da história brasileira.

O Brasil, que no começo do século XX até 1980 teve um grande crescimento, chegou a um período de 50 anos, cresceu o dobro dos Estados Unidos, nos últimos 42 anos, caiu para 2% ao ano, mal repôs o crescimento populacional, enquanto a China e a Índia passaram a crescer a 6%, 7% ao ano.

Então, eu quero parabenizar o Presidente da Câmara pela retomada da reforma tributária nesse seu mandato com a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, do Deputado Baleia Rossi.

Parabéns, Deputado Baleia Rossi, pelo projeto. Parabéns, querido amigo Deputado Aguinaldo Ribeiro, pela relatoria desse projeto importante. Parabênizo todo o grupo de trabalho, o Deputado Reginaldo Lopes e todo o grupo de trabalho da Câmara e todos que passaram esses últimos anos lutando pela reforma tributária, desde a PEC presidida pelo Germano Rigotto e relatada pelo Mussa Demes, pelo Virgílio Guimarães, que também trabalhou nessa PEC 293 e todos os relatores que passaram por esse período.

Eu quero dizer que é uma honra muito grande poder chegar a esse momento, nós que trabalhamos por mais de 36 anos, desde que eu descobri que o erro material estrutural do Brasil era a inadequação e inconsistência do sistema tributário porque o Brasil não tinha um IVA, como 174 países do mundo têm — e o Brasil vai ser o 175º País do mundo a ter IVA.

O IVA soluciona os problemas do contencioso da base de consumo. Quem está contra a reforma não tem ideia ou faz parte do imbróglio tributário. O Brasil tem hoje 7,5 trilhões de contencioso tributário, administrativo e judicial. Isso é medido pelo INSPER, um instituto muito sério que há em São Paulo, Capital.

Segundo, a Receita Federal, o CONFAZ e as entidades municipais: há 5 trilhões de dívida ativa de impostos declarados e não pagos.

Terceiro, nós temos anualmente uma renúncia fiscal da União, dos Estados e Municípios de 650 bilhões.

Com esses cinco impostos, nós vamos estar eliminando 350 bilhões de reais em renúncias fiscais e 200 bilhões de reais em inadimplência, porque todo ano a dívida pública, a dívida de impostos aumenta. Deixam de pagar e ela aumenta 200 bilhões de reais. Vamos eliminar 100 bilhões de reais com o custo da burocracia. Com isso, o consumidor e os preços vão cair 600 bilhões de reais dos 6,5 trilhões de reais de consumo das famílias. As famílias consomem 65% do PIB.

Então, de uma vez só o modelo tributário ora proposto cria o IVA 5.0, a cobrança automática e o fato de nunca mais as empresas terem que pôr as mãos num imposto para pagá-lo. Elas não reterão o imposto. Não precisarão fazer a declaração. E os créditos serão financeiros e compensados automaticamente, como se fosse um sistema bancário financeiro. Os créditos serão compensados. A partilha será automática e nas nuvens. Nunca mais nenhum Governo — nem Governo Federal, nem Governadores, ninguém — vai por a mão no dinheiro dos Municípios, dos Estados. Esses recursos serão partilhados automaticamente. Eu não vejo prejuízo algum! Eu só vejo ganhos, ganhos.

Eu não sou Governo. Eu não tenho compromisso com o Governo, mas sou obrigado a parabenizar o Governo, que se propôs a fazer a reforma tributária, o Ministro Haddad, o Bernard Appy, que está aqui, que é um guerreiro junto com o Eurico de Santi, o Nelson Machado, a Vanessa Canado e toda a equipe que trabalha com o Bernard Appy na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária e no Ministério da Fazenda.

Sou obrigado a aplaudir os Governadores que apoiam esta reforma. A maioria dos Governadores inteligentes a apoiam! A maioria dos Prefeitos inteligentes a apoiam! A maioria dos empresários inteligentes a apoiam! E a quase totalidade dos trabalhadores, assim como os auditores do Brasil aqui presentes a apoiam desde o primeiro momento, auditores municipais, estaduais...

(Desligamento do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Então, Sr. Presidente, para concluir, quero parabenizar a Câmara pela votação em dois turnos. Quero parabenizar o Senado. Parabéns, Presidente do Senado! Parabéns, Relator Eduardo Braga! Parabéns a todos aqueles que enxergaram que neste trabalho não há politicagem! Aqui não tem Esquerda, não tem Direita! Aqui tem o Brasil acima de tudo! É o Brasil que está sendo votado com a reforma tributária!

Voto "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contrário à matéria, passo a palavra ao Deputado Giovanni Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil parou. Não foi "*o Brasil que voltou*", o Brasil parou. E nem foi "*o amor que voltou*", pois, de parte da Esquerda, o que voltou foi a pressa, o ódio pela Direita. Por isso gastam como se fabricassem dinheiro com a maior facilidade do mundo. Pagam para o Presidente Lula, por uma noite, 65 mil reais para dormir. E aí ele chama os descamisados do Palácio, faz uma grande festa e diz que defende os pobres. Mas tudo o que se vê aqui é o contrário. Esta reforma tributária vai ter o IVA mais

alto do mundo, 27,5%. E há um monte de cheques em branco. Por isso, eu voto contra esta reforma tributária. Tenho um princípio, só voto a favor de reforma tributária o dia em que se diminuam despesas, o dia em que se tirar da gaveta o projeto da reforma administrativa, para diminuir despesas do Poder Legislativo, que gasta muito, para diminuir despesas do Poder Executivo e para diminuir despesas do Poder Judiciário.

E aqui há um monte de cheques em branco. Um deles é essa nova onda que o Poder Executivo vai regulamentar: esse cheque em branco do IBS, o imposto ecológico, com critérios ambientais.

Agricultor brasileiro, prepare-se! Você que tem um tratorzinho a *diesel* vai pagar imposto, porque você tem que comprar um trator elétrico, para enriquecer os chineses. Agricultor, você vai ser penalizado nesse imposto que é um cheque em branco. O Poder Executivo tem uma visão equivocada do aquecimento global. Mentiroso! Mentiroso! O aquecimento global não pode estar dentro desta reforma tributária. Aliás, há muitos sábios sobre esse assunto. Mas há muitos sábios que dizem que, se hoje terminassem com a Amazônia, não mudaria em nada o clima. É lógico que nós não queremos que termine. Nós queremos preservar, sim. Imposto ecológico, para o agricultor pagar imposto. Se tiver uma camionete a *diesel*, vai pagar mais imposto, porque o IPVA também vai ser taxado pela poluição do carro. Quem vai dizer o nível da poluição serão esses esquerdistas que apoiam ONGs que estão ganhando 50 mil, 60 mil, 70 mil por mês, essas WWF. Eles que vão dizer quanto o seu carro polui e quanto isso vai representar no aquecimento global. Uma farsa, uma falácia, uma mentira que estão inventando, porque sempre houve aquecimento lá, seca aqui, chuva lá, chuva aqui.

Aliás, fizeram um evento em Dubai e todos foram de avião, evidentemente, piorando, claro, o aquecimento global. Mais uma destruição, segundo eles, onde se produz o petróleo. O imposto ambiental, o imposto sobre doação e herança, o Rio Grande do Sul vai perder. Inclusive, com a reação das montadoras, só foi renovado o IPI para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Rio Grande do Sul também tem montadoras, e vai pagar mais impostos. Isso vai ser desleal, as montadoras vão embora do nosso Estado, e os Prefeitos e Governadores depois vão chorar, que nem o nosso lá, que está aumentando imposto, porque vão ter que vir a Brasília com chapéu na mão pedir bexiga para o Governo Federal. Infelizmente, essa reforma tributária vai ser um desastre para o Brasil, e nós vamos votar contra, porque nós queremos, primeiro, a reforma administrativa, diminuir despesas, e depois diminuir impostos, e não aumentar impostos e aumentar despesas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir a favor, tem a palavra o Deputado Vitor Lippi.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Eu peço o tempo de Liderança, até porque a matéria é grande... *(Pausa.)*

Ah, não? Então está bom.

Enfim, eu uso muito poucas vezes esta tribuna, Sr. Presidente. Estou há 30 anos na vida pública — e nesta Casa há 9 anos —, mas não vi nenhum assunto tão importante que pudesse impactar o desenvolvimento econômico e social deste País, que pudesse reduzir o custo das nossas empresas e pudesse ter a chance de livrar o Brasil de ser hoje o 184º pior sistema tributário do mundo. Então, nós temos uma responsabilidade com esse tema.

Eu gostaria aqui de cumprimentá-lo por termos tido a felicidade, Presidente Arthur Lira, de V.Exa., como Presidente desta Casa, e o Presidente do Senado terem informado à sociedade que esta Casa, o Congresso Nacional, iria ter como prioridade a discussão dessa matéria tão relevante ao Brasil, pela qual estamos aguardando há 30 anos. Então, quero cumprimentar também todos os que trabalharam aqui — Baleia Rossi, Hauly, todos os da nossa Comissão, Aguinaldo, Reginaldo, as Frentes Parlamentares. Foram inúmeros os nossos encontros, e é muito difícil acontecer isso.

Por que nós não conseguimos, Deputada Adriana, fazer, nesses últimos 30 anos, essa repactuação para mudar o sistema tributário? Porque nós precisávamos ter a concordância dos Estados, dos Municípios, dos partidos, das Frentes Parlamentares, dos setores produtivos do Brasil, e nós precisávamos mudar a Constituição. A construção disso não é fácil.

Eu queria trazer aqui com muita clareza que, como houve muita desinformação — e eu acho que eu que estou acompanhando isso e participei praticamente de todas as reuniões poderia dizer, Deputado Mendonça —, o maior problema do sistema tributário, cuja PEC estamos apresentando aqui, é a falta de informação.

As pessoas não conhecem esse tema, porque ele é extremamente complexo. E as redes sociais, infelizmente, só criticam, não mostram, muitas vezes, com clareza a verdade dos fatos. Mas eu queria trazer aqui, para ser até didático, 12 dúvidas que são frequentes em todo o mundo, para que possamos esclarecer.

Primeiro, dizem aqui que a reforma tributária não foi discutida. Nós fomos levantar os números.

Nós tivemos 74 eventos públicos dentro da Câmara. Se considerado o Senado, passaram de cem. Nós tivemos também mais de 300 representantes dos setores econômicos e de todas as áreas de interesse público e social do Brasil discutindo

esse tema. Nós tivemos aqui centenas e centenas de reuniões. Só o Deputado Luiz Carlos Hauly fez mais de 450 reuniões, encontros e palestras. Eu não conheço nenhum tema que tenha sido tantas vezes discutido. Portanto, dizer que isso não foi discutido não é verdade.

Dizer que essa reforma tributária é do Governo do PT? Desculpe-me. Essa reforma é desta Casa, é da Câmara, que, em 2018, já tinha aprovado essa matéria. Foi ao Senado, parou lá a nossa PEC, a PEC 110. Agora, nós aprovamos a PEC 45 junto com a PEC 110 e temos essa PEC que aglutina essa questão da discussão do IVA. Portanto, isso não é reforma de um Governo. Isso é a reforma do Estado brasileiro e é um trabalho feito por este Congresso Nacional.

Eu agradeço aqui ao Governo. Reconheço o esforço dele, que entendeu a importância, para o desenvolvimento econômico e social, de livrar o Brasil, as indústrias, as empresas brasileiras do péssimo sistema tributário que nós temos. Por sinal, é o mais caro, o mais confuso, o mais judicializado, o mais inseguro e o de maior custo dentro das empresas. É o que tem o IVA mais elevado do mundo sobre os produtos. É isso que estamos dizendo aqui.

Eu queria ver quanto tempo eu tenho ainda. É muito pouco tempo.

Digo a V.Exas., com muita sinceridade, que essa é a maior discussão desta Casa para ajudar o Brasil a crescer e gerar empregos, depois da Constituinte. Então, vamos ter responsabilidade com o Brasil. Aqui nós não estamos discutindo partidos. Nós estamos discutindo o interesse nacional.

Perguntem para qualquer pessoa qual é o maior problema, Sr. Presidente, que o Brasil tem hoje. É o seu péssimo sistema tributário. É o seu horrível sistema tributário. Todo mundo que vem para cá reclama, não consegue, é vítima desse sistema tributário. Nós precisamos livrar o Brasil desse mal. Ela pode não ser perfeita, mas é infinitamente melhor. Ela segue as melhores práticas dos 189 países que usam hoje o nosso IVA, inclusive todos os países da Europa. Então, contamos com o apoio de V.Exas.

Podemos ter algumas discordâncias. Eu mesmo não concordo com uma ou outra coisa. Mas ele é infinitamente melhor do que o que nós tínhamos até hoje. Isso efetivamente vai dar a maior contribuição para ajudar as nossas indústrias, as empresas, que estão sendo destruídas.

Nenhum setor ficou fora. O setor do agro viu que foi contemplado totalmente. No setor de serviços, só o SIMPLES representa 90% das empresas brasileiras.

Ao final, eu venho a esta tribuna para esclarecer essas questões relevantes, que precisam ser trazidas à tona, à verdade, porque o Brasil espera muito por isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado, Deputado Lippi.

Tem a palavra o Deputado Silvio Antonio, para discutir contrariamente à matéria.

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Presidente, os demais prezados Parlamentares.

A Oposição não é contra a reforma tributária, mas sim contra a maneira como está sendo discutida e aprovada. De fato, nós reconhecemos que o Brasil precisa de uma reforma tributária. Mas temos que observar alguns pontos interessantes e preocupantes.

A principal crítica dos Senadores, principalmente da Oposição, caiu sobre o excesso de setores e produtos que ficarão em regime diferenciado, na regra geral do IVA. Opa! Tivemos a presença de lobistas nessa reforma, a influência de setores? Diante do *lobby* feito por esses setores, eles foram contemplados com inserções dentro do projeto, para ter um regime tributário diferenciado?

Fala-se que essa reforma vai atender principalmente à classe mais pobre — e deve —, ao trabalhador. Mas o interessante é que, entre esses setores que terão regime diferenciado, estão os de transportes, combustível, saneamento, planos de saúde, imobiliário, jogos de prognósticos, jogos de azar, loterias, instituições financeiras, incluindo os bancos.

Esta é uma reforma para pobre? Ou a presença de lobistas garantindo essa tributação diferenciada não descredibiliza esta reforma? Não deveria ter acontecido isso, Sr. Presidente.

Outra questão é o resultado da reforma. Vai diminuir impostos? Vai? O que preveem os técnicos é o aumento da carga tributária. E o Brasil, que está lá na classificação cento e setenta e alguma coisa como a pior carga tributária do mundo, pode ser agora campeão; pode estar em primeiro lugar da maior carga tributária, podendo a alíquota do IVA chegar, talvez, a 27,5%. Ah, vai ocupar a primeira posição!

Agora, a minha preocupação, prezados Parlamentares, é que essa reforma, então, aumenta impostos. Hoje pela manhã, nós tivemos aqui a questão da Medida Provisória nº 1.185, de 2023, sobre a subvenção, aumentando tributação para empresas que precisam de incentivo financeiro dos Estados.

Aumento de impostos: por que esse Governo trabalha tanto para aumentar os impostos? Eu tenho uma resposta: porque gasta muito. Não adianta reforma, leis, se esse Governo não parar de gastar. Precisamos, sim, daqui dar uma indicação para uma reforma administrativa. Alguém tem que parar esse Governo. Alguém tem que parar. O Presidente Lula está gastando muito.

A previsão, para 2023, é de um déficit de 177,4 bilhões de reais. O certo é que ele recebeu o Governo do Presidente Bolsonaro com um superávit de 54,1 bilhões de reais, ou seja, ele já gastou e vai gastar 231,5 bilhões de reais em 1 ano! Quem é que para este homem, este Governo?

Então, vamos à reforma tributária, mas vamos parar de gastar, se não, não adianta de nada, e quem paga a conta é o povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Requerimento de encerramento de discussão.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 157, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da PEC 293/2004.

Sala das Sessões

Zeca Dirceu - (Líder Fe Brasil)

PT/PR

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o assunto já foi devidamente debatido nas Comissões Especiais, nas inúmeras audiências públicas e pelo conjunto desta Casa Legislativa, bem como do Senado Federal.

Por isso, somos a favor do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava olhando aqui a lista de inscritos para a discussão, e contra havia apenas mais um Deputado. Isso foi o que eu achei pelo menos. Talvez favoráveis houvesse mais, eu não sei, só o Deputado Prof. Paulo Fernando.

Independentemente da quantidade, dado que nós temos poucos Deputados aqui, encerrar a discussão agora não faz sentido, Presidente. Eu sugeriria ao autor que retirasse o pedido, para permitir que pelo menos os Deputados que aqui estão discutam. O Prof. Paulo Fernando, que era o próximo da lista, poderia discutir; depois, encerra-se a discussão, quando os demais favoráveis falarem. Mas, mais uma vez, percebe-se que não se quer realmente discutir o tema da reforma tributária aqui no dia de hoje.

Haveria muitos motivos para que nós tratássemos deste tema de uma forma mais pormenorizada. Depois, haverá uma série de destaques ainda, que serão avaliados, e a discussão, já numa sexta-feira de votação virtual, é bastante prejudicada. E, com o encerramento da fase de discussão, nós perdemos a oportunidade de falar ainda melhor sobre os prejuízos que uma reforma tributária feita desta maneira levará à nossa economia e ao nosso País.

Infelizmente, nós estamos aqui fazendo mais obstrução do que, de fato, proposição. Seria importante que nós tivéssemos este espaço, e este espaço é o espaço da discussão na matéria. Mas agora vemos que há um requerimento para encurtar este período tão importante — o mais importante, eu diria — do rito legislativo.

Portanto, nós orientamos contrariamente ao encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB e PDT?

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou orientando pelo bloco, e a posição nossa é pelo encerramento da discussão, tendo em vista que há consenso entre os

partidos que compõem o nosso bloco. Eu, pessoalmente tive uma posição de apoio à reforma tributária, porque eu entendo que ela simplifica e atende aos interesses de melhorar a produtividade e a eficiência da nossa economia.

Portanto, pelo encerramento, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco orienta pelo encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O bloco orienta "sim".

Como orienta o PL, Deputada Bia Kicis?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Presidente, o PL está em obstrução.

Nós entendemos que a discussão deveria ser feita. O Deputado Paulo Fernando e outros Deputados gostariam de falar. O plenário está praticamente vazio. Nós achamos que é até uma questão de respeito aos Parlamentares presentes nesta sexta-feira, para que todos possam expressar a sua opinião, porque nós estamos tratando aqui de uma das matérias mais importantes que este Congresso pode votar. Então, é muito importante que nós possamos nos colocar. Eu, felizmente, pude fazer uso da tribuna. Isso foi muito importante para mim.

Eu acho que é um respeito aos colegas. Não vai demorar. Inclusive aqueles que tiverem pressa de votar podem abrir mão de discutir. Mas aqueles que querem falar, Sr. Presidente, acho que seria muito importante que pudessem usar a tribuna nesse momento, para que, numa votação tão importante, não se cassasse a voz dos Parlamentares.

Então, o PL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esta matéria tem sido fartamente discutida.

E há uma pressa imensa na população, para que nós tenhamos a redução de impostos para 90% da população brasileira, para que nós tenhamos a possibilidade de devolução dos tributos de serviços para a população de baixa renda, para que nós tenhamos a isenção da cesta básica, para que nós tenhamos a eliminação do acúmulo de vários impostos.

Portanto, o Brasil precisa desta reforma tributária. Não querer fazer com que ela avance e se concretize é um ato contra o País.

Por isso, nós somos favoráveis ao encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos em obstrução, e as razões já foram elencadas várias vezes.

É com muita tristeza que eu falo isso, porque, como disse, somos reformistas, queremos uma reforma, queremos redução de carga tributária, queremos simplificação, mas é uma reforma que tem que ser feita para o Brasil, é uma reforma que tem que ter um rito correto.

Nós estamos votando um texto que subiu depois que começou esta sessão. Então, não dá para aceitar que o rito continue assim, não dá para nós fecharmos os olhos para o que está acontecendo aqui.

Eu acho importante também dizer que, como já disse, o grupo que trabalhou tem muito mérito. O Relator Aguinaldo Ribeiro tem muito mérito no seu trabalho. Mas é triste ver que nós ficamos no escuro, sem saber inclusive se a carga aumenta ou não aumenta, porque há vários estudos aqui mostrando que essa carga aumenta. E é muito complicado nós não termos...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está em obstrução o NOVO.

Como orienta a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria orienta "obstrução".

Eu queria fazer aqui um esclarecimento aos colegas que estão votando a distância. Eu hoje fiz uma questão de ordem para saber se os Parlamentares que estão votando a distância, quando o partido orienta obstrução, podem não votar simplesmente.

O Presidente Lira respondeu à minha questão de ordem — acabei de receber aqui — com o entendimento de que, ainda que o partido oriente "obstrução", é dever do Parlamentar votar "obstrução".

Portanto, não deixem de votar, não deixem o voto em branco. O Presidente determinou que a melhor interpretação do Regimento é no sentido de que, mesmo com a orientação de obstrução do partido, cabe ao Parlamentar votar "obstrução".

Portanto, votemos "obstrução", para que nós possamos prosseguir na discussão desse tema e ninguém leve falta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esse é um requerimento de encerramento de discussão, para que possamos entrar no mérito da matéria. A Maioria vota favoravelmente ao requerimento, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por muitos anos, eu vi, em todo início de legislatura, Governadores se reunirem aqui em Brasília, e se falava muito sobre o pacto federativo, e se falava em reforma tributária, e o sonho era que houvesse essa reforma tributária. Nunca saía, porque ficava naquela base do "farinha pouca, meu pirão primeiro".

Desta vez, o Governo resolveu deixar todo mundo igual, ou seja, todos os Estados e Municípios vão perder. Essa é a grande verdade.

Eu estou vendo uma discussão aqui sobre incentivos, sobre incentivos a esse ou àquele Estado. Eu vou votar a favor de todos os incentivos, porque, para mim, a partir do momento em que se deixa a Zona Franca de Manaus de fora, todos os outros Estados podem passar a ter direito também ao seu quinhão. Então, o que houver aqui de incentivo, eu vou votar a favor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o sonho vai se realizar no dia de hoje. Há décadas, o povo brasileiro quer a reforma tributária, inclusive para acabar com a guerra fiscal entre os Estados. O nosso sistema tributário é um sistema arcaico e que há muito tempo precisamos modernizar. O povo brasileiro é o povo que mais paga impostos, mas quem mais paga impostos também, do povo brasileiro, é o povo pobre.

Dessa forma, depois de 30 anos de discussão, o Governo vota "sim", para que possamos encerrar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 340;

NÃO: 42;

ABSTENÇÃO: 3;

OBSTRUÇÃO: 71.

Declaro encerrada a discussão em primeiro turno.

Passa-se à votação em primeiro turno.

Há lista de encaminhamento.

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero aqui dizer que este é um momento histórico para esta Legislatura. Quero parabenizá-lo pela liderança desse processo. Acredito que será a maior entrega do Parlamento brasileiro à sociedade, aos setores econômicos, ao povo brasileiro, porque essa reforma vai, de fato, desonerar 90% da nossa população, além de dar transparência.

Hoje o cidadão de menor poder econômico é o mais tributado. A diferença é que ele não sabe que é tributado. Nós vamos dar transparência ao imposto indireto, ao imposto sobre consumo. A transparência é o melhor instrumento para mudar uma sociedade. A transparência vai dar ao povo brasileiro consciência fiscal e consciência cidadã em duas direções. A primeira, para exigir das políticas públicas melhor eficiência, para que as políticas públicas possam dar a contrapartida necessária nos campos da educação, da assistência, da infraestrutura. Na outra direção, nós vamos criar uma consciência crítica, uma consciência cidadã, porque, de fato, ao contrário dos países mais ricos da OCDE, os 38 países, nós tributamos a metade do que tributam esses países na renda e no patrimônio. A partir dessa consciência cidadã, juntos, poderemos mobilizar a sociedade para deslocar o imposto sobre consumo para renda e patrimônio. O nosso sistema não tem transparência. Vamos passar a ter um sistema transparente.

Nós também criamos vários mecanismos para reduzir a alíquota padrão. O primeiro mecanismo virá em 2030, 3 anos após a implementação do IVA nacional. Eu tenho convicção de que, com o impacto da arrecadação, nós vamos avaliar e podemos reduzir a alíquota do IVA nacional. Em 2035 também, 2 anos depois, com a base de tributação ampla, não separando mercadorias e serviços, eu tenho convicção de que, combatendo a informalidade, no sistema débito e crédito, nós vamos mais uma vez reduzir a alíquota padrão.

Portanto, criamos um instrumento moderno, conectado com o mundo, e que vai dar eficiência produtiva, gerando renda, emprego e melhorando a vida do povo, além de desonerar e zerar cesta básica e medicamentos.

Pela aprovação, vamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra a matéria, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu já subi a esta tribuna algumas vezes hoje, e a minha indignação é enorme, principalmente porque eu sei da importância da reforma tributária para o nosso País.

Já falei inúmeras vezes como eu e meus colegas, Deputado Marcel van Hattem e Deputado Gilson Marques, lutamos pelas reformas, para baixar os impostos no País, para simplificar, para desburocratizar. Essa é a nossa luta. Esta é a nossa bandeira: defender o ambiente de negócios, defender o empreendedor.

E é triste, sabem? Eu fui a favor da reforma tributária, votei a reforma tributária aqui neste Plenário, fui favorável. E o que nós vemos aqui é um rito completamente atropelado. Nós não deveríamos estar votando isso dessa forma, numa sexta-feira. Há pouquíssimos Deputados aqui.

Sim, Deputado Haully, esse debate acontece há muito tempo, mas nós não debatemos esse texto. Esse texto não foi debatido. Chegou o texto do Senado, e, sim, fizemos uma reunião, em que alguns pontos foram colocados. Eu participei dessa reunião ontem, e o texto eu não conhecia. Subiu hoje às 14 horas, logo que começamos esta sessão, e chamado de "manifestação". E a assessoria está analisando o texto, porque eu estava aqui no meio da sessão.

Isso não é o rito adequado, é a reforma tributária para o nosso País, a que eu sempre fui favorável, a reforma tributária para pensar no todo, nas próximas gerações, no interesse público. E tem, sim, muito "puxadinho", isenção para um, isenção para outro, ganância para um, benefício para o setor tal. Cadê o interesse público? Isso não é um debate sério!

Eu concordo com o Deputado Haully, e vou falar inclusive em homenagem ao Deputado Alexis Fonteyne, que ficou aqui a Legislatura inteira lutando pela reforma tributária, assim como nós todos. Não dá para ser no afogadilho. O Brasil precisa de uma reforma tributária, precisa de uma reforma administrativa, e nós somos favoráveis. Agora, dar um monte de benefícios para um em detrimento de outros, deixar o interesse público de lado, seguir esse rito... Nós estamos ferindo o interesse público tendo esse rito.

Nós não temos alternativa, a não ser obstruir. Não dá para aprovar no escuro, legitimando um rito que é errado, afrontando o Regimento, afrontando a Constituição. Não dá. Isso não é correto. Sou a favor da reforma, mas não desta forma.

Por isso...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Haully.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o coração da PEC 45 está preservado, é o IVA, Imposto sobre Valor Agregado, que carrega todos os males do sistema tributário do mundo. O Brasil tem ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS, que são os piores sistemas do mundo. E o IVA vai consertar isso: acabar com a guerra fiscal, zero de guerra fiscal; com as barreiras interestaduais, zero de impostos; acaba com a inadimplência,

com a cobrança automática; acaba com a burocracia; e esmaga a sonegação, porque os auditores fiscais do Brasil terão todo o tempo para fiscalizar e trazer para dentro do tesouro federal, dos Estados e Municípios principalmente, 800 bilhões de reais de sonegação.

A reforma tributária vai diminuir a carga tributária dos bens e serviços de consumo das massas. Ela vai organizar a economia de mercado, fazer com que as empresas do mesmo ramo possam concorrer em igualdade. Não como hoje: uma tem privilégio, a outra não tem; uma tem planejamento fiscal, a outra não tem; uma declara que vai pagar, e não paga; e a outra paga tudo; uma sonega, e a outra não sonega. Isso se chama regulamentação, moralização da economia de mercado. Esta lei tributária, a PEC 45/19, a PEC 293/04 e a PEC 110/19 são a moralização do capitalismo brasileiro. É a mais importante lei liberal capitalista já vista na história do Brasil. Vai reorganizar nossa economia, vai fazer uma economia de mercado crescer a 6% ao ano.

Escrevam o que eu estou falando. Quando eu criei o SIMPLES nacional e o MEI, o Dr. Rachid, Secretário da Receita, disse: "*Não, isso não vai dar certo*". Eu falei: "*Eu aposto com você que vai aumentar a arrecadação*". Hoje são um sucesso o SIMPLES e o MEI, com mais de 7 milhões de empresas operando no SIMPLES, e 15 milhões no MEI. E eu estou dizendo aqui, com conhecimento, que esta reforma do IVA — não estou falando dos "penduras" — vai fazer o Brasil crescer a 6%, 7% ao ano, vai gerar milhões de empregos, melhorar os salários, melhorar o lucro das empresas, diminuir o custo dos produtos, dos impostos das famílias, e vai fazer com que o Brasil cresça, e, ao combater a sonegação, o Governo Federal, os Estados e Municípios terão mais dinheiro para pagar os aposentados, melhorar o SUS, melhorar a educação e a segurança do nosso País.

É tudo de bom. Vamos votar "sim", mas vamos proteger...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu considero este, apesar de alguns celebrarem como um dia importante para o Brasil, uma reforma que está sendo aprovada, um dos dias mais tristes. Triste por causa do rito que está sendo utilizado, ou seja, desrespeitando o próprio Regimento Interno, a Constituição da República, a forma como se devem aprovar as leis, com ampla publicidade, transparência, discussão. É triste porque nós nos diminuimos assim como Parlamentares, e é triste também porque o conteúdo apreciado não é nem perto de uma reforma tributária como nós esperávamos quando ela foi primeiramente protocolada, muito antes pelo contrário.

Nós vemos aqui um texto que agride o conceito federativo. Nós vemos um texto que, infelizmente, em vez de realmente simplificar, está reduzindo de cinco para quatro tributos. A promessa era de cinco para um, mas fica de cinco para quatro, com um período de transição enorme, em que haverá ainda mais complicação, porque nós conviveremos com o sistema antigo e, cereja no topo do bolo, aumento de carga tributária.

Infelizmente, nós estamos vivendo um momento em que estamos entregando para o Brasil mais impostos; mais Brasília e menos Brasil; e mais complicação.

Eu vejo pelas manifestações, principalmente dos acadêmicos da área do direito tributário, por exemplo, ou da contabilidade, que estão completamente insatisfeitos com uma reforma que lá atrás tinha a unanimidade, tinha a unanimidade da defesa dos especialistas, porque todos sabem que nós precisamos simplificar o sistema tributário. Todos sabem que nós precisamos facilitar para o empreendedor e facilitar para aqueles que prestam contas em nome dos empreendedores, os advogados na área do tributário, os contadores, e assim por diante.

Mas, infelizmente, não é isto que está sendo entregue para a sociedade. Estamos entregando, Deputado Giovani Cherini, um texto que vai aumentar a carga tributária, que vai concentrar recursos aqui em Brasília, diminuindo o poder de Estados e Municípios de ter acesso à forma como é distribuída a sua receita. E nós temos um texto que acaba por fazer com que esta Casa aqui também se autodeprecie ao fazer uma tramitação dessa forma, tanto na primeira vez, quando estava aqui, como agora, na volta do Senado. Lamentavelmente, não se poderia esperar outra coisa com um Governo como o do PT patrocinando a reforma, mas eu esperava outra coisa desta Casa, eu esperava outra coisa dos líderes, eu esperava outra coisa dos nossos Deputados.

Orientamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Destaque:

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque de preferência para votação da PEC nº 45/2019, apensada à PEC nº 293/2004, nos termos da manifestação do Relator Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro.

Sala das Sessões

Doutor Luizinho - (Líder do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA)

PP/RJ

Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB e PDT? *(Pausa.)*

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? *(Pausa.)*

Eu peço a atenção dos Srs. Líderes que estão na Casa, peço que compareçam ao plenário.

Nós vamos, neste momento, iniciar o processo de votação de preferência, votações nominais de mérito, destaques, ressaltando a todas as Lideranças que o efeito é administrativo para todos os Deputados que não votarem, em qualquer votação, a partir de agora.

Como orienta o bloco, Deputado Sidney Leite? *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do UNIÃO, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o PL?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só justificar duas votações minhas. Eu não participei, porque eu estava fazendo um tratamento hiperbárico.

Com relação à nossa votação, nós continuamos em obstrução, porque nós não acreditamos nesse projeto. Desconfiamos muito dele, principalmente porque nós temos aqui neste Plenário o PT apoiando. Quando nós temos o PT apoiando, o Governo apoiando, é óbvio que nós não podemos estar juntos. Nós continuamos em obstrução, porque nós achamos que essa reforma vai aumentar os impostos no Brasil, e nós somos a favor de diminuição de impostos, até porque o Presidente Bolsonaro foi o único Presidente da República que baixou impostos, e nós tivemos um acréscimo na arrecadação. Sempre se sabe: aumenta imposto, diminui a arrecadação, porque aumenta a sonegação.

O PL vota "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT e PCdoB?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim" à preferência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Sr. Presidente, está em obstrução. Nós continuamos com a opinião de que nós deveríamos ter discutido melhor esse texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "sim", Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) - Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria, Deputado Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos perdendo uma grande oportunidade de fazer o que o Brasil precisa, mas agora há pouco eu ouvi o discurso do Relator da Comissão Especial, Deputado Reginaldo Lopes, que disse o seguinte: *"Olha, antes os brasileiros pagavam uma grande carga sem*

transparência, sem saber o que estavam pagando". Eu me animei e falei: "Bom, ele vai falar que agora nós vamos ter uma pequena carga". Ele falou: "Não, agora nós vamos ter transparência". Ou seja, você vai pagar, você vai continuar pagando muito, mas vai saber o quanto está pagando.

Quer dizer, não ajuda. É uma reforma que não está trazendo benefício, não simplifica e também não diminui impostos. É triste o que está acontecendo.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Pela Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra pela Oposição. *(Pausa.)*

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Presidente, pelo nosso bloco, peço para orientar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição está em obstrução.

Quero aqui deixar registrado que até gostaríamos de estar debatendo isso, a PEC 45, no seu formato original, aquela PEC 45 que realmente tentava simplificar, tentava unir tributos, na qual buscávamos uma isonomia entre as pessoas, entre os segmentos. Não é porque as pessoas não são diferentes. Os segmentos podem ter até as suas especificidades, mas quem tem que pagar menos imposto é somente aquilo quem atende a interesse público, e não a interesse privado.

Nós gostaríamos muito de estar discutindo aqui um destaque de preferência para a votação da PEC que fosse original.

Agora estamos em obstrução.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 309;

NÃO: 28;

ABSTENÇÃO: 3;

TOTAL: 340.

ART. 17: 1.

OBSTRUÇÃO: 66.

ESTÁ APROVADA A PREFERÊNCIA.

Em votação, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, nos termos propostos pela manifestação do Relator, ressalvados os destaques.

Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB e PDT? *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, questão de ordem, art. 100. Nós temos uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o bloco, enquanto o Deputado Marcel van Hattem faz a questão de ordem na orientação dos partidos?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não vou usar nem os 3 minutos, é uma dúvida mesmo, e gostaria que a Mesa esclarecesse.

Proposição, diz o art. 100 do Regimento Interno, é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara. Fala que pode consistir em emendas, projetos, indicações, requerimentos, recursos, pareceres e propostas de fiscalização e controle.

No entanto, o sistema registra manifestação do Relator, algo que me parece inovador. Não sei se já apareceu outra vez, até gostaria de saber, Sr. Presidente, porque, de acordo com o Regimento, não é algo sujeito a deliberação, o que deveria ser é o parecer de uma Comissão, no caso de proposta de emenda à Constituição, não uma manifestação.

Esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Bloco do União Brasil orienta "sim".

É um dia muito importante para os pacientes com câncer, com a inclusão da possibilidade de ter 100% de imposto zero para os medicamentos, beneficiando os pacientes com câncer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Estamos apreciando o mérito, em primeiro turno, da PEC 45, organizada e consolidada pelo Relator da matéria.

Não é manifestação, é o mérito da PEC sobre as alterações que o Senado votou à PEC aprovada em julho por esta Casa.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós orientamos o voto "sim" nesta matéria.

Cumprimento V.Exa. por ter tido a disposição de capitanear esta votação na Casa, juntamente com os Líderes. Cumprimento também o Relator da matéria, o meu conterrâneo Deputado Aguinaldo Ribeiro, que realizou um grande trabalho de diálogo com todos os setores, com conversação constante durante todo o período em que a matéria esteve sendo discutida. A Casa hoje faz história, pois há muitos anos se discute isso.

Deputado Baleia Rossi, V.Exa. é o autor da matéria, e eu cumprimento V.Exa. por ter trazido uma proposta tão lúcida a esta Casa. Nós estamos deliberando hoje talvez o tema mais antigo em discussão no Parlamento brasileiro.

Este é um dia histórico para o Brasil. Nós vamos avançar, vamos ter mais eficiência, vamos melhorar o nosso sistema tributário. Com isso, quem vai ganhar é a nossa Nação. Por isso, o nosso bloco orienta o voto "sim".

Queremos, mais uma vez, registrar este grande dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Peço encarecidamente às Lideranças partidárias que informem os Parlamentares de que nós estamos votando em primeiro turno a PEC 45, que retornou do Senado. E a votação tem efeito administrativo.

Como orienta o PL, Deputado Capitão Alberto Neto?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL está em obstrução, e eu peço uma reflexão aos nobres Parlamentares.

É lógico que nós somos favoráveis a uma reforma tributária. Isso é senso comum na Casa. No entanto, para ajudar a indústria, nós não podemos atacar alguns setores, por exemplo, o setor de serviços. Nós não podemos atacar o agro com aumento de imposto. Eu acho que nós poderíamos discutir mais esta reforma para podermos equalizar essa questão.

Assumo que houve grandes avanços e agradeço ao Deputado Aguinaldo Ribeiro e ao Senador Eduardo Braga por salvarem a Zona Franca de Manaus nesta reforma. Porém ainda há pontos a serem discutidos. O setor de serviços, que é o que mais emprega no País, está sendo atacado na reforma. O setor do agro vai sofrer aumento de carga tributária. Não faz sentido atacar esses setores para salvar a indústria. É possível salvar todo mundo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV, Deputado Reginaldo Lopes?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votamos "sim".

Este é um momento ímpar, um momento histórico, e a sociedade brasileira espera por um novo sistema tributário. Então, com muita convicção, votamos "sim" à reforma tributária.

Parabenizo o Relator Deputado Aguinaldo Ribeiro pelo belíssimo trabalho, o Deputado Baleia Rossi por ser autor desta emenda constitucional, o Presidente Arthur Lira, que nos liderou nessa tarefa histórica de entregar ao Brasil um melhor modelo de tributação, para dar eficiência a nossa economia e gerar renda, emprego e oportunidades para o povo brasileiro.

Vamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? (Pausa.)

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, quem vai orientar será a Deputada Adriana Ventura. Eu falarei pela Oposição.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

Presidente, para nós é um dia histórico, mas, infelizmente, triste, porque o rito está estragando o todo. Esse rito equivocadamente não nos dá oportunidade de pegar o texto e trabalhar com ele, discuti-lo. Ainda que tenhamos feito reunião ontem, Presidente — e eu a achei boa, inclusive, porque pudemos ter ciência da situação —, sobre o texto final nós não nos debruçamos ainda para ver como ficam as questões tributárias. Isso causa uma intranquilidade, assim, enorme.

Estamos em obstrução porque não queremos ser atropelados dessa forma. Isso vem sendo discutido há 30 anos. Então no texto final devíamos gastar pelo menos 1 mês. Por isso votamos "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que vou ter que voltar para a escola, porque eu estou vendo que está tudo sendo relativizado. Na economia, por exemplo, nesta semana fomos surpreendidos com o fato de que os conselhos de economia escolheram Dilma como a principal economista do ano. Na ciência, escolheram Marina como uma das dez mais influentes. O direito já faz tempo que está relativizado. Tudo o que eu estudei não vale mais nada. E me sobrava a matemática — eu fiz matemática. No entanto, na minha calculadora, os números não batem com os que o Deputado Reginaldo e outros apresentaram aqui, com essa história de que isso vai diminuir imposto. Eu somo, multiplico, divido e não vejo esse resultado. Então o que eu entendo é que o errado sou eu. Vou ter que voltar para a escola para aprender tudo de novo.

A Minoria está em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Maioria como orienta?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, há um consenso no Brasil de que o nosso sistema tributário é muito ruim, obsoleto, ineficiente, injusto, burocrático. Ele penaliza os mais pobres. E há consenso na sociedade brasileira também com o fato de que esse sistema tributário precisa mudar.

Depois de décadas de debates, esta Casa conseguiu produzir um entendimento, um acordo, e vamos sair daqui hoje com a reforma tributária realizada no Brasil. Queria parabenizar vários personagens: o Deputado Baleia Rossi; o Deputado Aguinaldo Ribeiro; o Deputado Reginaldo, que vem lá das Minas Gerais e dá também uma grande contribuição.

A Maioria, Sr. Presidente, encaminha o voto "sim" em favor do Brasil e da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição está em obstrução também, Sr. Presidente, mas entende aqueles que votarem "não", uma vez que estamos contra esta reforma tributária. Não há como manifestar posição favorável a uma reforma que aumenta a carga tributária, que infelizmente não entrega a descomplicação do sistema que se esperava e que está sendo votada desse jeito.

Percebe-se aqui — fiz uma questão de ordem há pouco, e não foi respondida — que nem sequer se está dando atenção ao rito correto. Manifestação do Relator não existe em nenhum lugar do Regimento Interno. Isso é algo que inexiste, é algo que foi criado hoje e que, pelo menos até onde vai o nosso conhecimento, nunca aconteceu antes, o que abre um precedente perigosíssimo.

Portanto, a Oposição está em obstrução, entendendo os votos contrários à matéria como manifestação também contra esse processo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, preciso fazer uma alteração na orientação do PL muito importante.

O PL vai mudar para "não" em vez de "obstrução"...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vou seguir ouvindo o Governo e já retorno a V.Exa.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - É que os Deputados estão votando. Se não explicarmos isso agora, pode ser que alguns não tenham tempo de mudar o voto.

Queria pedir a V.Exa., Presidente, que dê um tempo para que os Deputados que votaram "obstrução", como eu havia votado, e que estão à distância, possam mudar o voto. Nós vamos avisá-los pelo WhatsApp de que a orientação do PL, no mérito, é "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo encaminha o voto "sim".

Eu quero me dirigir ao Plenário, porque esta não é uma matéria do Governo. O Governo, diferentemente do que a Oposição está dizendo, apoia esta proposta. Esta não é uma matéria que veio do Governo, esta matéria foi construída... até porque é uma PEC que tem como autor o Deputado Baleia Rossi.

Eu nunca vi tanta falta de argumento para posicionamentos contrários a uma matéria do País. Nós do Governo estamos apoiando fortemente esta PEC porque ela simplifica o sistema tributário brasileiro, corrige distorções, acaba com a guerra fiscal e gera muitos outros benefícios, como baratear a cesta básica. Eu não sei como é que a esta altura ainda haja aqui na Câmara quem vote contra esta PEC.

Ser contra o Governo, Presidente, é um direito. Fazer oposição ao Governo é um direito. No entanto, lamento que isso esteja sendo feito neste momento. Aqueles que estão contra esta PEC estão contra o Brasil, porque o País precisa dela, até porque, Deputado Reginaldo Lopes, Relator Aguinaldo Ribeiro, eu acompanhei todo o esforço que V.Exas. fizeram. Como dizem lá no Ceará, V.Exas. perambularam pelo País inteiro, discutiram a matéria, construíram entendimentos, e a PEC está madura.

Portanto, nós temos, neste momento, que dar uma demonstração ao País e registrar 500 votos a favor desta PEC, Deputado Baleia Rossi. Esta é uma matéria de união do Brasil! Não se trata de ser a favor ou contra o Governo. O nosso Governo está apoiando a PEC até porque dois Deputados que apoiam o Governo, o Deputado Reginaldo Lopes e o Deputado Aguinaldo Ribeiro, construíram esta proposta dialogando com o Brasil inteiro.

O Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição muda o voto para "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos os que estão no plenário já votaram? *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só um minutinho, Presidente.

A Oposição vai alterar a orientação para "não", respeitando as opiniões em contrário. Quem quiser pode permanecer em "obstrução". A Minoria, da mesma forma, muda a orientação para "não", respeitando as opiniões em contrário.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Presidente, V.Exa. acredita que o Deputado Mauro Benevides não votou ainda? Alô, cearense!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passo a palavra ao Deputado Baleia Rossi, como autor, para terminarmos a votação em 3 minutos.

Avisem todos os Deputados que estamos votando o mérito da PEC em primeiro turno.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Arthur Lira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero começar o meu discurso, a minha fala, com uma palavra: gratidão. E minha gratidão é primeiro a Deus por me dar a oportunidade de estar nesta sessão histórica do Parlamento brasileiro. Minha gratidão é também ao povo de São Paulo que me deu a oportunidade de ser Deputado Federal pelo terceiro mandato consecutivo e ter tido a possibilidade de apresentar a PEC 45, a PEC da Reforma Tributária. E minha gratidão é ainda a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que estão participando deste momento que vai mudar o Brasil para melhor.

Nós sempre ouvimos as pessoas dizerem que o Brasil é o país do futuro. Hoje nós já estamos entre as 10 maiores economias do mundo, mas precisamos aproveitar mais os nossos potenciais. Chegou a hora de a reforma tributária recolocar o País nos trilhos do crescimento econômico sustentável.

A reforma tributária vai fazer com que a nossa economia cresça, gerando emprego e renda. Vamos acabar com esse manicômio tributário que atrapalha quem quer produzir e quem quer gerar empregos no nosso País. Nós vamos ter justiça tributária. O pobre vai pagar menos impostos no nosso Brasil, com a cesta básica com imposto zero no consumo; com os remédios, principalmente contra o câncer, com imposto zero.

Nós vamos simplificar o nosso sistema, vamos premiar a produção e vamos dar mais força para os Municípios pequenos. Noventa por cento dos nossos Municípios são pequenos e vão receber mais recursos. Acabaremos com a guerra fiscal. Vamos ter efetivamente crescimento do PIB e, com isso, geração de emprego e renda.

Podemos ter com esta votação os efeitos que nós tivemos lá atrás com o Plano Real. Não vamos resolver todos os problemas do nosso País, mas vamos fazer com que a população tenha esperança de dias melhores.

Sr. Presidente, eu ouço falar de reforma tributária há muito tempo. Em 1992, quando eu fui candidato a Vereador, em Ribeirão Preto, pela primeira vez, eu me lembro de que, no panfleto que eu apresentei, estava lá escrito: *"Vou lutar por uma reforma tributária!"* Falei isso como Vereador porque, como agente político, lá na base, eu já sabia que nós tínhamos esse desafio em todo o Brasil de entregarmos uma reforma tributária para o povo brasileiro. Quis o destino que eu pudesse estar aqui para ser o autor desta proposta de reforma tributária.

Quero agradecer ao CCiF — Centro de Cidadania Fiscal. Na verdade, a PEC 45 é um estudo do CCiF. Estão aqui o Secretário Bernard Appy, que é um dos idealizadores desta proposta, e a Vanessa Canado da mesma forma idealizadora da proposta. Há outros colaboradores, como Nelson Machado, Eurico de Santi. O ex-Presidente da Câmara Rodrigo Maia também foi muito importante no pontapé inicial desta PEC.

Quero agradecer aqui ao Deputado Reginaldo Lopes, que foi o coordenador do Grupo de Trabalho. Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Hauly, que sempre foi um lutador pela reforma tributária.

E, claro, faço uma menção especial ao Deputado Relator Aguinaldo. Eu nunca vi um Deputado tão comprometido com o diálogo, alguém que buscou consensos, ouviu todos e conseguiu reproduzir, neste parecer à proposta de reforma tributária, o que a maioria deste Parlamento — Câmara e Senado — pensa.

Parabéns, Relator Aguinaldo Ribeiro, por esse seu trabalho extraordinário!

Quero agradecer também ao Presidente Arthur Lira, que bancou politicamente esta proposta. S.Exa. entra para a história como o Presidente que, depois da Constituição 1988, pautou e vai conseguir aprovar a mais importante reforma para o nosso País.

Lá no Senado, da mesma forma, agradeço ao Senador Eduardo Braga e ao Presidente Rodrigo Pacheco.

Agradeço ao Ministro Haddad, à Ministra Simone Tebet, ao Vice-Presidente Geraldo Alckmin e a todos os que ajudaram na construção da maioria nesta proposta, que não tem ideologia partidária.

Eu apresentei esta proposta em 2019, em outro Governo. Esta é uma reforma da Câmara dos Deputados, do Parlamento nacional para o povo brasileiro. Ela é boa porque conversa com o futuro, para dar esperança à população brasileira. Por isso, eu peço apoio a ela a todos os Deputados e a todas as Deputadas.

Tenho a honra de ser hoje Presidente Nacional do meu partido, o MDB, que colocou esta proposta como uma das suas bandeiras. Peço a todos os Deputados e a todas as Deputadas que votem a favor da PEC 45.

Vamos fazer história! Vamos mudar o Brasil para melhor!

Gratidão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 371;

NÃO: 121;

ABSTENÇÕES: 3.

ESTÁ APROVADA, EM PRIMEIRO TURNO, A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019, RESSALVADOS OS DESTAQUES. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Viva o Brasil, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Destaque de Bancada nº 4, do Partido Liberal, para votação em separado do inciso II, § 6º, art. 153 da Constituição.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do inciso II do parágrafo 6º do artigo 153, constante do artigo 1º da PEC 45/2019, apresentado à PEC 45/2019 (Fase 2 - CD), que "Altera o Sistema Tributário Nacional".

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do requerimento, pela sequência, tem a palavra o Deputado Giovani Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais uma vez, este destaque vem em razão da fúria da Esquerda em querer retirar o armamento dos cidadãos de bem.

Neste País, aumentaram os feminicídios, aumentaram os homicídios, e retiraram as armas do cidadão. E não há policial para fazer segurança de todo mundo. Portanto, meu querido Deputado Marcel van Hattem, nós estamos vivendo a fúria desarmamentista. É mais uma fórmula...

(Desligamento do microfone.)

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Deram-me só 1 minuto, mas a minha fala é para encaminhamento. Deveriam ter me dado 3 minutos. *(Pausa.)*

Agora, sim.

Eu estava falando sobre este destaque no qual nós estamos pedindo uma votação em separado porque o cidadão de bem tem que ter a oportunidade...

Já estamos sob a fúria do Flávio Dino, acompanhado do Governo Lula, para retirar as armas do cidadão, aumentar os impostos cada dia mais, para inviabilizar que o cidadão possa utilizar uma arma para sua autodefesa, para a defesa da sua família. No meio rural, imagine o cidadão sem uma arma! Ele vai virar refém de bandido. Este destaque visa votar separadamente dispositivo que pretende aumentar mais ainda os impostos sobre o armamento.

Nós do Partido Liberal temos clareza disso. O Presidente Bolsonaro fez isso em todo o seu Governo, e diminuíram os homicídios no Brasil. O cidadão teve mais acesso, mas com toda a fiscalização, com todas as possibilidades de ter uma arma, passando por curso de tiro, por atendimento psicológico, enfim, por tudo o que se exige para que uma pessoa possa ter uma arma.

Mais uma vez, aqui na reforma tributária, querem aumentar os impostos sobre os armamentos. Nós não podemos aceitar isso. Por isso que nós do Partido Liberal destacamos esta parte, porque a nossa política sempre foi: cidadão armado, cidadão livre; cidadão desarmado, cidadão preso. É isso o que está acontecendo hoje. Baixou o morro, infelizmente, para toda a população. Hoje, os bandidos estão soltos. Esta é a política da Esquerda: soltar os bandidos, e o cidadão de bem viver acuado, com medo. Agora querem aumentar os impostos sobre armamento para que ele não possa...

(Desligamento do microfone.)

(Durante o discurso do Sr. Giovani Cherini, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Aguinaldo Ribeiro, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Vitor Lippi, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Para orientar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós defendemos o imposto seletivo porque, de fato, hoje, a tributação sobre armas é superior ao IVA de 25%. O instrumento para isto tem que ser um imposto seletivo, senão nós vamos reduzir os impostos sobre armas, que causam tanto prejuízo à sociedade. A violência tem um custo enorme; a questão do armamento não resolve. Cobrar a mesma alíquota de imposto sobre alimentos e sobre armamentos é errado. Por isso, é preciso utilizar o mecanismo do imposto seletivo. O armamento, na minha opinião, é causa de mais violência no País. Há a questão da saúde também. É importante que haja um equilíbrio na tributação.

Então, nós queremos aqui encaminhar o voto favorável à permanência deste imposto seletivo sobre armas.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do UNIÃO? *(Pausa.)*

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Presidente Vitor, sugiro que deixemos o painel aberto já durante a orientação. Como temos muitos destaques, para conseguirmos agilizar o máximo possível a votação, solicito isso a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - O.k., está aceita a sugestão.

Como vota o bloco?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O nosso Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE orienta "sim" ao texto, "não" ao destaque.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós não estamos localizando o Destaque nº 3 na lista de inscrição para destaques. Se V.Exa. puder avisar à Secretaria, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Só um minutinho.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos.

Está iniciada a votação.

Como vota o Bloco do UNIÃO?

O SR. ELMAR NASCIMENTO (Bloco/UNIÃO - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O UNIÃO encaminha "não", Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Como vota o Bloco do UNIÃO? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É bom explicar: quem vota "sim" vota "sim" ao texto; para manter o texto.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (Bloco/UNIÃO - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ratificando, registro que o voto do UNIÃO é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Perfeito. Obrigado.

Como vota o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL orienta "não".

Eu quero deixar claro para todos os Parlamentares que esse destaque não interfere na estrutura da reforma tributária. Ele serve para mostrar algo até ideológico. Neste destaque, quem votar "não" vota a favor do armamento; quem votar "sim" deixa claro que é contra o armamento do nosso País.

Lembro que, nessa área, nós temos oito indústrias, temos trabalhadores. A indústria de armas fornece um instrumento para a defesa pessoal e um instrumento para as nossas polícias, gera emprego no nosso País, dá proteção aos nossos policiais. Além disso, fica clara a questão ideológica desse Governo.

Então, eu peço aos Parlamentares, independentemente de partido, que votem "não".

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Como vota o Bloco do PT e PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo, Presidente, vota "sim" — já antecipo o voto do Governo.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Como vota...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Faço a orientação da federação, Presidente.

Aqui não se trata de ser a favor ou contra armas. Trata-se aqui de nós identificarmos se é justo nós aplicarmos às armas a mesma alíquota que aplicamos a outros bens e serviços. É disso que nós estamos falando. Alguém que adquire uma arma pode pagar um pouco mais de tributo? Pode, Sr. Presidente. É razoável que aqui se aplique o imposto seletivo.

Por isso, nós somos contra este destaque e votamos a favor do texto, nos termos em que o Sr. Relator o encaminhou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Perfeito, Deputado.

Como vota o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO, Sr. Presidente, é contra essa criminalização do uso de armas por pessoas que têm preparo para isso, que estão aptas a se defender da bandidagem, dos bandidos, dos criminosos, contra os quais nem sequer a polícia tem conseguido agir. E colocar mais imposto sobre armamento e munição é uma forma de prejudicar o comércio legal e privilegiar o comércio ilegal de armamentos.

Eu não sei onde as pessoas estão com a cabeça, Deputado José Medeiros, quando defendem esse tipo de política de taxar ainda mais aquilo que já tem alíquota alta, enquanto bandidos e criminosos têm acesso facilitado a armas ilegais.

Por isso, nós do NOVO também orientamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Como vota a Federação PSOL REDE? Quem vai encaminhar pela Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria encaminha o voto "não".

Eu queria saber qual é o bandido que pega uma arma roubada e vai lá pagar o imposto. Isso não existe. Quem paga o imposto é a pessoa que compra a sua arma, já tão restrita, para ter direito à legítima defesa: para poder guardar a sua casa, a sua família, os seus filhos, se defender de um ataque. E essa pessoa vai ter que pagar ainda mais o tal "imposto do pecado", como se legítima defesa fosse um pecado, e não um direito sagrado, Presidente.

Por isso, nós orientamos "não" ao texto, porque não queremos essa sobretaxação para essas pessoas. Eu represento aqui as mulheres que querem poder se defender, ter uma pistola, uma arma para se defender. Nós mulheres não merecemos este "imposto do pecado" sobre armas, que podem salvar vidas de mulheres indefesas.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Como vota a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, percebo aqui um esforço de gerar certa confusão no debate. O que nós estamos votando é o imposto seletivo. O imposto seletivo é aquele que permite que, dependendo da natureza do produto ou do serviço, do impacto que ele gera ao meio ambiente ou à saúde das pessoas, a alíquota seja diferenciada.

Dou um exemplo: é razoável que alguém que fabrique leite pague a mesma alíquota de alguém que fabrica cigarro, que tem funções e impactos completamente diferentes? Um é prejudicial à saúde, mata, adoce as pessoas. É natural que alguém que fabrique alimentos pague a mesma alíquota de alguém que fabrica fuzil, pistola, revólver? É evidente que não, Presidente.

O debate é a alíquota diferente. Não se está discutindo o direito de comprar cigarro ou arma. Esse é um debate falso de quem está sem condições de debater o mérito. O que nós estamos debatendo aqui é alíquota diferente, através do imposto seletivo.

Por isso, a Maioria encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Obrigado.

Como encaminha a Oposição?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós viramos realmente o País da gambiarra. Eu quero ganhar uma eleição e, porque há um candidato cujo jeito de se pronunciar e de falar eu não gosto, eu procuro no cenário eleitoral alguém para derrotá-lo, e não há. Mas há um presidiário. Vamos soltá-lo. Vamos soltar um descondenado, torná-lo elegível e fazer com que ele seja candidato. Aí eu quero fazer uma reforma tributária para que eu possa arrecadar o máximo possível, para tampar um rombo de 150 bilhões de reais. Então, eu saio fazendo gambiarra.

O imposto seletivo para produtos como cachaça, cujo consumo se quer diminuir, é uma coisa. Mas, eu enfio, porque eu não gosto — é questão ideológica —, a arma no meio, para poder arrebentar a população. Morreram quatro pessoas em Sorriso por um bandido. Se aquela família tivesse uma arma para se...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço um registro, de novo. O Destaque nº 14 está no sistema, mas, para a inscrição de oradores, ele não está aparecendo no Infoleg. Não sei por quê. Ele aparece no Infoleg da Assessoria, mas, quando eu vou me inscrever, ele não está na lista.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Eu vou pedir que verifiquem isso, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Vitor Lippi, eu quero fazer um registro sobre um grande companheiro do grupo de trabalho, o nosso querido Deputado Ivan Valente. Ele foi diagnosticado com COVID, portanto não está presente. Mas é bom destacar o papel do Deputado Ivan Valente no nosso grupo de trabalho. Ele, sempre muito colaborativo, trouxe várias contribuições para esta reforma sobre consumo. Ele queria estar conosco nesta votação histórica, neste dia histórico, mas, por recomendação médica, está em casa votando, acompanhando.

Então, eu quero fazer esta justa homenagem ao Deputado Ivan Valente e parabenizá-lo pelo papel dele, como também de toda a bancada do PSOL, que contribuiu muito para os trabalhos do nosso grupo e para a reforma tributária. Agradeço ao Deputado Ivan Valente e à Federação PSOL REDE.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) - Mas ele não tinha se vacinado?

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Deputado Marcel van Hattem, a informação que recebemos é que o destaque foi retirado, por isso não está aparecendo mais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Existe outro de igual teor?

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Vamos passar a lista consolidada para o conhecimento de V.Exa., mas o Destaque nº 14 foi retirado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Durante a votação?

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Essa é a informação que recebemos da Consultoria.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Ele foi retirado antes.

Pois não, Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A maioria dos Deputados está votando de forma remota, e eles estão nos ligando porque, em alguns momentos, o aplicativo está dando uma travada. Eu digo isso para não correremos o risco de alguns Deputados perderem a vez de votar.

Então, eu pediria a V.Exa. só mais 5 minutos, porque o pessoal está com essa dificuldade.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, teremos a votação de muitos destaques hoje ainda. Vamos abrir o painel, porque o quórum já está alto.

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Perfeito.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - O quórum já está muito elevado, Presidente, e são muitos os destaques. Pediria um pouco mais de celeridade, porque, como o quórum já está elevado assim, vamos conseguir votar todos os destaques ainda hoje.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Eles estão saindo da obstrução? Geralmente, quem está em obstrução fica fazendo com que a votação demore mais tempo.

Saíram da obstrução?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Os destaques são nossos, então não vamos obstruir a votação.

O SR. JOSENILDO (Bloco/PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só registrar que alguns Deputados estão com dificuldade de votar no Infoleg, a exemplo do Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, já temos número suficiente para encerrar a votação. O quórum para se votar PEC é de 470 Deputados para cima. Então, pode encerrar a votação, porque não há risco de os...

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Vamos encerrar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Eu conheço o Plenário, Presidente, e não há risco. Temos 477 Deputados.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) - Ganhamos!

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Olhe que esse resultado aí vai dar mais alto!

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - Presidente, há alguma obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. Bloco/PSDB - SP) - Eu peço, então, que se encerre a votação. Vamos contabilizar os votos. *(Pausa.)*

(O Sr. Vitor Lippi, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, vamos deixar o quórum aumentar um pouco mais. Presidente Arthur Lira, o número de votos está subindo. Vamos esperar mais 2 minutos ou 3 minutos.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Se na votação disso aí não houver 308 votos, não vai haver nunca.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG) - É que ainda estão votando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu peço sempre que as Lideranças conversem com os Parlamentares. Inclusive, há Líder partidário sem votar ainda.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - O quórum já está elevado, Presidente.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG) - O painel está mostrando 511 Deputados presentes na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 326;

NÃO: 161;

TOTAL: 487.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO.

Destaque de Bancada nº 16, do PSOL.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a), com vistas a supressão, da expressão "caso em que a alíquota máxima corresponderá a 1% (um por cento) do valor de mercado do produto.", constante no inciso VIII do § 6º do Art. 153 da Constituição Federal, alterado pelo Art. 1 da PEC 45/2019, 2ª fase, apresentado à(ao) PEC 293/2004.

Sala das Sessões

Guilherme Boulos - (Líder Federação PSOL-REDE)

PSOL/SP

Para encaminhar a favor do destaque, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Qual é o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É o Destaque nº 16, do PSOL. V.Exa. está inscrito para falar a favor do destaque.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Eu retiro a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra o destaque, tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a grande expectativa de todos os brasileiros em relação a esta reforma era justamente que fosse uma reforma. O que se espera de uma reforma? Ter uma melhoria. Quando você vai reformar uma casa, você espera que ela fique mais bonita, fique mais funcional, fique mais moderna. Agora, nós estamos fazendo aqui a reforma das reformas, e o que nós vimos foi o seguinte: naquela ideia de "farinha pouca, meu pirão primeiro", cada um resolveu manter a sua alíquota. Aí, começou a haver pontos relativos a setores de todo tipo, Estados mantendo seus fundos, continuação da Zona Franca, e alguns Estados simplesmente não receberam nada.

Nós temos aqui uma reforma que cria um desequilíbrio. Ela vem com uma roupagem muito bonita, mas, após terminarmos esta sessão, muita gente vai ficar com a sensação: *"Valeu, esse projeto vai resolver o nosso problema, o ambiente negocial*

vai ficar maravilhoso". Mas se esquecem de que, nos próximos 10 anos, nós vamos ter dois sistemas convivendo juntos. Então, todo esse cipoal continua, mais o desta reforma.

O que ninguém conta é que virão as regulamentações disto aqui. Nós temos que dizer que nós temos uma reforma bem aberta, bem receptiva à legislação infralegislativa. Aí eu imagino o que vai acontecer, meu caro Deputado Giovani Cherini, porque, se agora, durante a reforma, já houve vários cavalos de troia — e esse do destaque que nós votamos agora há pouco, sobre as armas, foi um deles —, imagine após surgirem as leis complementares, as leis que vierem regulamentar isto depois, as resoluções, as regulamentações e tudo o mais.

Então, nós temos uma extrema preocupação. Neste momento, nós não estamos dando um passo rumo à perenidade. Nós estamos aqui simplesmente cumprindo o papel de suprir a vontade do Ministério da Economia de tampar um rombo de 150 bilhões de reais. Isso é o que nós estamos fazendo aqui.

O que nós defendemos...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB e PDT? *(Pausa.)*

Deputado Isnaldo, Deputado Hugo e Deputado Elmar, se V.Exas. pudessem dar um pulinho aqui, eu agradeceria.

O SR. CORONEL TELHADA (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Diga se é "sim" ao texto ou ao destaque, por favor.

O SR. CORONEL TELHADA (Bloco/PP - SP) - É "sim" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

Nós temos vários destaques, um atrás do outro. Por favor, peçam encarecidamente aos seus Deputados que fiquem atentos ao sistema Infoleg.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr., como encaminha o bloco?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o bloco orienta "sim" ao texto.

Eu quero fazer aqui o registro deste momento histórico que o Brasil vive. Logicamente, lamento o posicionamento da Oposição de obstruir esta votação, porque a matéria que hoje estamos a aprovar não é matéria partidária, não é matéria de situação nem de oposição, mas, sim, uma matéria para o Brasil. A partir da PEC 45, o Brasil passa a ter a segurança tributária tão questionada em todo o mundo, através da simplificação de impostos e da definição de alíquotas justas.

Presidente, eu quero aqui citar o protagonismo, mais uma vez, do MDB, na pessoa do Presidente do partido, o Deputado Federal Baleia Rossi. Também parablenizo, pelo trabalho hercúleo, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator da matéria.

Quero registrar ainda o compromisso do Presidente Lula, porque, quando nós definimos a pauta para apoiá-lo, a prioridade número um foi o apoio à PEC 45, a reforma tributária. Destaco também a perseverança e a resiliência do Presidente Rodrigo Maia e o papel de todos os Líderes partidários. Daqui a 10 anos ou 20 anos, ainda estará registrado este momento fundamental para o nosso País, Sr. Presidente.

Também destaco o comprometimento de V.Exa. com a pauta da reforma da Previdência e toda pauta econômica de grande relevância para o nosso País.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, o PL...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Bia, como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta "sim" ao texto. Este destaque tira a limitação de 1% da alíquota, e, é claro, com um governo que só quer saber de cobrar e taxar, a ausência dessa limitação vai fazer com que a alíquota fique muito mais alta.

Então, Sr. Presidente, o PL orienta "sim" ao texto, porque é contra este destaque do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "sim", Presidente, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PSOL? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "sim" ao texto, porque, ao se retirar o limite de 1% do texto, permite-se que a carga seja elevada ainda mais sobre essas atividades. Nós entendemos que o artigo todo tinha que ser retirado. Inclusive, defendemos isso várias vezes, porque ele está muito amplo, Deputada Bia. Nós não sabemos até onde vai essa interpretação sobre as atividades mencionadas no artigo. Agora, além de estar muito amplo, ou seja, além de poder atingir muitas empresas, de vários setores, ainda se pretende retirar uma trava de 1% na cobrança.

Então, o NOVO orienta "sim" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é difícil vir uma coisa boa do PSOL, não é? Ele quer acabar com o teto de 1%, que está estabelecido. Resultado disso: vamos ficar sem o teto. E nós vivemos sob um Governo que tem sanha arrecadatória, então a tendência é aumentar mais ainda o imposto em cima da extração. É um absurdo isso!

Nós temos a missão de frear a sanha arrecadatória desse Governo, como nós fizemos quando derrubamos o veto da desoneração da folha. Temos que fazer o mesmo com outras medidas. Falhamos na votação da MP 1.185. Não podemos falhar também na votação deste destaque da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição orienta também "sim". Nós temos denunciado desde o início que esta proposta de emenda à Constituição embute aumento de carga tributária, e, também neste caso, o que nós vemos é que pode aumentar a carga.

Peço sua tolerância, Sr. Presidente, para que eu possa, nos segundos que me restam, registrar o meu voto. Achei que eu tivesse registrado, mas não o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

Vamos esperar o voto do Deputado Marcel van Hattem e encerraremos a votação.

Este destaque tem unanimidade na orientação, com exceção do PSOL, que não está orientando.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - A bancada do PSOL desde cedo não está presente no plenário, então nem é preciso ficar chamando, porque eles não estão aqui, ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu queria pedir a atenção das Lideranças. Nós estamos com 7 minutos de votação e ainda falta quase 40 Deputados votarem.

O SR. JOSENILDO (Bloco/PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar o voto "sim" do Deputado Mauro Benevides Filho à PEC 45. Ele teve problema com o Infoleg.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Votou, Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para mais alguém no Plenário falta votar? (*Pausa.*)

Deputada Bia Kicis?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Vamos encerrar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vamos encerrar, Deputado José Guimarães. É que às vezes vamos dando falta para a turma, e a turma vai esmorecendo para as outras votações.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - V.Exa. não disse que teria efeito administrativo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 445;

NÃO: 29 — a bancada do PSOL cresceu;

ABSTENÇÃO: 2.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO. REJEITADO O DESTAQUE.

Destaque de Bancada nº 21, do Bloco do UNIÃO.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do inciso VI, § 6º, do Art. 156-A do texto aprovado pelo Senado Federal para inclusão ao texto apresentado à PEC 45/2019 (Fase 2 - CD)

Sala das Sessões

Pedro Campos

PSB/PE

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Carlos Veras. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - É o Pernambuco querendo mandar no mundo agora.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retomar o texto do saneamento na reforma tributária é algo extremamente necessário, justo. Ao falar de saneamento, estamos falando de vidas, estamos falando de cuidar dos mais pobres. Por isso, eu quero cumprimentar o Deputado Federal Pedro Campos, do meu Estado; o Deputado Fernando Monteiro; e o meu Líder o companheiro Deputado Augusto Coutinho, que divide a Liderança comigo. Essa é uma demanda de todos nós que trabalhamos para que a população brasileira seja bem atendida na área do saneamento.

Falar de saneamento é falar de água, é falar de vida. Meu Líder, meu companheiro Renildo Calheiros, essa é uma tarefa de todos nós.

Eu peço a cada Deputado, a cada Deputada: vamos fazer justiça, vamos cuidar da saúde, da vida da população brasileira, retomando o saneamento na reforma tributária!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra o destaque, tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar contra, mas na orientação aqui estava escrito: "*determina que lei complementar disporá sobre regime específico de tributação de serviços de transporte*". Na verdade, este destaque é sobre saneamento. A este nós somos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos contra este destaque porque entendemos que já há muitos regimes especiais, muitas exceções. Vamos excepcionalizar também saneamento e concessão de rodovia? Não faz sentido, Sr. Presidente. Já há uma excepcionalização para o caso de esses serviços serem prestados pelos órgãos públicos, pelas estatais. Há um regime diferenciado de cobrança de impostos para esse caso. Agora, quando o regime é privados, deve reger a regra de mercado. Toda vez que se cria um regime especial para determinado setor, todo o resto da sociedade paga, todos os demais vão pagar mais imposto. É por isso que eu tenho dito, Sr. Presidente, que a aprovação de um IVA, que pode chegar a 30%, ou até mais, vai ser muito maléfica para o País. Vai acabar com a ilusão.

Explico. Olha, dizer que ilusão é uma coisa boa é até engraçado, mas na situação em que o Brasil hoje vive, você vende o País para um estrangeiro e ele se ilude, ele acha que aqui pode vir e eventualmente lucrar, Deputado Padovani. Muitas vezes isso acontece, mas ele só consegue isso depois de passar a fase da ilusão, entrar na realidade de um sistema tributário maluco e entender que para sobreviver ele tem que pagar aquela montoeira de impostos. Não é isso? Ele vai lá, contrata

contador brasileiro, contrata advogado trabalhista, tributário, etc., etc., e sobrevive. Não são muitos os que vêm de fora e conseguem isso. Agora, o que vai acontecer com o IVA de 30%, Deputado Padovani? O estrangeiro vai olhar para o Brasil e não vai se iludir mais. Ele vai entender imediatamente: *"Opa, opa, 30%? Esse sistema eu conheço. Isso aqui eu não vou pagar"*. E, quanto mais regimes de exceção, quanto mais regimes especiais, mais alto vai ser o IVA geral. É isso que nós estamos fazendo. Nós estamos acabando com a possibilidade de ilusão do estrangeiro, que, repito, por incrível que pareça, é algo que ainda beneficia o Brasil, porque o cara entra no nosso País enganado, ludibriado, e, assim como todos os brasileiros, precisa se esforçar para sobreviver e pagar os impostos: alguns conseguem, muitos não, muitos quebram. Com o IVA cada vez mais alto, de acordo com esses regimes especiais, o cara que vem lá de fora vai olhar e dizer: *"Não, não, não, espere aí, o IVA eu conheço. Quanto é no Brasil? Trinta por cento?"* O mais alto do mundo é onde? Se não me engano, na Hungria, de 27%. *"Não, eu vou para um lugar em que o IVA é mais baixo."* Ele já sabe quanto vai ser, e não vai poder ser enganado.

Olha, essa aprovação da reforma tributária ainda vai gerar muito dissabor. É por isso que nós encaminhamos contra este destaque, que também vai aumentar a alíquota geral.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Aguinaldo Ribeiro, V.Exa. vai usar a palavra como Relator? (*Pausa.*)

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, só quero fazer uma reflexão, que até já fizemos em outros momentos.

Neste momento temos que concordar com o que nosso Deputado Marcel van Hattem coloca.

Eu fico muito à vontade para falar de saneamento, porque assinei o Plano Nacional de Saneamento Básico do País, então essa é uma coisa que conheço um pouco.

Ainda há muito desconhecimento com relação a esta matéria. Quando dizemos que vamos alterar o preço do serviço de saneamento, é preciso que entendam, primeiro, que isso não tem nada a ver com tarifa social, que é instrumento que temos hoje, e que a reforma não mudará. A tarifa social permanece, é importante dizer isto, porque esse custo já está colocado. Também é preciso que entendam que para as empresas públicas nós já aprovamos o texto. Estamos preservando a relação de impostos no que diz respeito a essas empresas e na relação dos entes públicos. Sabemos que esse serviço é delegado, então estamos desonerando na reforma todo o sistema, estamos desonerando investimento de capital, e isso é investimento de capital intensivo.

Nós acabamos de votar, para a energia elétrica, um *cashback*. Aprovamos isso no texto do Senado. Se houvesse qualquer preocupação com as pessoas que pudessem ser impactadas de alguma forma, nós teríamos que tratar, aí sim, de fazer um *cashback* como o que fizemos para a energia elétrica. E nós temos a previsão, porque está aprovado o regime de *cashback*, e na legislação complementar vamos definir quem estará no regime de *cashback*.

Portanto, faz todo sentido, Deputado Marcel van Hattem. Nós já desoneramos capital, e essa relação de débito e crédito não... Pelo contrário, no nosso entendimento ela se faz valer, e não há necessidade, porque aí sim estaríamos votando com o olhar voltado única e exclusivamente para o setor privado, beneficiando de uma forma que talvez prejudique ainda mais. As pessoas acham que um regime específico, Deputado Sidney Leite — V.Exa. conhece bem esta matéria — poderia representar algum benefício, mas não, muito pelo contrário.

Nós esclarecemos alguns Líderes que estavam com dúvidas e estamos defendendo a manutenção do texto encaminhando o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB e PDT?

O SR. DR. ALLAN GARCÊS (Bloco/PP - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco está liberando a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE orienta "não" ao destaque e "sim" ao texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não é "não", é "sim" ao texto. É isso?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O voto é "não", para manter o texto do Relator.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Esse é o contrário, Presidente.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Nós queremos manter o texto do Relator, Sr. Presidente. Somos contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Segundo a Mesa, quem quiser manter o texto do Relator orienta "não". Quem quiser aprovar o destaque orienta "sim".

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Então a minha orientação estava correta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A orientação é "não".

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL entende que investimento em saneamento básico é fundamental. Metade da população brasileira não tem água potável. Porém, criar um regime especial para o saneamento vai fazer com que o pessoal do agro pague um pouco mais caro. Nós vamos pagar um alimento mais caro por causa disso. E as empresas de saneamento têm condições de pagar, porque elas vão ter crédito depois, dentro do regime do IVA.

Por isso, o PL vai votar "não". Vamos acompanhar o texto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A federação orienta "não".

Como orienta o PSOL? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO? (*Pausa.*)

O NOVO não orienta? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo libera, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria? (*Pausa.*)

Como orienta a Oposição?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição orienta "não", porque, com o sistema de IVA, se damos um benefício para uma parte, acabamos onerando os demais consumidores. Embora entendamos que os serviços de água, de transporte coletivo e de energia sejam essenciais — o próprio Supremo decidiu pela essencialidade dos serviços —, nós não queremos sobrecarregar ainda mais o sistema.

Por isso, a Oposição orienta "não".

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, vamos mudar a orientação do Governo para "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Governo, "não".

Como orienta a Maioria? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO, Deputado Marcel van Hattem?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO também orienta "não", Sr. Presidente, seguindo a manifestação que fiz há pouco na tribuna. Não podemos onerar ainda mais todos os demais brasileiros criando mais um regime específico. Empresas de saneamento e empresas de construção de rodovias nós entendemos que são serviços públicos fundamentais, mas existem outros serviços públicos importantes e existem outros serviços privados importantes. No momento em que se reduz o imposto para o serviço de saneamento e para o de concessão de rodovias, automaticamente se aumentam os impostos para todo o restante da sociedade brasileira.

Nós já criticamos vários regimes especiais, que são demais e fazem com que a alíquota do IVA possa ser de quase 30% ou até mais. Estamos muito preocupados com a real implementação depois do novo sistema que se está criando aqui. Não podemos aprovar mais uma excepcionalidade.

O NOVO orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu penso que quem melhor sintetiza essa reforma é a filósofa contemporânea Dilma Rousseff: "*Eu acho que nem quem ganhar vai ganhar, nem quem perder vai perder. Eu acho que vai todo mundo perder*". Ela sintetizou bem. E é também a economista do ano. Acabou de ser escolhida a economista do ano. Eu não tinha como deixar de citá-la aqui.

No caso deste destaque, Sr. Presidente, nós vamos votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Já orientaram?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição orienta "não". A Deputada Bia Kicis já tinha orientado, não tinha?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pelo que se vê no painel, já podemos encerrar a votação?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pelo que temos no painel, vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 62;

NÃO: 370.

ESTÁ REJEITADO O DESTAQUE.

Destaque de Bancada nº 8.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do Inciso I, do artigo 156-B, constante no artigo 1º da PEC 45/2019 apresentado à PEC 45/2019 (Fase 2 - CD), que "Altera o Sistema Tributário Nacional."

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do destaque, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. (*Pausa.*)

O destaque é do PL.

Na sequência, Deputados Altineu Côrtes, Adriana Ventura, Marcel van Hattem, José Medeiros.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Todos estão inscritos, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não está aqui o nome dela como inscrita...

Com toda a consideração, já não fazemos isso, Deputado Marcel.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Vamos direto à votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tenho que ouvir a orientação, Deputado.

Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. tem a palavra, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu até gostaria que a Deputada Bia pudesse fazer a defesa deste destaque. Depois ela pode, por concessão nossa e da Oposição, fazer a defesa pela Oposição ou pela Minoria, ao microfone de aparte, pelo tempo que precisar.

Entendemos nós que, mais uma vez, uma reforma que poderia ser utilizada para descentralizar poder está concentrando o poder em Brasília. Por isso estamos propondo a retirada da competência do Comitê Gestor para editar o regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto e devolução aos Estados e aos Municípios dessa capacidade.

Nós entendemos que é necessário avançar na descentralização do poder, hoje muito concentrado em Brasília. A reforma tributária, com a criação de Comitê Gestor, com a criação de uma série de iniciativas que acabarão por concentrar recursos em Brasília, acaba agredindo a própria Federação e o princípio das diferentes formas de autorregulação que hoje nós conhecemos nos Estados e nos nossos Municípios.

Por esse motivo, nós encaminhamos favoravelmente a este destaque. Entendemos, portanto, que é preciso aprová-lo. Aqui fica a nossa orientação favorável ao destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para orientar contra, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

O Deputado Aguinaldo Ribeiro quer falar?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Presidente, este destaque é importante para a organização do sistema. Na prática, se nós retirarmos essa estrutura que aprovamos, cada Estado terá a sua organização tributária. Isso significa, na prática, voltar ao que temos hoje. Por isso é tão importante mantê-lo, para termos a uniformização da legislação que estamos aprovando.

E nós constitucionalizamos a similaridade do IBS com o CBS. O imposto federal e o subnacional têm que ter similaridade. Sr. Presidente, se permitirmos isso, iremos desorganizar o sistema, o que não é bom. Eu peço que rejeitemos o destaque, e a orientação que a Mesa me dá é "sim" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do UNIÃO, PP, PSB e PDT? *(Pausa.)*

Como orienta o Bloco do Republicanos, MDB e Podemos, Deputado Hugo Motta? *(Pausa.)*

O SR. DR. ALLAN GARCÊS (Bloco/PP - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Bloco do UNIÃO, "sim".

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso bloco orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo encaminha "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PL como orienta?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta "não" ao texto, porque nós acreditamos que é totalmente inviável que um comitê formado por pessoas não eleitas decida, uniformize totalmente o sistema tributário. Nós não podemos tirar a competência dos Estados e Municípios, sob pena de ferimento do pacto federativo. Nós não queremos viver no mais novo Estado unitário do mundo. O Brasil é uma federação, por isso os Estados precisam guardar a sua competência, assim como os Municípios.

É "não" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A orientação é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "não", conforme já expressado na tribuna há pouco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Ministro Gilmar Mendes, recentemente, chamou o Senado de "pigmeu moral". Muita gente se revoltou. Eu não sei se ele estava antevendo esta votação, mas ele acertou no ângulo. Vejam só!

Não digo a Câmara, mas este texto toma uma prerrogativa do Senado, porque quem representa os Estados é o Senado Federal. Como é que o Senado Federal pode votar uma coisa dessas e entregar suas prerrogativas para um comitê, como disse a Deputada Bia Kicis? Vai passar a ser não só um pigmeu moral, mas vai ser menor que um pigmeu: vai ser um anão pigmeu!

Nós votamos "não". Somos a favor do destaque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o IBS incorpora o ISS e o ICMS. Aqui, no Congresso Nacional, nós estamos estabelecendo as diretrizes, a formulação geral.

É evidente que é preciso um comitê gestor para fazer a regulamentação, pois esta diz respeito aos interesses dos Estados e dos Municípios. Como muito bem disse o Deputado Aguinaldo Ribeiro, isso dará uniformidade a todos os Estados e a todos os Municípios na hora em que o comitê fizer a regulamentação.

Eu gostaria de lembrar ao Deputado José Medeiros, um excelente tribuno, alguém muito atuante nesta Casa — ele já foi Senador —, que talvez nós estejamos diante da rara oportunidade de exercer "o mais Brasil, menos Brasília".

A Maioria orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

A Oposição não vai orientar?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Deputado Vitor Lippi está no plenário, para usar o tempo da Liderança? *(Pausa.)*

Tem a palavra, pela Liderança do Bloco do UNIÃO e da Federação PSDB CIDADANIA, o Deputado Vitor Lippi.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aproveitar estes 5 minutos para passar informações que talvez grande parte dos Parlamentares não tenha, até para mostrar a importância, para o Brasil, da aprovação desta matéria.

Nós estávamos dizendo que o IVA do Brasil será o maior do mundo: 27,5%. V.Exas. ouviram isso aqui. No entanto, sabem qual é o IVA sobre os produtos que comprem no Brasil — camisa, carro, tudo o que todos compramos, tudo o que a população brasileira inteira compra? V.Exas. estão pagando em torno de 44% em imposto sobre os produtos fabricados no Brasil. Se cair para 27%, isso significa 40% a menos em impostos sobre os produtos produzidos no Brasil.

Sabem quem vai ganhar com isso? Ganham as indústrias, as cadeias de fornecedores, a reindustrialização do Brasil. Será menor a importação de produtos da China que chegam aqui muito mais baratos, já que nós gastamos muito mais em impostos para produzir aqui. Sabem quem também vai ganhar com isso? O consumidor, porque o produto vai chegar mais barato para ele. Se cair em 40% o imposto sobre os produtos fabricados no Brasil, o agricultor também vai pagar mais barato por uma máquina; o consumidor vai comprar mais barato um calçado ou uma calça, um produto de higiene ou um produto de limpeza. Isso interessa muito a todos os brasileiros! Além disso, vai-se desonerar a cesta básica, que é composta dos produtos que o brasileiro mais consome. Vão cair quase 10%, em média, os impostos sobre os produtos alimentares mais consumidos pelos brasileiros. Isso é muito bom, porque o brasileiro vai conseguir comprar mais estes produtos! Significa uma queda ou a possibilidade de queda do preço dos produtos finais.

Portanto, eu gostaria de dizer que isso vai ser muito importante para o crescimento econômico do Brasil, um dos países que menos cresceu nos últimos 30 anos. Embora tenhamos uma mineração incrível e um agro fortíssimo, o País matou a capacidade de competitividade de suas indústrias, porque nós temos o pior IVA do mundo. Temos o IVA mais elevado do mundo, em cima das nossas indústrias. E não será apenas a indústria que vai ganhar, não! Conversando com o pessoal de serviços, nós mostramos que 90% das empresas brasileiras estão no SIMPLES e que isso não impacta o IVA.

Todos os serviços relacionados à saúde terão alíquota reduzida; todos os produtos e serviços relacionados à educação terão alíquota reduzida; construção civil, alíquota reduzida. Tudo isso vai permanecer semelhante ao que já temos hoje.

Nós temos também outras vantagens: vai baixar ainda mais o valor do imposto sobre os remédios, sobre os produtos hospitalares deste País. Se isso não é bom para o Brasil, eu não sei de que estamos falando!

Infelizmente, a maioria dos nossos Parlamentares não teve talvez a oportunidade de acompanhar atentamente todas as inúmeras reuniões que foram realizadas. Trata-se de um assunto difícil, de compreensão complexa, mas eu fico muito feliz por saber que esta Casa aprovou esta matéria. Isso vai dar a oportunidade real para o Brasil crescer na média ou acima da média do mundo, patamar em que deveríamos estar.

Portanto, eu quero agradecer a cada um dos Parlamentares, a todos os que ajudaram a construir o Brasil que vai ser mais competitivo, o Brasil que vai se livrar dos impostos de exportação.

O Brasil é o único país no mundo que, no momento de exportar, exporta imposto: em média, 8% a 10%. Isso não existe em nenhum lugar do mundo! Isso impacta o preço do agronegócio. Na hora em que vamos vender frango, carne suína, milho, soja, o País está exportando imposto! O único país do mundo onde isso acontece é o Brasil. Quando nós queremos vender produtos industrializados, acontece a mesma coisa: nós exportamos imposto!

Sabem o que aconteceu com nossas indústrias? Das 330 mil indústrias que nós tínhamos, nós perdemos 10% delas — 30 mil indústrias — nos últimos 9 anos. O número caiu para 300 mil. Nós estamos trazendo para cá os conceitos mais avançados, os melhores e mais desenvolvidos conceitos do mundo, mas, se não fizermos a reforma tributária, daqui a pouco vamos ter muito menos indústrias.

A indústria brasileira era a oitava mais importante do mundo, meus amigos e amigas! Foi caindo: caiu para o nono lugar, o décimo lugar, o décimo primeiro, o décimo segundo, o décimo terceiro, o décimo quarto! Agora nós estamos em décimo quinto lugar. Isso é uma vergonha!

Sabem por que isso aconteceu? Porque nós estamos matando as indústrias, as cadeias tecnológicas, as cadeias produtivas do Brasil. Estamos matando a competitividade e a capacidade do Brasil de exportar, pois nós temos o pior, o mais caro, o mais confuso e o mais complicado sistema tributário do mundo.

De outro lado, hoje nós estamos muito felizes, porque o Parlamento dá uma contribuição de inestimável valor para a retomada do crescimento econômico deste País. Vamos reduzir o custo para nossas empresas. Elas gastam dez vezes mais para conseguir pagar imposto. Não sou eu que digo isso, mas, sim, o Banco Mundial. Esta realidade precisa ser corrigida.

Como podemos competir com as outras indústrias do mundo, se é tão mais caro produzir aqui? Este é o chamado Custo Brasil. Nós estamos corrigindo parte disso. Mas ainda temos um problema. Nós dissemos que a transição vai demorar 9 anos. Eu não vou aguentar isso! Será que nós vamos deixar o Brasil ser o pior do mundo — 184º — por mais 9 anos?! Não. Nós não podemos condenar o Brasil a isso. Chega! Foram 30 anos judiando de todos, prejudicando o crescimento econômico e os empregos de qualidade. Nós precarizamos o crescimento do Brasil. Nós deveríamos ter muito mais empregos. Eles foram substituídos pelas microempresas, pelas pequenas empresas e tal, por falta de emprego nas indústrias, que poderiam estar com milhões e milhões de empregos a mais.

Sr. Presidente, eu estou muito feliz por fazer parte desta história e de agora lutar para reduzir o tempo da transição. Eu tenho aprendido muito com os técnicos e com os estudos que estão sendo feitos. Nós temos a convicção de que é possível fazer esta transição em 3 ou 4 anos, querido Deputado Haully.

Por que temos que esperar 9 anos? Vamos ter que encontrar um novo acordo para reduzir este tempo de transição! Ninguém quer passar por uma transição tão longa para ter, no Brasil, um sistema de primeiro mundo, um IVA de primeiro mundo.

Há uma chance real de nós deixarmos de ser o país mais atrasado, o mais confuso, o mais judicializado e o de pior sistema tributário do mundo, o que ocupa a 184ª posição, para sermos um dos mais modernos do mundo, através de sistemas eletrônicos integrados. Portanto, a expectativa de benefício do que estamos fazendo na tarde de hoje é histórica para o nosso País.

Eu espero contar com todos no ano que vem, para que possamos fazer as leis complementares. Espero que, juntos, com o apoio do Governo, que tem excelentes profissionais, com o apoio do corpo técnico desta Casa, dos consultores e Parlamentares, certamente, continuando o debate com a sociedade, possamos construir o melhor por este País.

São dois, volto a dizer, os problemas que nós temos hoje no nosso sistema tributário: o primeiro é que a maioria das pessoas não entendeu, por causa de informações equivocadas, vemos que há muita desinformação; o segundo maior problema é o tempo de transição, que, concordo, realmente é muito grande, já que nós mudamos a Constituição para ter aqui um IVA europeu, o IVA que é utilizado na Coreia, no Japão, na Holanda, no Canadá, países mais desenvolvidos do mundo.

Nós esperamos que isso possa ter efeito e trazer os benefícios de que toda a nossa sociedade brasileira precisa. Digo mais: nada vai criar mais empregos no Brasil do que esta nossa reforma tributária.

Portanto, eu quero, mais uma vez, falar da minha alegria. Como disse na minha fala anterior, nos meus 30 anos de vida pública e 9 anos neste Parlamento, esta será, certamente, a maior contribuição que eu vou dar ao meu País, que precisa muito de empregos, que é o melhor programa social que existe.

Parabéns ao Parlamento!

Parabéns ao Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 352;

NÃO: 141.

REJEITADO O DESTAQUE. MANTIDO O TEXTO.

Destaque de Bancada nº 5, do PL:

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa, nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do artigo 131, contido no artigo 2º da PEC 45/2019, apresentado à PEC 45/2019 (Fase 2 - CD), que "Altera o Sistema Tributário Nacional".

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*)

Eu acho que a sustentação foi a mesma: o encurtamento da regra de transição. O Deputado vai falar de novo? (*Pausa.*)

V.Exa. se dá por satisfeito com a orientação, Deputado? (*Pausa.*)

Este é o Destaque nº 5, do PL.

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. (*Pausa.*)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Eu quero dar uma explicação, rapidamente, Presidente. Serei muito rápido.

Eu queria fazer um apelo ao PL para retirar este destaque. Pensem bem V.Exas., porque é importante. Este destaque significa retirar do texto, que nós já aprovamos, a transição dos entes federados. Isso significa dizer que, se nós retirarmos isso, amanhã todos os Estados estarão cobrando no destino e na origem. Isso vai impactar todos os Estados. Eu chamo todos ao senso de responsabilidade. Faço um apelo ao PL, até para ganharmos tempo.

Suprimindo o art. 131, por decorrência nós estaremos derrubando o art. 132.

Por esta razão, este, sim, é um destaque muito importante. Prejudica-se todos os Estados da Federação. Por isso, eu chamo a atenção de todos aqui, para que depois ninguém fique desavisado em relação a este tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passa-se à orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco UNIÃO/PP/Federação PSDB CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PATRIOTA? (*Pausa.*)

Como orienta o Bloco do MDB e Republicanos?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não é possível retirar o destaque porque ele é supressivo!

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós vamos retirar este destaque porque o problema maior deste destaque já foi resolvido: o Relator retirou boa parte do artigo, a parte que trazia problemas.

Portanto, o PL vai retirá-lo.

Não é possível mais retirar o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não é possível retirá-lo. O destaque é supressivo. Todos têm que orientar "sim".

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Então, nós orientamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A maneira é todos orientarem "sim", nós vamos para a votação e, com 300 e poucos, nós encerramos. Pode ser?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A orientação para todos pode ser "sim"?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Vota simbolicamente, Presidente! É a orientação...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não tem como votar simbolicamente, Deputado! Trata-se de quórum qualificado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - É acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não é possível, Deputado José Guimarães. Do contrário, nós poderemos ter anulada a votação de uma matéria importante.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Todos os partidos orientam "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos os partidos orientam "sim".

Peço às Lideranças e aos Deputados que agilizem a votação. Nós ainda temos quatro destaques em primeiro turno, destaques difíceis, inclusive o que trata da questão automotiva, muito polêmico. Nós precisamos de quórum cheio para esta votação, para não tirarmos a oportunidade de ninguém se manifestar sobre os interesses dos seus Estados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, enquanto estamos na votação, eu posso fazer uma menção?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. pode usar a palavra, até chegarmos ao quórum mínimo e, assim, garantirmos a constitucionalidade da votação, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer apenas um registro.

Hoje à noite, em Porto Alegre, logo mais a partir das 19 horas, ou seja, daqui a 10 minutos, inicia-se a comemoração do aniversário de Lydia Wong Ling, dos 95 anos completados no último dia 14 de novembro. Nascida na China, ela e seu falecido e saudoso marido, Sheun Ming Ling, foram desbravadores no Brasil. Ele, um empreendedor de sucesso, e ela deixam para seus filhos uma excelente criação. Agora, com seus 95 anos comemorados, ela lança, por meio da lavra do escritor Eugênio Esber, o livro biográfico *O Dragão e o galo*.

Eu lamento muito não poder estar com ela e com seus familiares na festividade desta noite, porque o dever de estar neste Plenário da Câmara dos Deputados, para votar este importantíssimo tema, me fez permanecer em Brasília. Mas deixo os parabéns à Sra. Lydia e à sua família — William, Winston, Wilson, Rosa e todos os netos, familiares e amigos que lá estão.

Sr. Presidente, eu lamento muito não poder estar com eles, mas certamente, em breve, lá estarei de novo para comemorar pessoalmente esta importante data.

Eu deixo meus parabéns também ao jornalista Eugênio Esber. Eu já tive a oportunidade de ler grande parte do livro em todas as idas e vindas que fazemos de Porto Alegre a Brasília e o recomendo, porque é excelente, mostra uma história de vida fabulosa.

Parabéns à D. Lydia pelo aniversário!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu vou encerrar a votação, recomendando à Mesa que não capture os votos desta votação para efeitos administrativos. Por termos alcançado o quórum, eu não vou esperar o quórum máximo para esta votação.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 437;

NÃO: 10.

MANTIDO O TEXTO.

Destaque de Bancada nº 15, do MDB:

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa, nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado, nos termos do art. 161, inciso I e seu § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos destaque de bancada para votação em separado do § 18 do artigo 37 da Constituição, acrescido pelo artigo 3º do Substitutivo do Senado Federal, apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019. Para fins de sua inclusão (aprovação), apresentado à PEC 293/2004.

Sala das Sessões

Isnaldo Bulhões Jr. - (Vice-Líder do bloco)

Para encaminhar a favor do destaque, tem a palavra o Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - Presidente, eu não farei o encaminhamento, apenas a orientação.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós acabamos de criar o melhor e o mais moderno e mais tecnológico IVA do mundo. Agora falta colocar o operador deste sistema. Quem são os operadores do IVA, que vai substituir o ISS, o ICMS, o IPI, o PIS/COFINS? São os auditores fiscais estaduais e municipais, mais ou menos 17 mil auditores em todo o Brasil. Pequenos Municípios, lembremos, não têm auditor.

Os Juízes Estaduais e Federais, os Promotores de Justiça, os Advogados da União e dos Estados têm suas carreiras e seu teto, mas os que arrecadam não têm. Não adianta termos a melhor estrutura de IVA para combatermos a sonegação, se não houver remuneração!

Eu peço a V.Exas., em nome de todo o trabalho que fiz nestes 36 anos em prol de um sistema tributário justo, solidário, fraterno, que acompanhem este destaque do MDB e do meu partido, o Podemos, para darmos aos auditores municipais e estaduais dignidade, competitividade e estímulo.

Eu peço a todos que apoiem, com o voto "sim" a esta medida, para que o Fisco estadual, que vai arrecadar 60% do IVA... Os fiscais federais arrecadam 40% do IVA. Os fiscais estaduais e municipais arrecadam 60% do IVA. O ICMS são 7% do PIB, e o ISS, 1% do PIB. Portanto, são 8% do PIB, 800 bilhões, e a União, 500 bilhões.

Eu peço a V.Exas. que olhem com carinho esta medida.

Eu fui Secretário da Fazenda do Paraná duas vezes. Como eu consegui que o Paraná fosse o Estado que mais arrecadasse no Brasil naquele período? Eu chamei o Fisco, sentei e conversei: "*O que vocês querem?*" Responderam: "*Produtividade*". Eu disse: "*Então, produzam, que eu pago o melhor salário do Brasil*". Arrebentei a boca do balão! Para uma inflação de 21%, eu consegui 50% de incremento de arrecadação. Quando se paga bem ao auditor, recebe-se arrecadação.

Quem é o operador do sistema? Nós estamos votando um IVA 5.0, mas agora ficam falando: "*Não... não sei o quê. Ah, não...*".

Vamos votar "sim", a favor dos auditores estaduais e municipais, que arrecadam para todo o Brasil. Eles realmente merecem isso, pois estão aqui lutando.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado José Medeiros. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para começar, isso não é tema de reforma tributária! Isso é tema de reforma administrativa, que, aliás, V.Exa. bem disse, é a próxima pauta a ser votada na Câmara dos Deputados.

Quanto à reforma administrativa, eu quero sugerir à V.Exa. que tratemos dos honorários dos advogados-gerais, dos procuradores, dos honorários de sucumbência, que é um projeto que apresentei aqui, para o qual V.Exa. colheu junto comigo, lá em 2019, as assinaturas para um requerimento de urgência para que pudéssemos pautá-lo.

Eu acho importante que façamos vários ajustes na administração pública. E este ajuste que aqui está sendo proposto é um ajuste de reforma administrativa, e não de reforma tributária.

Ademais, o que nós faremos com uma aprovação dessas aqui é impor mais despesas para os Estados e para os Municípios. É óbvio que isso também vai carecer de aumento de receita, de aumento de arrecadação. *Por ende*, como se diria nos nossos países vizinhos ao Sul, isso acabará também acarretando aumento de carga tributária, de alguma maneira.

Portanto, não somos favoráveis a esse destaque. Ele é inoportuno por não se tratar de reforma tributária, ele é inadequado por não estar de acordo com as arrecadações, hoje, nos Estados e nos Municípios. Nós apenas passaremos a conta adiante. São os Estados e os Municípios que precisam definir quais são os valores praticados para o pagamento de seus servidores; para estes também — e não aqui em Brasília —, iremos decidir passando a conta adiante!

Portanto, a nossa orientação é contrária a este destaque, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Quem continua fixando o vencimento é o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT?

O SR. JOSENILDO (Bloco/PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "sim" à inclusão desse dispositivo no texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - V.Exa. está orientando pelo bloco ou pelo partido? Uma coisa é orientar pelo bloco. Depois V.Exa. orienta pelo partido.

O SR. JOSENILDO (Bloco/PDT - AP) - O bloco libera.

O PDT orienta "sim", pela inclusão desse dispositivo no texto, Presidente, em virtude da importância do reconhecimento da carreira fiscal.

Eu sou servidor de carreira do Fisco, e isso é extremamente importante. São os auditores fiscais de tributos, de todos os Estados, Municípios e do Governo Federal, que arrecadam recursos para que políticas públicas, como educação, saúde e assistência, possam ter investimento.

Então, pedimos a sensibilidade dos Deputados e das Deputadas para votar "sim", pela inclusão desse dispositivo no texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Bloco do MDB e Republicanos?

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do MDB, Republicanos, Podemos e PSD libera, mas o MDB e o Republicanos encaminham "sim".

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL libera, Presidente, fazendo o esclarecimento de aqui não está se tratando da remuneração dos auditores estaduais. A remuneração vai continuar sendo regida pelos Estados. Tem que haver lei estadual que estabeleça a remuneração. Hoje, o servidor estadual tem como teto o salário de Governador do Estado, porém o que está se propondo aqui é que ele tenha o mesmo teto do auditor federal. Tendo em vista que esse sistema está unificando tudo e que eles vão trabalhar no mesmo sistema, tanto os auditores estaduais como os federais, eu considero justo o pleito de que eles tenham o mesmo teto do auditor federal.

O PL libera.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos lidando com uma cláusula que significa a valorização dos servidores das receitas municipais e estaduais. O trabalho desses servidores representa políticas públicas, porque, quando se valorizam os servidores e as servidoras da receita, está-se valorizando as condições para termos outro nível de arrecadação.

Esta proposição apenas modifica o teto. Ela não significa que haverá qualquer tipo de reajuste imediato, até porque isso fica a critério de cada Município e de cada Estado. Eu penso que é importante que nós votemos a favor de quem constrói a receita nos Municípios e nos Estados. Com esta reforma, haverá, portanto, uma unificação e uma semelhança com o trabalho em nível nacional.

Por isso, nós votamos "sim", pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "não", Sr. Presidente.

Nós já fizemos a manifestação na tribuna. Entendemos que não podemos passar essa conta para os Estados. É um extrateto, considerando o teto atual praticado nos Estados e nos Municípios, que será pago com dinheiro que pode faltar na educação, na saúde, na segurança nos Estados. Aliás, certamente já está faltando em virtude da condição precária que nós vemos nessas áreas básicas em muitos Estados.

Esta decisão precisa ser tomada pelas Assembleias Legislativas. Os tetos estaduais, que são o salário do desembargador estadual, respeitam as leis estaduais. Não podemos alinhá-los, portanto, ao salário dos Ministros do STF, porque esse é o teto federal. Nós estamos praticando o teto da União para entes subnacionais, para Estados e Municípios. Isso, hoje, inclusive, é inconstitucional.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - O Podemos pode orientar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sim, pode orientar. Aliás, não.

Como orienta a Minoria?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria libera, porém o meu voto é "não", porque este é um baita jabuti. Mais uma vez, temos a discussão de um projeto de reforma tributária em que se enfia o corporativismo. Cada Estado e cada Município vão fazer as suas normas e vão pagar os seus funcionários, que têm obrigação de trabalhar para arrecadar. Já se vai dizer aqui que os funcionários só trabalham quando ganham um percentual maior do que o teto salarial.

Isso é corporativismo. Isso é atraso. Isso é para mais uma vez fazer com que o cidadão pague essa conta. Isso é um jabuti de marca maior, que nós não podemos deixar passar aqui hoje.

Eu voto "não". A Minoria libera.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo libera, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Também reforço, como fez o Deputado Cherini, que o meu voto pessoal é "não". Há dentro da Oposição Deputados no PL que eventualmente votarão a favor; a bancada do PL está liberada; mas a bancada do NOVO vota "não".

Por isso, a Oposição, sendo composta por esses dois partidos, libera a bancada. Mas, repito: o meu voto é "não". Trata-se de um aumento de despesa que não pode ser criado em Brasília à revelia dos Estados e Municípios.

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria, Presidente.

Na Maioria, Presidente, as posições dos partidos são diferentes. Por isso o caminho é também o da liberação. Individualmente, cada um assumirá a sua posição.

A Maioria libera.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - E V.Exa., vota conosco?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - Eu voto "sim".

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "sim". É isso aí!

Sr. Presidente, eu estou aqui em nome do Podemos. Acabamos de ter uma grande vitória hoje. Isso se deve à sua energia, à sua capacidade, aos líderes e aos Deputados e Deputadas que estão aqui em plena sexta-feira, 15 de dezembro, às vésperas do Natal, fazendo essa belíssima votação pelo Brasil.

Nós votamos bem. Criamos o melhor IVA do mundo, que com certeza será o mais tecnológico. O Deputado Aguinaldo, nosso querido amigo, foi o Relator. Parabéns! Mas queremos que os operadores do sistema tenham condições de trabalho e isonomia com os funcionários federais. O Estado de São Paulo, por exemplo, é o maior arrecadador...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 324;

NÃO: 142.

APROVADO O TEXTO. *(Palmas.)*

Fica prejudicado o Destaque nº 22.

Destaque de Bancada nº 20.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do inciso II do § 1º do Art. 19 do texto do relator à PEC 45/2019, apensada, apresentado à PEC 293/2004

Sala das Sessões

Hugo Motta - (Líder do Bloco)

REPUBLICANOS/PB

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de forma muito rápida, nós apresentamos esse destaque visando trazer equilíbrio, principalmente para as fábricas de peças e autopeças do Brasil.

Existem empresas que receberam incentivos na década de 90. E esses incentivos foram sendo renovados de forma muito tendenciosa, onde o investimento inicial já teve o seu objetivo cumprido com os incentivos já dados. Tivemos, com a renovação do incentivo dado para que a empresa Stellantis pudesse ir ao Estado de Pernambuco, e acabou que algumas empresas pegaram carona nesse incentivo, e também tivemos a não instalação das fábricas de autopeças que estavam previstas no momento em que o incentivo foi dado.

Então, visando ao bom regramento do mercado nacional e ao equilíbrio, nós estamos defendendo que esse inciso seja retirado do texto do Relator.

Por isso, pedimos o voto "não" ao texto e "sim" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Concedo a palavra, para encaminhar contrariamente, ao Deputado Augusto Coutinho.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos debatido há muito tempo que nós precisamos olhar o Brasil de forma desigual. O Brasil é um país continental e com muitas diferenças. O Nordeste precisa ter incentivo, sim, para que se possa efetivamente gerar emprego, gerar riqueza e gerar recursos também para os Estados e para as Prefeituras.

Portanto, com todo o respeito que temos ao nobre Líder Hugo Motta, encaminhamos contra a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Passa-se à orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT?

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Somos a favor da manutenção do texto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para a manutenção do texto a orientação é "sim".

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco do MDB, Republicanos, PSD?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do MDB libera.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo encaminha o voto "sim" à manutenção do texto do Deputado Aguinaldo.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos o voto "não", Sr. Presidente. O nosso bloco orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação do PT?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação do PT, PCdoB e PV orienta "sim". Nós não estamos tratando aqui de tirar benefício de região nenhuma. Nós estamos tratando de um benefício que já existe e que está sendo renovado. Nós estamos tratando de justiça. Não se tratam os diferentes de forma igual.

Como levar uma montadora para uma região do Nordeste, no interior, se não tiver nenhum incentivo?

A cada 1 real que é colocado de incentivo são gerados 5 reais de impostos. São gerados desenvolvimento, emprego e renda. A região onde está a FIAT e a Stellantis, lá em Goiânia, era dominada pela escravidão, pelo atraso, pela fome. É disto que nós estamos tratando: de justiça social, de garantir direitos iguais, de fazer com que as menores cidades e as regiões menos desenvolvidas tenham a oportunidade de ter lá emprego e renda.

É por isso que eu peço aos Deputados e às Deputadas para fazermos justiça social.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Lembro que neste destaque não se trata das montadoras, Sr. Presidente. Trata-se apenas da parte de peças e autopeças.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "não", Sr. Presidente.

Nós entendemos que não pode haver esse tipo de privilégio para determinadas regiões em determinados setores e por isso nós estamos encaminhando contrariamente a esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Contra o destaque orienta-se "sim".

A favor do destaque, orienta-se "não".

Deputado Marcel van Hattem, como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A favor do destaque, nós orientamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não entendi agora. V.Exa. é contra ou a favor do destaque?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só um minutinho, Presidente. *(Pausa.)*

Somos a favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A favor do destaque é "não", Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas foi exatamente o que eu disse. Estava registrado "não" no painel. Foi a primeira coisa que apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não ficou clara a sua orientação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, acho que não ficou mesmo. Mas sempre que é contra privilégio votamos "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Giovani Cherini, do PL.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL libera.

Porém, eu tenho aqui permanentemente uma discussão, até porque eu sou do Sul. Infelizmente, os incentivos fiscais são sempre aprovados para o Nordeste, para o Norte, para o Centro-Oeste, e o Sul é esquecido. E, mais uma vez, na questão das montadoras, isso está acontecendo. Pedi ao Relator mais esclarecimento, mas, infelizmente, pelo que estou entendendo até aqui, o Sul está fora desses incentivos fiscais até 2032.

O PL libera. E eu vou votar contra.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Presidente, pela Minoria.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - O Relator poderia nos explicar sobre os incentivos fiscais, inclusive na questão do carro elétrico.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PL libera.

Como orienta a Minoria?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria vai liberar, mas eu gostaria de deixar minha posição registrada, para manter a coerência.

Como já venho discursando há muito tempo, sem os incentivos fiscais o Norte e o Nordeste vão viver na miséria. Isso vai prejudicar todo o País, porque os empregados das montadoras muitas vezes vão querer se deslocar para outros Estados, o que vai causar outro problema. Vai causar um problema na segurança pública em São Paulo, com a favelização.

Nós queremos criar um Brasil igual. Há desigualdades históricas que precisam ser reduzidas. Sim, precisam. Temos que desenhar algo para contemplar tanto o Norte e o Nordeste quanto o Sul. Ao se olhar o Índice de Desenvolvimento Humano do nosso País, vê-se que o Norte e o Nordeste têm os piores índices. Essa desigualdade precisa ser reduzida.

Então, o incentivo tributário a essas peças, principalmente para carros elétricos, será fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha o voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, havendo divergência na Oposição, a Oposição libera, lembrando que o NOVO é "não". O PL libera. A Oposição libera. *(Pausa.)*

Só um minutinho.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Deputado Marcel, nosso voto tem que ser "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sul e Sudeste tem que ser "não".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Meu voto é "não".

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Sr. Presidente, esse benefício é aquele de 5 bilhões por ano? *(Pausa.)*

Ah, para autopeças também? Cinco bilhões?

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputados, quem for do Sul e Sudeste deve votar. Isso é um desequilíbrio.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - É "não".

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - É "sim".

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) - Inclusive, estamos criando uma série de medidas para gerar desenvolvimento regional para equilibrar o Brasil de novo. Isso cria o desequilíbrio que existe hoje. Vai desequilibrar.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - É guerra xenófoba contra o Nordeste. Estou acostumado a enfrentar.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Esse é um incentivo que já existe. Não estamos tratando de incentivo novo.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todas as montadoras da Região Sul do País tiveram incentivo fiscal. Por que as do Nordeste têm que acabar agora? Por que o Nordeste tem que ser tratado de forma diferente?

Os mais pobres tinham que ser tratados de forma diferente, Presidente.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Por que uma fábrica lá do interior tem que sair de lá?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só lembrando que essas empresas já estão lá. Seria uma quebra de contrato não continuar com os incentivos fiscais. Isso seria um absurdo! Já fizemos esse absurdo mais cedo na MP. Vamos fazê-lo novamente agora com a reforma tributária?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós temos a Deputada Bia Kicis e o Deputado Giovani Cherini para falarem pelo tempo de Liderança, da Minoria e do PL.

Algum dos dois quer usar da palavra, para dar oportunidade de haver mais votos neste texto?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Eu vou usá-la mais tarde, Presidente. Agora, não. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Sr. Presidente...

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, essa guerra que está acontecendo aqui no plenário sobre a questão de montadoras é a mesma guerra que existe entre os Governadores. Ou se dá incentivo para todo mundo, ou se tira o incentivo de todo mundo.

É muito injusto que nós lá no Sul não possamos ter montadoras, sendo que os incentivos fiscais estão em outros Estados. Essa é a questão. Nós queremos incentivos para todo o Brasil e que haja igualdade de tratamento. É isso.

Por isso, nós temos que votar "não" a este destaque.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exa. se esquece de dizer que 52% dos incentivos fiscais ficam no Sul e no Sudeste, não ficam no Nordeste.

Foi só para fazer justiça, Presidente, que eu citei o exemplo de Goiânia. E eu queria citar o exemplo da Moura, lá de Belo Jardim, que gera muito emprego naquela região do Nordeste, só para fazer justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu sei que é fato. Tem V.Exa. razão.

A MP 1.185 tratava de isenções e de incentivos estaduais. O Nordeste representa 12 contra 19, e 39 do Sul e Sudeste, ou 49. Então, isso não repercute. O Deputado Giovani Cherini também está brigando pelo Sul, como V.Exa. está brigando pelo Nordeste.

Mas, nesses momentos, ou usamos os tempos de Liderança... Não dá para ficar trocando fatos.

Eu estava esperando um placar mais justo para uma votação como essa. Se não houver nenhum Líder para falar, eu vou encerrar a votação.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Vamos encerrar, Presidente. Temos outros Estados ainda. Presidente...

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - Ainda está baixo o quórum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Um minuto para encerrar.

Vejam quem não votou. Lideranças, liguem para quem não votou.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, faço uma correção. Na minha fala, citei o exemplo das montadoras. Não é o caso agora, é do próximo destaque. Mas temos o exemplo da fábrica da Baterias Moura em Belo Jardim. Fica na região do Agreste, no interior. Gera emprego, renda e desenvolvimento.

Como levamos as empresas para o interior do Estado, para os cantos mais distantes se não há incentivo? Acabam se concentrando nas capitais, nos grandes centros.

É disto que estamos falando: de reparação, de justiça social, de garantia de desenvolvimento a todos e a todas, de igualdade. Trata-se de não fazer com que uma região tão importante seja esquecida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 285;

NÃO: 192;

ABSTENÇÃO: 2.

SUPRIMIDO O TEXTO.

Destaque nº 18, destaque de bancada:

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do Destaque para votação em separado do § 3º do art. 19 do texto apresentado pelo Relator, apresentado à PEC 293/2004, que "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º)."

Sala das Sessões

Fábio Macedo - (Líder do Podemos)

PODE/MA

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Mendonça Filho. *(Pausa.)*

Estou chamando, não aparece. Vamos seguindo a rota.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, este destaque é o que trata do regime automotivo para o Nordeste.

Especificamente, existem duas empresas. A Stellantis, que se instalou em Goiana, em Pernambuco, é uma empresa internacional. A planta é hoje a mais moderna do mundo do Grupo Stellantis, gerando mais de 14 mil empregos, com uma cadeia de autopeças de cerca de 38 empresas. Portanto, é uma empresa de grande repercussão e de grande impacto econômico na realidade de Pernambuco e do Nordeste, especificamente de Pernambuco e da Paraíba.

Chamo a atenção do Plenário para o fato de que todo o espírito da reforma tributária obedeceu a uma lógica, Deputado Guimarães, porque os incentivos fiscais têm prazo para acabar: 2032. Toda a política de incentivo fiscal está demarcada para 2032. Eu pergunto ao Plenário o porquê de um tratamento negativo e diferenciado, para menos, para o parque automotivo de autopeças do Nordeste. Isso não faz sentido!

O que se quer hoje com a manutenção do texto é defender que o parque automotivo de autopeças do Nordeste — a BYD na Bahia, a Stellantis em Pernambuco — tenha esse avanço de transição para 2032, prazo esse que foi assegurado para os incentivos fiscais de todo o País.

Mais de 50% dos incentivos fiscais ficam no Sul e no Sudeste. Nós trabalhamos pela manutenção dos incentivos para Manaus, para o Nordeste. É importante que possamos consagrar o mesmo espírito, garantindo o mesmo tipo de tratamento e mantendo, evidentemente, o texto.

Eu creio, sinceramente, que quem nasceu no Nordeste, no Semiárido do Nordeste, no Sertão, no Agreste pernambucano, sabe do que estou falando. Empregos gerados na área industrial são raros, Presidente Arthur. V.Exa., sendo de Alagoas, conhece bem a nossa realidade.

É fundamental que se garanta ao Nordeste, ao polo automobilístico, vinculando-se autopeças, o mesmo tratamento dado ao restante do País, elevando-se a prorrogação dos incentivos fiscais até 2032.

Peço a manutenção do texto e a palavra do Relator.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Posso encaminhar agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, encaminhando a favor do destaque, com todo o respeito que tenho ao Deputado Mendonça, nós temos, quanto a esse ponto, uma divergência...

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE) - É bom ouvir o Relator, que já está na tribuna.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas eu estava inscrito.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE) - Mas o Relator está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Coutinho, por favor, eu sei da agonia em relação ao assunto, mas um Deputado fala a favor, outro fala contra, e o Relator fala após.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso. Obrigado, Presidente.

O Deputado Coutinho, que respeito muito, talvez não se tenha dado conta de que eu tinha perdido a vez ou dado a vez ao Deputado que tinha posicionamento contrário. Eu abri mão, para falar depois favoravelmente.

Então, somos a favor do destaque, entendemos que, justamente porque nós queremos isonomia, temos que tirar esse privilégio para carros a combustão produzidos em determinada parte do território do nosso País.

Nós precisamos estabelecer o máximo de equalização possível. Vai ficar o incentivo para o carro elétrico, não é isso, Relator? Essa é uma coisa da qual também discordamos, mas, pelo menos no que se refere ao carro a combustão, fica uma paridade, uma igualdade de condições em todos os Estados brasileiros.

Portanto, nós aqui, a exemplo do que foi feito quanto ao destaque anterior, aliás, vitorioso, vamos orientar favoravelmente a este destaque.

Faço ainda um elogio à nossa bancada, a bancada gaúcha, que aprovou unanimemente o destaque anterior e deve fazer isso novamente a respeito do atual destaque, Deputado Cherini. Os gaúchos e Deputados de outros Estados também têm votado em conjunto, não porque queremos privilégios para nós, mas sim porque queremos igualdade com todos os demais. Não queremos que haja privilégios. Parabéns à bancada gaúcha. Parabéns à Deputada Any Ortiz, nossa coordenadora, que trabalhou muito bem a bancada, e aos demais.

Repito que não temos nada contra ninguém, pelo contrário. Somos a favor de nós mesmos e a favor do Brasil, para que haja o máximo possível de paridade, de igualdade de condições.

Obrigado, Presidente.

Devolvo à Mesa o minuto que me resta, que pode ser disponibilizado ao Relator.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Sr. Presidente, eu gostaria de usar o tempo da Liderança assim que possível.

Posso falar antes de o Relator fazer os esclarecimentos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Relator quer falar antes? (*Pausa.*)

Tem a palavra a Deputada Bia Kicis, que falará pela Liderança do PL.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Povo brasileiro, estamos aqui, nesta sexta-feira. Já são 19h30min. Estamos desde cedo aqui, trabalhando neste plenário, porque temos um compromisso, um compromisso com o Brasil, um compromisso com o povo que trabalha, um compromisso com o povo que investe, que ousa empreender neste País.

É impressionante como, nos últimos dias, votamos matérias que vão contra o povo trabalhador, contra o povo brasileiro. Ontem, por exemplo, votamos a criação do Ministério do Empreendedorismo, um Ministério que não tem sequer estrutura, que vai usar o braço do SEBRAE. Ora, o SEBRAE, para fazer o seu trabalho, já tão benfeito, não precisa estar atrelado a um Ministério algum. Deixassem então que o SEBRAE continuasse fazendo o excelente trabalho que faz. Mas, não, precisam criar despesa, precisam colocar o peso do Estado sobre os ombros do pobre do pagador de impostos neste País. É inacreditável!

Como se isso não bastasse, votamos também uma medida provisória que, mais uma vez, tira benefícios daquele que investe, daquele que ousa levar uma empresa, uma indústria para rincões distantes e que se vale de créditos tributários para poder investir e abrir postos de trabalho. Mas aí vem uma medida provisória e retira mais esse benefício do pobre do empresário neste País, sim, porque o empresário aqui é, o tempo inteiro, atacado — o tempo inteiro!

Existe aquela máxima da Esquerda de que o Governo trabalha para abrir empregos, gerar empregos. Estado, governo não gera emprego, não gera riqueza! Em relação a cargos, temos os servidores públicos concursados, que trabalham, que são fundamentais. Eu mesma fui servidora pública a vida inteira, fui Procuradora do Distrito Federal e compreendo a importância do servidor público, do trabalho de excelência que ele faz. Tanto é assim que apoiei o destaque para que os auditores estaduais tenham o mesmo teto salarial dos auditores federais, porque compreendo a importância desse serviço que será feito. Mas o fato é que quem gera riqueza é o empresário! É ele que abre oportunidades de emprego, postos de trabalho. E esse coitado, o empresário, está ficando assustado com a quantidade de normas, de regras, de leis que vão, cada vez mais, pesando no seu bolso. E não há só a lei, não, há o comportamento dos governantes. O Governo Bolsonaro entregou um superávit de 50 bilhões de reais, e já estamos com um déficit de 200 bilhões neste Governo. E só se fala em

gastar, gastar e gastar, em arrecadar, arrecadar e arrecadar. Até quando? Por quanto tempo acham que o povo brasileiro vai aguentar tal sangria? Isso não é possível. É preciso que o Congresso Nacional bote fim nisso, coloque limite.

Nós aprovamos uma lei muito boa, que trata da permanência do estudante vulnerável, Deputado Prof. Paulo Fernando. Para o estudante vulnerável, aquele que tem dificuldade em continuar os seus estudos, nós aprovamos uma lei muito bacana, aprovada quase por unanimidade por este Plenário. Trata-se do Programa Bolsa Permanência, para estudantes. Mas, no dia seguinte, o que vem? Vem um projeto de lei complementar para tirar quase 7 bilhões do arcabouço para pagar essa bolsa, que votamos na véspera.

Não queremos isto, não queremos ficar criando exceções, tirando recursos do arcabouço para que o Estado gaste cada vez mais. O Estado que encontre, com gestão eficiente, recursos para pagar essa bolsa. A bolsa é sensacional, mas a fonte encontrada não! É podre. Não é possível ficar tirando recursos cada vez mais do arcabouço fiscal, excepcionando-o cada vez mais e também aumentando impostos, tirando benefícios. Não é possível, ninguém consegue sobreviver, não há país que cresça dessa maneira.

Estamos aqui trabalhando o dia inteiro pela reforma tributária. Entendo o esforço e parablenho os colegas que trabalharam por esta reforma, que se empenharam, conversaram com inúmeros setores e estão trazendo um projeto que acreditam que será bom para o País. Mas voto contra porque não acredito, não aposto nesse sistema. Eu aposto em outro sistema, no sistema de *sales tax*, no modelo americano, que é avesso ao IVA. Porém, estamos aqui votando, tentando de alguma forma melhorar isso, para evitar que traga mais problemas. Há muitas indefinições. Não sabemos como ficarão algumas alíquotas. Tudo isso vai ser jogado para lei complementar. Entendemos que há uma série de problemas, mas estamos aqui trabalhando, porque queremos o melhor para o Brasil e para o povo brasileiro.

O que não aceitamos mais é um Presidente que é gastão, um Presidente que fica viajando o mundo, fazendo turismo com a sua esposa, hospedando-se nos hotéis mais caros. Ficam mudando a mobília do Palácio, trocando-a por mobília caríssima. Eu, que sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, e os Deputados que a integram temos pedido informações ao Palácio, estamos pedindo informações ao Tribunal de Contas da União. Queremos saber dessas despesas, que, inclusive, são colocadas sob sigilo. Há uma ganância sem fim. Não existe a menor transparência. Nenhuma nação se constrói dessa maneira.

É preciso pôr um limite nessa ganância. Estamos aqui para trabalhar por isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Na sequência V.Exa. falará pela Liderança.

Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu fico muito à vontade para tratar deste tema, que discutimos aqui na primeira etapa, quando da aprovação da PEC 45 na Câmara dos Deputados, sobre a reforma tributária.

Este destaque específico tem, de fato, uma repercussão muito nociva. O que nós fizemos quando adotamos o texto que foi destacado? E perdemos a votação por 1 voto, tivemos 307 votos. Na verdade, ele estendia o regime automotivo para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Como eu tinha explicado, há um descasamento de benefícios entre algumas empresas. Usei até uma expressão. Muita gente não se movimentou para renovar os benefícios no caso do PLP 160, que restringe o benefício fiscal até 2033. Em alguns casos, esse benefício se encerra em 2025. Estaríamos penalizando o que já existe. Não estamos tratando de empreendimentos que virão, mas sim dos empregos que já foram gerados. Além disso, é preciso manter a segurança jurídica. Eu peço a atenção de V.Exas. Nós não estamos tratando do que virá.

Eu acho que se travou até uma disputa federativa, e não é isso que nós queremos. Acho que nossos irmãos do Sul querem que haja emprego no Nordeste e no Norte, da mesma forma que os irmãos do Norte e do Nordeste querem que haja emprego no Sul e no Sudeste. Não se trata de uma competição para prejudicar A, B ou C. Essa é a grande questão.

O que foi feito quando o nosso texto foi retirado? O Senado fez reintrodução. Quando se coloca no texto "*combustão*", da forma como está dito, parece que estamos querendo atrair nova fábrica de veículos movidos a combustão. Não se trata disso. É o contrário. Nós estamos restringindo o uso de combustão de hoje até 2033 e obrigando que essas empresas, se quiserem manter esse benefício, iniciem o uso de energia limpa, como eletricidade e biodiesel, a partir de 2028. É isso que está no texto.

Vamos ser ainda mais explícitos. Retirar um destaque como este é penalizar um Estado, como o de Pernambuco, que já tem uma empresa. Não se vai penalizar uma empresa, vai se penalizar um Estado que já tem o empreendimento. Eu queria que todos refletissem sobre o que está sendo votado.

Deputados têm legitimidade para querer um regime como esse também para o Sul. O Deputado Giovani Cherini estava me dizendo que também há dificuldade naquela região.

Eu faço um apelo para que não se penalize o Estado de Pernambuco, que tem uma fábrica instalada que está em funcionamento. Ela movimenta não só a economia de Pernambuco, como também a de vários Estados ao redor, e vai ter que se sujeitar ao mesmo regime dos carros elétricos — isso já foi resolvido no caso da Bahia. Tratava-se de uma fábrica antiga, a antiga fábrica da Ford, que saiu de lá e já tinha saído do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, estamos dando uma grande solução, que é a aprovação da reforma tributária. Vai evitar que haja, no futuro, essa disputa federativa. A reforma não vai permitir a criação desse tipo de benefício tributário. Vamos ter que fazer isso com fundos de desenvolvimento regional, dentro de uma lógica que premie a eficiência. É nisso que estamos trabalhando.

Eu queria pedir o apoio dos Líderes nesse sentido. Acho que não devemos fazer uma retaliação a respeito de uma disputa que não existe, porque esse empreendimento já está lá montado. Não estamos levando para lá fábrica nova, estamos apenas garantindo que a atual permaneça lá, e com o mesmo padrão de outras empresas que estão em outras regiões, inclusive na Região Centro-Oeste e na Região Norte, que têm o mesmo regime que renovamos e será mantido até 2033, respeitando o que votou o Parlamento no caso do PLP 160.

Por isso, eu peço que possamos manter o texto e garantir os empregos já existentes dos nossos irmãos de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação das bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, do Progressistas?

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é muito importante que eu possa ajudar no esclarecimento do Plenário e daqueles que estão acompanhando de casa esta sessão. Todos os incentivos fiscais, de acordo com a reforma tributária, foram prorrogados até 2032, incentivos federais, estaduais e municipais. Apenas o regime automotivo que beneficia o Nordeste está se encerrando em 2025. Não faz sentido tratar isso de forma diferenciada. Atendeu-se o Norte do País, atendeu-se o Sudeste do País, atenderam-se as políticas de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul.

Manter uma indústria como a Stellantis em Pernambuco, que beneficia a Paraíba, Alagoas e outros Estados do Nordeste, é muito importante. Ao matar essa indústria, não haverá substituição por uma indústria do Sul e do Sudeste, não. Na prática, 60% das caminhonetes do Brasil são importadas da Argentina e do México. Então, em vez de se optar pela indústria nacional, está se optando pela importação, com incentivo fiscal, de veículos fabricados na Argentina e no México. Isso é uma aberração! Isso é uma autodestruição!

Eu faço um apelo à consciência do Plenário para que vote pela manutenção do texto, preservando-se os incentivos automotivos para o Nordeste.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Presidente, eu gostaria de falar pela Liderança antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Por qual Liderança?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Da Minoria.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Presidente, vou fazer a orientação. Em seguida ele faz uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Era isso que eu ia lhe pedir, Deputado Cherini. Deputados fazem a orientação, e depois V.Exa. usa o tempo da Liderança. Pode ser?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Presidente, eu uso depois, então, o tempo da Liderança.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Bloco do MDB e do Republicanos encaminha "sim" ao texto.

É importante chamar a atenção de todos os Deputados para o fato de que este destaque acaba com o polo automotivo do Nordeste e do Centro-Oeste. Aqui foi dito com muita propriedade pelo Relator que não faz sentido só Pernambuco ser prejudicado nesta reforma tributária. Já existe esse incentivo. Nada vai ser criado. O que se pretende é que esse incentivo acabe junto com os demais incentivos que existem no Brasil.

Seria uma injustiça o que esta Casa faria com o Nordeste, com Pernambuco, e com o Centro-Oeste, com Goiás, se não votássemos esta matéria para que mantenhamos, exatamente onde o Brasil é mais pobre, a geração de emprego e de riqueza de que tanto precisamos.

Então, o bloco encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vou repetir: a Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Eu fiz isso depois da orientação do Deputado Mendonça.

Como orienta o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL libera a bancada, mas eu gostaria de deixar aqui a minha posição muito bem firmada.

Nós temos um Brasil que tem vários brasis. Não dá para comparar um Estado do Nordeste com um Estado do Sudeste. São desigualdades históricas. Se não se entende isso, o.k., vamos para o lado prático. Foi feito um contrato com uma montadora. Ela foi instalada e foi feito um investimento de bilhões de reais. Se uma reforma tributária quebrar esse contrato, isso dará uma insegurança jurídica para o nosso País. Isso seria judicializado.

Mais ainda, nesta reforma tributária — e aí eu agradeço ao Relator Aguinaldo e ao Senador Eduardo Braga —, foram mantidos os incentivos da Zona Franca. A Zona Franca foi protegida. Não podemos passar uma régua no Brasil. São vários brasis dentro deste País.

É por isso que eu vou votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Federação orienta "sim" ao texto do Relator.

Aqui os colegas que nos antecederam já explicaram bem. Nós já temos falado aqui durante toda a sessão que não se trata de um novo benefício. Trata-se da renovação de um benefício para um setor importante, para um setor que gera emprego e renda em regiões distantes, de difícil acesso, com dificuldade de malha viária e tantas outras dificuldades de levar o desenvolvimento para as regiões mais distantes, a exemplo do Nordeste. Por que esse preconceito contra o povo nordestino? Por que tentar tirar as fábricas que estão localizadas no Nordeste gerando emprego e renda? Por que ir de encontro ao conteúdo nacional? É isto que está em jogo: estão indo de encontro ao conteúdo nacional, à soberania nacional. Essas empresas poderiam estar aqui, trabalhando e gerando emprego no Brasil e se colocando as possibilidades de ter que exportar carros de fora, dando prioridade a outros países.

Vamos todos nós, como brasileiros e brasileiras, defender a Pátria, defender o Brasil, defender o conteúdo nacional, defender as nossas empresas, gerando emprego e renda, com responsabilidade, inclusive com os trabalhadores e trabalhadoras. Cada trabalhador de cada empresa dessa está vendo como cada Deputado, cada Deputada está se comportando e votando aqui no dia de hoje.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de alterar a posição do nosso bloco. Nós recebemos aqui reivindicações, e é justo que se explique que há aqui um debate regional, e não partidário. Então, diante da divergência entre as regiões do País, nós vamos mudar a nossa orientação para a liberação, Sr. Presidente.

Lembro que o que está em jogo neste momento são os incentivos dados a indústrias que estão em Pernambuco, no Nordeste, as quais geram emprego e renda, e aqui também no Centro-Oeste, e a disputa comercial com a indústria automobilística, principalmente do ABC Paulista, no Estado de São Paulo.

Então, para preservar aqui a autonomia de cada Deputado que representa a sua região, o seu Estado, nós vamos liberar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO orienta "não" por uma razão muito clara. Nós temos sempre votado, independentemente de onde quer que venham os nossos representantes, contra privilégios para determinados setores ou determinadas regiões. E aqui vemos uma lamentável busca de dividir o País entre Norte, Nordeste; e Sul, Sudeste. Isso não é bom, não é positivo.

Tenho ouvido manifestações aqui dizendo que quem está votando "não" é preconceituoso. Pois eu poderia utilizar argumento igual para qualificar aqueles que nos chamam de preconceituosos, porque não é o caso. Ou o preconceito é contra o Sul e contra o Sudeste, fazendo com que outras regiões tenham determinados benefícios e privilégios? Não é assim que se faz prosperar uma região, dando privilégios. Por isso, nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Sr. Presidente, orienta a liberação. Porém, eu quero, mais uma vez, aqui registrar que o meu voto será "não", justamente porque imaginei que essa reforma tributária terminaria com essa disputa, que acontece inclusive aqui dentro.

A briga está aqui dentro. Parece que nós somos de países diferentes. Parece que o Sul não tem problema. É como discutir importância de hospital, se o hospital é importante ou não, se é mais importante um hospital para o Nordeste ou é mais importante um hospital para o Sul, se é mais importante emprego no Sul ou é mais importante emprego no Nordeste. A reforma tributária não pode continuar sendo essa disputa de Estados.

O Rio Grande do Sul perdeu inúmeras indústrias para o Nordeste, foram todas para lá. O Rio Grande do Sul continua com seus desempregados. Nós temos o sul do Estado, um sul que tem miséria, que tem fome.

Então, nós não podemos continuar com essa disputa aqui. Nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta matéria precisa de uma reflexão desta Casa. Na primeira votação que nós fizemos, faltou um voto para esta matéria ser aprovada. O Senado corrigiu o que considere uma falha da Câmara dos Deputados.

O que aqui se está defendendo não é a prevalência de um Estado sobre outro ou de uma região sobre outra. A nossa luta é pelo fortalecimento da indústria nacional, da produção nacional, para que o Brasil desenvolva a sua indústria, gere empregos, gere riqueza, gere renda para o povo brasileiro.

Nós estamos lutando para assegurar a isonomia, para que todos os incentivos sejam superados no ano de 2031. O que não é correto é que o Nordeste seja prejudicado com os incentivos, que vão só até 2025. Por isso, Sr. Presidente, votar a favor do Nordeste é votar a favor do Brasil.

A Maioria orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo, Sr. Presidente, ao encaminhar o voto "sim" neste momento, quer dizer que o relatório do Deputado Aguinaldo Ribeiro, construído por todos, não faz essa disputa entre Norte e Nordeste, Nordeste e Sul, até porque, em todas as regiões, o que havia sido posto está sendo mantido.

Olhe a Região Norte, Deputado. Tudo está mantido. Naquilo que já existe não se está mexendo. Portanto, é uma questão federativa. Nós não podemos, nesses destaques, retirar direitos de um Estado que conquistou, com a política de incentivo fiscal que vai terminar com a reforma tributária, um investimento que está gerando mais de 17 mil empregos, Deputado Capitão Alberto Neto. É impressionante!

Eu sou do Ceará. Eu não posso votar para prejudicar um direito daqueles que, no ano passado...

(Desligamento do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - E eu concluo, Presidente.

Essa questão tem grande impacto na economia de Pernambuco. Não podemos prejudicar o Nordeste nem outros Estados. Não se trata, Deputado Giovani Cherini, de ser contra o Rio Grande do Sul. Pelo contrário, a proposta da reforma tributária é uma proposta equilibrada, ela garantiu uma estabilidade tributária para o País inteiro, inclusive para a Região Norte.

Portanto, faço um apelo para que votemos o que precisamos, os 300...

(Desligamento do microfone.)

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Pela Oposição, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente...

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só para deixar claro, pela Oposição, que não irão novas indústrias para Pernambuco ou para o Nordeste, só será mantido contrato já existente.

Seria muito ruim mandarmos uma mensagem de insegurança ao nosso País. A indústria chegou a Pernambuco, foram feitos investimentos bilionários, e, a partir de uma reforma, esse investimento acaba. Quem vai querer investir neste País, com essa insegurança de mudança tributária?

Eu fiz minhas críticas à reforma, mas os contratos foram obedecidos, foram mantidos. Isso foi muito positivo.

Por isso, a Oposição está liberando a bancada, porque há divergência, mas, como sou do Norte, eu sei das dificuldades, eu voto "sim".

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) - Presidente Lira...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu queria fazer uma consulta ao Plenário com muita sinceridade. A última votação foi decidida por 1 voto. Faltam votar 20 Deputados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição vai liberar, Presidente. O voto da Oposição não é "sim", não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Oposição libera.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Até porque o NOVO é contra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Faltam votar 20 Deputados.

Vou dar 5 minutos para ambos os lados, que representam as duas posições, entrem em contato com os Deputados para que oportunizem a votação, para não dizerem que faltou algo nesta votação.

Na votação desta reforma, houve 1 voto de diferença. Portanto, esta Presidência não se sente à vontade faltando o voto de 20 Deputados.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Lira, o PSDB libera a bancada. Houve uma conversa dentro da nossa bancada para liberar o PSDB, a fim de que o partido entenda de que forma quer votar.

Eu queria manifestar minha posição pessoal. Eu conheço esse problema ou essa polêmica há vários anos, Sr. Presidente. Ninguém aqui é contra o Nordeste. Jamais seremos. Nós temos um profundo respeito ao desenvolvimento regional e estamos sempre torcendo para que haja um equilíbrio para o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

O que está acontecendo, Sr. Presidente, na verdade, não é isso. É que houve um exagero, um abuso na forma como foram dados privilégios para uma empresa no Brasil que recebe quase 5 bilhões de reais. É a que mais ganha no mundo, é a que mais cresce no Brasil, criando um problema de competitividade muito grave com o Sul e o Sudeste. Então, nós não podemos criar desequilíbrio. Nós não estamos conseguindo ter investimentos, está havendo um desequilíbrio total. Isso está gerando desinvestimento. As empresas do Sul e do Sudeste estão com baixa capacidade de produção, porque não conseguem vender. Há um desequilíbrio hoje. Ninguém é contra nada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Vitor Lippi, vamos aproveitar os outros 2 minutos e meio para o outro lado que pensa diferente de V.Exa.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) - Pois não.

Isso não é ajudar, é dar privilégio, até porque já deveria ter terminado há vários anos. Então, era isso. Eu acho que temos de conversar de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A fala do Líder do Governo foi muito sábia. Aqui ninguém tirou o privilégio de nenhuma região, principalmente da Região Norte.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é muito bonito se falar que o incentivo fiscal para o Nordeste tem que acabar, que já se exauriu, mas toda a indústria automobilística de São Paulo foi bancada pelo Brasil como um todo — e nada contra. Eu amo São Paulo, mas não dá para se eliminar a

possibilidade de o Nordeste se desenvolver também. E a opção não é Nordeste contra Sudeste ou contra Sul; é Nordeste contra México e Argentina.

Volto a insistir em que 60% dos automóveis de maior qualidade, como as caminhonetes, são importados da Argentina e do México. Então, quando se mata uma oportunidade de expansão de uma indústria no Nordeste, isso não quer dizer que essa indústria vai se transferir para São Paulo ou Rio Grande do Sul. As compras virão do México e da Argentina. Se fosse tão fácil assim, a Ford teria se mantido na Bahia. A Ford foi para onde? Ela fechou na Bahia e foi para a Argentina. Nós estamos importando veículos Ford do México e veículos Toyota da Argentina.

Então, é fundamental que haja consciência, principalmente, por parte dos Deputados do Norte do Brasil, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que é necessário se garantir equidade, com o mesmo tratamento dado aos demais Estados que tiveram incentivos prorrogados até 2032. Eu estou querendo justiça no tratamento. Para isso, eu peço a reflexão dos colegas Deputados e Deputadas. Com todo o respeito, às demais regiões, não se trata de briga regional. Trata-se de Brasil com Brasil, para mantermos os incentivos, preservando os empregos até 2032.

Presidente, obrigado.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Presidente, peço o tempo de Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado aos que fizeram a sua defesa.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Foram 498 votantes.

Resultado da votação:

SIM: 341;

NÃO: 153;

ABSTENÇÃO: 4.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO. *(Palmas.)*

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Sr. Presidente, peço o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O próximo e último destaque do primeiro turno é do Líder do Republicanos.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do §4º do Art.19 do texto do relator à PEC 45/2019, apensada, apresentado à PEC 293/2004.

Sala das Sessões

Hugo Motta - (Líder do Bloco)

REPUBLICANOS/PB

Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Hugo Motta. *(Pausa.)*

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - O Deputado Cherini está pedindo a palavra pela Liderança.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Presidente Arthur Lira...

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sr. Presidente, de forma muito célere...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Perdão, Deputado Hugo Motta. O Deputado Cherini quer usar o tempo da Liderança da Minoria.

Deputado Giovani Cherini, V.Exa. tem a palavra, pela Minoria.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é o Brasil da injustiça. Acompanhamos neste Plenário mais uma injustiça contra o Sul do Brasil. Mais uma vez as nossas montadoras foram prejudicadas. O Rio Grande do Sul precisa de apoio tanto quanto os demais Estados do Brasil, ainda mais porque vem de três enchentes, de três catástrofes. E agora mais esta ainda: 5 bilhões de reais somente para uma empresa. Eu sempre digo que não somos contra o Nordeste, mas estamos aqui como uma representação. É nossa obrigação defender o Sul e o Rio Grande do Sul.

Toda a discussão da reforma tributária é preparada para atender aos interesses do Governo Lula e da Esquerda brasileira. Tudo foi preparado para isso, com votação numa sexta-feira à tarde, tudo rapidinho, enquanto a grande maioria dos

Deputados está em casa e nem sequer sabe o que está votando. Às vezes, nós que estamos aqui sentados não sabemos, porque tudo chega na última hora, tudo é feito na última hora, para que as coisas sejam aprovadas de acordo com alguns "iluminados", entre aspas. Infelizmente, podemos estar aprovando o maior monstro que este País já teve, em nome de uma reforma.

É bom reformar, mas por que não se fala em reforma administrativa? Há pessoas no meu Rio Grande do Sul ganhando 400 mil reais por mês, 500 mil reais por mês. Nós votamos o teto dos salários, para que ninguém ganhasse mais do que os Ministros do Supremo, mas todos os penduricalhos são aprovados aqui. Eu lembro que, quando era Deputado Estadual, nós aprovamos os subsídios do Judiciário, para tirar todos os penduricalhos, que agora foram incorporados aos salários, como se fossem esses servidores cidadãos de outra classe. Infelizmente, este Parlamento deixa muito a desejar para a sociedade. Esta semana, nós fomos vilipendiados nas redes sociais porque o Senado Federal aprovou algo inusitado: a indicação do Ministro que mentiu, que negou informações, que fez chacota. Disse, na sabatina, que era hétero e católico e, em seguida, disse que ia mudar de roupa, mas que era muito difícil tirar a roupa da vingança. Disse que não era comunista, mas, em todo o tempo da sua vida, sempre foi comunista, seguidor de Lenin, que matou mais de 200 mil pessoas. O sistema comunista no mundo matou milhões de pessoas. Hoje é o exemplo que ele segue. Aliás, a ex-Deputada Manuela não mora na Venezuela. Ela foi morar em Nova York. Os comunistas gostam de morar em Dubai e fazer comunismo no Hamas, contra Israel. Toda Esquerda sempre tem o mesmo discurso: *"Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço"*.

Esse é o discurso, essa é ação, porque as promessas de picanha, de emprego, de melhora na renda, é tudo balela, é tudo falácia. Na verdade, quando eles chegam ao Poder, o que eles fazem? Eles ficam bem, podem viajar, podem ficar nos melhores hotéis, e o povo que se lasque, porque essa é a ação diária desse pessoal.

Agora, estão dizendo que os resultados econômicos estão sendo os melhores do mundo, mas isso não é o que está nas ruas. O que está nas ruas é País parado. As empresas estão fechando, Deputado Marcel van Hattem. Empresários sem nenhum incentivo estão querendo fechar seus negócios. Só não vendem porque não tem para quem vender, porque ninguém quer comprar nada neste País. Aliás, Portugal está recebendo todos os dias aviões e aviões de brasileiros que estão indo morar em Portugal. Se se fizer uma pesquisa no Brasil hoje, a metade deste País gostaria de sair daqui e morar em outro país, primeiro pela insegurança, porque a Esquerda incentiva os bandidos. *"Os bandidos são coitadinhos. Pobres deles! Não podem ficar na cadeia, têm que ter dignidade. O problema são os policiais truculentos"*.

Aliás, esses dias, em Santa Maria, três irmãos foram assaltados. Um deles foi baleado, outro foi esfaqueado e outro conseguiu bater nos assaltantes. Pois, pasmem! O que estava com um irmão esfaqueado e o outro baleado foi preso, está sendo julgado e pode ser condenado, porque bateu de forma desproporcional no bandido.

Essa é a justiça que se instalou no Brasil com esse Governo que adora bandido, que adora visitar aqueles que formam o crime organizado onde sequer se poderia entrar se não fosse com um aparato de segurança. Infelizmente, esse é o Brasil que está se apresentando no desgoverno Lula. Aliás, são 39 Ministérios. E 1.337 pessoas foram a Dubai para mentir, para mentir que os índios são mal cuidados no Brasil. Eles são os maiores latifundiários do Brasil. Ainda bem que nós derrubamos aqui o veto do marco temporal. Nós conseguimos derrubar também o veto da questão da desoneração. Nós tivemos algumas vitórias neste Plenário, mas eu quero que a população brasileira saiba...

Acompanhe o voto do seu Deputado, porque, depois, você vai poder cobrar!

Nós estamos na direita liberal e somos bolsonaristas com muito orgulho, apesar da perseguição diária que nós sofremos. Mas nós vamos continuar a luta, porque somos corajosos e sabemos...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar o requerimento...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu havia pedido a palavra pela Liderança da Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não faça isso. Ainda teremos o segundo turno hoje, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas eu havia pedido a palavra pela Liderança da Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pela Liderança da Oposição, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Depois da votação, em primeiro turno, da reforma tributária, eu me lembro de ter telefonado para um importante industrial gaúcho, um dos maiores industriais do nosso País, de uma família tradicional, que tem esse negócio há décadas. Deputado Cherini, eu perguntei: *"O que achou da reforma tributária? Ela está boa ou não?"* E ele disse: *"Não"*. Eu disse: *"Mas*

não é boa para o seu negócio, para a indústria? A indústria está defendendo a reforma". Ele disse: "Pode até ser boa para o meu negócio, mas não é boa para o Brasil".

Para mim, aquilo foi um grande exemplo de um homem público. Apesar de ser, como empresário, muitas vezes demonizado como uma pessoa que só pensa no seu interesse ou no interesse da sua empresa, ele disse para mim o exato oposto: *"Essa reforma não é boa para o Brasil. Apesar de ser boa para a minha indústria, porque, de fato, para o setor industrial, vai acabar simplificando bastante, para o resto do País, não é boa. Portanto, eu votaria contra se Deputado fosse"*. Ele elogiou a minha postura por ter votado, lá atrás, no primeiro turno, contra a reforma.

É interessante dizer isso porque está se vendendo a ilusão de que, com essa reforma tributária, nós teremos um Brasil que vai andar melhor, com menos burocracia, com o manicômio tributário resolvido. Será assim numa partezinha só, infelizmente, porque, na sua origem, a reforma proposta era muito boa. No entanto, a promessa que foi feita não está se cumprindo nesta noite aqui no plenário.

A promessa de que cinco impostos se tornariam apenas um não é verdadeira. Agora, são quatro, mais a fase de transição, que vai prejudicar durante décadas — agora, nos primeiros anos, mas depois também, pela forma como está sendo introduzida — as empresas que precisam se dedicar a atender bem o seu consumidor final, por meio de um serviço, por meio de um produto, que precisa ter o carinho do trabalhador, do empreendedor, para ser bem confeccionado, para ser bem ofertado ao mercado. Em vez de cuidar do seu produto ou do seu serviço, em vez de cuidar da sua atividade-fim, os empreendedores terão que investir ainda mais tempo do que hoje investem para tratar da atividade-meio, que é saciar a voracidade estatal por meio da sua burocracia e por meio da carga tributária. Essa é a segunda promessa não cumprida. Repito: a primeira promessa era que a reforma iria simplificar, Deputado Prof. Paulo Fernando. A segunda promessa era que não aumentaria imposto.

Já mostrei e vou mostrar de novo este gráfico, que é utilizado para a suposta trava no aumento da carga tributária que foi proposta na PEC aprovada. *(Exibe gráfico.)*

Os anos marcados em vermelho são os utilizados como parâmetro para calcular a média e, assim, constituir a trava do aumento da carga tributária. Porém, os anos mais recentes — o ano passado e o atual, 2023 — não são levados em consideração. Curiosamente, esses são os anos com menor carga, considerados IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Portanto, a segunda promessa não cumprida está aí: não teríamos elevação de carga e a reforma tributária seria neutra.

A terceira promessa era que teríamos mais Brasil e menos Brasília com a reforma tributária; que teríamos, com a reforma tributária, um sistema que privilegiasse os entes federativos mais locais, em particular os Municípios. Não é o que está sendo entregue à sociedade brasileira nesta noite.

Também neste mesmo aspecto da questão federativa, estamos vendo aqui desigualdades regionais sendo perpetuadas por meio de privilégios que dividem a Casa do Povo, a Casa dos brasileiros entre aqueles que representam o Norte e o Nordeste e aqueles que representam eleitores do Sul e do Sudeste. Para que isso? Por que continuar com essa divisão tão ruim para o povo brasileiro?

Havia uma quarta promessa de que nós não veríamos impacto nos entes subnacionais no sentido de aumentarem a arrecadação. Pois bem, o Governador Eduardo Leite propôs aumento de imposto, assim como fizeram outros Governadores do Sul e do Sudeste, com base numa previsão da reforma tributária proposta e aprovada na Câmara e, depois, no Senado. Este ponto, felizmente, foi retirado pelo Relator. Aquela previsão de que a divisão do bolo tributário seria feita para os Estados de acordo com o ICMS arrecadado a partir do ano que vem e pelos próximos 4 anos seria balizadora. Essa determinação da PEC foi retirada pelo Relator.

Não obstante, a proposta está na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para ser aprovada e aumentar o ICMS modal de 17% para 19,5%. Espero que o Governador Eduardo Leite retire a proposta, volte atrás, agora que a justificativa acabou. Se o Governador não o fizer, esperamos que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul siga aquilo que nosso Deputado Estadual Felipe Camozzato, do NOVO, tem dito desde o início desta proposição: que a Assembleia deve rejeitá-la.

Portanto, repito: fico triste porque um tema tão importante como a reforma tributária acaba servindo para piorar, em muitos aspectos, o nosso sistema atual e dar ao PT e a Lula mais dinheiro do bolso dos brasileiros para se manterem no poder, para gastarem, para desperdiçarem, seja com as viagens do Lula e da Janja, seja com as emendas aqui utilizadas como moeda de troca com muitos Parlamentares que, lamentavelmente, não têm convicção, mas apenas preço. Lamento que a política esteja funcionando dessa maneira no Brasil.

Nós da Oposição fizemos o debate sério, levamos as nossas contribuições da forma como pudemos, reduzindo o máximo possível os danos. Ainda teremos o segundo turno da PEC e os destaques para reduzir e conter ainda mais danos que possam eventualmente ser causados por essa proposta.

Por isso, iremos até o fim, discutindo esse tema, votando os destaques e buscando, Deputado Giovani Cherini, que a vitória que a Oposição quer seja a maior possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar a favor do Destaque de Bancada nº 19, tem a palavra o Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresentamos este destaque visando justamente trazer equilíbrio às disputas comerciais, principalmente na fabricação de peças e autopeças do nosso País.

Esse incentivo dado serviu para empresas que já tinham incentivos desde a década de 90, cujos incentivos já cumpriram o papel social de ajudar na geração de emprego e renda. Hoje usam desse artifício meramente para perpetuarem incentivos intermináveis.

Por isso, visando esse bom equilíbrio e visando justamente termos no País leis tributárias justas, nós pedimos o voto "não" ao texto e "sim" ao destaque, para que possamos, com isso, ter equilíbrio na disputa comercial no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra o destaque... *(Pausa.)*

Há dois Deputados antes de V.Exa.: o Deputado Giovani Cherini e o Deputado Medeiros.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - Eu tinha conversado com o Deputado Cherini.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sim. Eu só tenho que chamar antes, Deputado Mendonça, o Deputado Giovani Cherini e o Deputado Medeiros. Se nenhum dos dois for usar da palavra, fica V.Exa. requisitado para fazer a defesa contrária ao destaque de bancada, que é o último destaque do primeiro turno.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu subo à tribuna agora para dar sequência à matéria de que tratamos há pouco.

Eu agradeço a Deus e agradeço muito ao Plenário pela equidade, por ter dado o mesmo tratamento à indústria automotiva do Nordeste, com a prorrogação até 2032.

Peço o mesmo para as indústrias de autopeças. Isso impacta diretamente a minha terra natal. Eu tenho que dizer isso de forma muito direta e objetiva. A Baterias Moura compete com multinacionais. A maior competição dela é com uma empresa de dezenas de bilhões de dólares. Nada contra. Tenho todo o respeito. Essa empresa gera na minha cidade, que tem 80 mil habitantes, 4 mil empregos diretos, competindo com gigantes, num mundo em transformação.

O que eu peço tão somente? Que possamos dar a essas indústrias de autopeças e à Baterias Moura o mesmo tratamento: até 2032. Muito se critica a questão dos incentivos fiscais. Não fomos nós que criamos. Isso está espalhado pelo Brasil como um todo.

O que eu peço tão somente é coerência ao Plenário, ao Sul e ao Sudeste. Mesmo aqueles que divergiram há pouco na questão automotiva, façam uma reflexão! Hoje a transformação energética é de baterias. A China injeta dinheiro público nas fábricas de baterias de alta tecnologia — por exemplo, níquel e lítio —, que hoje movimentam a indústria da eletrificação na área automotiva.

Estamos falando de 4 mil empregos diretos. Não podemos, de forma alguma, acabar com essa indústria que nasceu em 1957, em Belo Jardim, com um veículo apenas, um caminhão. Prosperou, é líder de mercado no Brasil e na América Latina e pede igualdade de competição. Não tenho nada contra multinacionais de São Paulo ou estrangeiras. Tenho todo o respeito por elas, mas peço equidade, peço respeito ao Nordeste, com o mesmo tratamento dado ao Norte, ao Centro-Oeste e ao Sudeste!

Àqueles que não acompanharam o voto, no primeiro turno, acerca do dispositivo sobre o regime automotivo, eu peço apoio, neste instante, para mantermos a coerência e mostrarmos que o Brasil é uno. Precisamos ter equilíbrio, distribuição de riqueza e geração de empregos para que a prosperidade também ocorra nas regiões menos desenvolvidas.

Voto pela manutenção do texto.

Este é o parecer do nobre Relator Deputado Aguinaldo Ribeiro.

Peço aos companheiros da bancada do Nordeste que nos acompanhem na manutenção deste texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PDT, PSB?

O SR. ELMAR NASCIMENTO (Bloco/UNIÃO - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, votar a favor da manutenção do texto é uma questão de coerência. Este artigo é direcionado a uma empresa nacional, a Baterias Moura, que gera empregos.

Em homenagem ao Líder do nosso Partido, o Deputado Mendonça Filho, e a Belo Jardim, que é a terra dele, eu encaminho pela manutenção do texto, que beneficia uma empresa nordestina que briga com multinacionais e que orgulha todos os brasileiros.

O voto é "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o bloco, Deputado Hugo Motta, quanto a este destaque?

Faço só um apelo a V.Exa. Já que foi mantido o texto, como é que nós vamos ficar com carro sem bateria em Pernambuco, Deputado Hugo? (*Risos.*)

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - Por coerência, Presidente, mantém-se a bateria, de preferência Moura.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Hugo, é uma brincadeira com V.Exa.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. está brincando.

Nós não podemos legislar pensando em uma só empresa. Nós estamos aqui para legislar pelo Brasil, não para beneficiar A ou B. Diga-se de passagem, a empresa aqui citada tem esse benefício desde 1997. Ele vem se renovando e se perpetuando, desequilibrando o mercado. Então, não há nada contra Pernambuco, nada contra o Nordeste. Esse incentivo foi dado para que empresas pudessem ir para lá, e até agora essas empresas não chegaram.

Eu respeito o Deputado Mendonça — aqui temos uma ótima relação —, o Líder Elmar, mas nós temos que registrar que incentivos não podem servir para desequilibrar. Nós estamos propondo este destaque, neste momento, justamente para que, depois de todos esses anos, haja uma disputa igual de mercado. Os incentivos já beneficiaram muito essa empresa. Não há mais necessidade de isso seguir acontecendo. Trata-se de uma empresa hoje já consolidada, que não vai deixar de existir se pagar um pouco mais de imposto, o que será bom para o Brasil.

É por isso que o nosso Bloco orienta o voto "não", para que esse inciso seja retirado e tenhamos, com isso, justiça tributária no Brasil.

Temos divergências na nossa bancada, mas nós vamos manter a orientação do voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL vai liberar a bancada, mas, mais uma vez, quero fazer um contraponto.

Aqui, nós não estamos trazendo novos incentivos. A reforma tributária, apesar das minhas críticas, está mantendo os incentivos já compactuados.

Então, nesse caso da bateria, vai apenas equalizar o que votamos em relação a Pernambuco, que é até 2032 — o incentivo era até 2028 e vai até 2032. Então, mantém a coerência.

Lembro que nós participamos, de maneira muito precária, não apenas do comércio regional ou nacional. Nós disputamos com o mercado internacional. Nós temos que decidir se vamos comprar bateria de Pernambuco ou da China. Eu prefiro comprar bateria de Pernambuco, para gerar emprego para o meu povo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a federação orienta "sim" ao texto.

Toda a minha vida foi — e continuará sendo — ao lado da classe trabalhadora. Eu fui Presidente da CUT e estou no segundo mandato aqui representando os trabalhadores e as trabalhadoras, a classe trabalhadora. Eu não venho aqui para fazer uma defesa da empresa Moura. Eu venho aqui fazer uma defesa do maior programa social: o emprego. Digo isso

em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras que trabalham na Baterias Moura, que é responsável por mais de 4 mil empregos diretos e mais de mil empregos indiretos no Município de Belo Jardim, que fica a mais de 180 quilômetros do Recife. Isso é importante para Tacaimbó, para Sanharó, para Pesqueira, enfim, para todo o entorno, e para muitos nordestinos que estavam no sul do País realizando trabalho doméstico ou trabalhando na construção civil e puderam voltar para as suas cidades de origem.

Por isso, orientamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o NOVO orienta "não". Com todo o respeito ao Deputado Mendonça Filho e aos meus colegas que estão defendendo o Estado, eu acho que o princípio dessa reforma tributária deveria ser a isonomia. A reforma tributária deveria fazer com que todos os Estados tivessem chance, tivessem oportunidade.

Eu acho muito complicado dar esse benefício. Nós estamos falando inclusive de carros a combustão. Isso servirá para uma empresa? Estamos fazendo uma reforma tributária e colocando esse privilégio para uma empresa?

O NOVO orienta "não".

É um absurdo isso acontecer numa reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Vou orientar pela Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria, Deputado Capitão Alberto?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero só relembrar que não há novos incentivos. Trata-se da manutenção de incentivo já existente. Trata-se de segurança jurídica. É uma questão de justiça, considerando o que foi trazido na reforma tributária. Nós protegemos a Zona Franca de Manaus; protegemos outros incentivos tributários já existentes; há 2 semanas, votamos a prorrogação de incentivos para a SUDAM e a SUDENE.

O objetivo é trazer mais segurança jurídica para esse manicômio tributário em que nós vivemos, considerando as dificuldades existentes no Brasil: Custo Brasil superelevado, falta de infraestrutura. Levar indústrias para o Nordeste é fundamental para reduzir as desigualdades regionais.

A Minoria libera a bancada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Governo libera a bancada.

Como orienta a Oposição, Deputada Adriana Ventura?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Oposição, pelas mesmas razões, libera a bancada, porque há divergência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos já votaram?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - Vou orientar pela Maioria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esta matéria é muito complexa, Presidente. O Relator fez uma negociação, no meu entender, muito bem-sucedida, mas deu muito trabalho.

Nós estamos reforçando o relatório apresentado pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, mas, como há divergência nos partidos que integram a Maioria, a Maioria vai liberar a bancada, mas o meu voto será "sim". O meu voto é em defesa do que considero que trará isonomia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Maioria libera a bancada.

Votaram 482 Deputados.

Alguém vai usar o tempo de Liderança? (*Pausa.*)

Todos já votaram no plenário?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Todos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Por onde anda o Deputado Aguinaldo, que não votou neste texto?

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Vamos encerrar, Sr. Presidente. Ainda temos o segundo turno hoje.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pode encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O tratamento tem que ser igual. A matéria é complicada.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Presidente, nós vamos votar o segundo turno imediatamente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vamos ao segundo turno, Deputado José Guimarães.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - Presidente, vamos esticar um pouquinho a votação, até chegarmos a 498 votos, como na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu não posso ficar parado. Para aguardar, eu preciso que haja inscritos para falar. (*Pausa.*)

Deputado Odair Cunha, está disponível o tempo de Liderança pelo PT.

Aguardaremos só até os 498 votos, para sermos justos.

Deputado Odair Cunha, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos votando uma matéria que interessa ao Brasil, ao País como um todo. Precisamos manifestar todo o nosso repúdio a qualquer tipo de divisão que se queira estabelecer entre os entes subnacionais.

Nós precisamos, ao votar esta matéria, ter uma dimensão clara de que estamos conduzindo o Brasil a um projeto de Nação, ao seu futuro, simplificando o sistema, diminuindo a carga tributária sobre aqueles e aquelas que ganham menos, melhorando as regras tributárias e produzindo justiça tributária. É por isso que, neste esforço concentrado, no fim deste ano de 2023, nós estamos fazendo todo o possível para votar um texto que interessa ao Brasil.

Por isso, mais uma vez, eu quero manifestar todo o nosso repúdio a qualquer tipo de segregação social em nosso País. Somos um só povo. Esta Casa tem a missão e o dever de votar segundo os interesses da população brasileira como um todo. É por isso que, neste momento, nós estamos discutindo temas que interessam ao Brasil.

Este destaque, em especial, tem a ver com um plano de desenvolvimento nacional.

Um país precisa olhar para todas as suas regiões. É necessário produzir uma política inclusiva, que leve em conta as diferenças regionais. Por isso queremos ver aprovado este texto e rejeitado o destaque.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, temos a compreensão clara de que nós estamos entregando — o Parlamento brasileiro, o Senado Federal e agora a Câmara dos Deputados — um texto, uma reforma tributária que dialoga com o sentimento do Brasil, que dialoga com o momento que estamos vivendo. Nós precisamos de um sistema que seja célere. Nós precisamos de um sistema que seja justo. Nós precisamos de um sistema que dê conta da dimensão continental do nosso País.

Todas as Lideranças se empenharam, com o conjunto dos Deputados e das Deputadas desta Casa legislativa. Nós nos empenhamos aqui e, onde estiver agora um Parlamentar, nos empenharemos para entregar um texto costurado, tão bem coordenado que foi pelo ilustre Deputado Aguinaldo Ribeiro. Aliás, eu quero aproveitar para parabenizar S.Exa., pois não se trata de um trabalho simples. Trata-se de um trabalho que dialoga com muitos interesses, com muitos atores. E isso foi feito pelas mãos do ilustre Relator, o Deputado Reginaldo Lopes, que foi o responsável, na nossa bancada, na bancada do Partido dos Trabalhadores, por coordenar este trabalho, por coordenar o trabalho que produz, nesta noite, esta peça; uma peça, repito, importante para o Brasil, um texto legal que garante um processo de arrecadação, um sistema tributário para o País justo e transparente.

Assim, veremos com clareza quem é o contribuinte e quanto ele paga. Isso significa, Sr. Presidente, maior controle da sociedade. Quando as pessoas olham o sistema e não conseguem identificar o imposto, nós temos um sistema confuso, e essa confusão não colabora para o desenvolvimento do nosso País. Os empresários brasileiros, os contribuintes brasileiros, aqueles que querem investir no nosso Brasil poderão olhar para o sistema tributário brasileiro agora e ter condições de saber quanto de imposto eles terão que pagar.

Nós estamos, neste momento, discutindo regras de transição, porque sabemos que, como somos um país continental, não é possível adotar nenhuma medida da noite para o dia e achar que vai dar certo. Por isso, as regras de transição são muito importantes. E este destaque ataca uma regra de transição, um sistema que vai até 2032. Não há razão para encurtar esse tempo, o que criaria um problema adicional para um setor da economia nacional. Vamos, sim, fazer essa reforma com a transição já proposta.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, somos contra estes destaques.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 299;

NÃO: 192;

ABSTENÇÃO: 2.

ESTÁ SUPRIMIDO O TEXTO.

A matéria vai ao segundo turno.

Requerimento nº 4.314, de 2023:

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do parágrafo único do art. 150 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a dispensa de interstício entre o primeiro e o segundo turno para a deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45-C, de 2019.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2023.

Deputado Zeca Dirceu (PT/PR)

Líder da Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil

Deputado José Guimarães (PT/CE)

Líder do Governo na Câmara dos Deputados

Para encaminhar a favor do requerimento de quebra de interstício, tem a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o tema está exaustivamente debatido, compreendido, discutido, e nós podemos ir para o segundo turno.

Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra a quebra de interstício, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Depois do encaminhamento.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Caros colegas, já falamos bastante sobre essa questão atropelada do rito, já falamos bastante da importância de uma reforma tributária. Eu, inclusive, subi aqui várias vezes para elogiar os colegas, para falar do bom trabalho que o grupo fez, citei os Deputados, falei do trabalho do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que tentou a conciliação e fez um trabalho bacana. E sei que há efetivamente um esforço no sentido de redução de complexidade, de redução de cumulatividade e de aumento de transparência. Mas a questão é que nós não podemos votar algo que não consigamos quantificar e nem ter clareza.

Pelo texto que veio do Senado, há, sim, várias indicações de aumento de alíquota. O Deputado Marcel van Hattem mostrou aqui claramente: essa trava é uma pseudotrava, porque não trava. Não consideraram 2 anos: desconsideraram 2022 e 2023! Então, isso representa, em termos percentuais de carga tributária, 1,65%, que equivale a 180 bilhões por ano. E ainda que muitas pessoas aqui digam "*não, tem que se considerar isso, tem que se considerar aquilo*", nós não sabemos! Como é que podemos ter segurança de votar a melhor reforma tributária com um revólver apontado à cabeça e possíveis 180 bilhões ao ano para o País?! Cento e oitenta bilhões é muito dinheiro!

Há mais uma coisa: o Fundo de Desenvolvimento Regional, que veio também e que continua no texto, faz com que passe de 100 bilhões para 600 bilhões. E o Senado aumentou 10 anos. Quer dizer que os Estados que produzem, que geram riqueza, têm que ficar mandando dinheiro para os outros Estados? Se fosse a título de tirar as pessoas da pobreza, o.k., mas não é nem isso! Nós estamos falando de perpetuar um sistema que já vem acontecendo há anos e não funciona.

Olha, gente, nós vamos continuar em obstrução! É um absurdo tentar votar a segunda fase da PEC. Tem regra para isso. Temos que ter tempo de maturação, de leitura.

Eu quero ser a favor desta PEC, como fui na primeira vez. É vergonhoso nos colocar para votar desta maneira açodada, quebrando interstício.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil e Progressistas? (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Presidente, e a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para uma questão de ordem, tem a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, a questão de ordem está fulcrada no art. 202, § 6º, combinado com o art. 150, parágrafo único, do Regimento Interno, para destacar a impossibilidade de quebra de interstício em cinco sessões para a proposta de emenda à Constituição em questão — para qualquer PEC, na verdade.

A dispensa de interstício, a quebra de interstício, conforme o nosso Regimento Interno, está condicionada à inclusão em Ordem do Dia, e não à supressão entre dois turnos.

Observe que a PEC em análise segue um regramento especial de tramitação e apreciação. A aplicação indiscriminada do art. 150 fere o regramento do art. 202. Aliás, neste caso, não houve um parecer feito em Comissão Especial. Perdeu-se a oportunidade de apresentação de emendas, como determina o Regimento Interno e até mesmo a Constituição Federal.

Ressalto, Sr. Presidente, a importância de respeitarmos o interstício de cinco sessões, para que possamos debater mais o texto, trazer mais maturação ao debate, reflexão aos Parlamentares sobre a proposta em discussão.

Dessa forma, peço uma análise criteriosa sobre a viabilidade de se quebrar o interstício na tramitação da PEC, considerando suas características específicas e o respeito ao devido processo legislativo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Bia Kicis, essa matéria é pacífica na Casa. Não há nem o que se comentar.

Vou entregar a V.Exa. o texto da situação de normalidade.

Indefiro a questão de ordem de V.Exa.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Recorrerei à CCJC.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil e Progressistas? (*Pausa.*)

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? (*Pausa.*)

Como orienta o PL? (*Pausa.*)

Peço a presença dos Líderes dos blocos aqui para orientar pelos seus partidos.

Como orienta o PT?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim", Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL está em obstrução, Presidente.

O SR. JOSENILDO (Bloco/PDT - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do UNIÃO orienta o voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do MDB orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Bloco do MDB vota "sim".

Como orienta a REDE? (*Pausa.*)

Como orienta o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós continuaremos em obstrução, pelas razões já explicitadas.

Há coisas que são pacificadas pelas práticas, não pelo bom rito. (*Pausa.*)

O que foi, Presidente? Com todo respeito, Presidente — nós nos damos muito bem —, estou conversando amigavelmente com V.Exa.

Eu discordo. Eu acho que temos que ter tempo de maturar, de ler, de analisar, de fazer cálculos. Eu não gosto de votar de maneira açodada.

O Regimento existe para proteger, inclusive as minorias. O Regimento existe para proteger, inclusive aquilo que não é maioria, aquilo que não tem voto.

Não existe no Regimento essa quebra de interstício entre turnos de PEC. Então, deveríamos estar protegidos pelo Regimento, e não pelos hábitos da Casa. Isso realmente me incomoda.

"Obstrução", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Adriana, a pacificação é por Regimento, não é por prática. Entenda uma coisa: por exemplo, a pedido de qualquer Líder, um projeto com parecer favorável, eu posso, inclusive, colocar em plenário, quanto à discussão, se eu dispenso a discussão. Não usamos pacificamente isso por questões de prática.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É democracia, não é, Presidente? A questão é ditadura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Mas o Regimento prevê.

Eu vou ler só o artigo para V.Exa., para que não se cutuque tanto esta Presidência democrática.

O art. 167 me dá a condição, inclusive, de não haver discussão no segundo turno.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu vou ler o artigo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Leia o art.167, Deputada Adriana.

Orientação de bancada.

Como orienta a Minoria?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria libera, porém, Presidente, mais uma vez, eu sei que esse é o choro de quem está em menor proporção aqui dentro, mas é um choro justo, é o choro de um projeto dessa natureza ser votado na sexta-feira, pelo Infoleg, sem respeitar nenhum debate, nenhum aprofundamento, para que pudéssemos melhorá-lo.

Eu repito: esta noite de sexta-feira é mais um dia triste. Estamos construindo um monstro, que colocou 5 bilhões de reais para uma só empresa do Nordeste, que não terá vantagem nenhuma com essa empresa. É mais uma *fake news* de que iria favorecer a Região Nordeste. Mentira! É só...

(*Desligamento do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, são quase 21 horas, mas a Câmara ainda não "sextou", porque nós precisamos concluir hoje a reforma tributária.

O Brasil inteiro nos acompanha, Parlamentares participam diretamente da votação, e a quebra de interstício irá exatamente possibilitar que a reforma tributária seja concluída hoje, ela que é uma grande vitória do Brasil.

Por isso, a Maioria encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Como orienta o Governo?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Governo orienta "sim".

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 309;

NÃO: 33.

ESTÁ APROVADO O REQUERIMENTO.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019.
(DO SENADO FEDERAL)**

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, segunda fase, que altera o Sistema Tributário Nacional.

Nos termos do art. 163, VIII, do Regimento Interno, a aprovação do requerimento de dispensa de interstício prejudica os requerimentos de retirada de pauta e adiamento de discussão em segundo turno.

Passa-se à discussão em segundo turno.

Lista de discussão.

Para discutir a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. (*Pausa.*)

Eu pediria aos Parlamentares que concordam com a matéria que usem pouco tempo, para adiantarmos, porque já é a quarta discussão sobre esse tema.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu só queria um esclarecimento.

Com a quebra de interstício, os outros requerimentos são prejudicados com base em qual artigo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pegue aqui na Mesa, Deputada, por favor.

É o art. 163, inciso VIII.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Por nada, Deputada.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, atendendo a sua solicitação, registro que hoje é um dia, já noite, de glória para este País.

Eu tenho 50 anos de vida pública, há 32 anos frequento o Parlamento brasileiro, e aqui digo que o que atrapalhou o Brasil, nesses últimos 40 anos, foi termos o pior sistema tributário do mundo. Com o ordenamento tributário aprovado hoje, o Brasil vai passar a ser uma máquina de produção, para competir com a China e com qualquer país do sudeste asiático.

Essa é a reforma liberal mais importante da história do País. É economia na veia, competitividade, transparência, um sistema neutro para as empresas, um sistema que vai beneficiar os trabalhadores e as famílias brasileiras, que vai gerar emprego e riqueza e vai fazer o Brasil crescer.

Parabéns, Presidente Lira! Que Deus o abençoe! Continue essa luta! Estamos aqui para votar favoravelmente ao Brasil.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contrariamente, tem a palavra a Deputada Bia Kicis. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Bia Kicis. *(Pausa.)*

Para discutir contrariamente, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para discutir contrariamente, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Deputada Bia Kicis, V.Exa. não vai discutir, não? *(Pausa.)*

Não é possível que V.Exa. não ouviu. Chamei V.Exa. três vezes.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como diz o meu Líder Altineu, ser oposição é muito bom, mas bom mesmo é ser maioria. Nós estamos aqui fazendo nosso papel. *(Risos.)*

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - Tem vaga aqui, Deputada.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Tem uma vaguinha, Deputada Bia Kicis. Tem uma vaguinha na Maioria.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Oposição com maioria é tudo de bom, não é? Mas nós estamos aqui tentando e tentando, Deputado Marcel, conquistar corações e mentes — estamos tentando. Nós somos brasileiros e não desistimos nunca.

Então, é isso. Agora faltam 10 minutos para as 9 horas da noite, e nós estamos aqui discutindo, em segundo turno, essa PEC da Reforma Tributária. Vamos louvar o trabalho do Relator, o Deputado Reginaldo Lopes, o trabalho do autor da PEC, o Deputado Baleia Rossi, e de todos aqueles que se empenharam e foram buscar atender diversos segmentos.

Nós sabemos que o agro foi atendido, que vários segmentos foram atendidos. Mas existe uma coisa: quando você começa a atender daqui e atender dali, num sistema como o do IVA, alguém vai ficar desatendido, porque o cobertor é curto. Então, nós sabemos que quem vai pagar por isso, por essa reforma, vai ser o consumidor, vai ser o pagador de impostos. Não tem jeito de atender a todo mundo.

Estamos aqui dando um benefício a um e um benefício a outro. Cada benefício que é dado a algum segmento faz com que o restante pague mais — não tem como! Existe um limite para o que se pode conceder de benefícios, e está tudo dentro do mesmo bolo. Então, nós ficamos muito preocupados.

Eu gostaria muito de acreditar que essa reforma vai resolver os problemas do Brasil, vai simplificar o sistema, vai melhorar a vida do pagador de impostos, mas, infelizmente, eu não acredito nisso. E é por isso que eu estou lutando aqui, a esta hora da noite, para ver se conseguimos conquistar corações e mentes, alguns votos, para ver se conseguimos virar alguns votos. Infelizmente, o que eu vejo, a partir do meu conhecimento de direito tributário, é um sistema ainda complexo, ainda obscuro, e uma carga tributária muito elevada.

Estamos aqui num processo de obstrução. Pedimos aos colegas que, quando forem votar, votem "obstrução", não deixem de votar, diante do entendimento da Mesa de que, mesmo com orientação de "obstrução", o voto de cada Parlamentar é necessário para que não se configure a falta.

Nós precisamos ainda fazer esse esforço para que continuemos obstruindo a votação, debatendo o texto, de modo que, de alguma forma, consigamos diminuir o impacto negativo que antevemos nessa matéria.

Se não conheço com mais profundidade o texto, é porque ninguém aqui o conhece, lamentavelmente. Não tivemos a oportunidade de conhecer em detalhe especialmente os impactos dessa matéria, os impactos que essa reforma irá trazer.

Sabemos que o pagador de impostos vai conviver por um longo período com dois sistemas e sabemos também que o resultado real não vai ser sentido agora. Às vezes, o pagador de impostos vai comemorar também essa reforma e não vai sentir no bolso amanhã, depois ou na semana que vem, não! Vai demorar um pouquinho, vai demorar algum tempo para que realmente sintamos os efeitos dessa reforma tributária.

Com um pouco de experiência, conseguimos ver que esses efeitos virão, ainda mais que não há limitação para um Governo que só fala em gastar, para um Governo que o tempo todo está tentando furar o arcabouço fiscal. É por isso que, por não termos confiança na gestão desse sistema, colocamo-nos contrários a essa reforma que se apresenta.

Louvo o trabalho de todos, e louvo o trabalho daqueles que continuam firmes aqui obstruindo a votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir favorável à matéria, tem a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Para discutir favorável à matéria, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, defendemos a reforma porque ela é superimportante para o País, para a economia, vai trazer eficiência, vai melhorar a renda *per capita*, vai fazer o Brasil crescer.

Então, quero parabenizar V.Exa. pela condução desse processo, o nosso Relator e todos os atores envolvidos.

Vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para discutir contrário à matéria, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou aproveitar este momento na tribuna agora para repercutir o *tweet* do nosso Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que diz:

É insuficiente e não atende ao RS a mudança aprovada hoje pelo Congresso em relação à Reforma Tributária. Retirar do texto e jogar para uma Lei Complementar os critérios para divisão do futuro IBS não resolve a situação e apenas causa mais incerteza.

Depois ele publica mais três tuítes em que repete a mesma coisa. Na verdade, o Governador não gostou de perder a desculpa para aumentar imposto. É simples assim, Deputado Padovani! Foi retirado do texto o critério que o Governador Eduardo Leite deu como justificativa para propor aumento de 17% para 19,5%.

Relator Aguinaldo, nós divergimos, e muito, em relação à reforma tributária proposta, mas reconheço que V.Exa. fez muito bem em retirar o critério de divisão do IBS de acordo com o valor do ICMS de 2024 até 2028, como estava previsto na PEC, quando ela voltou do Senado. Essa previsão estava sendo utilizada pelo Governador Eduardo Leite e pelos Governadores do COSUD para encaminharem propostas de aumento de impostos do ICMS modal de 17% para 19,5%.

Agora o Relator retirou esse critério, e o Governador Eduardo Leite não gostou disso. Então, ele gosta de aumentar imposto!

Esta é a terceira vez que o Governador Eduardo Leite mente para os gaúchos, porque pela terceira vez ele aumenta impostos, mesmo tendo prometido nas duas campanhas eleitorais que não o faria; que não aumentaria impostos. Na campanha passada, ele disse que não aumentaria impostos, e agora, utilizando-se da justificativa de que a reforma tributária o obrigava a fazer isso, propôs aumentar o ICMS de 17% para 19,5% no Estado do Rio Grande do Sul, Estado que, aliás, vem, há muitos anos, andando para trás em muitos aspectos — reconheça-se que não por culpa apenas do Governador Eduardo Leite, mas do conjunto da obra de vários Governadores, em alguns casos, inclusive ele. Não somos mais aquela potência que éramos em comparação aos outros Estados e precisamos recuperar aquela força que tínhamos no passado.

Mas, em lugar de facilitar para o empreendedor, mais uma vez, a proposta é de aumento da arrecadação, em troca de aumento de gastos públicos. Vários Deputados já vinham negociando seus votos na Assembleia Legislativa a favor do aumento de imposto — eu me refiro, obviamente, aos Deputados Estaduais —, desde que o Governador se comprometesse a aumentar os salários de determinadas categorias.

Agora que o Relator da Reforma Tributária, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, faz uma alteração no texto e retira o trecho que previa uma média do valor cobrado em ICMS nos próximos 5 anos, o Governador Eduardo Leite se vê sem justificativa para continuar o seu projeto e reclama no Twitter, dizendo que isso causa incerteza. Não causa incerteza nenhuma! É claro que não!

O Governador que venha aqui, junto com os Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, como eles fizeram há poucos dias — praticamente toda a bancada gaúcha dos Deputados Estaduais esteve aqui em Brasília —, para conversar com o Relator. Na ocasião, os Deputados foram muito bem atendidos pelo Relator, que lhes disse que não tinha problema em retirar esse trecho da reforma tributária. A bancada que venha junto com o Governador, que a lidera, para discutir esse projeto de lei complementar e impedir que seja feito o aumento de imposto — que é necessário, na visão do Governador — no Estado do Rio Grande do Sul.

Os gaúchos não querem mais aumento de impostos. É preciso, na verdade, reduzi-los.

O que estava sendo criado com esse trecho, agora finado — finado! —, da reforma tributária era uma guerra fiscal às avessas: os Estados buscando saber quem ia cobrar mais imposto, para ficar mais alto na média. Felizmente, esse trecho foi retirado, e agora o Governador que venha aqui para trabalhar pela lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Prof. Paulo Fernando.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caríssimos colegas, inicialmente, eu queria cumprimentar o Deputado Haully. Assim como existe a Lei Caó, de Carlos Alberto de Oliveira, a Lei Sarney e a Lei Rouanet, eu diria que esta é a PEC Haully.

Parabéns pelo trabalho, meu caríssimo colega!

Outro colega, o Deputado Weliton Prado, falou dos novos medicamentos com alíquota zero, que é um aspecto positivo da reforma.

Chamou minha atenção o art. 9º, § 12, que fala dos profissionais liberais fiscalizados pelos conselhos profissionais, que serão regulamentados por lei complementar — os engenheiros, os contadores e a nossa classe laboriosa dos advogados.

Mas o que me chama mais atenção é que a carga tributária geral irá aumentar, pelo tanto de despesa que a União deve pagar. Senão, vejamos: criou-se uma contribuição para o sistema de monitoramento para segurança e preservação de logradouros; criou-se o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas; criou-se o Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá; criou-se o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais; criou-se o Fundo de Desenvolvimento Regional, com recursos da União. Além disso, passam a incidir impostos seletivos sobre exportação e extração, com a alíquota de 1%, de petróleo, combustível, lubrificantes e mineração.

Portanto, esta reforma não será não cumulativa ampla. Por quê? Porque há tanto regime especial, há tanta isenção, há tanto crédito presumido, que continuaremos com um grave problema de transparência na carga tributária para o produto, já que nós temos diversos regimes diferenciados.

Deputado Marcel van Hattem, eu diria, para quem não entende bem disso, que a reforma é igual a entrada de cinema: com a meia entrada de cinema, quando poucos pagam, muitos devem pagar pelos que não pagam. Resultado: teremos um sistema brutal e abrupto, com aumento da carga tributária.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Declaro encerrada a discussão em segundo turno. *(Pausa.)*

Requerimento de adiamento de votação.

Requer o adiamento por 5 sessões da votação da PEC 45/19, constante da pauta da presente sessão.

PL

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós sabemos que está tarde, que todo mundo quer ir embora. Eu acho que nós deveríamos adiar isso para voltarmos na segunda-feira descansados, todo mundo.

Nós estamos aqui que nem a capa do Batman, mas temos uma obrigação moral, Presidente, de lutar, de fazer essa obstrução. Então, se os colegas estiverem de acordo... Há colega que está querendo ir para a festa de aniversário do filho.

Eu acho que este é um bom momento para nós adiarmos essa votação. Podemos deixá-la para segunda-feira, quando, com todo mundo descansado, votamos isso. Acho que é um bom momento, Presidente.

Digo isso porque, na verdade, esta é uma matéria muito importante, e há ainda os destaques a serem analisados. Nós podemos conversar a respeito deles. Pode ser que nós consigamos algum acordo com relação aos destaques que estão para ser votados. Neste horário, já com a mente pesada, cansada, nós não conseguimos produzir tão bem.

Vamos ficar aqui — estamos dispostos a ficar —, mas achamos que seria mais produtivo e que faríamos uma votação melhor, com resultado melhor para o Brasil, para o povo brasileiro, se adiássemos essa votação, se conseguíssemos conversar.

Faço um apelo ao Relator, o Deputado Aguinaldo, para que nós consigamos votar isso mais para frente.

Faço também um apelo aos colegas para que deixemos essa votação para a próxima semana, na segunda-feira, quando teremos toda a condição de votar mais descansados, com a mente funcionando melhor, com entendimento. Nós teremos condição de fazer acordo a respeito dos destaques, de ler a matéria e entender melhor como ficou o texto. Hoje nós votamos muita coisa. Foram feitas alterações, supressões no texto. Mas o interessante, o bom, o salutar é que nós possamos nos debruçar sobre o texto, que a assessoria possa fazê-lo e, assim, possamos tentar, pelo menos, identificar as consequências daquilo que estamos votando.

Então, eu penso que seria uma ótima medida, de bom tom, que cairia bem para todos aqui, se nós fôssemos descansar agora e, na segunda-feira, estivéssemos aqui cedo, prontos para esse novo embate, para discutir inclusive os destaques,

para conversarmos. Pode ser que nós consigamos sucesso em algum destaque que não tenhamos conseguido aprovar, porque agora as pessoas estão começando a entender melhor o desenho daquilo que estamos votando.

E nós sabemos que do diálogo vem a luz, da discussão vem a luz. Nós ficamos aqui conversando no plenário, no chão de fábrica, com os colegas e, quem sabe, conseguimos, Sr. Presidente, chegar à conclusão...

(Desligamento do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Vou concluir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Bia Kicis, V.Exa. teve 3 minutos...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - ... que consigamos, então, Sr. Presidente, chegar a uma conclusão e a um texto melhor. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes, o Deputado Rogério Correia ou o Deputado Sidney Leite. *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT? *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, quando acabar esta orientação, eu gostaria de usar o nosso tempo, por favor.

O SR. PADOVANI (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o União Brasil vota "não" ao adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do MDB orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Bloco do MDB orienta "não".

Como orienta o PL?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PL orienta "obstrução".

Como orienta o PT?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O PT orienta "não".

O NOVO como orienta?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta pelo adiamento da votação. Nós estamos em obstrução — eu peço que sinalizem a obstrução —, mas entendemos nós que o ideal seria realmente que o adiamento da votação acontecesse.

Nós estamos discutindo esse tema agora com o plenário esvaziado, desde a manhã. Chegamos aqui com o plenário vazio, com poucos Deputados, e esse número não aumentou. Deveríamos ter visto o plenário cheio para tratar de uma reforma tão importante.

Para que essa votação seja feita com a legitimidade que se espera de uma reforma que vai alterar a vida dos brasileiros de uma forma tão fundamental, é preciso que tenhamos mais Parlamentares e que ela seja discutida realmente à luz do dia. Já são 9h10min da noite. Acho que é hora de encerrarmos esta sessão e deixarmos para continuá-la na semana que vem, para fazermos a votação na semana que vem. Hoje é sexta-feira, são 21h10min. É raro até o Parlamento fazer votação a esta hora. Por isso, nós estamos, neste momento, em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria.

Sr. Presidente, com a experiência de quem viu todos os três Governos do PT e agora vê este quarto, nós já sabíamos que a administração do PT é como a pata do cavalo de Átila: onde pisa não nasce mais capim. Só que esta matéria agora veio com valor agregado: vai deixar realmente um legado terrível para o País.

Esta reforma tributária nós sabemos que é necessária. Agora, a forma, a pressa do Governo Lula em fazer isso não é pelo bem do Brasil; é para tampar o rombo. E o que me preocupa é que o Lula disse o seguinte: "*O que é que tem gastar? Se precisar se endividar, nós vamos nos endividar*". Já está endividado! E vamos votar uma reforma agora, e, daqui uns dias, eles vão querer outra, porque vai acabar o dinheiro!

Nós estamos em obstrução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota o Governo?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "não", Sr. Presidente, até para fazer justiça com o povo brasileiro, que está há 30 anos esperando por essa reforma tributária, e para pagar o rombo, o calote que Bolsonaro deixou no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como vota a Oposição?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição orienta "obstrução". Nós continuamos em obstrução e realmente queremos adiar essa votação do segundo turno, por razões óbvias.

Estão falando de calote, estão falando que vai melhorar. A minha dúvida é a seguinte, até porque nós precisamos ser razoáveis: nós sabemos que a carga tributária do Brasil é do tamanho do Estado que tem, e um Governo com 40 Ministérios vem falar de calote, que não quer pagar? É o Governo da ganância! Quer arrecadar, arrecadar, arrecadar!

Então, voltando para cá, até porque reforma tributária é um assunto tão importante para o Brasil, é lamentável que seja feita desta forma: quebrando interstício, votando o segundo turno dessa maneira. É por isso que nós estamos em obstrução. Só por essa razão, lamentavelmente.

Nós queremos ver o Governo, primeiro, economizar, reduzir Ministério, porque fica a farofa do cabide, e por aí vamos. Sendo assim, nós continuamos em obstrução, querendo adiar essa votação.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Sr. Presidente, pelo Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Hauly, está encerrada a votação.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós não podemos nós mesmos obstruir.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 49;

NÃO: 323.

ESTÁ REJEITADO O REQUERIMENTO.

Passa-se à votação em segundo turno.

Vamos à lista de encaminhamento.

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Quero reiterar que, nos meus anos de Congresso, fiz a lei do SIMPLES, a do SUPERSIMPLES, a Lei de Exportação e sempre tive muita certeza do sucesso da Lei de Exportação, a Lei nº 87, de 1996, que transformou o Brasil no maior exportador de *commodities* do mundo. Há

também a Lei da Micro e Pequena Empresa, que beneficia hoje mais de 7 milhões de micro e pequenas empresas e 15 milhões de MEIs, sendo responsável por mais de 60% dos empregos do Brasil. O PIB saltou de 17% para 30%.

Com a reforma tributária, o Brasil vai entrar em uma era de prosperidade e crescimento econômico que perdeu o embalo na década de 80, mais precisamente no Governo Figueiredo, quando o Brasil quebrou sua economia. Depois quebrou com o Collor, quebrou com a Dilma e não se aprumou ainda. Qual é a razão disso? A falta de uma estrutura tributária como esta. Aqui, hoje, não há esquerda, não há direita, não há centro, não há para cima nem para baixo. Temos uma emenda constitucional do Congresso Nacional, de Deputados e Senadores do Congresso Nacional. Não tem nada a ver com outra característica.

Nós agradecemos o apoio do Presidente Lula, do Ministro Haddad, da maioria dos Governadores, da maioria dos Prefeitos, da maioria dos empresários, da maioria dos trabalhadores e, principalmente, dos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que votaram.

Parabéns a todos por esse trabalho extraordinário! Todas as PECs econômico-tributárias são do Congresso. O Congresso é o responsável por elas.

Parabéns, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contrariamente à matéria, tem a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, estamos aqui nesta batalha, nesta luta para nos manifestarmos contrariamente, fazemos um encaminhamento contrário à aprovação dessa PEC.

Nessa proposta de emenda à Constituição, o povo todo já esperava que viesse uma resposta a esse sistema, que é um verdadeiro manicômio tributário no Brasil, é um sistema obscuro, é um sistema caro, em que o pagador de impostos não tem retorno. Então, sem dúvida, é um dos piores sistemas do mundo.

É claro que eu, como cidadã, como alguém da área do Direito, sempre sonhei e entrei neste Parlamento com muita vontade de aprovar uma reforma tributária, Deputado Reginaldo Lopes.

Comecei, lá nos idos de 2019, a participar dos grupos de trabalho a respeito da PEC 45. Eu estava bastante empolgada com essa PEC, mas, depois, com as transformações que ela foi sofrendo, fui vendo que ela promete resolver problemas que, na verdade, não resolverá e que cria outros problemas, inclusive o problema de coexistência, por um longo tempo, de dois sistemas.

Essa PEC se propunha a unificar impostos, a fazer um imposto. Além de unificar o IPI e outros dois impostos que, na verdade, já são um só no âmbito federal, ainda cria o imposto seletivo, ou o chamado imposto do pecado, e onera, mais uma vez, o pagador de impostos.

E ainda há o problema do IBS. Há a unificação do ICMS e do ISS, além da criação de um comitê que retira de Estados e Municípios a competência legislativa para tratar do sistema tributário. Numa federação, eu enxergo isso como uma verdadeira violação ao pacto federativo. Eu me sinto como se estivesse chegando a um país unitário, em que todo o poder está concentrado na União. Estados e Municípios estão perdendo competência legislativa. Isso é muito ruim. Eu enxergo isso como um problema que não será superado. Pelo contrário, é um problema que essa PEC traz e que talvez seja enfrentado nos tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, estamos num momento histórico. Vamos votar, com certeza, uma reforma superimportante para a economia brasileira.

Quero aqui reconhecer a parceria, o alinhamento político. Acho que, pela primeira vez, a Câmara e o Senado conseguiram alinhar-se, de maneira estratégica, para a votação da reforma tributária. Isso tem muito a ver com a liderança do Presidente Arthur Lira e com a postura colaborativa do Presidente Rodrigo Pacheco.

Há a capacidade, que nós precisamos reconhecer, do Deputado Aguinaldo Ribeiro de ter construído toda esta aliança estratégica importante com todos os setores econômicos.

Agradeço ao Deputado Baleia Rossi por ter trabalhado, construído e apresentado esta importante peça legislativa.

Agradeço também ao conjunto de Lideranças partidárias, a todos os Líderes que participaram, inclusive, do grupo de trabalho, onde todos os partidos tiveram assento, colaboraram e trouxeram boas contribuições para esta reforma.

Agradeço a liderança extraordinária ao Ministro Fernando Haddad, que ajudou o Relator a criar os parâmetros, a construir as convergências, a organizar a pauta por dentro do Governo, junto com o Presidente Lula.

O resultado foi uma política de ganha-ganha. Estou muito convicto de que o Brasil vai ganhar, de que todos vão ganhar. Esta reforma consegue corrigir inúmeras distorções do nosso sistema tributário — não apenas a distorção de um imposto complexo, judicializado —, através da sua simplificação. Mas a simplificação também corrige normas e distorções, como colocar o imposto no destino, fazendo justiça federativa.

A reforma elimina a cobrança de imposto sobre imposto, da incidência do próprio tributo, cobrando valor agregado e permitindo à economia brasileira a eliminação do Custo Brasil, do custo tributário, dando ao País a oportunidade de ser mais competitivo.

A reforma vai melhorar a vida do povo brasileiro — não tem sentido fazer uma reforma se não for assim —, ao possibilitar uma economia mais competitiva, com maior geração de empregos e, consequentemente, renda e riquezas, além de uma melhora do PIB. Isso é transferido para a renda *per capita* do povo brasileiro, e o País precisa disso para aumentar o consumo das famílias.

A reforma vai fazer justiça tributária, porque vamos cobrar menos dos mais pobres. Nós vamos diminuir a carga tributária de 90% do povo brasileiro. Vamos estabelecer alíquota diferenciada para educação, o transporte e a alimentação e alíquota zero para remédios. Por isso, 90% vão pagar menos. Quem ganha menos vai pagar menos quem ganha mais vai pagar mais. Vamos...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, nós estamos discutindo a reforma tributária numa sessão marcada para as 9 da manhã, que se iniciou, se eu não estou enganado, próximo das 10h30min e que provavelmente vai durar cerca de 12 horas, até que tudo seja concluído.

Obviamente, muitos se queixam do tempo que estamos aqui. Faz parte, não é, Deputado Cherini? É claro que estamos cansados. Ninguém aqui é de ferro. A Deputada Bia Kicis é uma lutadora, assim como a Deputada Adriana Ventura e os demais Deputados da Oposição que estiveram aqui trabalhando até agora nesse encaminhamento.

Eu queria lembrar ao Plenário que, enquanto nós estamos nos queixando dessa situação, que realmente nos deixa cansados, algumas pessoas continuam presas na Papuda, com parecer do Ministério Público por sua soltura. Alexandre de Moraes até hoje não soltou essas pessoas. Nós estamos trabalhando na Câmara dos Deputados, discutindo a reforma tributária, mas, na minha opinião, todo o trabalho da Casa deveria ser parado — e já disse isso outras vezes —, enquanto tivermos presos políticos no Brasil.

Cleriston Pereira da Cunha faleceu na Papuda. E havia parecer da PGR em favor de sua liberdade desde o dia 1º de setembro. Tenho aqui uma lista da Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de Janeiro, com 26 pessoas que têm quadros de saúde complicados, com comorbidades graves, uma delas, a primeira da lista, com parecer da PGR por sua liberdade desde o dia 13 de setembro de 2023. Trata-se de Jorge Luiz dos Santos. Há também parecer pela liberdade de Claudinei Pego da Silva desde 9 de outubro de 2023 — já se vão 2 meses de parecer favorável à sua soltura, e ainda segue na Papuda.

Sr. Presidente, eu utilizo meu tempo para pedir a sua interferência. Não é aceitável que continuem presas essas 26 pessoas — fora as outras que estão lá injusta e ilegalmente — com comorbidades graves e com parecer do Ministério Público por sua soltura. Vale para qualquer criminoso no Brasil, quando há pedido de soltura, ainda mais com comorbidade, que isso seja cumprido logo. Para essas pessoas que estão lá, muitas delas presas ilegalmente, não vale a mesma coisa, não vale o mesmo direito? Essas pessoas que estão na Papuda ou na Colmeia não têm direito à mesma lei que um estuprador e que um assassino têm como direito, Sr. Presidente?

É um absurdo o que estamos vendo no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, em segundo turno.

Eu peço atenção às Lideranças partidárias para informar aos Parlamentares que nós estamos em votação de mérito do segundo turno, ressalvados os destaques.

Orientação de bancada.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT?

O SR. PADOVANI (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil encaminha "sim".

Ressaltamos aqui uma homenagem ao Deputado paranaense Luiz Carlos Hauhy, que tanto trabalhou por essa reforma tributária para que ela seja propositiva, para que ela seja boa para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é uma sessão histórica. Nós vamos aprovar a reforma tributária que vai destravar nossa economia, vai fazer o Brasil voltar a crescer, gerando emprego e renda para a população. É uma reforma que simplifica o sistema, que é justa e que vai fazer com que os mais pobres paguem menos impostos.

Por isso, o bloco encaminha "sim". "Sim" à reforma tributária!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PL orienta "não", agora no mérito. Estamos mudando. Agora não é obstrução. Agora o voto é "não".

Nós queremos deixar bem claro para aquelas pessoas que estão nos acompanhando que nós votamos contra a reforma tributária como proposta. Gostaríamos, na verdade, de votar isso em outro dia, mais descansados, com mais diálogo, para que pudéssemos inclusive chegar a algum acordo a respeito dos destaques que virão a seguir, mas, infelizmente, esse acordo não pôde ser construído ainda.

Nós votamos "não", porque entendemos que essa reforma não trará os benefícios que estão sendo prometidos e trará ainda mais confusão e aumento de carga tributária.

O PL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, há 30 anos esta Casa discute esta matéria. Eu acho que, no dia de hoje, mais do que nunca, nós estamos aptos a aprová-la e dar esse presente para o povo brasileiro.

A reforma visa simplificar um sistema arcaico no Brasil, modernizar o sistema, que vai impulsionar a nossa economia e a geração de trabalho e renda.

A Federação orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Só um minutinho, Sr. Presidente. A Deputada Adriana vai orientar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu queria só passar uma informação às Lideranças partidárias e fazer uma comunicação às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados: terminando o mérito, nós temos dois destaques em segundo turno.

Esta Presidência avaliará se prosseguiremos ou não, a depender de umas ligações para alguns Líderes aqui.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, infelizmente, nós continuamos em obstrução, numa matéria tão importante para o Brasil, numa matéria que defendemos durante 5 anos, numa matéria que acompanhamos por meio do nosso Deputado Alexis Fonteyne, elogiando o trabalho de todos que lutaram por essa reforma tributária.

O nosso único ponto é que não podemos votar no escuro, sem ter a certeza de que isso não vai gerar aumento de carga, sem ter a certeza de que esses excessos de benefícios e exceções para uns não vão trazer oneração para outros. Então, é uma pena que não tenhamos essa clareza. E é com tristeza que eu oriento "obstrução" e é com tristeza que realmente eu não consiga ter essa clareza, uma vez que sempre fomos muito a favor dessa reforma pelo Brasil, uma matéria que o Brasil precisa votar.

Infelizmente, nessas condições, no escuro, estaremos em obstrução até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria? (*Pausa.*)

Como orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Como orienta o Governo?

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do nosso Líder Guimarães, vamos orientar "sim". E, em nome dele, quero agradecer a todos os Líderes partidários e a todas e a todos Vice-Líderes do Governo pela dedicação, pela determinação, pela capacidade de construção da unidade e de poder fazer uma grande entrega ao Brasil.

Quero agradecer a V.Exa., Presidente Arthur Lira, ao Relator Aguinaldo, por todo o trabalho que foi realizado. O Governo do Presidente Lula vai continuar trabalhando incansavelmente para unir e reconstruir o Brasil. E entregar uma reforma tributária como essa justa e solidária, necessária para o Brasil, é muito importante.

Então, registro os nossos agradecimentos a todas e a todos que fazem as Lideranças dos partidos, aos Deputados, às Deputadas e aos Vice-Líderes.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - A Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Sr. Presidente, orienta "não", porque não tem como dar certo. Essa reforma tributária vem carregada de interesses. O que vai acontecer é a mesma coisa que hoje já acontece no sistema tributário brasileiro.

É uma reforma que favorece setores. Por exemplo, votamos aqui — e eu votei contra — o incentivo fiscal para a FIAT. Imaginem se alguma empresa no Nordeste vai se instalar recebendo 5 bilhões de reais de incentivo para uma única empresa trilionária. Não tem como dar certo essa reforma. Essa reforma vem carregada de acordos, de acertos, que nós vamos conhecer com o passar do tempo.

Votamos "não" com convicção. "Não"!

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Sem revisão do orador.) - A Maioria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa reforma moderniza e simplifica o nosso sistema tributário. Ela enfrenta injustiças e distorções; ela enfrenta a regressividade do nosso sistema tributário atual. Trata-se de uma reforma tributária que vai ajustar o nosso sistema para um crescimento maior do nosso País. E é tão necessário que o Brasil cresça a taxas maiores, para gerar mais empregos, melhorar a vida das pessoas e dar maior oportunidade ao Estado para implementar políticas públicas para melhorar a vida do povo.

A Casa está ativa, Presidente: o painel acusa 483 votos — e ainda não chegamos ao final da votação. A Casa está mobilizada para que a reforma tributária seja concluída hoje.

A Maioria orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado, Deputado.

Como orienta a Oposição?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo respeito à posição do NOVO, vamos encaminhar o voto "não" — e explico o porquê. Essa reforma, com todo o respeito aos que se debruçaram sobre o seu texto, ao final, o que está nascendo é um ornitorrinco.

Quando se olha para a reforma, alguma coisa está errada e não está certa. E veja bem, Sr. Presidente, o porquê: estamos sob a égide de um Governo com personalidade voltada para o gasto. Parafraseando o Mão Santa: "*O PT, quando não está mentindo, está gastando*". E ele ainda falava outra coisa...

Fato é que o PT recebeu um Governo enxuto e já está com déficit enorme. Todas as estatais já estão no negativo. Até os Correios, que apresentaram balanço positivo, já estão deficitários também.

Então, essa reforma é para tapar rombo. Não tem como dar certo um negócio desse.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Indago se todos no plenário já votaram? (*Pausa.*)

Deputada Adriana Ventura, V.Exa. já votou? *(Pausa.)*

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Indago se todos no plenário já votaram e se posso encerrar a votação. *(Pausa.)*

O painel registra 485 votos. Acho que é mais do que suficiente.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 365;

NÃO: 118;

ABSTENÇÃO: 1.

ESTÁ APROVADA EM SEGUNDO TURNO A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Retirem as emendas!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu faria esse apelo, mas vamos encerrar as votações dos destaques.

Informo que temos apenas dois destaques. Caso votemos com celeridade, vamos entregar ao Brasil ainda hoje este trabalho do Parlamento, coroando o esforço de todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Destaque de Bancada nº 25.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da expressão "extração", contida no inciso VIII do artigo 153, e, por consequência, o inciso VIII do parágrafo 6º do artigo 153, contidos no artigo 1º da PEC 45/2019, apresentado à PEC 293/2004, que "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º)".

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, tem a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - Esse é o destaque que se refere às armas ou à extração, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É o da extração, Deputada Bia Kicis. É aquele que baixa a alíquota geral.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós não temos esse entendimento de que vai baixar a alíquota geral. O que entendemos é que essa tributação sobre a extração vai encarecer combustíveis, vai encarecer o *diesel*, é uma tributação que vai afetar exatamente aquelas pessoas que mais precisam, como os caminhoneiros. Se encarecer o *diesel*, Presidente, vai encarecer alimentos.

Se essa reforma pretende melhorar o sistema, isso que foi incluído no Senado, a extração, vai encarecer todo o transporte e acabará sendo uma espécie de imposto seletivo. É como se fosse pecado querer baratear alimentos.

Entendemos que o fato de terem incluído a extração causou um desequilíbrio no sistema. Por isso, é preciso que se destaque a votação da expressão "extração", contida no inciso VIII e no § 6º, se não me engano. No inciso VIII está previsto 1%, que é a alíquota máxima para a cobrança da extração. Quando retiramos a expressão "extração" nesse inciso, é claro que, por decorrência, cai o inciso VIII do § 6º também, porque ele se refere apenas e tão somente à extração.

Não vemos como isso vai fazer com que o sistema em geral seja encarecido. O que vai ser encarecido é exatamente o combustível. E isso vai acabar gerando um desequilíbrio e afetando as pessoas mais vulneráveis, mais pobres, que mais dependem de algum benefício, como, por exemplo, os caminhoneiros, que dependem do *diesel*.

É por isso que pedimos aos colegas que votem a favor do nosso destaque para que possamos subtrair do texto a expressão "extração". O que vai ser tributado, o que se está permitindo tributar é a produção, mas não a extração. Isso porque, quando

se exporta, vai se pagar o imposto primeiro agora. Então, obviamente, isso vai encarecer o preço final do produto também. É por isso que pedimos ao Plenário, aos colegas que estão presentes e àqueles que estão nos ouvindo, que votem a favor deste destaque para retirar a expressão "extração".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta Casa, de maneira correta, limitou o imposto seletivo na extração a 1%. De fato, fizemos aqui uma grande convergência para haver essa limitação. Porém, permite-se a incidência na extração.

Nós entendemos que o imposto seletivo é importante nesses setores econômicos, porque nós estamos vivendo uma transição do modelo energético do País. Nós acabamos de sair da COP 28 e nós temos toda uma pauta de transição. É fundamental que o País possa dar exemplo limitando a 1%, mas, ao mesmo tempo, recompondo também a sua arrecadação, porque, de fato, no conjunto do cálculo que nós vamos definir a alíquota padrão, uma alíquota de referência, isso vai ter um peso importante.

É bom lembrar que nós temos o modelo de duas Casas Legislativas, e houve alterações do Senado, as quais eu sempre defendi que foram positivas, contribuíram para a reforma; trouxeram a questão da alíquota reduzida para alguns setores e também a questão dos modelos específicos.

Então, é fundamental, nesta pauta da extração, nesta pauta do setor, que tem, de fato, alguns impactos do ponto de vista ambiental, essa contribuição para os Estados, os Municípios e a União — é bom lembrar que esse imposto será compartilhado —, para os investimentos públicos nessa grande transição da sustentabilidade, do novo modelo econômico que o Brasil está construindo, que tem responsabilidade com a nossa terra-mãe, com o nosso planeta, de avançar com essa perspectiva. O Brasil é um país ousado do ponto de vista de produção energética de matriz renovável.

Portanto, eu peço a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro, como Relator.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse tema foi incluído no texto do Senado, e vale a pena uma reflexão. Eu acho que é relevante. O imposto seletivo tem sempre uma característica de se trabalhar para coibir determinados consumos, inclusive aqueles que têm externalidade negativa no que diz respeito à saúde humana e também às questões ambientais, ou seja, para nós preservarmos o nosso ambiente.

É importante dizer da riqueza que este País tem. Essa é, de fato, uma riqueza nacional, está no subsolo e também nas águas territoriais do nosso País. Eu tenho certeza de que esse movimento desse imposto seletivo também serve para que nós possamos dosar e, até como medida distributiva, fazer com que uma parte dessa riqueza seja distribuída no País como um todo.

E de que forma? Quando nós colocamos essa alíquota, que será, na verdade, definida em lei complementar, temos um instrumento importante que é exatamente o efeito de diminuir a alíquota de referência, tendo em vista que nós vamos ter aí uma arrecadação importante, que antigamente ia embora. Essa parte termina se incorporando no seletivo, a alíquota de referência, portanto, baixa a alíquota do IVA, e, mais que isso, essa receita é dividida com o nosso País, fica com os brasileiros.

Por isso, em acordo também com o próprio Senado, nós entendemos que é importante que se mantenha essa tributação no seletivo, também com esse viés de justiça distributiva da riqueza brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do União Brasil, Progressistas, PSB, PDT?

O SR. PADOVANI (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do União Brasil orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Esta Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Há este destaque e mais um.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco do MDB, PSD, REPUBLICANOS?

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta "não" ao texto, Sr. Presidente, porque nós precisamos retirar o termo "extração", para que não haja um acréscimo de preço sobre combustível, *diesel* e, por consequência — já estou até enrolando a língua a essa hora —, também aumento no preço de alimentos, de outros itens que dependem do transporte, que dependem do *diesel*.

Atenção! PL é "não", "não" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB, PV?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, "sim". Acho isso positivo, importante. Isso faz parte de um grande alinhamento político também com o Senado e é fundamental para a nossa transição ambiental e ecológica.

"Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Com orienta a Federação PSOL REDE? (*Pausa.*)

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "não". Nós estamos acompanhando o PL. Nós entendemos que há uma interpretação muito extensa aí.

E queremos aproveitar, Sr. Presidente, nesse espírito natalino em que nós estamos agora, chegando ao fim do ano, para dizer que nós reconhecemos o trabalho da nossa Assessoria, da Liderança do NOVO, dos gabinetes, que tem sido reconhecido também por muitos outros gabinetes, que têm se solidarizado com o trabalho que está sendo feito aqui.

Então, Presidente, eu sei que houve, no início desta sessão, uma dificuldade com aquilo que fizemos de questão de ordem, mas, certamente, foi sanado. E nós esperamos que, repito, nesse espírito em que nós estamos agora, de fim de ano, possa ser reconhecido também o trabalho maravilhoso que está sendo feito pelos assessores não só do NOVO, mas também desta Casa, que merecem todo o respeito também da Mesa Diretora.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Sr. Presidente, orienta "não" justamente porque esse Imposto Seletivo vai significar 5,5 bilhões de reais que quem vai pagar será aquele que usa o gás de cozinha, o *diesel*, a gasolina, os taxistas, os caminhoneiros, a dona de casa. Todos esses vão pagar esses 5,5 bilhões de reais, que é o que significa esse imposto.

É importante que se diga nesta Casa que oito Frentes Parlamentares apoiam esse destaque — oito Frentes Parlamentares desta Casa! — e encaminharam pedido para que, através do nosso Líder Altineu, nós colocássemos novamente o destaque.

Espero que consigamos vencer, porque ele é muito importante para o Brasil.

Então, nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, essa matéria já foi debatida hoje à noite, e nós a votamos em primeiro turno. A Casa se posicionou, com muita força, favorável ao texto apresentado pelo Relator Aguinaldo Ribeiro, que, mais uma vez, foi ali à tribuna mostrar a importância dessa matéria.

A Maioria, Sr. Presidente, orienta a manutenção do texto, conforme defendeu o Relator Aguinaldo Ribeiro, conforme aprovamos, no primeiro turno, já hoje à noite.

Por isso, nós encaminhamos o voto "sim".

A Maioria vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, perguntaram-me agora há pouco se eu acho que essa reforma vai ser benéfica para o Brasil. Eu disse: *"Eu espero que sim, mas acredito que não"*. Por quê? Porque o que nós vimos até agora, Sr. Presidente, como eu disse há pouco, é que a reforma que vinha sendo

bem conduzida e esperada pela Casa tomou de repente uma velocidade e um rumo inesperados devido ao Governo que está de plantão.

Como eu disse, receberam um Governo enxuto e meteram o pé no acelerador dos gastos. E aí querem uma reforma para arrecadar. Eu me preocupo porque o Mato Grosso do agronegócio, que ajuda este País, é quem vai ser punido.

Neste caso aqui, Presidente, o voto da Oposição é "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vou orientar pelo Governo. Antes, porém, queria registrar a presença nesta Casa do ex-Deputado Federal Carlito Merss, que trabalhou muito nesta matéria, juntamente com o Deputado Luiz Carlos Hauly, e está vivenciando este momento histórico nesta Casa da aprovação da reforma tributária. E já estava tarde para se aprovar essa reforma tributária para gerar emprego e renda para o nosso povo brasileiro. Eu tenho a plena certeza de que ela vai melhorar significativamente a vida do povo brasileiro.

Então, é um momento histórico para esta Casa de Leis, que votou a reforma em tempo recorde no primeiro semestre aqui na Câmara dos Deputados. Hoje nós estamos concretizando esse sonho de muitos brasileiros e brasileiras.

O Governo vota "sim", pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos no plenário já votaram?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE) - Presidente, ainda falta muita gente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Tem a palavra ao Deputado Baleia Rossi, autor da PEC.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no período da tarde, eu pude falar e pedir o voto dos Deputados e das Deputadas.

Hoje é um dia muito especial, é um dia que vai entrar para a história deste Parlamento e do nosso País, porque estamos entregando uma reforma tributária que traz justiça tributária. Os pobres vão pagar menos impostos, temos zero de imposto na cesta básica e nos remédios e há avanços significativos que valorizam quem quer empreender, quem quer fazer a diferença em nosso País, acabando com esse manicômio tributário que nós temos hoje.

Eu pude agradecer ao Presidente Arthur Lira pela liderança, coragem e determinação de, depois de 35 anos, colocar este tema para votação e por ter nos ajudado para que pudéssemos ter esse belíssimo placar em uma PEC.

Igualmente importantes, como o Presidente Arthur Lira e o Deputado Aguinaldo Ribeiro, nosso Relator, são os Líderes partidários, a quem eu queria fazer, como autor da PEC, um agradecimento especial. Nada disso seria possível se não tivéssemos o empenho, o trabalho e a dedicação dos Líderes.

Quero nominar todos para fazer justiça: o Líder do União Brasil, Deputado Elmar Nascimento, e o Presidente Nacional, Luciano Bivar; o Líder do Republicanos, Deputado Hugo Motta, e o Presidente Marcos Pereira; o Líder do Progressistas, Deputado Doutor Luizinho, e o Presidente Ciro Nogueira; o Líder da Federação do PT, PV e PCdoB, Deputado Zeca, e a Presidente, Deputada Gleisi Hoffmann; o Líder da Federação PSDB Cidadania, Deputado Adolfo Viana, e o Presidente Marconi Perillo; o Líder do PSD, Deputado Antonio Brito, e o Presidente Gilberto Kassab; o Líder do Solidariedade, Deputado Aureo Ribeiro, e o Presidente Paulinho; o Líder e Presidente do Avante, Deputado Luis Tibé; o Líder do PSB, Deputado Felipe Carreras, e o Presidente Carlos Siqueira; o Líder do PDT, Deputado André Figueiredo, e o Presidente Carlos Lupi; o Líder da REDE, Deputado Túlio Gadêlha; o Líder do Podemos, Deputado Fábio Macedo, e a Presidente Renata Abreu.

Nada disso seria possível se não fosse o trabalho de homens e mulheres comprometidos com o futuro do País, com a simplificação do nosso sistema.

Já falei aqui do pessoal do CCiF — está aqui o Bernard Appy —, já falei do Ministro Fernando Haddad, da Ministra Simone Tebet, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, do Presidente Lula, que colocou a matéria como prioridade, de tantos atores, do Deputado Reginaldo, que está aqui.

Quero fazer um agradecimento especial ao meu Líder, Deputado Isinaldo Bulhões Jr., que, desde o primeiro momento, acreditou que era possível e nos ajudou a chegar a este resultado.

Quero agradecer a bancada do MDB, meu partido, que, depois de muita discussão, abraçou esta PEC e essa tese da reforma tributária como algo fundamental para o nosso País.

Portanto, hoje quem ganha é o País. O Brasil sai fortalecido dessa votação, porque nós não somos o País do futuro, nós somos o País do presente. Nós temos um futuro extraordinário, e esse crescimento econômico que nós vamos ter com a votação desta PEC vai melhorar a vida de todos os brasileiros.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu queria agradecer. A palavra que eu usei hoje à tarde foi "gratidão": gratidão a Deus, gratidão a São Paulo, que me deu a oportunidade de ser Deputado Federal, gratidão a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que nos deram a oportunidade de chegar a este momento e dizer que nós vamos mudar o Brasil para melhor com a reforma tributária, com crescimento econômico e com um futuro melhor para todos os brasileiros.

Parabéns a este Parlamento, que está fazendo história! Desde 1988, quando Ulysses Guimarães promulgou a Constituição Cidadã, nós não tínhamos uma votação tão importante e tão relevante como esta. Parabéns a todos os que contribuíram, até àqueles que votaram contra e que, no particular, muitas vezes disseram "*Baleia, gostaria muito de votar a favor desta PEC*", mas que, por questão A ou B, não puderam fazê-lo, porém, contribuíram com o bom debate.

Para finalizar, Presidente, quero também citar aqui o Deputado Vitor Lippi, que é um grande Parlamentar, também apaixonado por esta matéria, e dizer que todos juntos estamos fazendo história. Estava aqui o ex-Presidente Rodrigo Maia, que também foi um grande batalhador. Quando o Rodrigo me sugeriu apresentar esta PEC, muitos descreditavam, muitos falavam que era impossível, que há 30 anos, 40 anos se discutia a reforma tributária e que seria mais uma discussão. E hoje todos nós juntos, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, estamos dando uma resposta positiva de otimismo: nós acreditamos no Brasil, vamos mudar o Brasil para melhor, para melhorar a vida dos brasileiros.

Um abraço a todos. Parabéns por esta vitória! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Todos já votaram? (*Pausa.*)

Aguardem 1 minuto só. O Deputado Cezinha está votando. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 333;

NÃO: 154.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO.

Último destaque de bancada, do PL, em relação à PEC 45/19, em segundo turno:

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do inciso II, do parágrafo 6º, do artigo 153, constante no artigo 1º da PEC 45/2019, apresentado à PEC 293/2004, que "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts. 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º)".

Sala das Sessões

Altineu Côrtes (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, recentemente, em Sorriso, Mato Grosso, uma tragédia se abateu sobre uma família. O pai de família, viajando, começou a ligar para a casa dele, e ninguém atendia. Pediu a alguém que fosse lá, e, enfim, o resultado foi que quatro pessoas foram mortas a sangue frio por um facínora que arrombou a janela da casa e estuprou e matou a mãe e as filhinhas.

O que tem a ver isso com a discussão que nós estamos fazendo aqui? É que nós estamos vendo, cada dia mais, que esse Governo, com a mesma facilidade que tem para aparelhar, para ocupar os espaços de poder, para enfiar gente no STF, no Ministério Público, em tudo que é lugar — nas universidades, nas escolas —, tem para colocar jabuti na legislação.

Essa história que enfiaram, das armas, é uma gambiarra. Quando eles começaram a tratar do "imposto do pecado" aqui, tratava-se de produtos dos quais queriam diminuir o consumo por causa da questão da saúde e tantas outras coisas. Nada tinha a ver com a questão de a pessoa poder ter acesso a um instrumento de defesa. É um absurdo que essas questões ideológicas venham a pautar uma reforma tributária.

Aliás, eu disse há pouco que o que está saindo aqui como produto final é um animal bem esquisito, porque não combinam com o corpo da reforma os acessórios que estão vindo juntos.

Dá vergonha alheia olhar, por exemplo, a Constituição norte-americana e ver uma constituição enxuta. Aqui, na nossa Constituição, nós vamos ter, daqui para frente, sapato, sabonete e óleo de cozinha. Nós vamos ter tudo o que é produto colocado lá, as minúcias. Poxa vida, como saímos pequenos cada vez que tentamos ficar grandes!

Então, Sr. Presidente, eu acho que penalizar uma família por ter acesso a um instrumento de defesa, por poder portar uma arma em casa é, na verdade, eu diria, até uma forma de injustiça sem tamanho. Isso porque, por você ser contrário às pessoas portarem armas, você começa a usar os subterfúgios, os tecnicismos, como diz Mangabeira Unger, para poder impedir esse acesso.

Essa é a opinião do PL. Esperamos que esse destaque possa ser aprovado para que não se penalize... Aliás, não era essa a vontade do legislador quando começou a discussão da reforma. Isso é penduricalho, gambiarra do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Para encaminhar contra o destaque, tem a palavra o Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE. Sem revisão do orador.) - Não faz sentido, Sr. Presidente, haver um aumento de imposto para serviço, para alimentação, e não haver para as armas.

O povo brasileiro quer mais escola, mais creche, mais saúde, mais esporte, mais lazer, menos armas, mais livros.

Por isso, encaminho "sim" à vida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Orientação de bancadas.

Como orienta o Bloco do UNIÃO, PP?

O SR. PADOVANI (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do União Brasil encaminha "sim", ressalvado o meu voto particular, Sr. Presidente, pois entendo que as armas defendem a vida, a propriedade e a liberdade. Nós temos que dificultar o acesso das armas aos bandidos, e não aos homens de bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, hoje, pela última vez, que depositem os seus votos no Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação.

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE?

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para fazer justiça, eu queria fazer um agradecimento muito especial também a todos os consultores da Câmara Federal que trabalharam ao lado do Relator Aguinaldo Ribeiro e também a todos os funcionários desta Casa e àqueles que contribuíram na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, ao lado do Appy. Sem eles, nós não chegaríamos até aqui. (*Palmas.*)

Muito obrigado de coração por todo o trabalho e por toda a colaboração para entregarmos essa reforma tributária justa e simples para o Brasil.

O bloco encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o PL, Deputado Capitão Alberto Neto?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PL orienta "não" e deixa muito claro para a população que quem votar "não" estará votando a favor do atirador esportivo, dos CACs; quem votar "sim" será contra, primeiro, a geração de emprego.

Hoje existem oito fábricas de armamento no nosso País. E quem compra arma, além do atirador esportivo — nós somos medalhistas olímpicos —, são os policiais, é a nossa segurança pública, que, como um todo, vão pagar mais caro.

Então, nós vamos perder concorrência para o mercado estrangeiro.

Colocar a fabricação de armas no Imposto Seletivo, isto sim, é um grande absurdo, foi o jabuti que colocaram nesta reforma tributária.

Nós temos um governo que chegou ao poder sem um projeto de segurança pública. O único projeto que ele tem é o de criminalizar o atirador esportivo. Isso é uma grande injustiça neste País. Por isso, nós temos que votar "não", para suprimir

o Imposto Seletivo, que é o "imposto do pecado", que serve para barrar o consumo de cigarros, nada tem a ver com quem está querendo produzir e levar armamento para o nosso policial, para a segurança pública.

Quem está votando "sim" está votando contra a segurança pública, contra o atirador esportivo, contra os CACs deste País.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação do PT, do PCdoB e do PV?

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orienta "sim".

Não se trata de debate ideológico. Muito pelo contrário. É um debate técnico. As forças de segurança pública não vão pagar Imposto Seletivo, que não incide sobre as Compras Governamentais, em especial das forças de segurança pública. O que nós estamos fazendo aqui é técnica, a técnica de que de fato não justifica reduzir os impostos sobre armas e aumentar os impostos sobre serviços, sobre alimentação etc. Portanto, nós estamos distribuindo a carga tributária. As nossas decisões foram técnicas. Olhamos a alíquota efetivamente paga pelos setores econômicos. Porque quem paga é o cidadão, e, de fato, a compra de armas tem uma carga tributária superior ao IVA. Portanto, é uma recomposição da alíquota.

Vamos, sim, votar o Imposto Seletivo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Federação PSOL REDE? *(Pausa.)*

Como orienta o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "não", vai manter a mesma orientação do primeiro turno. Afinal de contas, nós queremos menos impostos para os brasileiros. Neste caso específico, o cidadão que tem qualificação para se defender não deveria estar pagando mais imposto por isso.

O NOVO orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Minoria?

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta "não".

Mais uma vez, nós chegamos à conclusão de que esta reforma tributária não tem como dar certo, porque mistura política orçamentária com reforma tributária, com política tributária. Imagine um incentivo para a FIAT de 5 bilhões de reais na reforma tributária, numa PEC, na Constituição brasileira! Agora mais imposto sobre armas, sendo que o cidadão precisa se defender.

A Minoria orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Maioria?

O SR. RENILDO CALHEIROS (Bloco/PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos chegando ao final da votação da reforma tributária, numa grande noite para a Câmara dos Deputados, que seguramente marca a história do nosso Parlamento.

O que nós estamos discutindo e vamos votar em seguida é o Imposto Seletivo, exaustivamente defendido aqui pelo Relator da matéria, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que muito bem justificou a importância desse imposto.

Esta matéria já foi votada na noite de hoje. O que estamos fazendo é reafirmar esta matéria, porque a emenda constitucional precisa ser votada em dois turnos. Estamos no segundo turno de votação do Imposto Seletivo.

A Maioria orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta a Oposição?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, eu queria dizer aos colegas que votaram a favor da reforma tributária que este ponto nada tem a ver com a reforma tributária. Isto é um enxerto, um penduricalho. Quando se fala de imposto seletivo, refere-se à questão ambiental e à questão de saúde. Onde entram as armas nisso?

Na verdade, o Deputado Reginaldo disse uma coisa muito correta aqui. Ele disse que foi feita a técnica — a técnica do PT. Que é o quê? Reduzir imposto de jeito algum, só subir. Ele disse que a técnica foi feita. Não houve técnica nenhuma. O que há é um enxerto, um penduricalho. Dá para ver também o viés por meio do qual esta reforma foi feita. Reduzir, nada! Subir, sempre!

O voto é "não".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Como orienta o Governo?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e o nosso Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

É preciso dizer claramente: não há aumento de imposto nesta proposta que o Relator está encaminhando aqui, não há aumento. O que pode ocorrer é a diminuição do tributo sobre armas. Se nós não aprovarmos a manutenção do texto, o que vai haver é redução do custo tributário sobre as armas. Nós temos que ter clareza de que não há aumento. O que nós vamos debater é isto: no momento em que houver a regulamentação, nós vamos dizer qual será a alíquota efetiva que vai incidir sobre a aquisição de armas. O que nós queremos garantir com isso, Sr. Presidente — e com isto eu encerro a minha fala —, é que na regulamentação do processo, na regulamentação dessa lei, nós possamos manter a alíquota sobre aquisição de armas. Não se trata aqui, portanto, de aumento de carga tributária.

Sr. Presidente, mais uma vez quero cumprimentá-lo e todos os Líderes partidários por este trabalho incansável, para que nós, nesta noite, possamos entregar à sociedade brasileira um sistema tributário justo, transparente e mais eficiente.

Muito obrigado.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, posso fazer uso da palavra por 1 minuto?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) - Vamos votar a reforma administrativa agora?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pode encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria mais uma vez falar sobre a importância deste momento, da tomada de decisão desta Casa, que vai ser a maior contribuição do Parlamento e que vai mudar a curva de crescimento do Brasil para os próximos anos. Nenhuma ação nos últimos anos foi tão importante como esta e vai gerar milhões e milhões de empregos para a população brasileira.

Nós tomamos uma medida que não aumenta impostos, que reduz a carga tributária sobre produtos brasileiros, que reduz a carga tributária sobre a exportação brasileira, reconhecida internacionalmente como o maior e mais grave problema do ambiente de negócios e que afasta os investimentos deste País. Portanto, Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, nós estamos promovendo aqui o ambiente de negócios para aqueles que investem, que geram empregos, que vão possibilitar maior geração de riqueza e novos investimentos, um crescimento muito acima do que o que tivemos até agora. O Brasil, incrivelmente, foi um dos países que menos cresceram nos últimos 30 anos. Agora, não. Nós vamos estar em pé de igualdade e enfrentar outros países, nós vamos deixar de causar esse mal tão grande às indústrias e empresas brasileiras. O que fizemos hoje é motivo de orgulho para a Câmara dos Deputados, porque aqui se originou esta proposta.

Sr. Presidente, ouvi agora uma frase muito oportuna: *"São 30 anos em 1"*. Neste momento, temos um sentimento de orgulho, de respeito e de reconhecimento à maior revolução do ambiente de negócios do País.

Parabéns ao Parlamento brasileiro! Sinto orgulho de estar aqui e participar deste momento da nossa história.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente? Nesse último minuto só entraram três votos. Está na hora de encerrar.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Sr. Presidente, deixe-me ganhar só esta. Vamos terminar!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Deputado Aguinaldo Ribeiro vai falar por 2 minutos, e depois encerraremos.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma última fala neste momento histórico, em que muitos de nós ainda estamos nos perguntando se de fato isso está acontecendo, se o Parlamento está entregando ao País um novo sistema tributário.

Sei que na política nós debatemos, discutimos, cada um coloca o seu ponto, mas com um ponto todos concordávamos, Deputado Luiz Carlos Hauly: o sistema tributário que nós temos não existe mais, está falido há muito tempo. Essa carga que alguns falam que poderia aumentar já é altíssima neste País. Estamos, sim, reduzindo a carga, porque vamos aumentar a base de arrecadação, vamos eliminar a cumulatividade e o resíduo tributário. Brasileiro nenhum faz conta. Não sabemos nem quanto pagamos de imposto neste País. Neste modelo atual, quem paga são os que menos têm, são os que mais precisam.

Portanto, acho que estamos vivendo um momento em que de fato vencemos o impossível, Deputado Hauly. Foi barreira em cima de barreira, foram dissensões, foram aqueles que pregavam o descrédito, mas a coragem e a determinação de muitos fizeram possível este momento.

Como o Deputado Baleia Rossi falou, muitos discutiram a reforma tributária. Acho que a reforma tributária sempre esteve na pauta do Parlamento brasileiro. Alguns que participaram desse debate e ajudaram a provocar essas reflexões já não estão conosco, mas nós estamos chegando a este momento.

Eu queria dizer de forma muito clara que foram muito importantes todos os que estão aqui, mas queria começar agradecendo ao nosso time: a Alexandro, Grazi, Fabiano, Aurélio, Marco Antônio, Lucíola, Livia, Mariana, Felipe, Márcia, a todos aqueles que estiveram dia e noite trabalhando neste processo e fazendo isto possível.

Minha gente, a vocês o meu muito obrigado. Sei que vocês assumiram isso com toda a razão e com o coração pulsando.

Eu queria pedir uma salva de palmas para essa turma, porque essa turma de fato foi maravilhosa e dedicada durante esses 5 anos de trabalho.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

Quero agradecer a todos os Líderes — e não vou mais nominar, porque o Deputado Baleia o fez há pouco —, aos membros do nosso grupo de trabalho, ao ex-Presidente Rodrigo Maia, que pediu ao Deputado Baleia que apresentasse essa PEC e transformou o Deputado Baleia em tributarista.

Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, quero agradecer a V.Exa. pela confiança. Quando chegamos aqui, nunca pensamos neste momento: V.Exa. presidindo a Mesa, e o seu colega, que chegou junto com V.Exa., relatando uma matéria que vai mudar, transformar este País e que entregamos talvez como o seu grande feito, o nosso grande feito no Parlamento durante todo esse tempo, a reforma do sistema tributário ao Brasil. Obrigado pela confiança.

Quero agradecer a todos os que construíram essa solução.

Quero agradecer também ao Senado Federal, na pessoa do Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, com quem ontem estivemos por longo tempo, para construir o acordo de promulgação, uma construção das duas Casas. Quero agradecer ao Relator, o Senador Eduardo Braga, e àqueles que participaram disso, como o Senador Roberto Rocha e tanta gente que lutou e continua lutando por este País.

Agradeço a todos os membros do nosso grupo de trabalho. É tanta gente para quem agradecer...

Agradeço à imprensa, que esteve conosco, que acompanhou, fustigou, perguntou "*quanto é essa alíquota? quanto vai ser? quanto deixa de ser? vai pesar mais?*", mas sobretudo informou cada brasileiro e cada brasileira.

Quero agradecer até àqueles que ficaram aqui no contraponto, que discordaram, porque foi esse debate que permitiu o amadurecimento para a construção desta reforma tributária.

Quero agradecer às famílias, às nossas famílias. Agradeço à minha família: a Ana Rachel, as minhas filhas Gabriela e Luísa, que souberam compreender os momentos de ausência, Brasil afora e mundo afora.

Eu quero agradecer sobretudo ao nosso Ministro Fernando Haddad, que esteve conosco ontem, por horas e horas a fio, construindo também, participando do acordo para fazer isto possível.

Finalmente, quero agradecer a todos os meus colegas, a V.Exas., que tornaram isto possível. Isto é uma construção de todos nós. Mesmo na divergência, chegamos a este resultado.

Quero agradecer a Deus, e não é por último, é no início, porque Ele é o princípio e é o fim, Ele é o alfa e é o ômega. A Ele toda a honra e toda a glória.

Obrigado, Senhor, porque o Senhor me deu equilíbrio, inteligência emocional para aguentar tanta pressão quanto a que aguentamos, para contribuir e entregar isto a este País e honrar o Seu nome.

Muito obrigado a todos.

Obrigado, Brasil!

Viva a reforma tributária! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Bia, todos já votaram? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação do último destaque. *(Pausa.) (Manifestação no plenário: Feito!)*

Resultado da votação:

SIM: 293;

NÃO: 198;

TOTAL: 492.

SUPRIMIDO O TEXTO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

Vai à promulgação a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019.

A reforma tributária foi aprovada, com a ajuda de todos.

Eu queria, antes de suscitar, por fim, o nome das duas Casas que contribuíram para este texto, agradecer a participação respeitosa, contributiva e acima de tudo democrática, pela diversidade de pensamentos. Os resultados são o que são porque resultam do trabalho coletivo do Plenário, das Comissões, dos técnicos, do Relator, dos autores, do Ministro Fernando Haddad e sua equipe, que participaram largamente da discussão deste tema, mas principalmente dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Em nome de todos, eu queria dizer que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal marcam definitivamente, com a votação da matéria de hoje, um grande feito.

Muito obrigado a todos pela paciência, pela participação, pelos *emojis* que recebi no telefone o tempo todo. *(Risos.)*

Isso é fruto de dedicação, de trabalho e de compromisso, principalmente do resgate das atribuições do Poder Legislativo, para o engrandecimento do nosso País.

Parabéns a todos, independentemente do resultado de cada votação, de cada destaque! *(Palmas.)*

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 22 horas e 27 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**